

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO E
PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA COMUNIDADE DO PIRAÍ, JOINVILLE (SC)

ADHEMAR TAVARES VIEIRA FILHO

Joinville/SC

2016

ADHEMAR TAVARES VIEIRA FILHO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO E
PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA COMUNIDADE DO PIRAÍ, JOINVILLE (SC)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade Regional de Joinville (Univille), como requisito parcial do mestrado.
Orientadora: Professora Doutora Patrícia de Oliveira Areas.
Coorientadora: Professora Doutora Roberta Barros Meira.

Joinville/SC

2016

Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Vieira Filho, Adhemar Tavares
V658f Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e patrimônio cultural rural: a agricultura familiar e as políticas públicas na comunidade do Pirai, Joinville (SC)/ Adhemar Tavares Vieira Filho; orientadora Dra. Patricia de Oliveira Areas, coorientadora Dra. Roberta Barros Meira. – Joinville: UNIVILLE, 2016.

271 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
– Universidade da Região de Joinville)

1. Agricultura familiar. 2. Patrimônio cultural. 3. Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. 4. Políticas públicas I. Areas, Patricia de Oliveira (orient.). II. Meira, Roberta Barros (coorient.). III. Título.

CDD 338.18

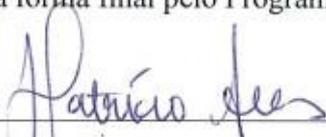
Termo de Aprovação

“Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural:
A Agricultura Familiar e as Políticas na Comunidade do Pirai, Joinville (SC)”

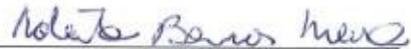
por

Adhemar Tavares Vieira Filho

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Coorientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

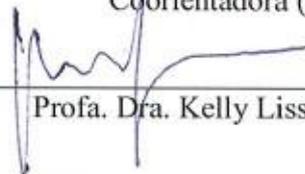
Banca Examinadora:



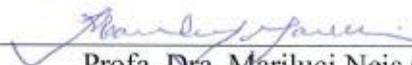
Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Orientadora (UNIVILLE)



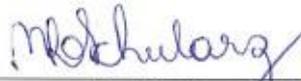
Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Coorientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Kelly Lissandra Bruch
(UFRGS)



Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)



Profa. Dra. Maria Luiza Schwarz
(UNIVILLE)

Joinville, 19 de dezembro de 2016.

Nas idas e vindas, que tanto me levam e afastaram da academia e as práticas da vida, dedico o apoio e compreensão a Jo, Mateus, Vin e Mari. Ao incentivo constante do André e as pessoas que mostraram como buscar novas energias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço nesta caminhada, em busca do conhecimento ao meu interior e conhecer a sociedade em que vivo, a Dra. Ilanil Coelho por ter mostrado o "caminho das pedras", aproximando a academia da comunidade, aos mestres com carinho do programa de pós-graduação de Patrimônio, Cultura e Sociedade, por estimularem a reflexão quanto aos desígnios da sociedade em que vivemos e suas nuances, através de experiências de vida, debates, exemplos, pesquisas e apresentações.

Aos nobres colegas de mestrado, que com a multidisciplinariedade, nos fizeram enriquecer o conhecimento e respeito a si mesmos e ao próximo, e a sua amizade sincera. Aos mestres da banca de qualificação, que com uma lupa na mão, mostraram os pontos fortes e fracos da pesquisa, sugeriram melhorias, fizeram elogios e críticas construtivas.

Agradecimento especial à orientadora Dra. Patrícia de Oliveira Areas, pelas diversas sugestões e incentivos, novos olhares e revisão, que sem elas, sabe-se lá se conseguiria chegar ao final da pesquisa. A dedicada Dra. Roberta Barros Meira, coorientadora sempre atuante, com sugestões e ideias inovadoras, correções e críticas, apoiou o enriquecimento do conteúdo elaborado a seis mãos.

Também agradeço as famílias rurais, que abriram suas portas com cortesia, para possibilitar entender as práticas e processos agrários, principalmente ao Acácio e Salônia, Carmen Jacobi, Sueli Roos e homenagem póstuma ao batalhador Wilfredo Roos.

Na FMDR25J fui recebido com entusiasmo pelo Valério Schiochet, explicando detalhadamente as relações entre a entidade que preside e os membros das famílias rurais, à Iria Viczwevski, Roberto Hoppe e Ricardo Plotow pelas entrevistas, explicando detalhadamente os fenômenos e processos que acontecem entre a Fundação e os membros das famílias.

Agradeço também a Meri, pela paciência e por ter atendido com presteza as solicitações junto à secretaria do mestrado, a Marília pela formatação e correção da pesquisa, a Ketlyn e Beatriz pelas transcrições das entrevistas e ao Thiago pela revisão geral.

Espero não ter esquecido de pessoas que me apoiaram e auxiliaram na realização deste curso de mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa procura destacar as políticas públicas realizadas pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J), na localidade do Pirai, em Joinville, Santa Catarina, a relação com as famílias rurais na pequena atividade agropecuária e o patrimônio sociocultural da comunidade. Para o alcance desse propósito, a pesquisa foi dividida em três capítulos. Primeiramente, são explanadas as formas como a família rural está estruturada, a relação com o patrimônio cultural e sua continuidade, assim como as efetivas ações da administração pública, para manutenção dos núcleos familiares no campo. Em segundo lugar, abordam-se o início e a continuidade da fundação, por meio da análise dos processos e das práticas quanto às políticas públicas elaboradas para as famílias pelos especialistas nas múltiplas atividades rurais, considerando o plantio, a criação de animais e peixes, entre outras técnicas e práticas levadas ao campo pelos integrantes da entidade. Para tanto, foram entrevistados três (3) coordenadores e o presidente da FMDR25J, bem como seis (6) membros de algumas famílias rurais, que se manifestaram sobre o tema. O método utilizado foi entrevista estruturada para que as respostas fossem reais e esclarecedoras. Terceiro, oferecem-se detalhes sobre as formas de atuação da FMDR25J, as multiatividades que impactam nas famílias, percalços e avanços que os fenômenos e as práticas socioculturais refletem na comunidade rural. Também são analisados como as famílias desenvolvem processos, a relação com o patrimônio social e cultural e os resultados percebidos nas propriedades rurais da comunidade do Pirai.

Palavras-chave: família rural; agropecuária; FMDR25J; patrimônio; políticas públicas.

ABSTRACT

This research seeks to highlight the public policies carried out by the Municipal Foundation of Rural Development July 25 (FMDR25J), in the town of Pirai in Joinville, Santa Catarina, the relationship with rural families in the small agricultural activity and the socio-cultural heritage of the community. To achieve this purpose, the search was divided into three chapters. First, they are explained the ways rural family is structured, the relationship with cultural heritage and continuity, as well as the effective actions of government, to maintain family nuclei in the field. Second, address is the beginning and the continuation of the foundation, through the analysis of processes and practices with regard to public policies designed to families by experts in multiple rural activities, considering planting, livestock and fish, among other techniques and practices brought to the field by the organization's members. For this, we interviewed several three (3) coordinators and the president of FMDR25J as well as six (6) members of some rural families, who have spoken on the subject. The method used was a structured interview so that the answers were real and enlightening. Third, they offer up details about the forms of action of FMDR25J the multiatividades that impact on families, setbacks and advances that phenomena and socio-cultural practices reflect the rural community. They are also analyzed how families develop processes, the relationship with the social and cultural heritage and the results realized in rural properties Pirai community.

Keywords: rural family; agriculture; FMDR25J; heritage; public politic.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARESC	-	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AJAAR	-	Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais
EPAGRI	-	Empresa de Pesquisa Agraria de Santa Catarina
FMDR25J	-	Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
FAO	-	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FUNRURAL	-	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GMDR	-	Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IELUSC	-	Instituto Luterano de Santa Catarina
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização Rural
IPPUJ	-	Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
PMJ	-	Prefeitura Municipal de Joinville
PROMOTUR	-	Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville
PRONAF	-	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
SIMDEC	-	Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura
SENAR	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNIVILLE	-	Universidade da Região de Joinville

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 01.** Parecer Consubstanciado do CEP, 92
- ANEXO 02.** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, 98
- ANEXO 03.** Declaração de Instituição Co-participante, 99
- ANEXO 04.** Perguntas aos Produtores Rurais, Técnicos, Coordenadores, Assistente Social e Presidente da FMDR25J, 100
- ANEXO 05.** Transcrição da entrevista - Valério Schiochet, 102
- ANEXO 06.** Transcrição da entrevista -Ricardo Plotow, 129
- ANEXO 07.** Transcrição da entrevista-Roberto Hoppe, 155
- ANEXO 08.** Transcrição da entrevista -Iria S. Viczwevski, 184
- ANEXO 09.** Transcrição da entrevista -Acácio e Salônia Schroeder, 197
- ANEXO 10.** Transcrição da entrevista -Carmem L. Klingenfuss Jacobi, 227

SUMÁRIO

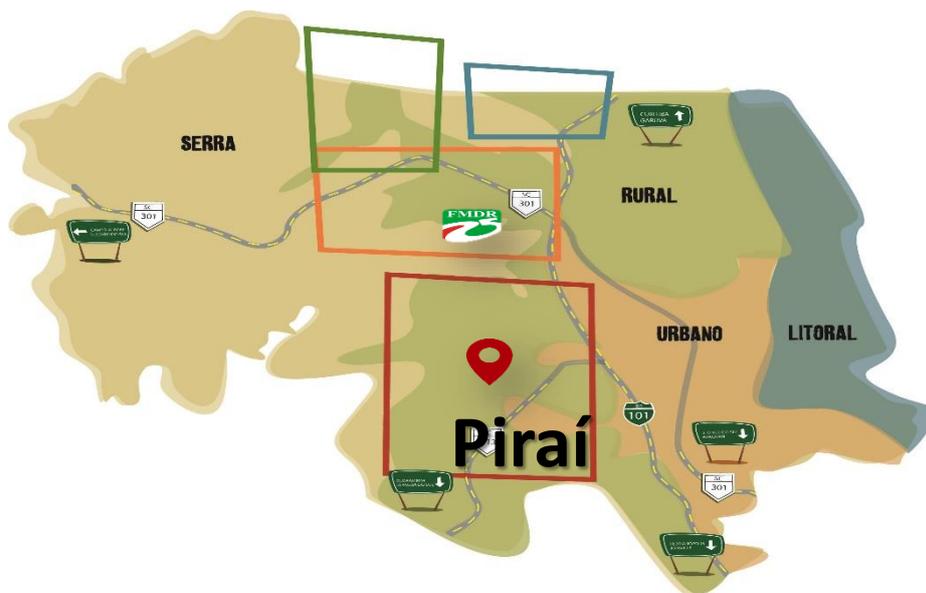
INTRODUÇÃO.....	13
1. A FAMÍLIA E O ESPAÇO PATRIMONIAL CULTURAL E NATURAL	184
1.1 MÉTODO PARA O ESTUDO DA MÚLTIPLA ATIVIDADE RURAL	184
1.2. O PATRIMÔNIO COMO FATOR SOCIAL NO CAMPO	207
1.3. A FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A POLÍTICA PÚBLICA	251
1.4. AGROPECUÁRIA, TRABALHO, TERRA, FAMÍLIA E POLÍTICA PÚBLICA ...	263
1.5. POLÍTICA PÚBLICA, ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E PLURIATIVIDADE ..	363
2. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL 25 DE JULHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A FAMÍLIA RURAL.....	441
2.1 O INÍCIO E CONTINUIDADE DA FUNDAÇÃO 25 DE JULHO	441
2.2. A FUNDAÇÃO 25 DE JULHO E OS SABERES DOS GRUPOS ENVOLVIDOS ...	47
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS FAMÍLIAS RURAIS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO 25 DE JULHO	50
2.4. A MULTIATIVIDADE COMO FATOR DE CONTINUIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL FAMILIAR	58
2.5. O CRÉDITO RURAL, O ASSOCIATIVISMO E A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO 25 DE JULHO	60
3. A FAMÍLIA RURAL DO PIRAÍ E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL	696
3.1. A FUNDAÇÃO 25 DE JULHO, A FAMÍLIA RURAL E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL.....	696
3.2. CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL DA FAMÍLIA RURAL	729
3.3. A FAMÍLIA RURAL E OS JOVENS NO PIRAÍ	762
3.4. A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E A ATIVIDADE DAS MULHERES	774
3.5. O PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL COMO FENÔMENO	76
3.6. A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E O PROCESSO SOCIOCULTURAL NO PIRAÍ	818
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	896
REFERÊNCIAS DE ENTREVISTAS	91
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

Quando se pensa em rural, uma das primeiras centelhas de ideia é em relação ao aspecto positivo da simplicidade e prática do agricultor, que para desenvolver as atividades depende de fatores naturais, tais como capacidade e conhecimento das coisas ligadas à terra. A simbiose do ser humano com a natureza e a relação social, com base em várias possibilidades, pode auxiliar ou dificultar a condição mínima da qualidade de vida familiar na propriedade, assim como no quesito do rendimento para o sustento das famílias rurais. Uma forma de melhorar a renda e a sociabilização do homem e da mulher do campo é a escolha quanto à execução das atividades de maneira pluriativa, com o objetivo e desejo de buscar qualidade no que se refere ao aspecto social, econômico, cultural e ambiental, além das atividades corriqueiras elaboradas na agropecuária em pequena escala e do fortalecimento do patrimônio familiar. É possível equilíbrio no tocante à sustentabilidade ambiental com as múltiplas atividades em elaboração, norteadas pela família no que envolve a harmonia do conjunto de elementos sociais e a natureza.

Optou-se pela localidade do Pirai, conforme desenho na figura 1, pelas características típicas da agropecuária em pequena escala que caracteriza o patrimônio cultural e natural da comunidade. A pesquisa abrange a área rural do lugar, que exerce principalmente a atividade milenar da agropecuária, sobrevivendo de troca comercial e produção para consumo próprio.

Figura 1: Mapa de Joinville com localização da Comunidade do Pirai.



Fonte: PMJ-Promotur, 2012.

As atividades agrícolas e pecuárias na pequena propriedade são operadas como um espaço de construção de identidade e de lugar de memória intencionalmente indicado como rural, na relação direta com a formação do patrimônio.

Esta investigação tem por objetivo a análise das políticas públicas implantadas pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J), na localidade do Pirai, pesquisando a relação com a família rural na agropecuária e o patrimônio cultural e natural da comunidade. A proposta foi examinar a FMDR25J e sua história, atuação com as famílias rurais, fontes de recurso, entre outros aspectos. Ao analisar a entidade e a relação com o patrimônio cultural da localidade, o ônus e o bônus advindo dessa ação, o estudo também procurou desvendar nuances das políticas públicas, das relações na comunidade, da imigração, do destino da produção local, da agropecuária, das multiatividades e da relação com o patrimônio cultural e natural.

No primeiro capítulo da pesquisa se busca o diálogo com autores que discutem a agropecuária familiar e a pluriatividade¹, ou atividade não agrícola no meio rural, desenvolvida de modo individual e coletivo, direcionando a reflexão quanto à cultura, a sua relação no desenvolvimento social e à implicação econômica correlata que influenciou na formação do patrimônio. A cultura emerge por meio da proposta criativa de desenvolvimento, com base no valor da memória, evidenciando a preservação da natureza, redistribuindo e fluindo como resultado da teoria e prática em favor dos moradores residentes naquela comunidade rural historicamente desfavorecida, pois a área urbana sempre foi beneficiada em detrimento da área rural.

Plantar e colher insere-se em atividades que remontam ao início da civilização, desde que o ser humano deixou de caçar, pescar, colher frutos e raízes. Com a atividade agrícola, ele passou de nômade para se fixar na terra e se tornar sedentário, cultivando o solo. “A tradição tem fluidez, estando em constante mutação e reelaboração. Compreende-se que a configuração na contemporaneidade da problemática do indivíduo, que interage ou reside no meio rural” (VICENZI, 2012, p. 12), tem como referência a apreciação deste tema: o interior do cotidiano exercido na comunidade e na atividade executada pelo agropecuarista em pequena escala e sua relação social, econômica e cultural.

¹A pluriatividade estabelece-se como uma prática social decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores. Ou seja, trata-se de um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda. Com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade, as famílias que residem no espaço rural se integram em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 27).

A entidade próxima das famílias estabelecidas na pequena propriedade rural em Joinville é a FMDR25J, que se propõe como órgão público a auxiliar o agropecuarista em sua lida diária no campo.

Surgiu então a ideia de conhecer essa entidade, que se defronta com as questões da ruralidade, levando-nos à pesquisa e ao estudo dessas nuances. Esse é o tema do segundo capítulo. Para ser possível a compreensão da relação da FMDR25J com o agropecuarista, houve a aproximação das pessoas que atuam nas diversas atividades executadas diariamente em prol da família rural, por meio de entrevistas, clareando aspectos desconhecidos dessa relação. Para tanto, foram entrevistados o presidente e alguns coordenadores da FMDR25J, que são especialistas em diferentes temas, tais como piscicultura, arrozicultura, olericultura, pecuária, cursos compactos às mulheres sobre atividades domésticas, atividades sociais do interesse das famílias, entre outras, referentes à ruralidade – encaminhamento que ocorreu continuidade nesta pesquisa.

A entrevista estruturada foi gravada e transcrita posteriormente com o objetivo do entendimento das técnicas, práticas e o envolvimento social inerente às ações individuais e coletivas. Através desse método de entrevista estruturada (MAY, 2004, p. 146), está a teoria de que as perguntas feitas a cada pessoa são parecidas, pois elas significam que as diferenças entre as respostas são consideradas reais e esclarecedoras, e não resultado da situação da entrevista. Nesse contexto, o papel do entrevistador foi direcionar o respondente de acordo com a sequência de perguntas no esquema da entrevista, e, se for buscado algum esclarecimento, ocorre pouca variabilidade nas elaborações, para ter-se o mínimo de influência nas respostas. Procura-se deixar o menor espaço possível para desvios do previsto, procurando praticamente a não interpretação dos significados das respostas no momento da entrevista.

A FMDR25J desenvolve processos e projetos, no sentido de aperfeiçoamento dos conhecimentos em agropecuária praticada em pequena escala, estimulando o melhor uso da terra, que auxilia a permanência de famílias na localidade rural. A questão-chave é quanto ao patrimônio cultural e natural do Piraí e a sua relação com as políticas públicas na localidade. Além disso, tal instituição auxilia as famílias em toda a área rural da cidade, em localidades como Quiriri, Rio da Prata, Estrada Bonita, Estrada da Ilha, Cubatão e Piraí.

No terceiro capítulo, é evidenciada a cultura da família rural, que tem no patrimônio familiar a âncora de sua busca como homem do campo. As atividades desenvolvidas com os conhecimentos adquiridos da tradição, ou o aperfeiçoamento pessoal na lida com as atividades, garantem-lhes as condições para manterem o *status quo* rural. Vários fatores são

discutidos ao longo da dissertação sobre as dificuldades de obtenção da renda, para manter a qualidade de vida em um patamar aceitável nas famílias rurais. A melhoria dos processos em elaboração também foi descrita, a qual impacta diretamente na cultura familiar. Na região do Pirai a presença da agropecuária em algumas propriedades está cada vez mais escassa, exceto em pequenos roçados, como o cultivo de aipim, cana-de-açúcar e batata, além de produtos para consumo próprio ou comercialização. Ocorre a elaboração de múltiplas atividades, tais como o feitiço de produtos artesanais, criação de animais para consumo próprio ou comercialização em pequena escala, entre outras que são citadas ao longo da pesquisa.

A localidade do Pirai além de ser cada vez mais habitada por neo-rural que busca a tranquilidade e o cenário natural, é bem caracterizada a presença da agricultura familiar, especificamente família pluriativa. Um ou mais membros da família, em geral do sexo masculino, se dedica ao trabalho em empresa, enquanto os demais se ocupam com a atividade relacionada com a agropecuária. Percebe-se que na pequena propriedade familiar é cada vez maior a tendência em optar por atividade não agrícola, como forma de completar a renda, ou mesmo exclusiva, devido ao limitado rendimento na lavoura e pecuária local (NIEHUES, 2006, p. 6).

A agropecuária familiar² e a atividade não agrícola no meio rural, que estão acontecendo no Pirai, são alternativas para a sustentabilidade dessa comunidade? Que tipos de preservação do patrimônio cultural e natural estão relacionados às políticas públicas praticados na localidade rural? O entendimento da múltipla atividade como opção sustentável à preservação do patrimônio cultural e natural foi amplamente dialogada, e o que possibilitou a fixação da comunidade na região. Na elaboração e produção de conhecimento do patrimônio cultural do Pirai, alguns pesquisadores, desafiando a questão sociocultural e econômica com raiz urbana, adentraram na comunidade com a finalidade do estudo e da pesquisa quanto a relação e a identidade do morador, à memória do bem cultural, redescobrimo a sustentabilidade social no processo, tanto na atividade econômica com base na troca comercial, quanto na atividade socioeconômica que forma o arcabouço histórico da ruralidade local. Para o entendimento da relação e da identidade formadora da cultura no meio rural, a produção de conhecimento requer a sensibilidade e a percepção do pesquisador quanto à prática e ao saber científico, clareando o conhecimento específico do patrimônio cultural típico da região que se estabeleceu com a chegada do imigrante europeu, principalmente do

² A agropecuária familiar, segundo definição dos autores Guanziroli e Cardim (2000, p. 12 *apud* ALMEIDA, 2006), tem como princípios a relação social e de produção, em que a maior parte da(s) atividade(s) é realizada pela(s) pessoa(s) que mantém entre si laços de sangue ou matrimônio, sendo a grande maioria dos afazeres realizada pelo(s) proprietário(s).

norte da Europa, e à influência do habitante que vivia nesse local anteriormente a esse período.

1. A FAMÍLIA E O ESPAÇO PATRIMONIAL CULTURAL E NATURAL

Neste primeiro capítulo o objetivo é analisar, com base em fontes bibliográficas, a relação existente entre agricultura familiar, pluriatividade e patrimônio cultural e natural. E, a partir desta análise compreender o papel das políticas públicas rurais neste patrimônio cultural e natural.

1.1 MÉTODO PARA O ESTUDO DA MÚLTIPLA ATIVIDADE RURAL

Foi realizada pesquisa bibliográfica, para conhecimento e entendimento de alguns fenômenos envolvidos na relação entre a família rural como questão social, produtividade, política pública, bem patrimonial material e imaterial, entre outros aspectos. Também se manteve contato com técnicos e funcionários da área administrativa da FMDR25J, que desempenham ações de extensão e execução de projetos para as famílias. Buscou-se compreender a forma como é aplicada a política pública na ruralidade municipal.

Ao longo do desenvolvimento da investigação, foram entrevistadas pessoas de algumas famílias da localidade. Tratou-se do estudo da cultura rural na região, com a finalidade de compreender as práticas na agropecuária e as múltiplas atividades familiares, assim como a relação com as políticas públicas desenvolvidas pela FMDR25J. Para tanto, procuraram-se as representações do morador local tradicional. Isto é, intencionou-se a averiguação de como a atividade agropecuária familiar está relacionada com as propostas de projetos e ações praticadas pela instituição e o impacto dessa política no patrimônio cultural e natural. Para isso, mediante a observação, enfocaram-se três momentos básicos: estranhamento da cultura local, permitindo estimular essa atenção de percepção, com o intuito de tornar um problema àquilo que parece natural; adentrar na vida local, a fim de o estranhamento se tornar familiar àquilo que é experimentado, possibilitando o entendimento de como as pessoas da localidade sentem e veem o seu cotidiano; e reflexão sobre a cultura que se quer conhecer, descrevendo o que foi percebido na localidade.

Observaram-se a estrutura familiar do lugar (o que tem na família, como essa família está organizada e como se estabelecem as relações), o comportamento típico das pessoas da família (como fazem as tarefas, por exemplo) e as ações importantes (o que os moradores dessa área rural pensam sobre suas atividades e como as fazem). Também, a ideia é estudar e entender a relação da agropecuária e a múltipla atividade na relação com a política pública aplicada pela FMDR25J e o patrimônio cultural resultante desse embricamento na localidade

valorização dos fatos imponderáveis da vida social pertencente a essa classe de fenômenos: a rotina de trabalho do morador local, as formas como objetiva sua relação com a entidade pública, características da vida social, como, por exemplo, o relacionamento entre as famílias, a comercialização da produção, entre outros quesitos característicos da atividade familiar que resultam na formação do patrimônio familiar.

1.2. O PATRIMÔNIO COMO FATOR SOCIAL NO CAMPO

Para que seja possível o desenvolvimento deste estudo quanto ao fenômeno histórico, cultural e natural da sociedade rural da localidade do Pirai, procurou-se delinear aspectos quanto ao patrimônio familiar que estão relacionados com o sentido imaterial ou intangível da patrimonialização e sua relação com as políticas públicas.

O patrimônio cultural envolve desde edificações com caráter identitário, até técnicas, saber fazer, culinária, entre outros aspectos, mas principalmente a dimensão familiar, concepção projetada no simbólico, estabelecendo relação social com a representação e identidade, motivo pelo qual é conceituada sob a questão cultural.

Nessa direção de entendimento, Gonçalves (2002, p. 5 *apud* ABREU; CHAGAS, 2009) define o patrimônio no sentido social:

Trata-se, também de um “fato social total”, na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade, etc., o que suscita algumas questões relativamente voltadas às concepções de patrimônio. Em especial pelo fato de essas diversas dimensões não aparecerem, do ponto de vista nativo, como categorias independentes. Evidenciam-se de modo simbólico.

A reflexão que é possível estabelecer quanto à noção de patrimônio ocorre paralelamente ao entendimento da vida social, cultural e histórica no cotidiano, vista sob o ponto de vista rural. A palavra patrimônio é frequentemente citada, quer se pense no tocante ao fenômeno social, econômico ou político, quer relacionada ao ponto de vista da patrimonialização familiar rural.

Norteando-se por esse raciocínio, a utilização da ideia de patrimônio intangível no Brasil foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, no período em que foram instituídos o inventário e o registro do patrimônio cultural imaterial. Praticamente foi dada a oportunidade para o surgimento de outro momento na pesquisa e conhecimento sobre a conservação das tradições, alavancando a maior participação de outros setores para o

aprofundamento de ações e projetos populares até então, com visibilidade restrita na ciência humana.

O indivíduo e a comunidade popular em passado recente eram um fenômeno de visão oculta nos discursos de conservação, em que a pedra e cal museológicas eram uma verdadeira síndrome patrimonial. Antes da regulamentação legal, relativamente recente, as narrativas eram pontuais e tímidas, com poucas exceções, tanto nos órgãos oficiais como na academia. A descoberta de novos sentidos da sociedade aflorou com a cultura social lentamente transformando-se, com visibilidade quase que suspeita, mas buscando novos rumos no espaço social. Apareceram a pesquisa, o projeto, o estudo, as ações quanto aos movimentos sociais e fazeres, o conhecimento de técnicas antes quase que desconhecidas, e uma ótica até então desfigurada começou a dar forma a novos conceitos e atitudes (ABREU; CHAGAS, 2009).

É assim que os conceitos sofrem transformações e se aprimora a direção do olhar, até mesmo buscando o estudo da família rural, que formatou costumes, práticas, técnicas e modos de vida alheio ao conhecimento da ciência que se diz humanizada. Família esta que na maioria das cidades foi o berço ou o início de comunidades, hoje transformadas em *polis*. A ciência nesse sentido é cúmplice do desconhecimento ao indivíduo, que de rural se tornou completamente urbano na cultura social.

Por meio de investigação das políticas públicas, o entendimento é o da relação com o patrimônio histórico cultural e natural, na ação social e econômica, na busca de sentidos e valores na comunidade do Piraí.

O entendimento e a observação da realidade familiar na pluriatividade rural, em que são elaboradas ações na agropecuária, produtos artesanais, atividades na natureza, turismo, entre outros, pressupõem a escolha de estruturação teórica, que define os princípios de articulação entre os diversos componentes do sistema, ou seja, a maneira como é abordado tal grupo em uma sociedade. Não há estruturação mais verdadeira do que outra; a orientação da abordagem dar-se-á pela orientação do olhar momentâneo, enfatizando ou desprezando fatos corriqueiros que sucederão nesse campo, pensando no que é possível entender acerca dessa realidade familiar praticada em pequenas propriedades.

As classificações elencadas servem a determinadas ideologias ou interesses sobre o social, pois a percepção do acontecimento na prática está associada à proposta de intervenção no cotidiano. Logo, propõe-se:

Aceitar a relatividade ideológica de uma classificação tipológica não significa, porém, abolir rigor conceitual e metodológico, mas estarmos

atentos para os limites do conhecimento sobre a realidade. Nesse sentido, a melhor estruturação, ou o melhor modelo, seria aquele que sendo também o mais simples, dê conta da explicação do conjunto dos fatos selecionados pela observação e, principalmente, seja capaz de legitimar-se como a melhor representação possível da realidade (CARNEIRO, 1998, p. 2).

Os motivos que direcionam uma ou outra escolha pela família não são desvendados, dando margem à leitura da abordagem teórica, como se ela correspondesse à situação em si mesma e fosse mais convincente do que a anterior. Nesse esforço de comparação e entendimento do que está ocorrendo, no estudo aplicado para a formatação da pesquisa, é interessante entender que a cada tipo de percepção escolhido há o ganho e a perda em aspectos na forma como é possível entender a sociedade humana. Há que optar-se pela escolha, procurando clarear os pontos de vista com a escolha mais evidente à posição de observação, ou seja, os interesses e os objetivos que darão oportunidade à direção escolhida, para descrever a aproximação dos fatos e efeitos em análise. Algumas pistas são fornecidas, para que seja possível um olhar mais próximo e atento do que se sucede na relação familiar rural, pois o detalhe e a individualidade podem passar despercebidos ou ser entendidos na direção do acontecido, em uma realidade particularizada:

No que nos interessa particularmente neste estudo – a incorporação das atividades não agrícolas à dinâmica da agricultura familiar – caberia esclarecer que, da perspectiva relacional e holística, o significado das atividades não agrícolas deverá ser buscado da posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando-se em conta as estratégias familiares de reprodução social e, sobretudo, o contexto sócio econômico em que se insere (CARNEIRO, 1998, p. 4).

Para o entendimento da pluriatividade, aqui incluída a atividade não agrícola, em que é designado um fenômeno específico, esse termo não define uma categoria desconhecida no meio social rural.

Dessa maneira, observa-se que há diferentes possibilidades de associar a atividade não agrícola na família, com característica individual própria de cada membro, significando impacto na reprodução elaborada na totalidade, pelos membros sociais da unidade familiar no campo.

A pluriatividade, nessa forma de observação, deixa de ser um fator positivo, mas um estilo determinado como um processo social plural, o que quer dizer o reconhecimento de ação e forma pluriativa incorporador de atividades não agrícolas como elementos presentes na

dinâmica social da agropecuária em pequena escala, praticada por famílias rurais como forma de subsistência econômica.

O que é sentido como pluriatividade no processo social capacita à percepção da coexistência de processos sociais próprios e diferenciados, ou contraditórios, características do campo de possível realização e incorporação do projeto escolhido pelas famílias. Esse campo de possibilidade é notado como o espaço para a criatividade que dará o formato e, conseqüentemente, a execução do projeto familiar.

Quanto ao evento possível, são compreensíveis o espaço criativo no que se refere à forma e como será implementado o projeto, alcançável ou não pela condição social e econômica, bem como os fatores que compõem as características familiares, como: a cultura dos indivíduos, os recursos materiais disponíveis, a maturidade técnica do saber fazer que venha a ser desenvolvida pelo grupo doméstico, a composição da faixa etária e de gênero dos membros, a posição e aceitação dos indivíduos que elaboram a atividade não agrícola na hierarquia familiar (CARNEIRO, 1998, p. 5)

O alcance do objeto de investigação no que se refere ao entendimento da pluriatividade, descrita pela observação objetiva, ou ainda como um modelo ideal específico, tem a possibilidade de distanciar o foco com que se pretende analisar as práticas ou atividades que, conceituadas e descritas de maneira isolada, não desvendam o fenômeno em análise. O processo de transformação e a mudança no meio rural serão possivelmente entendidos ao orientar o estudo quanto à relação entre os membros da família rural nessa dinâmica de reprodução social, fator de conservação do patrimônio histórico cultural e natural e a relação com as políticas públicas.

A agropecuária familiar pluriativa incorpora a complexidade do campo social que define o grupo que compõe a família. Ocorre a definição do universo a ser conhecido, cujo objeto é a família como unidade social, e não somente sob a ótica da produção no que concerne à agropecuária familiar. Pressupõe-se que entre os membros do grupo são dados o sentido de orientação e a referência às relações sociais rurais. A criação e reprodução de valores socializados e conexos nos indivíduos à família podem supor um processo de individuação que supõe a negação e o rompimento, além de modificar e recriar valores num espaço de negociação e também conflitos. O núcleo familiar não é visto como uma estrutura rígida, de indivíduos e valores, mas sim que se adapta, que incorporam novos valores a recriam novas práticas.

Aceitar este conceito e perceber a idéia de dinâmica familiar é a base para contrapor o risco de estabelecer classificação permanente, de fundamento morfológico que encurta a capacidade de compreender a inserção da unidade familiar, tanto na sociedade, como na economia, entendendo a sua vulnerabilidade e flexibilidade. O entendimento dessa dinâmica não está restrito como um conjunto isolado da economia, a cultura e a política que permeiam o espaço da agropecuária familiar. É necessário considerar a dinâmica interna, que constitui o caráter familiar da organização social, possibilitando a forma social autônoma na construção das estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas (CARNEIRO, 1998, p. 8).

A ideia de autonomia é enfatizada, não implicando a forma consciente das estratégias que serão assumidas pelo grupo familiar, nem a independência em relação à condição interna. Porém, diferentemente do trabalhador empregado, a unidade familiar, por estar sustentada na relação de trabalho e laços de parentesco, tem margem ampliada de negociação interna na elaboração de alternativas para a reprodução social. Assim, as implicações da prática pluriativa são entendidas quanto à continuidade do patrimônio histórico cultural e natural na comunidade. Ao ser clareada essa ótica na questão rural, é possível perceber que:

A unidade familiar, entidade iminentemente plástica, e mutante, tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. Esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição – rejeitando-a e revalorizando-a – não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente e, repito, também são frutos de uma deliberação individual. Novos valores podem ser reformulados ou antigos valores serem resgatados (como a revalorização da vida rural e da natureza ou com a noção de liberdade associada ao trabalho por conta própria, por exemplo) na busca de respostas a crises familiares (CARNEIRO, 1998, p. 3-4).

Desvendando a abordagem sobre a unidade familiar, é possível compreender os traços característicos direcionados para a análise dos processos sociais, com base na identificação da reprodução social e nas várias estratégias sociais, ao perceber a condição da unidade familiar em realizar a trajetória social ascendente ou descendente. Ainda, são verificadas e entendidas a forma e a dinâmica dos projetos e suas necessidades, bem como os pontos favoráveis de cada unidade.

1.3. A FAMÍLIA COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A POLÍTICA PÚBLICA

A análise aqui é a unidade familiar, como elemento principal no entendimento do patrimônio histórico cultural e natural na ruralidade, considerando a produção como elemento importante mas secundário e que soma nesta abordagem na relação com as políticas públicas¹. A família desenvolve a função de elemento somatório nas relações que se desenrolam no interior das propriedades familiares. A qualidade das relações que se somam nas famílias apresenta diversidades, mas os principais sistemas de relações que desencadeiam são articulados pelos indivíduos na propriedade familiar e na elaboração das atividades produtivas. Eles provêm das relações entre os domínios do parentesco, proporcionando significados, assim como as atividades em que estão os principais sistemas resultantes dessas relações.

É importante entender que a família, como centro das atividades e reprodução de valores sociais, integra relações cujos significados não estão sempre associados à questão do parentesco, à atividade econômica propriamente dita ou aos aspectos que integram as atividades nas relações com a política pública. A propriedade familiar não está restrita às pessoas que formam os laços de aliança ou de consanguinidade, mas pode ser entendida como um valor próximo ao sentimento de identidade que integra todos os membros, estabelecendo suas relações, diferentemente das estratégias coletivas e individuais. A fim de procurar explicitar a orientação quanto às relações estabelecidas através das atividades e os laços afetivos, busca-se refletir no tocante à

dificuldade de separar, em termos analíticos, os princípios que orientam as relações de trabalho e os laços de afetividade ou de solidariedade que conformam as unidades familiares já assinalada por diversos autores. Reconhece a organização social e a unidade de produção como duas esferas sociais independentes no interior da unidade familiar que obedecem a princípios de organização distintos. A tendência a se reduzir as relações de trabalho aos laços de parentesco é bastante comum nas análises que privilegiam a unidade de produção como foco de observação e de compreensão, o que resulta, normalmente, na busca da funcionalidade econômica dos laços de parentesco, como se um sistema de relações pudesse ser reduzido à lógica do outro (CARNEIRO, 1998, p. 4-5).

³ Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para certo seguimento social, cultural, étnico ou econômico. A política pública é o processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de problemas sociais que merecem ser enfrentados (DIAS; 2008).

“Ao se limitar todos os demais princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica, reduz-se também a capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar” (NEVES, 1993, p. 3).

Como forma de perceber perfeitamente essa questão, o pesquisador pode diferenciar a distinção em estilo de análise entre essas duas esferas do social e desvendar a relação que as une no interior do grupo, sem separar eventual diferença entre o que é a atividade que produz a renda e que é a família. A ligação entre valores e influências na relação em que os indivíduos se apropriam nas atividades, distante de seu ambiente, está relacionada com a escolha da unidade familiar (e não da propriedade familiar) como unidade a ser pesquisada. Eles permitem identificar as relações de interação entre os elementos sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da atividade.

Em um contexto de mudança, será possível, por exemplo, por meio de uma análise qualitativa, identificar a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos, em suas práticas econômicas fora da família, como é o caso das práticas pluriativas (CARNEIRO, 1998, p. 8).

Ao eleger a unidade familiar como foco de observação, busca-se o fundamento para entender as mudanças no rural, em função do aumento das atividades não agrícolas, articuladas ou não à agropecuária em pequena escala, requerendo mais elementos para a formulação da análise da questão socioeconômica rural.

Na consideração quanto à importância da análise das famílias de atividade agropecuária, dois aspectos são elencados: as relações que ocorrem entre os membros da família e os valores que formam o contexto dessas relações, como qualquer relação social. “As relações de parentesco e produção fazem parte, quer seja no modo de como pensar ou no modo de representar, que culmina com os diferentes comportamentos e atitudes” (MOREIRA, 1997, p. 5). Para que se moldem as estratégias familiares direcionadas às opções coletivas e definindo a possibilidade de projetos individuais, os valores são precedidos da própria tradição familiar.

1.4. AGROPECUÁRIA, TRABALHO, TERRA, FAMÍLIA E POLÍTICA PÚBLICA

A atividade familiar desenvolvida na agropecuária praticada em pequenas propriedades, consolida-se por meio de fenômenos e fatores efetivados com base na relação social, onde a afetividade e solidariedade propiciam ambiente integrados quanto aos significados de parentesco, consanguinidade e laço matrimonial. A identidade que propicia a

integração entre os membros, não se restringe ao espaço da propriedade familiar, mas envolve a dinâmica cultural na localidade em que está inserida (CARNEIRO, 1998, p. 11).

Com o intuito de apoiar as atividades elaboradas no campo, a administração pública em todos os níveis (municipal, estadual e federal), efetua ações no sentido de estimular com práticas e processos a expansão produtiva rural, por meio das estratégias de política pública.

A noção de agropecuária familiar praticada em pequena escala intensificou o debate, com a iniciativa do governo em nomear este modo de produção como alavanca da expansão rural, com base em análise que atribui a essa atividade condição adequada para efetivar ação quanto ao rendimento físico obtido e capacidade de empregar mão de obra, comparando com a agropecuária em grande produção (VEIGA, 2004, p. 25).

Dessa forma, reconhecem-se as potencialidades das atividades desenvolvidas pela agropecuária familiar, tendo como objeto de análise os agropecuaristas chamados “em transição”, ou aqueles que apresentam potencial de transformarem as empresas familiares “viáveis”, por meio da utilização de tecnologia e racionalidade econômica direcionada ao mercado. “A condição de produtividade da agropecuária familiar e o resultado em estudo, foi demonstrado em diferentes análises” (WILKINSON, 1997, p. 3) e confirmados em critério de seleção do público ao qual foi direcionado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF)².

A agropecuária familiar em pequena escala apresenta-se como alternativa diversificada no contexto da dinâmica rural. A contextualização das relações e eficiência nos espaços que envolvem o patrimônio familiar e as interações concernentes ao sistema produtivo, quer seja visto quanto aos produtos tradicionais e à viabilização dessa atividade, quer quanto às políticas públicas que resultam em melhorias para as famílias. Logo, é possível descrever que:

O sistema produtivo agrícola pode ser muito diversificado, mas basicamente se caracteriza por três ou quatro componentes: produção de subsistência, produtos comerciais tradicionais, forragem e grãos para pecuária e produção agroindustrial geralmente a base de contratos de quase integração. A estrutura é hierárquica e prioriza a atividade agroindustrial, embora o equivalente monetário da produção de subsistência, como também a venda de produtos tradicionais, podem frequentemente representar fontes mais importantes de renda. Pode-se dizer que, aproximadamente, cada um dos três

⁴ Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para esse segmento, o Pronaf, ou quando cria a Lei n.º 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor, a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo (ALTAFIN, 2006, p. 1).

componentes básicos (subsistência, produtos comerciais tradicionais e produção agroindustrial) tem peso igual na viabilização da agricultura familiar (WILKINSON, 1997, p. 6).

Em termos conceituais, agropecuária familiar envolve uma quantidade diversificada de agropecuaristas e abrange desde a agropecuária de subsistência até a monocultura praticada com técnica aperfeiçoada, orientada para atender o mercado.

O objeto deste estudo é o entendimento da implantação de política pública, classificando agropecuaristas familiares em “viáveis”, “em transição” e “não viáveis”, conforme especificam os critérios do PRONAF, definindo o direcionamento para o agropecuarista familiar, que receberá as limitadas verbas públicas. Por conseguinte, definiram-se os objetivos e critérios dessa política pública.

A percepção da agropecuária familiar como atrasada, mas com potencialidades, conduz a elaboração de proposta com limites à atualização tecnológica e ao acesso a dados sobre o mercado e as formas atuais quanto ao desenvolvimento das atividades. Com o intuito de buscar eficiência produtiva, mas com criatividade e também possibilidades de aumento da potencialidade, fomentam-se políticas públicas ao segmento, com boas condições de superar e harmonizar as condições atuais das famílias rurais.

A integração dessas unidades familiares aos centros para comercializar sua produção tem algumas implicações. Primeiramente, afasta a participação na sociedade e na economia de uma quantidade expressiva de pequenos agropecuaristas, considerados de reduzida possibilidade em superar suas próprias dificuldades em desenvolver as práticas rurais. A atividade elaborada pelos chamados “viáveis” pressupõe que não agrega a renda da terra, nem outros eventuais ganhos com as atividades produtivas. Ao incentivar os agropecuaristas em pequena escala para que tenham participação efetiva no desenvolvimento econômico e social, os estudos nesse campo não esclarecem a capacidade do lucro na atividade familiar em pequena escala (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998).

Os custos originados pela agropecuária familiar não têm relação com a maior eficiência nas atividades produtivas ou uma maior produtividade, não sendo possível associar esses custos limitados às dificuldades na questão econômica rural em pequena escala. Esses custos estão associados à situação do produtor por conta própria na propriedade familiar rural em pequena escala. “É possível raciocinar que os custos são baixos porque são pequenos em mercados exclusivos, e têm espaço social e econômico de integração restrito” (MOREIRA, 1997, p. 9). Ao ser comparado o mercado em que estão as grandes capitais, nos setores financeiro e de insumos industriais para a agropecuária e agroindústria, por exemplo, a

produção de origem familiar não é vista como competitiva (MOREIRA, 1997). Na abordagem sobre a agropecuária familiar no campo econômico quanto ao PRONAF, esse parâmetro tem considerável importância, pois influencia diretamente na continuidade da família rural.

Os pesquisadores Abramovay e Veiga (1998) criticaram o PRONAF, no tocante ao critério de escolha dos agropecuaristas que poderão receber recursos. Para eles, deveria ocorrer maior número dos “mais aptos”, permitindo que esses produtores alavancassem sua atividade produtiva, e o que aconteceu foi à escolha de maior número dos produtores com menos recursos, os quais foram beneficiados. Quanto ao quesito técnico no que se refere à crescente atividade produtiva do produtor “viável”, analisou-se que a política pública mantém a escolha baseada somente em critério técnico nessa atividade familiar, quanto ao referencial de resultados das medidas adotadas e o respectivo desempenho alcançado. Segundo o critério de avaliação do PRONAF, o verdadeiro agropecuarista em pequena escala é o profissional que sobrevive e reproduz por intermédio de uma única atividade econômica – critério de valorização da família rural especializada e modelo nessa atividade, a ser estimulada no setor agrário.

Carneiro (1999, p. 11) estuda a agropecuária familiar, levando em conta as especificidades próprias dessa atividade rural, com critérios diferenciados dos parâmetros da atividade urbana. Para essa direção, ela é considerada patrimônio cultural e natural. Conforme Carneiro (1999, p. 11):

Agricultura familiar não é sinônimo de trabalho familiar. O que distingue a maioria das formas sociais de produção como familiar é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social através da formulação de estratégia (conscientes ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (a herança) e à transmissão da exploração agrícola (a sucessão). No entanto, não são raras as unidades de produção agrícola sustentadas exclusivamente pelo trabalho do casal ou por apenas 1 dos membros do casal.

A identidade entre a propriedade familiar e as atividades elaboradas por seus membros (núcleo) é diferente da identidade dos grupos formados pelo parentesco e por atividades exclusivamente relacionadas com a produção. A agropecuária familiar e multiativa praticada em pequenas propriedades se articula, através de fundamentos oriundos da organização familiar, com base na lógica das relações sociais em uma esfera do social (a do parentesco por exemplo), diferenciando-se da outra citada anteriormente, que se baseia exclusivamente na produção.

O PRONAF afastou-se de critérios baseados na competitividade, evitando assim excluir elevado número de agropecuaristas que seriam evidentemente considerados “inadequados” ou “inviáveis” economicamente, diante dos limitados recursos disponíveis, ou uma forma de não desperdiçar recursos limitados. Não estão incluídas no programa as famílias que executam atividade sazonal, que não possam aproveitar todos os membros disponíveis, em regiões onde haja elevada oferta de emprego, em propriedades com múltiplos projetos individuais ou coletivos de agregação de renda, entre outros critérios que não se coadunam com o modelo de política pública assumida pelo PRONAF (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998).

Outro fator que dificulta a captação de recursos pelo PRONAF é a exigência de 80% da renda familiar na atividade agropecuária, excluindo a possibilidade de auferir renda com atividades não agrícolas ou outra fonte de recurso, restringindo a possibilidade de melhoria da qualidade de vida das famílias de pequenos agropecuaristas no campo (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998).

A agropecuária familiar é diversificada e criativa, conforme foi descrito anteriormente e constatado em pesquisa realizada pelo governo federal. Essa constatação implica a elaboração de práticas diferenciadas para essa categoria, o que requer ação específica, fazendo com que se assumam um método próprio e que se reveja a premissa estabelecida no passado quanto à política pública para o setor rural em pequenas propriedades.

A agropecuária familiar não é um grupo social homogêneo,

Algumas características próprias determinam a diversidade social, devido a diferente condição de produção, como o tamanho da propriedade, o conhecimento de técnicas, facilidade ou não de acesso a crédito, bem cultural quanto à tradição, saber-fazer, valores, situação social como o tamanho da família (gênero e quantidade de filhos), relação social, conhecimento de comercialização (LAMARCHE, 1993, p. 11).

Quanto aos usos do patrimônio familiar na atividade agropecuária, a forma social de atividade produtiva é o papel preponderante da estrutura como reprodução social familiar, mediante estratégia individual ou coletiva na reconfiguração dos aspectos que mantêm e dão continuidade à gestão do patrimônio, assim como à questão ambiental. Todavia, na propriedade familiar, em muitas situações, a atividade produtiva e tradição são mantidas pelo casal ou por apenas um membro. A dispersão dos membros do núcleo familiar, no entanto, dá-se de maneira variável (CARNEIRO, 1999, p. 7).

A família organiza a propriedade pelo trabalho, o que resulta em atividade produtiva na ruralidade. Convém delimitar a identidade do grupo unido por parentesco e atividade

produtiva. A articulação é resultado da criatividade familiar, porém ressalta-se a lógica da relação social quanto ao parentesco, diferentemente da forma como a atividade produtiva acontece, algumas vezes diferente do grupo que compõe a família. A propriedade não se limita à utilização da mão de obra desses membros. Há a possibilidade da contratação de trabalho assalariado externo, ou os membros da unidade familiar auferem salário fora da propriedade, o que não caracteriza, entretanto, descontinuidade familiar.

Na análise da família e da atividade produtiva, podem ocorrer à fragmentação da propriedade e a perda dos laços sociais na identidade familiar, quando há a sobreposição do indivíduo sobre o coletivo, com perda cultural e social, e a terra terá valor equivalente à mercadoria, descaracterizando o patrimônio como bem socioeconômico (CARNEIRO, 1999, p. 9).

A distinção entre agricultura familiar e patronal é possível pela delimitação do número máximo de trabalhadores externos, assalariados, comporta a propriedade. O caráter familiar na pequena agropecuária acontece pela presença de ao menos um membro da família que administre a atividade produtiva e desenvolva as tarefas necessárias na propriedade. Esse agropecuarista em pequena escala ocupa o papel de líder da família na unidade de atividade produtiva, integrando parentesco com o grupo familiar e a propriedade, assim como a produtividade e o consumo doméstico. Ao relacionar essa condição com a política pública, o incentivo financeiro à agropecuária familiar é direcionado as famílias que não utilizam mão de obra externa permanente assalariada ou membro externo que agregue trabalho a propriedade rural (CARNEIRO, 1999, p. 12).

Nessa condição específica, deve-se considerar a peculiaridade regional da ausência de membros do núcleo com o deslocamento para a atividade urbana, ocorrendo à intensificação do processo de individualização no seio familiar, com a possibilidade de a família se transformar em atividade somente de rendimento, e com o risco de a gestão de unidade produtiva ser individualizada. Nessa situação se justifica a inclusão da família no PRONAF, por conta de um trabalhador contratado em caráter permanente.

Essa eventualidade dá-se na agropecuária familiar praticada no sul do país,

A busca da atividade não agrícola, no ciclo de vida doméstica campesina, é a forma de adaptação conjuntural, na elaboração da produtividade, em propriedade onde ocorre a atividade rural familiar. É a forma de execução das ações de fazeres, completamente diferente da forma como o agropecuarista-empresário de ponta desenvolve a produção, ou também diferente da agropecuária em pequena escala tradicional. Esta atividade não agrícola caracteriza o aumento da margem de capacidade de resistência, a difícil situação enfrentada nas pequenas propriedades, permitindo aos

indivíduos utilizarem uma condição mais favorável encontrada no mercado de trabalho externo ao núcleo familiar (CARNEIRO, 1999, p. 1).

O conteúdo das relações familiares na agropecuária não está generalizado com uma realidade natural. O entendimento da atividade produtiva familiar não se restringe a semelhanças com a atividade econômica urbana como produtividade, rentabilidade e competitividade. O significado dos fatores econômicos pode ser explicado pela questão social, pois, para que ocorra atividade produtiva na pequena propriedade, é condição necessária principal primeiramente a atividade socioeconômica familiar. O significado da relação está imbricado com a elaboração de política pública voltada para a melhoria da condição de vida e consequente ampliação da cidadania. Desse modo, clareia-se a compreensão do conteúdo e da forma da relação familiar na agropecuária em pequena escala, oportunidade fortalecida pela ação pública, conforme mencionado no estudo de Carneiro (1998, p. 18).

Na análise da família como atividade produtiva ou como unidade socioeconômica de seus membros, na situação cultural e material distinto é levado em conta o aspecto na prática social familiar em pequena escala, posicionando em um plano diferenciado os aspectos técnico e econômico do processo, na elaboração das atividades.

Para entendimento da tradição cultural ou da identidade com a terra ou com a agropecuária referente aos valores do saber fazer na unidade familiar, suas potencialidades e o desempenho da atividade multiativa, foi definida a agropecuária familiar por categorias. Nessa atividade se puderam reconhecer a pluriatividade como articulação não agropecuarista e a agropecuária exclusivamente dedicada a essas tarefas rurais – tanto a monocultura como a policultura. Nessa segunda categoria, a forma social da atividade produtiva está integrada ao desempenho comercial em que o pequeno agropecuarista desenvolve, combinando o autoconsumo com a comercialização.

Quanto à questão social e cultural, é possível haver avanços ou recuos. Avanços não significam necessariamente a melhoria da questão social e cultural, medida por meio da atividade produtiva e rentabilidade, podendo ocorrer maior desenvolvimento das ações produtivas ou a destituição de laços de solidariedade e consequente descontinuidade familiar. Por exemplo, o afastamento de filhos da família rural pode causar considerável recuo concernente aos aspectos social e cultural. O questionamento é no sentido da continuidade social, cultural e econômica garantida pela atividade produtiva na agropecuária em pequena escala.

A propriedade familiar pluriativa vivencia situação de fortalecimento ou enfraquecimento quanto à questão social e à integração com a comercialização de produtos da agropecuária e outras atividades no campo. Em função do fenômeno socioeconômico, a continuidade familiar quanto aos aspectos social e cultural incorpora ações de fatores distintos relacionados à economia, sendo chamado também de novo rural.

Para Carneiro (1998), o estudo da família rural

introduz o critério de classificação que associa uma performance econômica (sucesso ou insucesso em termos de produtividade) – mais impessoal, de aferição provida pelo mercado – e uma *performance* cultural-psicológica (graus diferenciados de bem-estar) – mais pessoal, de aferição provida por valores priorizados pelos indivíduos e famílias, ou ainda pelos valores locais e regionais (CARNEIRO, 1998, p. 16).

O desempenho da atividade não agropecuária na propriedade familiar, mediante a análise qualitativa, permite o entendimento das diversas ações pluriativas na dinâmica rural. A atividade não agropecuária e pluriativa representam diversidade de atividade produtiva e comercialização, prestação de diversos serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, transformações agroindustriais, venda direta ao cliente, entre outros, caracterizando significados distintos na diversidade familiar, praticamente sem condições de avaliação econômica, como, por exemplo, o acréscimo de 20% do total da renda familiar (CARNEIRO, 1998).

Essa diversidade não agropecuária afeta a dinâmica social, cultural e econômica na propriedade familiar. Ao investigar a família rural, constata-se limitação na rentabilidade gerada na agropecuária em pequena escala, atingindo contingente maior de pessoas que aquele que se dedica à pluriatividade. A dúvida que surge é: o que faz com que alguns sejam pluriativos (mesmo temporariamente) e outros não assumam essa diversidade de atividades?

Carneiro (1998) reflete sobre a elaboração da atividade produtiva familiar e a comercialização da produção no ambiente da tradição rural:

A partir dessa constatação, surge à tradição histórica cultural, o saber-fazer, a rede social, enfim, o patrimônio histórico cultural, direcionado ao recurso da prática não agropecuária. A ação familiar depende não somente do capital econômico à disposição, mas do trabalho principalmente e condição de comercialização, além obviamente do patrimônio familiar, ou seja, da articulação individual e coletiva, para enfrentar a situação da manutenção da renda familiar e reinvenção da tradição campesina (CARNEIRO, 1998, p. 23).

As estratégias familiares são executadas além da questão econômica. O esforço na produtividade de se tornar individual, por exemplo, pode direcionar a família motivada pelo valor cultural em termos de patrimônio territorial e atividade agropecuária. A ação familiar não ocorre harmoniosamente em termos individual e coletivo, mas resulta de disputas e acordos, por meio de conflitos e disputas, mostrando contradições presentes entre a forma individual que aumenta em detrimento das ações familiares na propriedade. São interessantes a avaliação e observação desse efeito na transformação da propriedade familiar de atividades produtivas e de continuidade do patrimônio cultural e natural.

A forma de executar atividades agropecuárias multiativas permite envolver irmãos que retornam da área urbana, além de noras ou até mesmo terceira em trabalhos domésticos, para dar conta da produtividade em alguns momentos de intensa atividade sazonal. A execução das tarefas depende da ajuda familiar disponível em cada propriedade.

As propriedades familiares segundo as formas que direcionam a continuidade social caracterizam-se pela relação entre atividade produtiva, propriedade e família. A diversidade entre elas são os resultados que estão à disposição, pela questão socioeconômica (condições extra familiares) e pelas condições inerentes à família, que realizam suas próprias estratégias para a continuidade socioeconômica e cultural. Nessa linha de raciocínio, os autores Graziano da Silva e Del Grossi (1998, p. 56) reconhecem as seguintes categorias, levando em conta características regionais, culturais e econômicas, tendo como princípio as relações sociais:

- família agropecuária de caráter empresarial (ou verdadeiro agropecuarista): produção orientada para a comercialização, buscando satisfação quanto à atividade produtiva de forma crescente, apoiado na situação patrimonial e social favorável, questão econômica e técnica, melhoria da rentabilidade. Este agropecuarista tem situação beneficiada pelo patrimônio herdado, acesso a prática e saber técnico especializado, condição física de produtividade, entre outros fatores, desenvolvendo trajetória ascendente (ou, por questão externa ou interna, descendente), confirmada pela prática da agropecuária em pequena escala;
- família camponesa: o objetivo de direcionamento da atividade agropecuária em pequena escala não é a busca exclusiva da produtividade nem a rentabilidade, mas a manutenção e continuidade do patrimônio familiar e desenvolvimento social. A família é mais importante que a produtividade, associada à propriedade e atividade agropecuária. A múltipla forma individual e coletiva, em razão da limitada condição de produtividade, visa a diferentes formas de manter a atividade produtiva e garantir a continuidade social que se encontra ameaçada. Há um esforço para preservar o patrimônio familiar em meio à múltipla atividade, em vários casos insuficientes para manter o grupo familiar;

- família agropecuária urbana: tem forte vínculo com uma localidade definida, sem orientar-se pelo padrão de produtividade, procurando resgatar valores próprios. Busca melhoria de vida, de acordo com as condições de comercialização locais, com retorno quanto à rentabilidade. A pluriatividade é característica deste tipo de agropecuária em pequena escala. A forma individual de trabalho está lado a lado com a questão socioeconômica familiar, mantendo prática de atividade não agropecuária, contrapondo a família camponesa. É uma nova forma familiar de atividade agropecuária, estimulando através do coletivo o bem socioeconômico e cultural, para a continuidade familiar. A dificuldade da agropecuária familiar na rentabilidade para atender as necessidades familiares, faz com que estimule formas para esse novo processo sociocultural, com a diversificação e criatividade quanto à atividade econômica.

Há ainda categorias de agropecuaristas familiares, descritas a seguir, relacionadas à propriedade, cujo trabalho não está afeto a atividade produtiva familiar e sua atuação tampouco é multiativa:

- “neo-rurais que exercem atividade produtiva agropecuária ou não, sem tradição na atividade campesina, assumindo o papel de mero administrador da produção” (GIULIANNI, 1990, p. 36);

- recém-assentados rurais de origem urbana, que atuam na pequena produção agropecuária como alternativa à restrição de trabalho urbano, com baixa remuneração por conta de mão de obra não especializada e dificuldade de reprodução social na cidade, buscando a migração cidade–campo para contornar a questão da sobrevivência urbana. Categoria proposta por Alentejano (1997, p. 107).

A seguir, foram relacionadas formas não agropecuárias, em que a execução da atividade familiar rural se encontra em segundo plano, ainda citadas por Alentejano (1997, p. 110):

- o objetivo principal é manter a atividade agropecuária associada à preservação do patrimônio familiar, com identidade social e cultural diretamente relacionada à atividade da agropecuária, por meio da figura do pai, mantido nesta atividade com a ajuda financeira dos filhos, que obtêm renda na área urbana. Outra situação que também contribui para essa realidade é o tamanho reduzido da propriedade. Sem os recursos mínimos para intensificar a produtividade, a atividade agropecuária em pequena escala torna-se secundária, e a propriedade familiar é mantida como bem simbólico ou reserva de patrimônio associado à família;

- a proximidade urbana ou a maior interação, em função da proximidade com a cidade tende a modificar a questão simbólica rural, transformando a referência do meio agrário. Ocorre a elaboração de outras atividades e a subordinação da família rural à sociedade urbana. Isso minimiza o aspecto familiar como sentimento de indivíduo identificado tanto no aspecto social, como cultural, rompendo a relação indivíduo com a família tradicional quanto ao aspecto agrário, caracterizando a individualização na família, ocorrendo a transformação do patrimônio familiar somente em valor agregado. A atividade agropecuária familiar em pequena escala torna-se aspecto secundário, sendo somente residência de membros da geração mais velha, abandonando a atividade rural após a morte dos pais. Nesta condição, não há continuidade da propriedade familiar, resultando somente a comercialização do patrimônio entre os herdeiros. Os laços familiares se desfazem, com a perda de identidade da propriedade quanto à agropecuária ou à multiatividade, havendo novos usos do patrimônio, desfazendo a continuidade do núcleo familiar e identidades socioculturais com o meio rural;

- com o objetivo de priorizar a formação educacional dos filhos, na busca de oportunidade no meio urbano, há descontinuidade na atividade agropecuária familiar. A busca de alternativas de atividades aos membros familiares distante da propriedade, conduzindo a descontinuidade na atividade rural. Este fenômeno atinge os jovens, que não priorizam a continuidade do patrimônio familiar, mas sim a escolarização elevada. Com a ausência de sucessor na atividade agropecuária em pequena escala, é possível ocorrer descontinuidade familiar na propriedade rural;

- a estratégia de ampliar as condições de rentabilidade da propriedade familiar, através de outras atividades, por exemplo, como comércio, prestação de serviços, pousada, restaurante, pesque e pague, entre outros, resulta na agropecuária como atividade secundária. Dessa forma, há a possibilidade de descontinuidade sociocultural da atividade rural.

1.5. POLÍTICA PÚBLICA, ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E PLURIATIVIDADE

A relação entre o campo e a cidade é alvo de reflexão, tanto por parte de pesquisadores e estudiosos do assunto, como também entidades ligadas a órgãos municipal, estadual e federal, haja vista a necessidade de formulação de política condizente a atender à demanda de moradores no que se refere a processos e extensão rural, tecnologia, infraestrutura, educação e saúde.

Para entender de forma mais abrangente a situação agrária, é feita uma retrospectiva da situação que envolve diversos aspectos socioeconômicos quanto à ruralidade no país, abordada por autores como Abramovay (2003), Graziano da Silva (1997; 1998; 1999), Veiga (2004), Oliveira (2004), Ortega (2002), entre outros que discutem a questão rural e o patrimônio social.

As transformações na sociedade influenciaram diretamente a agropecuária em pequena escala, quer quanto aos aspectos socioeconômicos ou as ações na área rural. O início dos anos 1990, conforme citou Graziano da Silva (1997), se caracterizou por mudanças da política agrícola, quando houve, por exemplo, a descontinuidade dos preços mínimos e também a redução dos recursos públicos ligados ao setor agrário, desta atividade econômica familiar em pequena escala.

Deste período em diante, ocorre o surgimento da urbanização de forma intensiva, ou seja, com influência direta na agropecuária familiar. Por outro lado, houveram algumas melhorias para o espaço rural, sobretudo nos sistemas de telecomunicações e infraestrutura, com a chegada da energia elétrica em algumas comunidades, readequação de estradas, entre outras melhorias, que trouxeram profundas mudanças quanto a continuidade ou descontinuidade no patrimônio rural.

Nesse período, Graziano da Silva (1998) chama a atenção por conta da crescente urbanização verificada no meio rural, pela repercussão nas relações de produtividade. Por outro lado, o autor cita que do ponto de vista social esse estilo de crescimento agroindustrial ocasionou, em função da concentração de terra no campo, a escassez de mão de obra no campo e o aumento da classe de menor renda na cidade.

Para Graziano da Silva (1996 *apud* MATTEI, 2000), o novo rural brasileiro urbanizado nas últimas décadas em função do processo de industrialização da agropecuária em pequena escala, por influência da industrialização do urbano, que anteriormente era rural. Surgiu então um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em regiões específicas, assim como uma série de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, a atividades de prestação de serviço e industrial e ao turismo. Algumas atividades já existiam, mas não tinham importância como atividade econômica, como, por exemplo, a horticultura, a piscicultura, a criação de pequenos animais, entre outras atividades de pouca valorização, que se tornaram atividades produtivas. Essas atividades podem estar ligadas a ruralidade citadas anteriormente, como pluriatividade ou não agrícola.

Outro aspecto comentado por Graziano da Silva (1999, p. 95) diz que o “rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial, e do ponto de

vista da organização da atividade econômica”. Sob esse aspecto, as cidades possuem atividades mais amplas além da indústria e as áreas rurais, prestação de serviços, panificação, lazer entre outras.

Os autores Caiado e Santos (2003) concordam com essa ideia, pois ressaltam que no contexto em que a atividade produtiva agropecuária é realizada com auxílio tecnológico, ocorrem no meio rural várias atividades não agrícolas, por exemplo, a mão de obra do homem com sua enxada, os pneus de modernas máquinas de plantação e colheita, a comercialização de produtos, a panificação, turismo, além do caminho percorrido para levar diversos produtos até chegar às prateleiras dos mercados, ou ainda, a formação de associações ou cooperativas de pequena agroindústrias familiares.

O ponto de vista do economista José Veiga (2002 *apud* ORTEGA, 2002) tem outro sentido, ao ressaltar que o avanço das pluriatividades no campo não implica a “desterritorialização do espaço entre o urbano e o rural”. Acrescenta também que, por mais que a estrutura dinâmica da atividade socioeconômica rural se aproxime em semelhança à economia urbana, ela não diminui as suas diferenças no aspecto sócio-cultural. Ao contrário, o autor reflete que a mudança leva à valorização do ambiente natural e não à urbanização do campo.

Para Abramovay (2003, p. 71), a definição do rural tem relação direta ou ao menos parcial com o “arbítrio dos poderes públicos municipais. Muitos países consideram rurais as localidades abaixo de certo patamar populacional”. Acrescenta ainda que espaço urbano e unidade urbana não são termos sinônimos: “As grandes cidades são polos urbanos”.

O crescimento urbano em sua dinâmica de *polis* incrementa a necessidade de produtos até então desconhecidos, assim como serviços que somente o meio rural é capaz de atender. Todavia, Graziano da Silva (1999) enfatiza a ruralidade como característica própria não urbana, pensando que a visão do mundo rural está diretamente vinculada à mudança do mundo agrário, pois o urbano tem relação com a indústria e à prestação de serviço. Porém a identificação do mundo rural tem sua caracterização própria, voltada exclusivamente à atividade agropecuária.

Levando em conta essas considerações até o momento, enfatiza-se a reflexão proposta por Graziano da Silva (1999) de que é preciso reconceituar o agrário, pois no fim do século XX as “áreas rurais dos países desenvolvidos começaram a exibir formas sociais e econômicas”.

Essas inovações demandaram novos modos de regulação por parte do uso do solo, das bacias hidrográficas, entre outras práticas que requerem a presença do órgão público em todos

os níveis. A percepção dos conceitos tratados de forma intrínseca permite o entendimento de características próprias individualizadas que existe no meio rural.

Em continuidade ao que foi exposto no item anterior, o entendimento quanto às limitações da aplicação de política pública no campo, é explicada devido às dificuldades que a família vive, em função das transformações ocorridas na área rural. A política deve avançar não só com a questão econômica, mas também a social e cultural, diminuindo a distância rural-urbano. Com base nesse raciocínio, os municípios com predominância da atividade agropecuária na economia e que, portanto, apresentam dinâmica eminentemente rural, podem receber política pública priorizando a atividade essencial dessas áreas, sobretudo a atividade agropecuária. O investimento público nessas áreas considera especialmente a atividade da agropecuária familiar, que é a principal geradora de alimentos, renda e emprego no campo.

Os autores Campanhola e Graziano da Silva (2000) lembram que a política pública deve abranger todo o aspecto de determinada área do campo no município e atender de fato à necessidade dela, visando ao seu desenvolvimento. É necessário um planejamento integrado para a aplicação de política pública, que se destina a atender às reais necessidades da população de cada área rural. “Qualquer iniciativa de planejamento local deve se iniciar pela caracterização socioeconômica e ambiental dos recursos disponíveis e pelo zoneamento territorial organizado tanto local como regional, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável” (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 83).

Esses autores complementam que é preciso pensar a elaboração de política pública, por meio da orientação das ações que se fundamentam nos instrumentos integrados, das diferentes necessidades e preocupações econômicas, ambientais, políticas e sociais da comunidade de um determinado local, visando sua aplicação diretamente nas famílias rurais.

O acesso à infraestrutura faz-se necessário através do crédito e assistência técnica, para que aconteça mudança e desenvolvimento. Para isto, é importante a realização de projeto que abranja a totalidade das necessidades de cada localidade, que envolva as diversas dimensões configuradas no espaço geográfico (política, econômica, cultural e ambiental) e que dê condições de autonomia e emancipação para a população daquela localidade. No entanto, a política pública é limitada em promover esse processo em cada comunidade rural. Em sua pesquisa, Veiga (2004, p. 38) salienta que as áreas rurais vêm apresentando crescimento:

As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridade do patrimônio histórico cultural e natural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais dos espaços urbanos e rurais. Enfim, a visão é uma inelutável marcha para a urbanização como única via

de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram.

Veiga (2002 *apud* ORTEGA, 2002) alerta para o fato de que os programas previstos em políticas públicas insistem em propor e executar políticas setoriais, entretanto o rural é mais abrangente que se possa ter a percepção quanto à área agrária. Com base nesse conceito, o autor acrescenta que o corte rural das políticas públicas encontra respaldo nos clássicos das ciências sociais do século XIX, que apontavam para o esvaziamento do campo, classificado como local de recursos limitados.

Em segmentos de pensadores contemporâneos, formuladores e gestores de política pública, além de lideranças representativas do setor patronal rural, que defendem a maximização da competitividade do agronegócio, o qual passaria pela eliminação de excesso de agropecuaristas familiares. Fundamentado nessa ideia, o autor entende que há necessidade de um plano estratégico para a ruralidade brasileira: “Um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agropecuária e os setores terciários e secundários das economias locais” (VEIGA, 2002 *apud* ORTEGA, 2002, p. 35).

Com base nas colocações de Veiga (2002 *apud* ORTEGA, 2002; 2004), entende-se que o rural, juntamente com a atividade que lhe é peculiar, bem como a nova atribuição colocada, como por exemplo, a valorização do patrimônio cultural e natural, deve ser priorizado, valorizado e considerado, ao ser proposta política pública para o município em que ocorre a atividade agropecuária em pequena escala.

Tratando-se de política pública para o campo, Graziano da Silva (1997) salienta que essa política continua sendo voltada para a redução do isolamento da população rural, pela melhoria do sistema de transporte e comunicação, da condição de vida (quanto à habitação e à saúde) e da qualificação dos ensinos básico e técnico.

A respeito de avanço necessário na política pública para o campo, Graziano da Silva (1997, p. 32) destaca:

A reforma de 1992 da política agrária comum européia representou um significativo avanço no sentido de tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtivista. A introdução de pagamentos compensatórios como um dos instrumentos fundamentais de proteção dos pequenos produtores em regiões desfavorecidas e a eleição da preservação ambiental e do reflorestamento como diretrizes centrais, representou uma possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da comunidade.

Com esse exemplo, o autor demonstra um novo modelo para pensar a aplicação de política pública para o campo, um modelo que representa avanço, já que não leva em conta apenas o caráter da atividade produtivista, mas a prioridade de proteção dos pequenos agropecuarista e a valorização ambiental.

Lemes, Lemes e Matos (2009) refletem sobre as relações entre o rural e o urbano e ressaltam que tudo se faz por interesses econômicos e políticos. No caso tratado, a definição dada à cidade e ao campo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não atende mais às reais necessidades dessas grandes fontes de atividades produtivas. Para tais definições, faz-se necessário averiguar a realidade populacional, social, política e econômica da localidade, visto que o atual modelo estimula a desigualdade. Sobre isso citam as autoras:

A imagem do campo esteve muito tempo relacionado ao passado, ao arcaico. A cidade ao contrário, era associada ao futuro, à modernização e ao desenvolvimento. Com a expansão do capitalismo no campo, essa visão vem sendo superada. O campo e cidade são abordados numa perspectiva em que suas funções se complementam (LEMES; LEMES; MATOS, 2009, p. 8).

Assim como Marques (2002, p. 98), as autoras ressaltam que há a adoção do conceito de continuidade entre o campo e a cidade, entendendo que o urbano é a extensão do campo, e o campo a extensão do urbano, pois as formas de vida e de trabalhos rurais e urbanos estariam integradas, havendo conexão entre elas. Outro autor que defende a ideia de continuidade entre o rural e o urbano é Graziano da Silva (1997). Já Oliveira (2004), quando dialoga sobre o desenvolvimento e a expansão do urbano, com base na ideia de continuidade, esclarece:

O urbano tornou-se, assim, maior que a cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. Mas isso não quer dizer que um foi incorporado pelo outro, como parece entender o autor (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

Nesse sentido, Oliveira (2004), não concorda com a ideia da continuidade entre o rural e o urbano, ao deixar entendido que campo e cidade têm relação mais interativa. No entanto pode ser errôneo pensar que houve incorporação de um pelo outro, no modo de pensar desse autor. O aspecto interessante da relação campo e cidade é o fato de que residir em uma dessas áreas não significa necessariamente que o indivíduo desenvolva atividade econômica específica de tal área, até porque, como destaca Graziano da Silva (1997), é cada vez mais complexo distinguir entre o rural e o urbano: “As cidades não podem mais ser identificadas

apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 27).

É cada vez mais comum que integrantes das famílias rurais trabalhem na cidade, por necessidade para complementar a renda, ou optem por viver no campo, buscando mais proximidade com suas atividades anteriores. Outro aspecto importante são os agropecuaristas em tempo parcial, ou seja, que dividem o tempo entre as atividades agrícolas e outras pluriatividades ou não agrícolas.

Também são cada vez mais comuns moradores da área urbana desenvolverem trabalhos no campo, algumas vezes por terem se retirado da área rural pelo processo de modernização agrícola, ou porque trabalhos em alguns locais no campo, com o processo de modernização, exigem qualificação técnica especializada, e essa população encontra ocupação, principalmente na cidade.

É interessante ressaltar que a área rural cada vez mais se tornou refúgio de lazer para o morador da cidade, por conta da vida tranquila e facilidade de deslocamento, e isso faz com que a paisagem rural seja cada vez mais impactada, com a formação de chácara de fim de semana, hotel fazenda entre outras atividades relacionadas ao rural.

Graziano da Silva (1997, p. 45), ao abordar esta temática, propaga:

A criação de empregos em pluriatividade na zona rural é, portanto, a única estratégia possível capaz de simultaneamente, reter esta população humilde nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural, impulsionando um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos), propiciando maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.

O autor lamenta o fato de que a visão dos dirigentes políticos, nas instâncias federal e estadual, é a de insistir no desenvolvimento agropecuário em pequena escala como forma estratégica quanto à solução da carência de atividades e da menor renda rural. Os municípios continuam sem criatividade quanto a desenvolverem programas que possam ir ao encontro das necessidades dos moradores dessas áreas, que exercem atividades cada vez menos agrícolas, embora queiram a regulamentação do poder público para o campo em relação a lazer, turismo, preservação ambiental, moradia, entre outras multiatividades.

Quanto às estratégias que possam ser colocadas em prática, para manter e estimular a continuidade do patrimônio cultural e natural no campo, o município tem papel que vai além das limitadas políticas públicas, tendo em vista que o planejamento municipal tende a ser mais

estratégico no que se refere às necessidades das localidades, por levar em conta as características específicas, na medida em que ocorre numa escala de análise menor na gestão do patrimônio.

Tratando-se de política pública para o campo, Bossi (2011, p. 3) salienta: “A competência municipal no planejamento e gestão do seu território tem sido cada vez mais abrangente desde a Constituição Federal de 1988”. Ainda, cita o artigo 30.º, inciso VIII, acerca dos municípios: “Considerado ente federado autônomo, ao município compete promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BOSSI, 2011, p. 3). Também fala sobre o estatuto da cidade, que ampliou essa abrangência no artigo 2.º, VII, que estabelece como diretriz a “integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais” (BOSSI, 2011, p. 3). Concernente a isso, Bossi alerta que não se pode pensar “que o plano diretor deva abranger o território municipal inteiro e a administração municipal possa se furtar de estabelecer normas e efetuar a gestão para a área rural” (BOSSI, 2011, p. 3).

O Autor cita também que a abordagem rural é complexa, já que a atividade rural se pauta principalmente pelas gestões federal e estadual na maioria dos municípios. Sob o ponto de vista da gestão municipal, o autor entende que a relação urbano e rural é um desafio, porém abre nova perspectiva para a solução criativa, inserindo o município como sujeito da ação, alcançando um patamar mais elevado na relação com o Estado e a União.

Uma nova relação com os municípios vizinhos pode estimular soluções regionais, formando uma cadeia produtiva, estabelecendo o seu papel autônomo e ao mesmo tempo integrado, mediante a associação de municípios, por exemplo, o consórcio intermunicipal e principalmente o comitê de bacia hidrográfica.

O entendimento que possa haver ação conjunta entre as instâncias governamentais, a fim de que, com a aplicação de política pública, se priorizem as reais necessidades da população rural. É essencial que a ação de integração e desenvolvimento seja antecedida por planejamento que envolva órgãos municipal, estadual e federal, entidades civis da sociedade, como universidades, por exemplo, de fomento social, cultural e econômico, com respeito às diferenças entre essas áreas, que conduzam ao avanço e ao desenvolvimento da ruralidade.

2. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL 25 DE JULHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A FAMÍLIA RURAL

Esse capítulo se propõe a discutir como a FMDR25J desenvolve processos e projetos, no sentido de aperfeiçoamento dos conhecimentos em agropecuária praticada em pequena escala, estimulando um melhor uso da terra, que auxilia a permanência de famílias na localidade rural. A questão chave é quanto ao patrimônio cultural e social do Piraí, e sua relação com as políticas públicas na localidade. Além disso, auxilia as famílias em toda a área rural da cidade, sendo a localidade do Piraí objeto deste estudo. Quanto ao entendimento das atividades agropecuárias e a multiatividade na pequena propriedade, foram feitos contatos com membros da FMDR25J e das famílias através de entrevista estruturada¹.

2.1 O INÍCIO E CONTINUIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO

A Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J), conforme regulado pela lei nº 13.164, em 12 de setembro de 2006, através de processos e práticas aplicadas nas propriedades rurais, auxilia as famílias de pequenos agropecuaristas a melhorarem suas técnicas de cultivo, aumentando a produtividade dos plantios e agregando mais rentabilidade. Também são ministrados diversos cursos sobre piscicultura, elaboração de produtos artesanais, melhoria na criação de animais entre outros. Com este auxílio no desenvolvimento das práticas agrícolas, assim como em várias outras atividades, incentiva a continuidade do patrimônio sociocultural das famílias na localidade do Piraí.

Este conjunto de processos e práticas tem como intuito permitir a família rural um maior conhecimento e como consequência a especialização no desenvolvimento das atividades na propriedade, possibilitando a melhoria na produção, pois o homem do campo tem dificuldades em compreender e utilizar novas práticas e processos.

Com esse incremento nas atividades rurais, vislumbra-se que ocorra um aumento na renda familiar, possibilitando, assim, uma estabilidade e segurança à família para desenvolver suas habilidades agropecuárias em pequena escala e permitindo a continuidade do patrimônio sociocultural.

¹Foram feitos contatos com três famílias de pequenos agropecuaristas, três coordenadores e o presidente da FMDR25J através de entrevista estruturada que foi gravada e transcrita posteriormente.

Abramovay (1998, p. 143) pesquisou a agropecuária familiar refletindo os aspectos quanto ao trabalho, gestão, propriedade. Percebeu que o trabalho dos membros da família tem relação direta com a questão da consanguinidade e o casamento. Para Wanderley (2001, p. 38), a agropecuária familiar combina a propriedade dos meios de produção, produzindo para o consumo e comércio, com o trabalho no espaço familiar rural, e a disponibilidade de recursos materiais e imateriais (saber fazer, por exemplo) adquiridos ao longo do processo de construção do patrimônio da família rural.

Pensando desta mesma forma quanto ao desenvolvimento das atividades na propriedade e a continuidade do patrimônio sociocultural, Tedesco (2001, p. 37) também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão-de-obra familiar organizada em torno da e para a família, ao definir conceitualmente a agropecuária familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção da atividade rural, como nos valores e tradição que refletem no patrimônio. Nesse sentido, os membros da família operam dentro de uma forma organizada, em torno de saberes e valores, capazes de assegurar ou não a produção e reprodução dos estabelecimentos, através da permanência ou ausência dos filhos no lugar dos pais.

A alternância das características citadas pelos autores Abramovay (1998); Wanderley (2001) e Tedesco (2001), além do fato da forma produtiva familiar, através das atividades elaboradas pelos membros na propriedade, têm como consequência resultados sociais e econômicos. A realização da multiatividade com o uso da mão-de-obra familiar disponível na família incrementa a rentabilidade na agropecuária em pequena escala e auxilia a continuidade do patrimônio.

Alguns idealistas pretendiam melhoria e desenvolvimento na pequena agropecuária familiar joinvilense, tais como os ex-presidentes da FMDR25J Rubens Altmann e Onévio Zobot entre outros, através de entidade voltada à ruralidade, e que estimulasse teoria e prática em atividades rurais, apoiada pela administração pública municipal. Viram a oportunidade surgir se unindo a algumas pessoas com liderança política local. A pretensão era criar uma fundação com o intuito de utilizá-la de forma a apoiar a família de agropecuarista estabelecida em pequena propriedade rural, na visão dos que pretendiam auxiliar a atividade. Devido às carências no nível da atividade econômica, social e cultural na área rural, o prefeito do município tendo aspiração eleitoral, aproveitou a oportunidade para implantar a fundação que apoia a atividade agropecuária em pequena escala.

Em âmbito nacional e mesmo internacional na década de 80 surge movimento quanto à implantação de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de ensinar técnicas e práticas

para desenvolver as atividades agropecuárias em pequenas propriedades familiares. Ocorrem implantação de propriedades públicas modelo, onde são pesquisadas melhorias em várias especializações da agropecuária. O saber científico se alia ao saber fazer tradicional, causando transformações que fomentam a produção no campo. Surgem então escolas, fundações, institutos para estimular a pesquisa, ensino e prática agrícola (SCHIOCHET, 1985).

Seguindo esta linha de desenvolvimento rural, no município o modelo de inspiração foi à criação da FMDR25J. Para tanto, o estilo e prática foi adotado no centro de treinamento da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina - ACARESC², posteriormente sucedida pela Empresa de Pesquisa Agrária de Santa Catarina - EPAGRI, entidade pública estadual, que atua no fomento da atividade rural. Para tanto, a prefeitura contratou o engenheiro agrônomo Paulo Steiner da ACARESC, com o intuito de implantar e desenvolver atividades desta entidade (VICENZI; 1996). Foi criada com a denominação de Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho pelo município, através da lei municipal nº 814 de 22 de julho de 1966, estando então à frente da prefeitura Nilson Wilson Bender, e em 1976, o nome do órgão foi alterado para Fundação Municipal 25 de Julho. Posteriormente o município alterou o estatuto da FMDR25J através da lei nº 13.164, em 12 de setembro de 2006, sendo confirmadas as responsabilidades desta entidade pública, através do artigo segundo.

O próprio nome da FMDR25J apresenta indícios quanto a principal atividade desta entidade. No dia 25 de junho é comemorado em Joinville o dia do colono. O município criou esta entidade com o objetivo de apoio ao trabalhador rural, auxiliando no aperfeiçoamento de técnicas utilizadas na agropecuária em pequena escala. A FMDR25J auxilia no desenvolvimento de programas de extensão rural, com o objetivo de despertar a consciência para a cidadania do homem rural, quanto à prática de atividades familiares e comunitárias (SCHIOCHET, 1985).

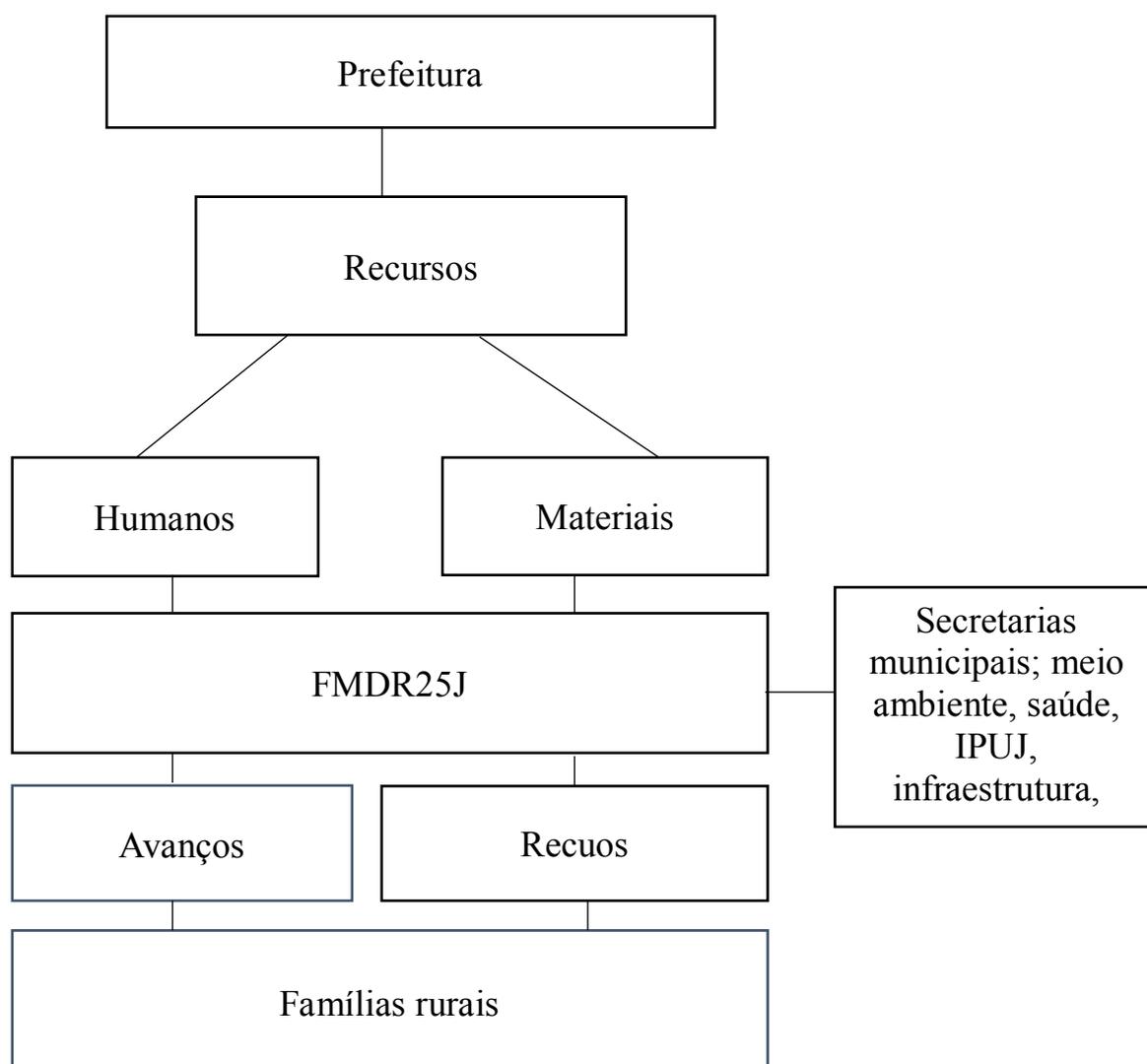
Desta forma, a FMDR25J através da lei municipal no. 814, de 22 de julho 1966, e posteriormente pela lei nº 13.164, em 12 de setembro de 2006, é responsável pela promoção da política de desenvolvimento agropecuário do município.

As propostas da FMDR25J previstas em lei do município abrangem várias atividades, que são desenvolvidas através de política pública municipal. Os avanços e recuos estão relacionados com a disponibilidade de recursos humanos e materiais liberados através de

² Criada através da lei nº 2977, de 23 de dezembro de 1961

previsão orçamentária, assim como o apoio de outras instituições municipais e estaduais, que apóiam a população rural na localidade, conforme pode ser visto na figura 3 a seguir.

Figura 3: diagrama mostrando a FMDR25J e as relações com os órgãos públicos e famílias rurais



Fonte: elaborado pelo autor com base na lei municipal no. 814, de 22 de julho 1966 e nas ações das políticas públicas.

A assistência técnica agrária, por meio de treinamento em práticas racionais, impacta diretamente na multiatividade, tanto os trabalhos de extensão rural visando o aperfeiçoamento de técnicas e processos, como a pesquisa e experimentação agropecuária, que objetivam atender a pequena agroindústria, diversas culturas, o ecoturismo rural principalmente a educação de crianças e jovens oriundos da área rural. Os programas educacionais que

envolvem a escola especializada⁶, anexa a sede da FMDR25J, assim como as escolas isoladas⁷, que compreendem os núcleos especializados em temas agrários, como por exemplo a cultura do arroz, criação de abelhas, gerenciamento de negócios, economia doméstica e saúde entre outros, perfazem a agregação de conhecimentos em técnicas, processos e fenômenos presentes na lida diária em propriedades familiares rurais.

Na entidade municipal são realizadas pesquisas quanto às culturas utilizadas em plantios, criação de peixes e animais para comercialização e consumo próprio. Quando ocorre alteração na legislação, são exigidas adaptações às condições dos agropecuaristas nas propriedades familiares com o apoio da FMDR25J. A busca do equilíbrio no meio ambiente consonante com a legislação em vigor requer orientação e treinamento específico, quanto à preservação da fauna e flora existente na localidade. O maior enfoque dado às questões ambientais busca minimizar a forma predatória como foi explorada a área rural em Joinville, conforme informações dos técnicos da FMDR25J. A redução da área com floresta no estado é elevada, conforme relato das autoras citadas abaixo,

Com uma extensão territorial de 95.985 km², dos quais 85%, ou 81.587 km², estavam originalmente cobertos pela Mata Atlântica, Santa Catarina situa-se hoje como o terceiro estado brasileiro com maior área de remanescentes da mata atlântica, resguardando cerca de 1.662.000 hectares (16.620 km²), ou 17,46% da área original. Registra-se que a área do estado corresponde tão somente a 1,12% do território brasileiro. Esses dados bem ilustram a crítica situação da mata atlântica. A floresta pluvial da encosta atlântica, também conhecida como floresta ombrófila densa, juntamente com seus ecossistemas associados, manguezais e restingas, cobria 31.611 km² ou 32,9% do território catarinense. (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006, p. 3).

⁶ A Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke foi criada em 1989 pelo decreto nr. 6168/89 da Secretaria de Educação do Estado e pelo parecer nr. 452/89. Seu funcionamento foi autorizado em 15 de fevereiro de 1990. É administrada pela Secretaria de Educação e Cultura do município em parceria com a FMDR25J, dados obtidos no blog carloshfunke. .

⁷ Nas escolas isoladas foram implantadas 6 (seis) núcleos denominados de estações, onde são realizadas atividades junto as comunidades: estação da saúde, escola municipal André Immestsberger localizada na rodovia SC 108 ou rodovia do Arroz, km 15 na Vila Nova; estação da agroecologia, escola municipal Ana Soares Paul localizada na estrada Dedo Grosso, 2617; estação do arroz, escola municipal Padre Carlos localizada na estrada Blumenau, Vila Nova; estação da banana, escola municipal estrada Blumenau, localizada na estrada Blumenau, km 18 na Vila Nova; estação do mel, escola municipal Dom Pedro I localizada na rodovia SC 418 (estrada Dona Francisca) em Pirabeiraba (Abaeté); estação antidrogas, escola municipal Lagoa Bonita localizada na rua Lagoa Dourada no Morro do Meio, Nova Brasília. Fonte: FMDR25J, escolas rurais e estações, nov2016.

Quanto ao início e continuidade da entidade municipal, foi criada como centro de treinamento, cuja instalação corresponde a uma empresa rural modelo. Para tanto, recebeu da prefeitura municipal uma área de 300.000 m² e edificações onde funcionava posto agropecuário e se encontrava instalado o centro de treinamento agrícola (CETRA), localizado no distrito de Pirabeiraba. Nesta área foram construídas unidades didáticas demonstrativas que serviram de modelo para os produtores rurais do município. Utilizando o *slogam* "ver o bem feito para posterior imitar", a FMDR25J procurava conscientizar os agropecuaristas a desenvolver em suas propriedades, sob a orientação de técnicos, agrônomos e veterinários de forma mais racional a produção.

Na década de 70, período em que ocorre a consolidação da entidade como empreendimento social, com o auxílio do governo alemão, que colocou à disposição do município três voluntários, um técnico em agricultura, uma assistente social e uma enfermeira. Houve o consenso para os voluntários se instalarem em três localidades rurais: estrada da Ilha, Rio Bonito e Vila Nova. Na entrevista com o pequeno agropecuarista SCHROEDER (2015), é explicado à forma como iniciou os contatos com os produtores rurais na FMDR25J,

A.: Não é fácil... O agricultor, muitas vezes ele também não tem tempo para estar correndo atrás das coisas.

A.T.V.F: e ele, às vezes, fica meio tímido, não é acostumado a conversar com o pessoal?

A.: é, bastante... Na 25 de julho, eu me lembro, têm pessoas lá dentro, o Jakson e o Rivelino, quando eles começaram a carreira aqui, era quando nós começamos a trabalhar com o frango orgânico.

A.T.V.F: sim, lembro daquela época.

A.: ninguém tinha coragem de convidar eles... "Ah, mas são dois 'gurizões', não vão saber nada". Não, eu vou convidar eles, e convidei. Fui o primeiro agricultor que convidou eles para vir dar uma assistência, né. E lá nós vamos trocando as ideias, e vamos... ,porque a Fundação foi fundada em 60 e....

A.: 68, 69.

A.T.V.F: É. Ali que tudo começou então?

A.: É. E os caras realmente, se tu der um desafio para eles, eles vão atrás e conseguem trazer a informação para nós.

Desta forma, a entidade municipal prestou apoio e possibilitou incrementar processos e práticas para o desenvolvimento agrário nos últimos anos, através de assistência técnica às famílias da localidade, o que estimulou e agregou conhecimentos, que aliados aos saberes tradicionais, possibilitou o incremento na rentabilidade e segurança para que pudessem elaborar as atividades na propriedade e continuidade de alguns membros no núcleo familiar,

mesmo que algumas famílias tenham dificuldades em absorver novos conhecimentos repassados pela entidade municipal.

2.2. A FUNDAÇÃO 25 DE JULHO E OS SABERES DOS GRUPOS ENVOLVIDOS

Para que se possa ter percepção quanto à interação entre os agropecuaristas e agrônomos que desenvolvem política pública junto às famílias rurais, é interessante a reflexão sobre os saberes dos grupos envolvidos. A conscientização do pequeno agropecuarista com o saber tradicional em alguns casos herdado de gerações através da tradição e ancestralidade, em outros desenvolvidos de indivíduo para indivíduo, se defronta com o saber científico dos agrônomos adquirido por meio de estudos e testes em laboratórios ou com base em processos técnicos desenvolvidos em escolas rurais.

Esta aproximação na direção das políticas públicas, com conhecimento bastante diverso, ainda que devessem ser complementares, algumas vezes acabam conflitando. São frequentes os desencontros entre esses grupos na localidade estudada, no que trata da utilização na natureza quanto ao uso da técnica e o saber tradicional. No grupo dos agrônomos há maior ênfase sobre as questões de produtividade e rentabilidade, enquanto no grupo dos agropecuaristas familiares prevalece a questão socioeconômica.

As divergências entre saber científico e saber tradicional expõe a fragilidade e o caminho para a agronomia superar essa dificuldade, podendo ser desenvolvido um importante papel no uso racional dos recursos disponíveis nas propriedades familiares e práticas proativas de conservação ambiental.

O coordenador da FMDR25J Ricardo Plotow (2016) comentou na entrevista sobre esta questão:

R.P.: Assim óh, passamos as informações, orientamos, mas percebemos que há uma resistência desse produtor em fazer o cultivo. Percebemos a resistência, não sabemos se é teimosia, se é medo, constatamos que assim nessa população de agricultores. Tem aquele que fala e te atende e faz o que foi orientado, tem o que ouve e fica na dúvida e o que ouve e nem dá bola para o que foi orientado. Planta o arroz do jeito que o pai plantava, que o avô plantava e continua plantando, sem se esforçar em melhorar o cultivo.

Na entrevista citada acima, o coordenador da FMDR25J Plotow demonstra as dificuldades que ocorrem entre a entidade pública e as famílias de pequenos agropecuaristas da localidade, no quesito quanto à implantação de novos processos e técnicas voltadas ao tema agrário.

O distanciamento que havia entre o rural e o urbano, antes de haver infraestrutura como rodovias acessíveis, eletricidade, escolas, telefone, televisão anterior aos anos 70,

dificultava as pessoas da área rural irem ao centro do município e manterem contato com as pessoas, por exemplo, bancos, agentes de saúde, questões para assistência aos animais entre outras necessidades das famílias rurais. A FMDR25J auxiliou os pequenos agropecuaristas quanto aos encaminhamentos que eram necessários para melhorias de processos e projetos rurais.

Nas comunidades rurais, ocorrem reuniões com agenda sobre economia doméstica, noções de saúde e higiene. No início, com os voluntários estrangeiros, estes momentos eram aproveitados para estimular os filhos dos agropecuaristas a frequentarem a FMDR25J, através de cursos intensivos ministrados na instituição. Como exemplo é possível citar que foi construída pocilga no centro de treinamento com todos os detalhes técnicos de instalação para que o agropecuarista que se dirigisse a FMDR25J em reunião ou treinamento, pudesse se conscientizar que uma instalação semelhante fosse implantada em sua propriedade.

Conforme afirmou o ex-presidente da FMDR25J Onévio Antônio Zobot em entrevista¹, a entidade foi

um projeto gigantesco, projetado sem o devido cuidado quanto aos recursos financeiros e humanos, que se necessitaria para torná-lo realidade. Foi projetada como uma empresa, com todos os departamentos, com objetivos e prioridades definidas, com uma estrutura interna exemplar. Porém, sem recursos humanos e financeiros disponíveis e o pior, sem tomar em conta a realidade rural em que vive o pequeno agropecuarista joinvilense. Apesar de todas as justificativas apresentadas, não deixou de ser mais uma criação vinda de cima, com o intuito populista³.

Essa manifestação do ex-presidente esclareceu a relação que persiste na entidade. Os recursos são limitados, impossibilitando a assistência a todas as famílias de pequenos agropecuaristas no município. Desta forma, um número limitado de pessoas é atendido pela FMDR25J quanto a treinamento e extensão rural. Algumas que se dedicam a agropecuária em pequena escala, através da extensão rural, são orientadas quanto a práticas e técnicas e com dificuldades, apoiadas por meio das políticas públicas. A nível municipal, por exemplo, na localidade do Piraí a FMDR25J presta esse apoio em contato direto com o produtor, a nível estadual através de cursos e orientação na propriedade e a nível federal com a oferta de financiamento, principalmente através do PRONAF, possibilitando desta forma manter a propriedade, dando continuidade ao patrimônio familiar.

¹Entrevista com ex-presidente da FMDR25J Onévio Zobot Valmor Schiochet (1985), na entidade pública.

A FMDR25J assumiu a responsabilidade de auxiliar o homem do campo do município, em suas atividades rurais. Mesmo sem a qualidade e quantidade de atividades que foi pensada para desenvolver, aos poucos foi alcançando muitos agropecuaristas no município. Esta busca da entidade municipal pode ser observada na entrevista do atual presidente SCHIOCHET (2016):

V.S. Sim, porque eu diria o seguinte Adhemar, devido aquela citação bíblica, a messe é grande e os operários são poucos, o pessoal fala, nós aqui temos uma messe grande mesmo, mas nós temos os operários, então o que eu vejo é que nós podemos, que estamos repassando conhecimento para as pessoas e fazendo com que isso chegue lá na ponta, não é que não chegou, não. Também estamos convivendo com a crise econômica e a falta de recurso, vamos utilizar, dar condições, cada vez que nós otimizamos ainda mais o nosso potencial intelectual, que temos aqui, não, que o pessoal não fez isso, fez, mas vamos otimizar mais ainda, que nós entendemos que o desenvolvimento e o reconhecimento se desenvolvem através do conhecimento.

A entidade pública tem à disposição recursos humanos e materiais limitados, conforme declarou o presidente, que não permite ampliar o apoio a um número maior de famílias rurais no município. O repasse de verba estadual e federal é reduzido em relação às necessidades, refletindo em auxílio aquém do pretendido quanto à extensão rural prestado pela FMDR25J. Os especialistas que atuam diretamente junto às famílias, têm dificuldades após a implantação dos processos no acompanhamento e desenvolvimento das atividades elaboradas pelos produtores rurais, além disto, restringindo o apoio a uma quantidade menor de pequenos agropecuaristas.

Quanto aos conhecimentos dos especialistas da entidade municipal, como detentores do saber agrícola e responsáveis no repasse de novas técnicas, há conflitos quanto ao saber-fazer tradicional e a difusão desses conhecimentos, com base no incremento da produtividade nas propriedades, conforme citado anteriormente. O resultado é a dificuldade de alguns pequenos agropecuaristas em assimilarem novas técnicas e aplicá-las adequadamente. Todavia, várias famílias conseguem se apropriar das novas técnicas e processos, melhorando consideravelmente o rendimento nas atividades, refletindo em incremento da renda familiar.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS FAMÍLIAS RURAIS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO 25 DE JULHO

A FMDR25J desenvolve fomento agropecuário como a distribuição de sementes, mudas, alevinos, filhotes entre outros, auxilia o homem do campo na obtenção do crédito rural, serviços veterinários, apoio na promoção e organização de festas rurais e eventos relevantes às famílias camponesas. Desenvolve programas educacionais em saúde e economia doméstica, colabora com a pesquisa e trabalhos ligados à biologia, zoologia, zootecnia, bem como a bromatologia ou estudo de alimento animal. Implanta programas de conscientização da preservação da fauna e do meio ambiente, através da gestão da exploração de espécies, aves e animais silvestres, seus produtos e derivados. Também atua na área rural em conjunto com outras entidades municipais e estaduais. É a instituição municipal que mais tem tido contato com o homem do campo através da assistência e de atividade de extensão rural, SCHIOCHET (1985).

Os processos, práticas e atividades elaboradas pela FMDR25J para implantação das políticas públicas foram abordados por SHIOCHET (2016), no qual é ressaltado a atividade de pesquisa agropecuária, conciliando técnicas e práticas tradicionais com o saber científico nos processos desenvolvidos pelas famílias rurais. A produtividade foi estimulada para que houvesse mais oportunidade da melhoria de renda, evitando o êxodo rural ou o desestímulo para que os jovens tenham a oportunidade de utilizarem seu potencial nas práticas rurais:

V.S. então as pessoas, quando elas têm o conhecimento, elas vão e fazem, vão se encaminhando, ela não fica dependente né, ela vai alimentando conhecimento, ela vai construindo e vai em frente. Então, nós temos um exemplo bem típico daqui, de pessoas que buscaram o conhecimento, agricultores nas suas atividades do dia-a-dia e aplicaram aquele conhecimento nas propriedades e hoje tem uma questão até bem interessante, a própria liberdade deles né, porque eles com o conhecimento, eles buscaram também a liberdade nas atividades, eles... e cada vez eles buscam mais, quanto mais eles buscam conhecimento, mais isso é mérito do conhecimento [...]

A presente análise visa fazer alguns recortes de políticas executadas pela FMDR25J desde a década de 1980 (e algumas até anteriores) que tiveram algum tipo de impacto para os empreendimentos rurais. Desta forma, não se vislumbra detalhar cada uma, tampouco analisar sua vigência histórica e/ou cronológica. Mas sim destacar sua existência e como algumas tiveram efeitos diretos e/ou indiretos para as famílias rurais.

O ponto inicial da FMDR25J foi o Centro de Treinamento Agrícola (CETRA), com a implantação de unidades didáticas modelo, baseado em diversas atividades elaboradas para as famílias rurais. Por meio de orientação técnica, aplicada através de treinamentos compactos ministrados no Cetra, o produtor racionaliza e ou revê seu saber, aplicando melhorias em suas propriedades familiares, "cada setor de expressão da economia do agricultor ou da dona de casa tem um pequeno projeto onde será demonstrada a técnica mais recomendada" (BENDER apud SCHIOCHET, 1985)⁴.

A entidade municipal desenvolve atividades voltadas ao aperfeiçoamento de técnicas, como enfatizou o ex-presidente Bender, que permite avanços na produtividade, de acordo com as possibilidades do pequeno agropecuarista, dentro das restrições da propriedade e saberes dos membros da família. O aperfeiçoamento do conhecimento permite a abertura de novas oportunidades quanto ao plantio, aplicação de fertilizantes, defensivos e melhorias na colheita. Outro fator que acarreta mudanças é quanto à comercialização de produtos, possibilitando ganhos antes desconhecidos às famílias rurais. Em algumas famílias, com os novos conhecimentos quanto ao orçamento doméstico, ocorre reorganização das finanças, refletindo em aproveitamento dos limitados recursos disponíveis (SCHIOCHET, 1985).

Uma das maiores dificuldades da entidade é quanto à extensão rural direcionada às famílias. No CETRA, os produtores recebem orientação, todavia na prática os recursos humanos são limitados para a efetiva orientação nas propriedades. O distanciamento entre os processos didáticos e a efetiva aplicação, frustram alguns objetivos primordiais a serem alcançados pelo órgão municipal quanto ao apoio oferecido a família rural.

Com base nas entrevistas foi possível verificar alguns exemplos desta realidade. Um destes casos é a produção do leite praticada em algumas propriedades requer mão de obra, que está se tornando escassa na localidade. Em muitas famílias os filhos optam por deslocar para a cidade, causando dificuldades quanto à falta de pessoas para manter essa atividade agrária. Algumas exigências quanto à tecnologia empregada na retirada do leite, cuidados sanitários com os animais e instalação adequada, impõe condições que dificultam a continuidade dessa atividade, além da limitação quanto ao retorno financeiro.

Outro exemplo é a cultura do arroz irrigado, sendo uma atividade bastante difundida no Pirai. O emprego de tecnologia mais avançada, com equipamentos adaptados para a cultura, acaba substituindo a carência dos filhos, que se deslocam para a área urbana. As

⁴Entrevista de Nilson W. Bender, ex prefeito municipal à Valmor Schiochet em 1985, quando a FMDR25J foi fundada.

maiores dificuldades são quanto aos custos dos defensivos e fertilizantes fornecidos pelas empresas multinacionais, que controlam os preços com base em moeda estrangeira, principalmente o dólar. O custo do combustível utilizado nos equipamentos também dificulta a rentabilidade obtida pelas famílias. Com a técnica empregada na cultura do arroz e as sementes selecionadas, a rentabilidade nas lavouras se torna razoável. Porém, como o custo da produção é elevado, há prejuízo na rentabilidade. Assim as famílias buscam na multiatividade a compensação da renda familiar, para possibilitar o atendimento de suas necessidades básicas.

Uma forma encontrada para aumentar a renda familiar é a criação de peixe. A piscicultura passou a ser praticada de forma mais intensiva, devido à carência de mão de obra, custo elevado na produção e pouca rentabilidade na comercialização de algumas culturas, principalmente o arroz e produção do leite. A dinâmica de novos processos permite alcançar a renda que possibilite atender as necessidades familiares, sendo o emprego de políticas públicas primordial para a continuidade das práticas familiares.

Em entrevista do coordenador de arroz da FMDR25J, Plotow (2015), foram citadas atividades em que a entidade atua no município, como forma de fomentar a renda familiar. Atividades que tiveram dificuldades de continuidade, como por exemplo a produção do leite, foram substituídas pela piscicultura, como forma de manter a produtividade na propriedade,

A.T.V.F: Vocês fornecem mudas?

R.P.: Não! Mudas nativas é o ano inteiro, ela vai entrar naquele programa de distribuição. Temos atendimento veterinário, um médico veterinário, que faz o atendimento clínico dos animais.

A.T.V.F: Pois é, essa questão vamos ver se é possível conversar com esse pessoal, qual o nome dele?

R.P.: O Julio. Tem o Julio e o Vilmar que é técnico, ele faz a inseminação artificial, no gado, ok? Trabalha com gado, porco, cabra, cachorro.

A.T.V.F: Certo, neste caso, essa questão dos animais agrega a renda, porque envolve leite e corte, ok?

R.P.: Sim. O leite em Joinville teve uma grande produção, hoje está fraca. Uma pessoa começou com uma usina, mas está devagar.

Tem o pessoal do peixe, ok? Que também é forte.

R.P.: Tem ainda o Trói que cuida da questão do abastecimento no Ceasa.

O Trói, ele atendia o pessoal da banana, em Joinville. Tem a associação da cultura das bananas, que organiza na região do Pirai a festa da banana, e o seminário da banana. Tem um funcionário que está trabalhando essa questão na Epagri, mas agora deu uma esvaziada. A Epagri até anos anteriores, trabalhava a questão da floricultura.

A.T.V.F: Vocês trabalham também com plantas medicinais?

*R.P.: O Elder que dá assistência das áreas urbanas.
As plantas medicinais estão bem devagar.*

Em 1985 já se tinha a percepção que a região norte catarinense tem propensão maior para atividade industrial, percebido desde o início da colonização européia. O município de Joinville, por apresentar uma das maiores industrializações do estado e sul do país⁴, o foco econômico foi direcionado para a atividade urbana, principalmente a indústria. Isto dificultou sobremaneira que órgãos municipais, estaduais e federais pudessem direcionar recursos à família, que desenvolvia atividade na agropecuária em pequena escala, ocorrendo inclusive à minimização de atenção ao homem do campo. O fato da sociedade joinvilense estar mais estruturada para atender a questão urbana, ao longo da história, ocorreu descaso quanto à questão rural. Com a atuação precária dos órgãos públicos em detrimento a família em nível local, assim como historicamente se observou uma frágil política agrícola estadual e federal ao longo dos últimos 30 anos, as dificuldades enfrentadas pelo homem do campo fizeram com que o interesse pela atividade agropecuária em pequena escala e conseqüentemente a obtenção de renda familiar permanecesse aquém da expectativa. Paralelo a essa questão, a atratividade urbana quanto à assistência social pública e a oferecida pela indústria, contribuíram de forma marcante ao êxodo rural da família agropecuarista. (SCHIOCHET, 1985).

Outro problema enfrentado foi o quadro de servidores e respectivos coordenadores de departamentos da FMDR25J, tanto quanto ao aspecto qualitativo como quanto quantitativo, que permitisse uma atuação com maior desenvoltura no trabalho de extensão rural. Uma dificuldade perceptível foi a sensível falta de pessoal em todas as áreas de atuação da entidade. Outro aspecto negativo também notado, foi o pouco interesse de algumas pessoas que estavam à frente desse órgão municipal, prejudicando o avanço na questão da ruralidade. Esse problema constatado em depoimento do ex-presidente Onésio A. Zabet ao pesquisador Valmor Schiochet em 1985 "os que antes estavam no comando da FMDR25J não apostaram na importância agrícola de Joinville, eram homens com os olhos voltados para a cidade" (ZABOT *apud* SCHIOCHET, 1985)⁵.

⁴ Localizado na região sul do país, município pólo da microrregião nordeste do Estado de Santa Catarina. Joinville é a maior cidade catarinense, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. É também o 3º pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre e Curitiba. Figura entre os quinze maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria. Dados obtidos nos indicadores do site cidades sustentáveis.

No quesito de desigualdade entre o campo e a cidade, principalmente quanto à infraestrutura se percebe de forma clara a ocorrência de condições precárias quanto à mobilidade no que se refere às vias de deslocamento das pessoas da propriedade para outros locais. Outro fator que aparece esta situação é quanto à comunicação, tanto através de telefonia, quanto a internet, que requer mais investimentos no campo. À nível municipal, quanto a estruturação da FMDR25J nos itens de recursos humanos, assim como ao apoio a projetos e processos que a entidade desenvolve no meio rural, faltam recursos do município. E a disponibilidade e apoio a nível estadual e federal ao homem do campo requer avanços, que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais.

A partir de 1980 a entidade se empenhou em entender e ouvir as inúmeras dificuldades do homem do campo, antes que tivesse iniciado a implantação de programas e projetos rural.

Foram criados alguns departamentos especializados com atribuição definida em critério técnico-administrativo. Os departamentos planejaram programas e projetos desenvolvidos por meio de seu corpo funcional. Após algum tempo de atividade, notou-se dificuldade e dispersão, devido à carência de recursos humanos. Várias atividades se contrapuseram sob a responsabilidade do mesmo técnico, devido à falta de delimitação e clareza das atividades em determinados setores (SCHIOCHET, 1985). Considerando as atividades desenvolvidas pela FMDR25J até o ano de 1980, o departamento de pesquisa e experimentação agropecuária implementou o plano de pesquisa nos vários setores de agropecuária no município, onde a média de produção não proporcionou o retorno esperado a família rural.

Outra forma de incrementar melhorias quanto à produtividade das famílias rurais, é a escolha de unidades familiares que desenvolvem atividades na busca de melhores resultados das práticas e processos agropecuários. A FMDR25J procura conduzir a essas propriedades modelo agropecuaristas que não conhecem estas formas de desenvolverem suas práticas de forma mais produtiva, estimulando e procurando agregar mais conhecimento a essas pessoas e consequentemente mais rentabilidade. O coordenador da FMDR25J Plotow (2016) comentou na entrevista sobre propriedades familiares modelos:

R.P: Chamamos esses produtores, na casa de um agricultor que é tomado como exemplo, e demonstramos o cultivo desses cultivares, quem produziu

⁵Pesquisa de pós-graduação em ciências sociais "A Fundação Municipal 25 de Julho: Entidade da Prefeitura de Joinville que atua no meio rural", realizada por Valmor Schiochet, Florianópolis, 1985

mais, ou se teve problema de doença, problema de acabamento, os defeitos e as análises dessas qualidades de cultivares.

[...], é chamado o pesquisador da Epagri, as pessoas que vão ao campo, os agricultores, e são discutidas essas questões da lavoura.

Na agricultura foi realizado treinamento em olericultura (alface, feijão, couve, beterraba entre outros), juntamente com a EPAGRI que é o órgão estadual responsável pela assistência técnica ao produtor rural. O órgão também realizou distribuição de sementes e mudas de oleracios e plantas silvestres. Através deste departamento foi realizada coleta de material para análise de solo, outras de fitologia e entopatologia, cujos exames laboratoriais eram realizados em Florianópolis, pois a FMDR25J não possuía esses laboratórios. Realizou também análise de alguns materiais e assistência técnica com a finalidade de correção do solo. Com o intuito de elevar os níveis de produção das atividades agropecuárias e que o homem do campo tinha dificuldade em compreender e utilizar, procurou-se introduzir métodos e processos pioneiros no município. Através da distribuição de semente e muda melhorada, ocorreu nova qualidade desses produtos repassados as famílias rurais, também foi efetivada a criação e distribuição de animais, cuja melhoria da raça proporcionou uma melhor qualidade leiteira, assim como a procriação e técnica de tração de equino (SCHIOCHET, 1985).

Foram implantadas novas técnicas a nível experimental, por meio de unidades didáticas modelo e posterior utilização pelos agropecuaristas. Atividades que chamaram atenção foram à implantação da piscicultura e canicultura a partir de 1973, pois auxiliou na melhoria de renda do produtor, inovando o manejo de novas culturas no meio rural⁶. O departamento de defesa sanitária animal inovou com o estímulo de nova forma de pensar quanto à defesa sanitária dos rebanhos bovinos. Por meio da prevenção contra doenças dos animais, realizou a conscientização e treinamento dos agropecuaristas em instalações modelo, sendo possível a melhoria da produtividade nas propriedades familiares rurais, (SCHIOCHET, 1985).

No que se refere às atividades direcionadas as crianças e jovens, a FMDR25J realiza ações nas escolas municipais e estaduais na área rural, ao nível do 1º grau, desenvolvendo consciência quanto às questões rurais, o que melhora processos e técnicas, propiciando desta maneira estímulo que aumenta a renda média e conseqüentemente diminui o êxodo rural. O público alvo são alunos de 3ª e 4ª séries ou acima de 9 (nove) anos. Os professores e

⁶Relatório anual FMDR25J de 1976.

merendeiras são capacitados, através de cursos compactos, desde o ano de 1969. O objetivo principal é a criação de polos de desenvolvimento das comunidades, através das 6 (seis) escolas⁷ quanto à capacitação de práticas no cultivo de hortaliças nas próprias escolas. As escolas inseridas na área rural como centros de estímulo e desenvolvimento dos jovens da ruralidade, propicia alternativa relevante para formação de uma mentalidade voltada as questões do dia-a-dia das famílias do campo.

O corpo docente em constante especialização propicia elemento agregador de técnicas e práticas aos agricultores em formação, que lhes subsidia alternativa impar para adquirir conhecimentos agrários e melhorar a qualidade de vida. A partir de tenra idade, a formação da cidadania através de atividades comunitárias é um elemento importante para estruturar conhecimento necessário à lida do campo. Cada núcleo é especializado em determinadas atividades aplicadas na ruralidade como a plantação de oleracios (alface, feijão, couve, beterraba entre outros), cultivo do arroz, plantas medicinais, entre outras culturas.

O departamento de economia doméstica procura melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, ministrando cursos de corte e costura, trabalhos manuais, artes aplicadas, higiene dentária entre outros. Desenvolve atividades para os jovens, principalmente do gênero feminino no meio rural, atingindo elevado percentual das famílias (SCHIOCHET, 1985).

O objetivo não é somente desempenhar atividades com o intuito único de elevar a produtividade, mas buscar exercer atividade de cunho social para melhorar a qualidade de vida. Estimular as práticas culturais existentes, principalmente as culinárias no próprio ambiente rural, além de trazer mais conforto, procura manter as pessoas no meio rural sem que se tenha a necessidade de recorrer ao ambiente urbano. Foi constatado que o estímulo para a atividade doméstica propicia economia, além de atender necessidade recorrente da família rural. Como exemplo de prática das ações apoiadas pela entidade pública municipal, a autora Silva (2012, p. 2) descreve a execução de programas voltados à mulher, ligados à culinária e artesanato que resgataram saberes tradicionais, possibilitando agregação de renda às famílias:

[...] é na região rural da cidade que, de maneira mais nítida, podem-se verificar as receitas “típicas” vinculadas a discursos que valorizam as origens étnicas das/dos moradoras/es da cidade.

É também na região rural da cidade que atuam diferentes profissionais de extensão rural da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. Esta fundação tem diversos programas, entre eles o de Turismo Rural e os Grupos de Desenvolvimento da Mulher Rural (GDMR). No ano de

⁷Relatório anual FMDR25J de 1969.

2008, eram 22 grupos, com quase 500 mulheres, divididos em várias estradas da região rural da cidade, notadamente no bairro Vila Nova e no distrito de Pirabeiraba.

Já em 2010, 18 grupos continuaram a se organizar com o apoio da Fundação 25 de Julho, que orienta diferentes atividades, em especial as ligadas ao artesanato e à culinária, visando à melhoria de vida da população local relacionada a ações de geração de emprego e renda.

O projeto desenvolvido de combate ao simulídeo (borrachudo), após alguns percalços, logrou êxito. A responsabilidade pelo programa coube ao departamento de habitação/saúde e assistência social, tendo alcançado resultado no controle desse inseto, com a aplicação de inseticida apropriada nos rios e córregos na área rural do município. O simulídeo é um inseto pequeno e a fêmea é hematófaga, alimentando-se de sangue. Em função das condições hidrográficas na região, próximo à encosta montanhosa há rios e córregos com corredeiras, associado ao intenso desmatamento e a elevada aplicação de agrotóxico, propiciou condição ideal para procriação excessiva e danosa do inseto. Comunidades rurais do município tiveram muitas dificuldades em manter as famílias rurais, tendo inclusive ocorrido êxodo rural devido à presença do pequeno inseto (SCHIOCHET, 1985).

É desenvolvido programa para preservação da fauna e flora, com o estímulo ao reflorestamento das bacias hidrográficas e repovoamento das espécies nativas de peixes em rios e córregos da região rural do município. Outros órgãos municipais e estaduais tiveram participação nesse projeto, como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente de Joinville. Houve continuidade no controle biológico dos insetos (borrachudos), bem como a aplicação de inseticida, além da conscientização da população rural entre outras atividades para controle do simulídeo (SCHIOCHET, 1985).

Com o intenso desmatamento que ocorreu ao longo do tempo nas localidades rurais do município, houve proliferação do simulídeo (mosquito chamado borrachudo), causando transtornos e dificuldades quanto à saúde dos moradores dessas áreas. A administração municipal se uniu com o governo do estado, através dos órgãos citados anteriormente, com a finalidade do encaminhamento de propostas por meio de programas de recuperação das bacias hidrográficas, atuando no sentido de amenizar os problemas quanto ao desequilíbrio ambiental na região rural do município. Desta forma, a proliferação do simulídeo diminuiu, com os projetos de reflorestamento e repovoamento de espécies nativas de peixes desenvolvidos durante alguns anos nas localidades rurais.

O fato do município disponibilizar limitada área para atividade agropecuária, faz com que a entidade direcione para uma melhor produtividade, através de processos e práticas desconhecidas à família rural no que refere-se ao saber fazer, e também diminuindo o custo de produção com o aperfeiçoamento do conhecimento. Na pecuária a assistência veterinária auxilia o homem do campo, por meio do desenvolvimento e distribuição de animal de raça aperfeiçoada, havendo resultado favorável à família ⁸.

2.4. A MULTIATIVIDADE COMO FATOR DE CONTINUIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL FAMILIAR

A prática da multiatividade é uma atividade ocupacional corriqueira, refletida no fator econômico, cultural e social. São mecanismos utilizados pelos núcleos familiares como fenômeno socioeconômico e como maneira alternativa para a reprodução das famílias, em que prevalece a fonte alternativa de renda como continuidade no espaço rural.

Essa lógica do desenvolvimento da multiatividade foi comentada na entrevista de Schroeder (2015), ao citar as diferentes fontes de renda familiar:

A.: E aí é como se diz, como a gente trabalha no turismo, isso faz parte também. Como é que eu vou dizer? Agregação de valores. Por exemplo, às vezes pode dar uma falha na agricultura, muita chuva ou algo parecido, e aí a gente perde. Então temos isso para complementar.

A. T. V. F.: E 50% seria turismo?

A.: Sim! Não, não! Menos...

A. T. V. F.: Menos?

A.: Menos de 50%, porque tem minha aposentadoria também.

A. T. V. F.: És aposentado?

A.: Então, bota lá 25% ou talvez bota lá 60, 60% na agricultura.

Esse conjunto de elementos com base na lógica sociocultural rural, bem como nos valores e na tradição do saber fazer, compõe o patrimônio social e cultural, com o respectivo apoio da FMDR25J, fundamentada nas políticas públicas.

A piscicultura é estimulada, pois com menor investimento, o produtor consegue expressivo resultado na micro-propriedade típica da região, além de existir condição natural ideal para implantação de açudes. Com menos mão de obra, utilização para cultura diferenciada e fácil comercialização. A cultura do arroz, com o alto custo dos fertilizantes e defensivos químicos, em muitas propriedades o agropecuarista em pequena escala teve

⁸Idem OnésioZabot, pesquisa elaborada na FMDR25J.

dificuldades quanto à renda mínima que desse suporte a essa atividade. A solução foi a substituição pela criação do peixe, que se adapta bem as pequenas propriedades típicas da localidade do Pirai, proporcionando mais renda as famílias rurais.

Em vários casos também surgiram dificuldades quanto à escassa mão de obra disponível para desenvolver outras culturas nas propriedades familiares, a solução para esses casos foi se adaptar na atividade da piscicultura, permitindo com que as famílias nessa condição possam dar continuidade na área rural, sem abandonar o campo. Como uma nova forma de elaborar atividades na agropecuária, a piscicultura surge como um processo e com a absolvição de conhecimentos desta técnica pelos agropecuaristas em pequena escala, é possível a implantação na propriedade desta cultura. Em entrevista do coordenador de piscicultura Hoppe (2015), foram citadas informações do início desta atividade no município, a continuidade, e a sua forma de aplicar as técnicas.

R.H.: a história da piscicultura em Joinville, no Estado, no Brasil, na verdade, a fundação se mistura um pouco nessa história. Tem até não sei que nível, mas ela foi pioneira nessa atividade. Na década de 70 foi iniciado o cultivo de peixes na fundação, devido à atenção a essa atividade. Na época, praticamente nem se falava da piscicultura...

A.T.V.F.: a dificuldade maior seria o confinamento ou a alimentação?

R.H.: À medida que você confina os peixes, você deixa ele mais suscetível e mais necessitado. Então terá sempre que suprir as suas necessidades. Seja tanto pela qualidade da água, quanto pelo seu manejo. Sempre que confinar, se junta muito indivíduos de uma espécie, tem que ficar bem atento para a questão das enfermidades, doenças... Sempre ao juntar, está partindo para a monocultura. As bactérias, as pragas elas sempre são oportunistas [...]

A entidade presta assistência ao produtor com máquina de grande porte, devido ao elevado custo destes equipamentos, principalmente em benefício de projeto coletivo. A economia familiar recebe incentivo para instalação de microempresa em atividade de corte e costura, crochê, tricô, elaboração de licores, xampu, produto de limpeza, inseticida natural entre outros produtos (SCHIOCHET, 1985).

O jovem agropecuarista, em alguns casos, devido a pouca importância dada pela família, principalmente o pai quanto as atividades elaboradas no campo, acaba trocando esta atividade pela saída para a cidade. Depois de algum tempo, percebe as dificuldades na área urbana, e tem melhor avaliação das condições de vida que dispõe no campo. Acaba então retornando, recebe desta forma orientação, quer através de cursos intensivos oferecidos através de políticas públicas ou extensão rural, se tornando um empreendedor na família rural. Algumas vezes direciona suas atividades para a agroindústria, aumentando a renda familiar. A

entrevista do presidente atual da FMDR25J (SCHIOCHET, 2016), reflete a situação do jovem, que no momento atual desperta para novas atividades na área rural, inclusive o empreendedorismo e utilização de novas tecnologias desconhecidas por seus pais:

V.S. ...que talvez ele também tenha às condições que se precisa no meio rural, a internet ele já tem acesso, ao telefone, aos veículos próprios, deslocamento de integração, ele está vendo que lá ele também tem chance. Ele vai na cidade... (incompreensível), adquire área de terra para construir a casa dele. Ali ele já tem dificuldade, o custo é alto, manutenção alta, ele sente a dificuldade que... tem necessidade de recurso, falta de recurso, pô!, o alimento é caro, não tem condições de produzir, e o salário que ele recebe na cidade, com todo mérito, não pode suprir só com a sua renda as necessidades. Então volta a atividade na propriedade rural. Nós temos exemplos, que não é um ou outro não, são vários exemplos das pessoas que estão se juntando aos pais e estão continuando a atividade, agregando o próprio negócio do pai, da mãe, e outras vezes, absorvendo atividade agrícola que está lá, o potencial da agricultura, e virando um negócio, começando a construir. Muitos vão estimular a questão do empreendedorismo, né, a questão empreendedora dos jovens, isso é positivo, muito positivo, isso é um bem tanto para ele, o seio familiar dele, ok?

O jovem pode ser visto como sujeito na conscientização de mudança no meio rural, devido à facilidade com que aprende e aceita novos processos e técnicas, propiciando incremento na renda familiar com efetiva sustentabilidade ambiental e maior aproveitamento de potencialidade da propriedade familiar⁹.

Os membros da família elaboram as atividades conforme uma lógica organizada em torno de saberes e valores proeminentemente rurais ou não, capazes de assegurar a produção e reprodução mediante a permanência dos filhos no lugar dos pais, ou a descontinuidade do patrimônio familiar.

2.5. O CRÉDITO RURAL, O ASSOCIATIVISMO E A ATUAÇÃO DA FMDR25J

O crédito rural de vital importância às famílias rurais, pois o homem do campo tem dificuldade de se relacionar com membros de entidades financeiras, foi mantido convênio com instituições bancárias, principalmente o Banco do Brasil, que facilitou ao produtor a obtenção de crédito rural. Esta dificuldade é resultado da falta de conhecimento de alguns funcionários das entidades bancárias quanto às peculiaridades da agricultura familiar, assim

⁹Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar está consignada no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela lei nº 4.504 de 30 de novembro de 2004 [...], Picchi (2010, p. 43 apud GONÇALVES e SOUZA, 2005).

como a rotatividade desses funcionários que prestam assistência creditícia ao homem do campo.

O crédito rural disponibilizado pelo governo federal, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, sendo as áreas de atuação o financiamento de custeio e investimento agrícola, fornecimento de infraestrutura rural, negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores. A redução das taxas ocorre em 1999, 2003 e 2008, com a incorporação de outros programas a nível federal (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 59). As políticas públicas devem ter ação não só econômica, mas também social e ambiental, sendo um elo bastante importante no desenvolvimento rural, como frisado nas entrevistas com os agropecuaristas e enfoques dos técnicos da FMDR25J.

Os agropecuaristas em pequena escala da localidade investem prioritariamente em aquisições de equipamentos agrários (tratores, máquinas e implementos), construção de galpões e implantação de culturas (criação de peixe, plantio de arroz e aipim entre outros), conforme informações dos técnicos da entidade municipal. Contudo, os investimentos sempre passam por uma visão produtivista da agropecuária em pequena escala e desenvolvimento rural, já que visam sobremaneira o aumento da produção e do nível tecnológico das unidades familiares, como estudos já haviam demonstrado Gazolla; Schneider (2013, p. 59).

É possível concluir que essa política pública na maioria das vezes, não visa, por exemplo, obter uma produção ambientalmente sustentável em termos agropecuários praticados em pequena escala. Os investimentos através do PRONAF devem-se ao fato da forma como é desenvolvida a agropecuária familiar, apresentando significativa importância no Pirai.

Na entrevista do pequeno agropecuarista SHROEDER (2015) é possível perceber a atuação da FMDR25J e outros órgãos para obtenção de crédito rural:

A.T.V.F: então, vários financiamentos já conseguiste, para atividades na área rural?!

A.: sim, com certeza. Inclusive melhorou bastante né, de uns dez anos, é... Em dez anos para cá melhorou a entrada para o agricultor poder fazer um financiamento...

Do Pronaf. Na época era problema, né, para tu conseguir, tu tinha que ter um, isto é, uma renda, como é hoje, tem que ter. Mas é difícil o agricultor ter acesso. Era muito difícil. E o Banco do Brasil, hoje, abriu as portas, agora a Caixa Econômica também. Graças a Deus, está melhorando.

A.T.V.F: acha que melhorou, então?

A.: oh, melhorou, melhorou muito. Porque, hoje em dia pode ver, o agricultor está todo ele com carrinho bom na garagem, um trator bom para

trabalhar. Tem dignidade hoje, porque há uns anos atrás estava difícil. Quem tem, tem, quem não tem, tem que se virar como podia. Os agricultores tinham pouca chance de fazer financiamento, e hoje melhorou.

A.T.V.F: agora, essa questão de financiamento, a Fundação auxilia, orienta vocês?

A.: auxilia sim, orienta bastante. Outra também é a Epagri que nos ajuda. Que faz as DAP, né, para nós e... A Epagri, ela que libera o DAP para nós, né.

A DAP é um documento que diz que você é agricultor, para, que você está produzindo alguma coisa... Eles vêm fiscalizar, tanto da Fundação 25 quanto a Epagri, né. Eu aqui na agricultura acho que sou um dos mais ativos, vou e corro atrás mesmo, né. A gente ajuda nossos parceiros, os agricultores, porque o interessante é ajudar os agricultores.

O departamento de associativismo rural teve como finalidade estimular a conscientização do homem rural, quanto à união de forças nas comunidades e conseqüentemente, através dessa ação, foi possível algum incremento na renda das famílias que se uniram em torno de atividades coletivas. Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a FMDR25J procurou estimular a organização dos produtores¹⁰. Todavia, após algum tempo do surgimento do Sindicato, este órgão público se ateve somente na atuação previdenciária junto ao FUNRURAL e atividades festivas em comunidades rurais. A FMDR25J participou ativamente na formação de cooperativas, tais como: Cooperativa de Mecanização, Cooperativa de Arroz e Cooperativa Mista do Litoral Norte Catarinense.

Trecho da entrevista do presidente da FMDR25J abaixo, Schiochet (2016), que comenta o apoio que a entidade presta para formação de associações e cooperativas na área rural. As famílias de pequenos agropecuaristas atuam de forma isolada, nas atividades tradicionais que lhes agrega saberes. Através das políticas públicas municipais, a entidade procura estimular interações, que permitem divulgar a outras famílias esses conhecimentos e formas de atuação em conjunto. Como exemplo dessas entidades é citado na entrevista a AJAAR - Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais, que em parceria com a FMDR25J através das atividades na panificação, agroindústria, criação de peixes, artesanato, feiras entre outras, junto às famílias rurais, buscando o entendimento do pequeno agropecuarista quanto à participação cidadã, para transmitir saberes aos vizinhos e demais pessoas do campo interessadas em novos conhecimentos sobre processos e técnicas, que venham a alavancar renda às famílias. Nesta interação rural é estimulada a criação de associação e cooperativa através de política pública, em que o coletivo se torna ação na soma dos elementos tradicionais, mas com a dinâmica empreendedora das famílias surgindo

¹⁰Relatório anual FMDR25J de 1969.

espaços na multiatividade, conciliando novos saberes e o tradicional, alavancando o produtor rural quanto à produção e comercialização dos produtos de origem familiar:

V.S. [...] nós temos que fazer o nosso papel aqui de ter o grupo organizado, ter essa função de levar o conhecimento, fazer nosso papel de orientação, capacitação mas por outro lado, nós estamos trabalhando muito forte pela organização de cada cadeia produtiva. Então isso... daí a gente constrói é uma parceria, a gente busca, por exemplo o... vamos lá, nós temos programa de alimentação escolar, se nós não trabalharmos muito bem isso, levar para o agricultor de que forma ele pode participar e ele tem que ter esse aspecto coletivo hoje é importantíssimo é... e principalmente quando se trabalha com essa questão do associativismo do cooperativismo, então isso é uma ferramenta importantíssima, então a gente tem que usar isso para justamente fazer com que as políticas públicas sejam de uma forma mais... dinâmica.

[...]associações, AJAR, a associação da agricultura, associação dos agricultores, associação dos piscicultores que eles ajudam a construir suas políticas públicas, vão atrás disso...

V.S.: É fundamental, hoje a questão do associativismo ele tem que ter, principalmente quando se trabalha com pequenos, se hoje os grande já se juntam, pequeno não pode ser diferente.

O cotidiano das atividades dos moradores e sua relação sociocultural com as políticas públicas, o relacionamento com os órgãos no município e questões quanto ao patrimônio familiar rural, foram objetos desta pesquisa. Como a FMDR25J é entidade pública municipal mais próxima às famílias, ocorreu aproximação no conceito próprio de análise sobre os processos e fenômenos, correlacionados as políticas públicas na localidade. A aproximação aos pequenos agropecuaristas que desenvolvem várias atividades deu-se através de contatos pessoais, por meio de entrevistas em visitas a algumas propriedades, possibilitando conhecimento de técnicas, práticas e processos aplicados nas propriedades rurais.

Os contatos citados anteriormente incluíram entrevista com coordenadores e o presidente da entidade municipal, com objetivo do entendimento, quanto ao envolvimento das ações individuais e coletivas, sobre a questão socioeconômica e cultural dos moradores, assim como alguns resultados advindos dessas relações, entre órgãos públicos e as famílias dos pequenos agropecuaristas.

O conhecimento e atuação de especialistas, por exemplo, cultura do arroz, olericultura, atividades do processamento artesanal de produtos coloniais, aproveitamento de produtos domésticos, educação de jovens moradores do campo, entre outros aspectos. Ao ser relatado experiências na aplicação dos processos e práticas, que impactam na formação do patrimônio

familiar rural, possibilita algum conhecimento quanto a fenômenos formadores da dinâmica familiar sociocultural.

Outro item quanto à educação de crianças e jovens das famílias rurais, que recebem apoio através dos núcleos ou escolas na comunidade do Piraí, em atividades através de cursos ou extensão rural, permitindo um maior dinamismo na agregação de conhecimentos aos futuros agropecuaristas em pequena escala. Na entidade municipal ocorre a formação dos jovens através da escola técnica especializada em atividades voltadas ao campo, propiciando condições para que deem continuidade na formação em algumas atividades rurais.

O entendimento de ações familiares, com implicações coletivas, analisadas por meio de contatos com agentes da FMDR25J e membros de algumas famílias. Estes fenômenos e relações familiares estão em consonância com políticas públicas, contribuindo para a formação cultural, o patrimônio social e familiar na comunidade do Piraí. Um exemplo é durante a colheita do arroz, em que a FMDR25J em conjunto com a EPAGRI desenvolvem a semana voltada às atividades dessa cultura. São organizadas palestras ministradas por pessoas especializadas, em propriedade modelo da localidade. Os agropecuaristas se reúnem para dialogarem sobre o arroz, analisando os resultados da safra anterior, sendo orientados para melhoria quanto estas atividades rurais. A FMDR25J auxilia várias atividades sociais quanto às festas, como por exemplo, o dia do colono. Essas atividades coletivas possibilitam relações entre as famílias da localidade. Neste momento algumas famílias relembram suas raízes rurais, com aproximação entre o campo e a cidade na localidade.

Um dos objetivos básicos é o entendimento da política pública aplicada pelo município na localidade, a forma como é elaborada e aplicada, as atividades que envolvem a extensão rural e quais os resultados práticos nas famílias e sua cultura rural. Há processos ou projetos que são aperfeiçoados e melhorados ao serem desenvolvidos na comunidade. Entre esses aspectos surgem respostas que auxiliam a interação entre políticas públicas e as famílias rurais.

Quanto à entidade municipal, um maior conhecimento na relação com os agropecuaristas em pequena escala na comunidade, a proximidade com o órgão auxiliará na aplicação das políticas públicas. Sobre as questões de aplicação dos processos e técnicas às famílias rurais, é possível aperfeiçoamento quanto os fenômenos e interações socioculturais. Os resultados refletem na formação do patrimônio sociocultural na localidade, com a continuidade da pluriatividade nas pequenas propriedades rurais.

As políticas públicas por meio de extensão rural, cursos intensivos para repasse de conhecimentos agrários, financiamentos através de entidades públicas ou outras ações a nível

municipal, estadual e federal agregam valores, que dão condições para as interações culturais, sociais e econômicas familiar e comunitária, estimulando a permanência e continuidade dos pequenos agropecuaristas na localidade do Piraí.

3. A FAMÍLIA RURAL DO PIRAÍ E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL

Entre as diversas regiões agrícolas da cidade, a localidade do Piraí chama atenção na área urbana, quanto a entendimentos característicos que são típicos dos habitantes locais. Nas vias que cortam a localidade, sobressaem as pastagens, plantações diversas como batata, cana de açúcar, milho, feijão, arroz entre outras culturas. Nas pequenas propriedades, as casas destacam os formatos característicos daquela região rural, como que arcabouços próprios do patrimônio familiar. A prática da pluriatividade é uma atividade ocupacional corriqueira, refletida no fator cultural, social e econômico. São mecanismos utilizados pelos núcleos familiares como fenômeno socioeconômico e maneira alternativa para a reprodução das famílias, prevalecendo à fonte alternativa de renda como continuidade no espaço rural.

Procurou-se analisar ao longo deste estudo as políticas públicas desenvolvidas pela FMDR25J na localidade do Piraí, em Joinville, Santa Catarina, a relação com as famílias rurais na pequena atividade agropecuária e o patrimônio sociocultural na comunidade. Para alcançar esse propósito, o estudo foi dividido em algumas seções. No início foram explanadas formas como o imigrante europeu se adaptou as tradições e costumes locais. Após, foi abordado a atuação da FMDR25J, através do entendimento das políticas públicas elaboradas para as famílias pelos técnicos agrícolas, nas várias atividades rurais. Para tanto, foi dado ênfase as entrevistas de membros de algumas famílias rurais, coordenadores da FMDR25J e o presidente. Por último, procura-se mostrar as formas de atuação da entidade municipal e resultados que impactam as famílias. A participação dos jovens na família foi discutida em item específico, assim como o envolvimento da mulher nas atividades do núcleo familiar, treinamento e seu envolvimento com a família na propriedade. Também foram analisados fenômenos e práticas relacionados ao patrimônio sociocultural e a sua valorização ou esquecimento nas propriedades rurais da comunidade.

3.1. A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO, A FAMÍLIA RURAL E A RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL

É possível entender o patrimônio cultural rural como fenômeno, que tem suas raízes na tradição histórica cultural, sendo o saber-fazer elemento agregador para a existência e continuidade da ruralidade, em uma rede social, com vínculos no coletivo e individual.

O recurso da prática não agropecuária permite possibilidades praticadas, mesmo no passado longínquo, de maneira quase que invisível, no seio do núcleo familiar, pois prevalecia a atividade voltada para a agropecuária na pequena propriedade familiar. No presente, as atividades além do plantio, são práticas reconhecidas, e aplicadas intensivamente. A ação familiar está vinculada a fatores como a herança sociocultural, às possibilidades materiais e imateriais para permitir elaborar atividades proativas e as condições de trocas comerciais, em consonância com o patrimônio familiar.

Conceitualmente, Abramovay (1998) define a agropecuária familiar com base na gestão, propriedade e trabalho familiar, sendo o trabalho proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Porém, Wanderley (2001) reflete a agropecuária familiar concluindo que através dos meios de produção resultam em produtos para o comércio e o consumo, originados das atividades no espaço familiar rural.

As atividades na propriedade e a continuidade do patrimônio sociocultural para Tedesco (1999) também estão relacionadas aos meios de produção, a atividade na terra ou a utilização de mão de obra familiar organizada em torno da família e para a família, quanto à agricultura familiar.

Esses conceitos citados pelos autores Abramovay (1998), Wanderley (2001) e Tedesco (1999), como desenvolvimento da atividade familiar, quanto às ações elaboradas na propriedade, influenciam os resultados sociais e econômicos. Assim, é possível concluir que a multiatividade com o uso da mão de obra familiar disponível na família incrementa a renda na agropecuária em pequena escala e auxiliando a manutenção do patrimônio.

Esse conjunto de elementos com base na lógica sociocultural rural, bem como nos valores e na tradição do saber fazer, compõe o patrimônio social e cultural, com o respectivo apoio da FMDR25J, fundamentada nas políticas públicas.

Como analisado no capítulo anterior, a FMDR25J, através de processos e práticas aplicadas nas propriedades rurais, auxilia as famílias de pequenos agropecuaristas a melhorarem suas técnicas de cultivo, com o objetivo de aumentar a produtividade dos plantios e agregando mais renda. Também são ministrados diversos cursos sobre piscicultura, elaboração de produtos artesanais, melhoria na criação de animais entre outros. Com este auxílio no desenvolvimento das práticas agrícolas, assim como em várias outras atividades, incentiva a continuidade do patrimônio sociocultural das famílias na localidade do Pirai.

O saber fazer e a tradição são repassados de geração em geração, e através da extensão rural, bem como cursos aplicados pela FMDR25J, EPAGRI e Sindicato Rural ao homem do

campo, há uma melhoria perceptível de produção aplicada aos resultados obtidos pelos produtores rurais, possibilitando aos agropecuaristas em pequena escala à continuidade de suas multiatividades na propriedade familiar. Alguns agropecuaristas conseguem conciliar os saber tradicional com os novos conhecimentos quanto as técnicas e práticas na propriedade familiar, outros tem dificuldades e não conseguem absorver os novos conhecimentos, prevalecendo o saber tradicional.

Na entrevista realizada com o agropecuarista Acácio Shoroeder (2015) e sua esposa Salônia, por meio da explicação em forma de narrativa é possível ser percebido o apoio da FMDR25J à família do homem no campo,

*A.T.V.F: [...] No caso da Fundação, eles estiveram aqui visitando vocês?
 A.: quando eu preciso vou atrás, né?! Aí eles vêm. Se precisar duas vezes por mês, com certeza, eles vêm né?!
 A.T.V.F: A cada dois meses ou três eles vêm rotineiramente, é isso? Qual seria a atividade que eles mais fazem aqui?
 A.: assistência técnica, tanto para aves, quanto peixe, né, a piscicultura também?! E a orientação sobre plantio.
 A.T.V.F: certo. Até agora, com relação à questão de cursos, para teu filho, para tua filha, na Fundação. Eles chegaram a fazer algum curso? No caso, e você ou sua esposa?
 A.: a esposa fez.
 S.: eu e o Jacson (filho) também. Como é que é o nome do curso mesmo?!
 A.: qualidade de água.
 S.: mas eu fiz vários, derivados de leite, queijo, essas coisas aí, de pão...corte de aves, eu também fiz.
 A.: corte de aves. Aí aprendemos a fazer, no geral: linguiça, patê, filetagem normal. Aprendi até a desossar um frango sem cortar ele. Eu fiz também qualidade de água, o que era mais mesmo?
 Em 74 eu fiz sobre manutenção de tratores, lá na Fundação. Do açaí, fizemos aqui em casa.
 Até estou pensando em comprar aquela despolpa de açaí, a maquininha, para fazer a polpa aqui em casa.*

As interações e relações entre a FMDR25J às famílias de pequenos agropecuaristas através da extensão rural, cursos ou treinamento, possibilita uma sensível melhoria nas atividades elaboradas pelos grupos familiares nas propriedades agrícolas na localidade do Pirai. Um exemplo interessante dessa interação entre a FMDR25J e as famílias são os seis núcleos centrados em escolas da região rural. São desenvolvidos diferentes atividades de especialização nesses núcleos, que vão desde conhecimento em apicultura (abelhas), até instrução quanto à cultura do arroz. Esses centros propiciam alternativa para difusão de práticas e processos que auxiliam as famílias, tanto na questão da renda quanto a consciência cidadã no ambiente rural. Este tipo de iniciativa estimula a prática de atividade familiar no

meio rural, trazendo mais qualidade de vida, mantendo as pessoas em sua comunidade e desenvolvendo a criatividade promissora para sustentabilidade social.

Todavia, a extensão rural através dos técnicos e agrônomos busca a interação com os pequenos agropecuaristas. As famílias estão estruturadas quanto às práticas aplicadas nas atividades, com base no saber tradicional herdado de gerações passadas. Quanto à aplicação de novos conhecimentos através do ensinamento científico, surge a contradição em forma de resistência, devido ao enfoque na produtividade e rentabilidade. Este distanciamento entre o saber tradicional e novos conhecimentos é superado por alguns agropecuaristas em pequena escala, mas não em todos os casos. A resistência advinda dessa relação é superada inúmeras vezes, por meio de mecanismos didáticos aplicados em cursos ou treinamentos, ou através da extensão rural, utilizando por exemplo as propriedades modelo como referência de resultados quanto a produtividade e rentabilidade. Porém, enumeras situações ocorre o distanciamento entre os especialistas em técnicas agrárias e os agropecuaristas, devido ao enfoque socioeconômico das famílias rurais.

3.2. CONTINUIDADE SOCIOCULTURAL DA FAMÍLIA RURAL

Como foi descrito no capítulo 1, a característica da família rural na atividade agropecuária e multiatividade e a relação com a manutenção do patrimônio quanto ao fator social são importantes formadores da identidade rural. Essa identidade, característica importante na relação que mantém o aspecto simbólico com a possibilidade de desenvolvimento da atividade coletiva na propriedade familiar, conduz ao elemento agregador da comunidade. A continuidade sociocultural é a estratégia familiar executada para além do fator econômico. Um dos maiores motivadores em termos de ação do núcleo familiar agrega valores culturais em termos de patrimônio territorial e atividade agropecuária em pequena escala. Esse fenômeno, entre outros que é desvendado, por meio do estudo e conhecimento resultante das famílias rurais nessa localidade, assim como em relação às políticas públicas praticadas na localidade.

Para Carneiro (1999, p. 16), a família rural em pequenas propriedades desenvolve suas pluriatividades em um processo social que inclui práticas e relações:

O pressuposto aqui é o de que o núcleo familiar dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais. Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe

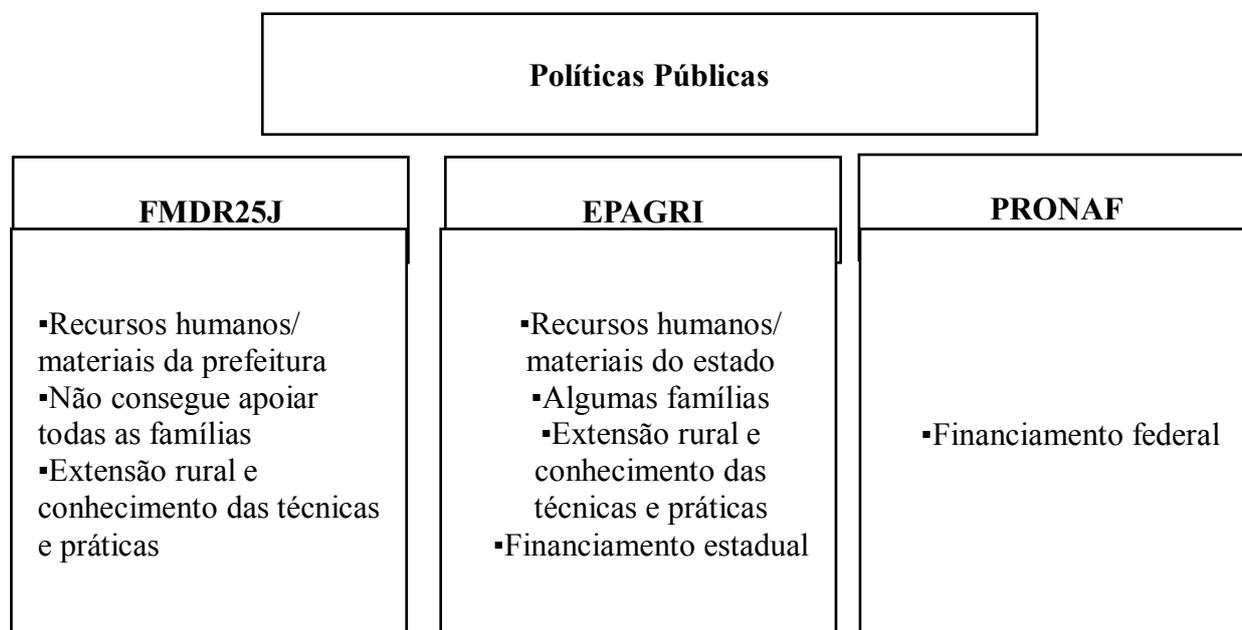
um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas.

Portanto, a aceitação da noção de família e percepção da sua dinâmica evita o risco de desconfigurar o seu entendimento como participação nas relações sociais, bem como a flexibilidade e vulnerabilidade social na comunidade em que estão inseridas.

Aspectos que envolvem o rural na múltipla atividade são conhecidos e descritos, principalmente as práticas afirmativas da família rural, conforme pode ser refletido no capítulo 2, item 2.3. Algumas entidades municipais citadas mantêm processos e projetos com o objetivo de agregar valor econômico, mediante política pública. Este estudo desvenda alguns detalhes importantes dessas práticas, que produzem efeito positivo ou dificuldade na manutenção do patrimônio familiar. O contato com agropecuaristas, por entrevista estruturada, teve o objetivo do entendimento das técnicas, das práticas e o envolvimento social inerente às ações individuais e coletivas.

Dentro das políticas públicas, constam entre os vários quesitos, cursos desenvolvidos por entidades públicas ou privadas, que são oferecidos às pessoas dedicadas as atividades rurais (Figura 4). Órgãos como a FMDR25J, EPAGRI, Sindicato Rural entre outros, percebendo carências ou dificuldades dos agropecuaristas em pequena escala e propõem treinamento ou esclarecimento sobre temas que são do interesse das famílias. Os temas são diversificados, vão desde a instrução quanto à elaboração de produtos de panificação, por exemplo, até instruções no tratamento da água para reaproveitamento ou descontaminação.

Figura 4. Diagrama que descreve algumas políticas públicas e algumas dificuldades através dos órgãos municipal, estadual e federal.



Fonte: elaborado pelo autor com base na entrevista com o presidente da FMDR25J Valério Schiochet (2016)

Em entrevista com Jacobi (2015), a agropecuarista em pequena escala esclareceu aspectos quanto ao treinamento por meio de cursos, que são ministrados aos membros da família:

A. T. V. F.: Outro assunto que quero conversar é sobre a fundação. De vez em quando, eles vêm na propriedade dar assistência técnica, para conversar, para ver se está ok? Têm alguma sugestão ou dão uma força para vocês, ensinam técnicas para os seus filhos utilizarem aqui na lavoura?

C. L. K. J.: Eu ontem também fui lá buscar rótulo para o melado. Olha... As dívidas que tinha foram esclarecidas. É uma ajuda que a gente tem 100%. Tem reunião, tem cursos que às vezes eles chamam e a gente vai. A Fundação é nosso braço direito.

A. T. V. F.: Uhum, e esses cursos são feitos por todos? As suas filhas também fazem?

C. L. K. J.: Eles não, eles fazem só o que é mais necessário para eles, porque o tempo da gente é muito curto, é muito serviço aqui na propriedade, né?

A. T. V. F.: A Epagri faz esse trabalho aqui?

C. L. K. J.: Isso, a Epagri, sim. A maioria dos cursos são pela Epagri. Junto com a Fundação 25 de Julho, com o Sindicato Rural de Pirabeiraba também.

A. T. V. F.: Esses cursos que vocês fizeram, aprenderam na lida a fazer o melado, ou até fazer bolacha, a fazer pão? Isso ajudou bastante vocês nas atividades que vocês têm na propriedade?

C. L. K. J.: Deu uma melhoria boa aqui.

Como pode ser visto na entrevista acima, a entidade municipal está em constante contato com as famílias na localidade. São administrados cursos intensivos, por exemplo, sobre a elaboração de melado, elaboração de bolacha com o apoio da EPAGRI e Sindicato Rural. Além do apoio quanto aos produtos artesanais, os pequenos agropecuaristas são orientados quanto a algumas culturas como a cana de açúcar, aipim, olericultura (feijão, alface, repolho entre outros), piscicultura e outras atividades que agregam mais rentabilidade as famílias.

Todavia, a entidade municipal devido à carência de recursos humanos, tem dificuldades na continuidade de assistência técnica para as famílias, o que dificulta em vários casos, o desenvolvimento dos novos processos implantados na propriedade, podendo haver distanciamento quanto à aplicação de novos processos e/ou técnicas, pois conciliar o saber tradicional com novos conhecimentos requer abordagem mais frequente e relacionamento com os agropecuaristas de forma mais próxima, além da preparação dos técnicos direcionados para essa causa.

As entrevistas foram realizadas no Piraí com os pequenos agropecuaristas quanto as suas atividades individuais e familiares, relações com a FMDR25J, outras entidades e vizinhos na comunidade, para compreensão das políticas públicas direcionadas às famílias rurais inseridas na localidade e detalhes dos processos e das técnicas utilizados na lida diária do campo, assim como outros aspectos pertinentes na interação com essas entidades, desta forma, a vinculação com a ação dos órgãos públicos nas relações estabelecidas, por meio das atividades como extensão rural entre outras atividades.

A aproximação da pesquisa possibilita o conhecimento e o entendimento de detalhes desconhecidos nas relações entre os membros da FMDR25J e as famílias rurais. Detalhes pouco relevantes têm significado nessa relação, como, por exemplo, formas de melhorar questões de práticas da saúde, higiene pessoal e familiar, processos do saber fazer, entre outros aspectos nas atividades cotidianas familiares.

A compreensão do ponto de vista do morador possibilita o conhecimento de aspectos pouco perceptíveis na pequena propriedade rural. A múltipla atividade familiar na agropecuária em pequena escala, auxiliada pelas políticas públicas, pressupõe alternativa sustentável à preservação do patrimônio sociocultural rural, bem como as dificuldades, que possibilitam a fixação do homem na comunidade, clareando a realidade do cotidiano na localidade.

3.3. A FAMÍLIA RURAL E OS JOVENS NO PIRAI

A agropecuária familiar vem encontrando dificuldades em concretizar a sua alternância social em razão da saída dos filhos do meio rural e da desistência da ocupação na área rural. Essa saída impõe uma nova dinâmica na questão sucessória: sem os filhos, os pais não terão sucessores e enfrentarão dificuldades quanto ao amparo na velhice e à consequente continuidade sociocultural da família rural. Conforme Camarano e Abramovay (1998, p. 23), na década de 1990, a saída da população do campo estava concentrada na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos e as mulheres de 15 a 19), com maior proporção de moças.

Os aspectos citados acentuam a desestabilização da dinâmica sucessória na pequena agropecuária resultante da ausência de filhos nas propriedades e os diferentes arranjos dos agropecuaristas no tocante à transmissão do patrimônio, refletindo as aflições e incertezas dos pais acerca do futuro da família rural.

Os estudos e as pesquisas referentes à continuidade social da agropecuária familiar vêm mostrando as dificuldades dos filhos em permanecer na atividade rural. Enquanto nas gerações anteriores ser filho de pequeno agropecuarista significava também ser um agropecuarista, hoje em dia não necessariamente quer dizer continuar mantendo a mesma ocupação e modo de vida dos pais, pois cada vez mais essa atividade aparece como uma escolha entre outras possibilidades (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998, p. 21-22).

Na localidade do Piraí, em um passado recente, a continuidade dos filhos do pequeno agropecuarista acontecia corriqueiramente, como é possível verificar na entrevista com Schroeder (2015):

É, a gente veio aqui em 59, 1959. Eu sou o terceiro proprietário dessa propriedade. Ela foi adquirida em 1886. Não. É, 86... Foi da época da Colônia Dona Francisca. Das divisões das áreas daqui [dessa propriedade]..., mas essa parte aqui já passou para mim em 59 [o pai transferiu parte da propriedade ao filho]. Eu tinha 5 anos e ele passou isso aqui para mim... Ficou com uma parte da terra também.

Diferentemente das gerações passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito que o atual, as novas gerações estão participando na sociedade de modo mais ativo, resultando em um campo com relações sociais e culturais mais amplas, que possibilitam o repensar acerca de suas identidades e realizações pessoais. Dessa maneira, emerge a individualização da forma como os jovens pensam a questão sucessória no interior

das propriedades. Assim, os interesses dos filhos podem não coincidir com os interesses do restante do grupo familiar.

Os membros da família atuam conforme o conhecimento organizado em torno de saberes e valores proeminentemente rurais ou não, capazes de assegurar a produção e reprodução mediante a permanência dos filhos no lugar dos pais, ou a descontinuidade do patrimônio familiar.

Portanto, políticas públicas direcionadas aos jovens do meio rural são estratégicas para garantir a continuidade deste patrimônio cultural rural, mantendo o ciclo de repasse do conhecimento entre gerações da mesma família.

3.4. A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E A ATIVIDADE DAS MULHERES

A contribuição das mulheres na atividade familiar dá-se através do trabalho manual, para elaboração de produtos artesanais ou por meio do trabalho externo, como forma de participação na renda familiar. Essa agregação de valor está ganhando dinamismo em várias famílias, como alternativa de continuidade e reprodução no meio rural. Algumas mulheres encontram na diversificação de atividades formas de incremento da produtividade, por exemplo, a pequena indústria de transformação da matéria-prima e através de valores culturais tradicionais, elaboram massas, doces, derivado do leite, pães, cucas, melado entre outros produtos de origem colonial.

O autor Tedesco (2010) reflete sobre a atividade produtiva da mulher no patrimônio familiar,

Grande parte das indústrias de transformação de matéria-prima, presente em algumas unidades familiares rurais, expressa um trabalho que se alimenta de uma *filosofia prática*, própria do *ethos* de agricultor familiar da região, fundada numa concepção que agrega valores culturais da *tradição camponesa* (apud WANDERLEY, 2003b).

A participação da mulher agropecuarista em pequenas propriedades era considerada somente com um auxílio na década de oitenta. A atividade feminina no plantio, agroindústria, artesanato, turismo rural, assumindo multiatividades, fez com que surgisse a política pública própria para as mulheres no campo.

A discussão propriamente dita quanto ao gênero na década de oitenta, estimulou movimentos de participação da mulher na sociedade rural, localidade do Pirai. Em entrevista da coordenadora da FMDR25J, Iria Wiczwevski (2016), foi comentado esse processo de inserção da mulher que agrega saberes e valores à família rural:

Porque estavam numa época desta forma... teve discussão na década, de... década de oitenta por ali. É, aqueles movimentos de participação da mulher, na sociedade. Está ativa em todas as... é... seguimento da sociedade, ok?

É, oitenta. Então em oitenta e seis, por essa necessidade de estar a mulher participando das associações. Onde começou a organizar os grupo de mulheres.

As mulheres também desenvolvem atividades fora da propriedade familiar, como comentado acima, através do trabalho em outras propriedades ou em empresas da região. A agregação de recursos para a família incrementa novos processos na direção da multiatividade rural, surgindo novos valores e sentidos, que impactam na cultural e relação social.

Ainda sobre a entrevista de Iria Viczwevski, percebe-se a maneira de atuação feminina na localidade pesquisada,

Na década de oitenta começou, Daí foi sendo comentado o turismo rural... . Aonde que a mulher podia estar participando ativamente, a agroindústria, o artesanato. E muitas de nossas mulheres hoje, que participavam da... dos grupos de mulheres, acabaram assumindo o turismo rural, acabaram assumindo a agroindústria, que as vezes elas não conseguiam participar desses grupos... agora elas estão tão envolvidas[...]

Quanto às políticas públicas, neste período comentado acima, o governo federal lança o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem também. Para a mulher pequena agropecuarista conseguir a captação do financiamento através deste programa federal, o técnico da FMDR25J é solicitado na propriedade familiar, faz todos os levantamentos exigidos para este encaminhamento, analisa quais são as demandas pretendidas, verifica o respectivo potencial do núcleo familiar na propriedade. Juntamente com o engenheiro agrônomo, faz o projeto e a agropecuarista apresenta ao Banco do Brasil, para captação do recurso solicitado.

Outra questão envolvida quanto ao público feminino é a capacitação e treinamento em conjunto com a EPAGRI e a FMDR25J. Por meio de entidades que apoiam as comunidades rurais, como por exemplo, o Consulado da Mulher patrocinado por grupo empresarial de Joinville, Instituto Luterano de Santa Catarina (IELUSC), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) entre outras, é buscado profissionais especializados em diversos temas, que ministram capacitação e treinamento às mulheres da área rural. (CONSULADO DA MULHER, 2016, web)¹¹

¹¹ Mais detalhes sobre os parceiros, histórico, resultados, etc, veja-se o site do instituto: <<http://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>>.

Uma entidade que está inserida nas diversas atividades familiares rurais é a Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais (AJAAR), que elabora diversas atividades junto aos núcleos familiares, em parceria com entidades públicas e privadas, quanto a treinamento, feiras, comercialização entre outras atividades no campo.

Com referência a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, é trabalhado a questão da memória no meio rural. Por exemplo, através do programa Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC) da prefeitura municipal de Joinville¹², foi desenvolvido projeto pela FMDR25J para captação de recurso, com a finalidade de ser elaborado livro de receitas de gastronomia com o título "valorização da gastronomia no meio rural joinvillense". O objetivo é resgatar as receitas tradicionais na área rural, em conjunto com as histórias que estão envolvidas neste processo.

Todo este conjunto de processos e práticas visa justamente a agregação de valores e melhoria a rentabilidade familiar, através do incentivo ao público feminino, que é uma parcela bastante importante na continuidade do patrimônio cultural rural.

3.5. O PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL COMO FENÔMENO

A agropecuária familiar é resultado de um processo iniciado a partir da colonização brasileira, em que houveram influências socioculturais, políticas e econômicas. Lamarche, em sua reflexão sobre essa atividade agrária, considerou um quadro mais amplo, "evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter conservador da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto" (LAMARCHE, 1997, p. 184).

A fim de caracterizar, distinguir e definir esta atividade familiar rural, o Instituto Nacional de Colonização Rural (INCRA), juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1966, definiram as características centrais: gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantem entre si laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecido pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1966).

¹² Regulamentado pela Lei Municipal de Joinville n. 5.372, de 16 de dezembro de 2005.

As famílias rurais perceberam que somente a atividade do plantio de culturas, impossibilitava alcançar rentabilidade que pudesse atender a realização das necessidades pretendidas. Assim, a alternativa encontrada por alguns núcleos familiares foi a multiatividade.

Com o apoio de políticas públicas, através de aprendizado que lhes permitiu absorver processos e técnicas diferentes das que conheciam, ou mesmo utilizar financiamento, principalmente pelo programa federal PRONAF, passaram a desenvolver novas atividades ou a chamada multiatividade. Os processos e práticas que foram incorporados pelos núcleos podem ser criação de peixe, turismo rural, agroindústria como a elaboração de pães, cucas, bolachas, melado, cachaça, mel, congelados de aves, suínos, aipim entre outras multiatividades.

A multiatividade tornou-se atividade ocupacional corriqueira na maioria dos núcleos, tendo sido incorporado pelos membros das famílias. É refletida no fator social, cultural e econômico, e o fenômeno desenvolvido pelas famílias é uma maneira alternativa para a continuidade das famílias, impactando inclusive no patrimônio material e imaterial rural.

A administração pública federal teve a iniciativa positiva quanto a alavancar e melhorar as condições dos núcleos familiares, utilizando o PRONAF como forma de política pública para possibilitar com mais esta alternativa, a fixação e continuidade da família rural (NEVES, 2004, p. 13)

Com a finalidade de implementação do PRONAF, o governo federal delegou aos estados e municípios, a iniciativa de disponibilizar técnicos e burocratas para elaborarem os requisitos e exigências junto aos núcleos, a fim de procederem os tramites necessários ao desembolso dos recursos financeiros pleiteados. (NEVES, 2004, p. 17)

Porém, como esses arcabouços administrativos se apropriam de interesses e grupos políticos partidários, há interferência nos trâmites para a distribuição desses recursos limitados. Acaba não ocorrendo à distribuição equitativa, que é o mais apropriado, sob as condições do tramite democrático, o que dificulta enormemente a organização social. (NEVES, 2004, p. 21)

As entidades financeiras que foram disponibilizadas para repassarem os recursos públicos, também não se preparam com os requisitos mínimos quanto a recursos humanos e materiais necessários e desejáveis. Outra dificuldade que ocorre à distribuição de recursos para as famílias rurais, é quanto às condições de encaminhamento dos processos por cooperativa ou associação. Ocorrem dificuldades em função da centralização dessas entidades

em área urbana, distante de onde se encontram os núcleos familiares, além da questão político-partidária anteriormente comentada.

Neves (2004) comenta sobre este fato,

Da mesma forma que se coloca em questão às condições de atendimento das instituições do aparato estatal, é preciso se perguntar sobre as condições de funcionamento do sistema cooperativista ou associativista. Estas formas de organização são quase sempre impostas por outras instituições e movimentos sociais em que seus dirigentes, por vezes, desconsideram os modos de alinhamento políticos dos agricultores.

Quanto aos agropecuaristas em pequena escala, diante do excesso de burocracia do PRONAF, sentem-se desconfiados e inseguros quanto às dificuldades de obter o recurso público. Várias famílias frente às dificuldades e tramites para adquirir financiamento, acabam postergando esse benefício ou mesmo desistindo do mesmo (NEVES, 2004, p. 23).

O PRONAF não é por si só o recurso único que atende a demanda dos núcleos familiares quanto às políticas públicas. As ações governamentais em todas as instâncias formam um arcabouço de práticas e processos disponíveis ao homem do campo, e de maneira coletiva, sob o aspecto social e econômico, integrado a ação política, propiciam condições para a efetiva continuidade ou prejuízo do patrimônio cultural rural.

3.6. A AGROPECUÁRIA FAMILIAR E O PROCESSO SOCIOCULTURAL NO PIRAI

As famílias de pequenos agropecuaristas receberam a tradição e saber fazer de seus ancestrais, e através do auxílio que a FMDR25J se propôs a elaborar na área rural do município, principalmente na localidade do Piraí, que é objeto desta pesquisa. Este fenômeno se processa por meio de política pública, desenvolvidas através de extensão rural, possibilitando o treinamento aplicado na propriedade familiar, assim como por meio de cursos ministrados pela FMDR25J, em conjunto com a empresa de assistência rural estadual, a EPAGRI, Sindicato Rural através do programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A coordenadora da entidade municipal Iria S. Viczwevscki (2016) comentou na entrevista sobre os cursos oferecidos as mulheres da área rural:

I.S.V.: [...] Outra coisa que temos aqui e esqueci é o Senar. O Senar é o serviço de aprendizagem rural, sabe! Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Então, todos os cursos que acontecem na prática aqui, no ano passado, foram dezenove cursos. Aonde que a mulher da área rural também

é beneficiada com esses cursos. Só faz... só... perde o curso quem não tem interesse. Porque a oferta do curso a fundação toma a iniciativa, sabe! Se a mulher não procura, não podemos fazer nada. [...] Então a fundação no ano passado fez dezenove cursos em parceria com o Senar... e... acho que foi uns quatro com a Epagri também, né? A Epagri abrange mais a nível local, quando é nível regional as vagas da Epagri são limitadas. Incentivamos muito as pessoas a participar, esses do Senar, que são em torno de duas horas, são turmas pequenas, entre treze e o máximo de dezesseis, que é a turma ideal para aprendizagem. Esse ano em janeiro, nós já tivemos três cursos, só em janeiro. As mulheres da área rural sempre são informadas, sempre assim óh: "tem curso em tal área".[...]

Na entrevista acima com a coordenadora da Fundação, é possível perceber a atuação da entidade junto às mulheres do campo quanto a treinamento, a atuação em conjunto com o Senar e as dificuldades na atuação quanto a treinamento, com a finalidade de repassar novos conhecimentos, conciliando com o saber tradicional. As políticas públicas através de treinamento e cursos, são desenvolvidas tendo por meta disponibilizar novas formas de saber fazer, que possam agregar condições de trabalho e renda para o público feminino rural. Ainda a coordenadora Iria comentou sobre esse quesito,

*[...]Então o Senar também tem uma política pública, que é a capacitação. E o Senar trabalha junto com o sindicato dos produtores rurais.
[...]O Senar nos procura, daí avisamos o Senar: óh, tem uma demanda. Avisamos a menina lá do sindicato também, é... tem uma demanda para tal curso. A gente trabalha em cima de demandas, ok! É, primeiro a gente faz uma pré-seleção do que poderia estar trazendo para Joinville. Porque também não adianta trazer um curso de lã de ovelha por exemplo, se Joinville não produz lã de ovelha, certo? Fazemos a pré-seleção, enviamos ao sindicato. E pedimos para mandar ao Senar. Daí, em cima disso, a gente começa a trabalhar a demanda... de clientela. Quando tem lá uns seis ou sete inscritos, pedimos o curso. [...]Então o Senar ajuda com o instrutor e com os ingredientes, ou com o material para o curso. E nós com o local e com a formatação da turma, e a mobilização, ok! Porque dá um trabalho enorme[...]*

São ministrados pela FMDR25J treinamento em olericultura ou a plantação racional e econômica de plantas oleráceas, hortaliças em geral como couve, alface, pimentão, repolho entre outras. É também realizada a análise do solo por meio da fitologia ou entopatologia, distribuição de sementes e mudas melhoradas, assistência na criação de animais, assistência para implantação da piscicultura e canicultura, defesa sanitária dos rebanhos bovinos, para prevenção contra doenças de animais.

Em entrevista realizada com o coordenador da FMDR25J e especialista na cultura do arroz, Roberto Plotow (2015), foi abordado às várias formas com que a FMDR25J apoia o pequeno agropecuarista na localidade do Piraí, através de núcleos:

A.T.V.F: [...] Como é que funcionam esses núcleos?

R.P.: É assim: a fundação apoia tipo a AJAAR e a agroindústria. A fundação ajudando e dando apoio para o agricultor em toda a questão, além de levar a vigilância sanitária, para ver se está tudo e ordem. Na fundação tem um funcionário que organiza a distribuição dos rótulos para eles, tem essa funcionária que entrou aqui recente. Ela dá assistência para começar a fazer uma determinada atividade. Ela vai e conversa com o agricultor, vê as instalações, dá orientação, faz o contato com pessoal da vigilância sanitária, enfim, encaminha o necessário para funcionar. Por exemplo, a Sodaj, todas as questões que envolvam a prefeitura, financiamento a damos apoio. Outro exemplo: eles conseguem um auxílio de um deputado, temos que montar o projeto, prestar conta, damos todo esse apoio para eles, se precisar de um ofício providenciamos, enfim, fazemos esse meio de campo.

Este conjunto de processos e práticas citados na entrevista acima permitem a família rural um maior conhecimento e como consequência a especialização no desenvolvimento das atividades na propriedade, possibilitando a melhoria na produção, pois alguns moradores do campo tem dificuldades em compreender e utilizar novas práticas e processos. Ainda, conforme o diálogo com Roberto Plotow (2015), a Fundação procura especializar os agropecuaristas no Piraí, quanto à criação de abelha e peixe, possibilitando incrementar nova atividade familiar com a finalidade de agregar rentabilidade na propriedade,

A.T.V.F: Então esse núcleo, atua em torno da assistência ao agricultor?

R.P.: Sim! Tem o pessoal da Apeville (abelhas), a associação dos agricultores, assim temos aqui um técnico que trata só da agricultura. Trabalhamos com os agricultores, na associação dos agricultores, prestamos todo esse apoio e organização. Eles têm o curso e trazemos um pesquisador envolvendo toda essa questão de tecnologia.

Tem a associação da piscicultura na fundação, onde atuam três técnicos especialistas em piscicultura, eles dão assistência para a associação com reunião, palestra. A questão da piscicultura é quando os técnicos fazem o treinamento com o pessoal. Tem o pessoal da palmácea que apoia a associação através de nosso técnico, que é especializado em palmito.

Com esse incremento nas atividades rurais, pode ocorrer aumento na rentabilidade familiar, possibilitando estabilidade e segurança à família para desenvolver suas habilidades agropecuárias em pequena escala, permitindo à continuidade do patrimônio sociocultural.

A FMDR25J com o apoio que presta às famílias rurais tem participação indireta na relação com o patrimônio cultural na localidade do Piraí. Desta forma, os núcleos familiares

utilizando as práticas e processos através do saber tradicional e o apoio da entidade pública, conciliando com novos conhecimentos, mantém o patrimônio com as interações dos membros na elaboração da multiatividade praticada na pequena propriedade familiar. O jovem é elemento de agregação e nas relações com os demais componentes, tais como a mãe, o pai e demais membros. Sua participação é de fundamental importância na continuidade da propriedade familiar.

A presença da mulher no núcleo familiar representa principalmente aspecto que agrega saberes, valores e práticas, que se somam a questão cultural e social no patrimônio familiar rural. Desta forma, o patrimônio cultural e social naquela comunidade está em consonância com a multiatividade familiar, bem como em relação à importância do papel das políticas públicas que se fazem presentes na comunidade rural.

No capítulo 3 procurou-se dialogar sobre o núcleo familiar, que elabora suas diversas atividades, em consonância com a tradição da pequena agropecuária, onde é perceptível o saber-fazer e a conciliação como os novos saberes, mesmo havendo dificuldades em conciliar o tradicional com o novo conhecimento. Por meio das políticas públicas, o governo em todas as instâncias procura apoiar o homem do campo, mesmo com as carências humanas e materiais, assim como vários percalços descritos ao longo da narrativa desta pesquisa.

No diálogo que se desenvolveu com autores como Abromovay (1998), Wanderley (2001) e Tedesco (1999) entre outros, a família que encaminha suas ações através da multiatividade e direciona para alcançar resultados sociais, culturais e econômicos, inserida no contexto do indivíduo e do coletivo. Os núcleos familiares têm sua base principalmente no patrimônio.

A noção de atuação como indivíduos que se complementam no coletivo, passa pela aceitação da noção de família e sua dinâmica, procura evitar o risco de desfragmentação na relação social, bem como a flexibilidade e vulnerabilidade social na comunidade, como refletido pela autora Carneiro (1999).

A compreensão da ação do homem do campo permite conhecer alguns aspectos importantes dentro do patrimônio familiar. A atividade múltipla, política pública, patrimônio social e cultural são elementos agregadores, que estimulam e possibilitam a permanência do morador na comunidade rural.

Os membros que compõem o núcleo familiar estão participando na sociedade de modo mais dinâmico, que possibilitam pensar suas identidades e realizações pessoais. Assim, certamente influencia a própria permanência no lugar dos pais, ou a desistência do patrimônio familiar.

A continuidade do patrimônio social e cultural está relacionada com os processos e práticas do público feminino. Por meio de ações que envolvam diretamente e indiretamente as mulheres, através de cursos, treinamentos, grupos de atividades femininas e sua inserção nas multiatividades da propriedade, possibilitando o fortalecimento do núcleo familiar.

A política pública direcionada ao homem do campo envolve uma série de elementos, que tem como uma das principais funções a continuidade através do fortalecimento do núcleo familiar. Todavia, não é o recurso único que atende as necessidades dos moradores da área rural, como foi possível compreender ao longo desta narrativa.

As ações governamentais são várias, mesmo com as distorções e dificuldades descritas em alguns itens desta dissertação, mas permitem disponibilizar condições de conservação, manutenção e mesmo efetivo fortalecimento do patrimônio cultural e social rural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou destacar as políticas públicas desenvolvidas pela FMDR25J na localidade do Piraí, em Joinville, Santa Catarina, a relação com as famílias rurais na pequena atividade agropecuária e o patrimônio cultural na comunidade. Para alcançar esse propósito, a dissertação sobre a FMDR25J, família rural e políticas públicas através da entidade municipal para as famílias rurais abordou o tema, percorrendo em seções principais. Primeiro, foram explanadas as formas e entendimentos de alguns fenômenos envolvidos na relação entre a família rural como questão cultural, social, econômica, produtividade, política pública, bem como o patrimônio material e imaterial, através de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Segundo, foi abordada a criação e atuação da FMDR25J, por meio das análises de políticas públicas aplicadas às famílias pelos técnicos agrícolas nas várias atividades rurais. Para tanto, foi dado ênfase aos discursos dos membros de algumas famílias rurais, de coordenadores e do presidente da FMDR25J. Por último, procurou-se mostrar as formas de atuação da FMDR25J e os resultados que impactam as famílias, assim como os costumes tradicionais locais. No estudo foram abordados fenômenos e práticas relacionados ao patrimônio cultural e a sua valorização ou esquecimento nas propriedades rurais da comunidade do Piraí.

Entre as diversas regiões agrícolas da cidade, a localidade do Piraí chama atenção das pessoas residentes na área urbana, quanto a entendimentos característicos que são típicos dos habitantes locais. Ao circular por diversas vias que cortam a localidade, sobressaem as pastagens, plantações diversas como cana de açúcar, milho, feijão, arroz entre outras culturas. Nas pequenas propriedades, as casas características destacam os formatos naquela região rural, como que arcabouços próprios do patrimônio familiar. A prática da pluriatividade é uma atividade ocupacional corriqueira, refletida no fator econômico, cultural e social. São mecanismos utilizados pelos núcleos familiares como fenômeno socioeconômico e como maneira alternativa para a reprodução das famílias, em que prevalece a fonte alternativa de renda como continuidade no espaço rural.

O cotidiano das atividades executadas pelos moradores e sua relação sociocultural, o envolvimento com os órgãos públicos e questões quanto ao patrimônio material e imaterial, foram objetos desta pesquisa. Como a FMDR25J é a entidade pública municipal mais próxima às famílias, ocorreu aproximação no conceito próprio de análise quanto aos processos e fenômenos aplicados, através de políticas públicas, nesta localidade. A aproximação aos pequenos agropecuaristas que desenvolvem várias atividades diariamente

deu-se através de contatos pessoais, quer por meio de diálogos, visitas às diversas propriedades, estudo da história oral e escrita, assim como o conhecimento das práticas e processos aplicados pela FMDR25J.

Na sequência a esta narrativa, foi conhecido e descrito a atuação de especialistas em áreas, por exemplo, de agropecuária, cultura do arroz, olericultura, atividades do processamento artesanal de produtos coloniais, aproveitamento de produtos domésticos (elaboração de sabão, por exemplo), educação de jovens moradores do campo, práticas culinárias da região, projeto para elaboração de livro sobre a culinária local, ensinamentos de corte e costura, higiene pessoal entre outros aspectos, destacando trechos das entrevistas com os funcionários da FMDR25J e pequenos agropecuaristas. Foram relatados experiências na aplicação dos processos e práticas que impactaram na formação do patrimônio familiar rural.

Como citado anteriormente, desde a tenra idade, as crianças e jovens das famílias recebem apoio através dos núcleos ou escolas na comunidade do Pirai, nas atividades da FMDR25J, quer através de cursos ou extensão rural permitem um maior dinamismo na agregação de conhecimentos aos agropecuaristas em pequena escala. Na FMDR25J ocorre a formação dos jovens através da escola técnica, especializada em atividades voltadas ao campo, propiciando condições para que os jovens deem continuidade as suas atividades na área rural, evitando a migração urbana e com uma adequada formação nas atividades agrícolas.

O entendimento das relações pessoais e familiares, seus reflexos no coletivo, foram analisados por meio de contatos com agentes da FMDR25. Estes fenômenos e relações familiares contribuem para a formação cultural da comunidade, estando em convergência com o patrimônio social e familiar. As atividades na cultura do arroz, por exemplo, quando inicia a colheita a FMDR25J em conjunto com a EPAGRI desenvolvem a semana voltada a essas atividades. São organizadas palestras ministradas por pessoas especializadas nesta cultura. Em propriedade modelo, os agropecuaristas se reúnem para dialogarem sobre o arroz, analisando os resultados da safra anterior e sendo orientados para melhoria quanto a estas atividades.

A FMDR25J também auxilia várias atividades sociais quanto às festas, como por exemplo, no dia do colono, um momento para as famílias congregarem suas raízes rurais, havendo uma maior aproximação entre o campo e a cidade na sociedade Jacob, localidade do Pirai. São atividades que propõem o coletivo, estreitando os laços entre as famílias da localidade, que se veem representadas nas atividades culturais.

Um dos objetivos foi a análise da política pública aplicada pelo município na localidade do Pirai, a forma como é elaborada e aplicada, as nuances que envolvem a extensão

rural e quais os resultados práticos nas famílias e sua cultura rural. Há processos ou projetos que são aperfeiçoados e melhorados desenvolvidos atualmente na comunidade. Entre esses aspectos e outros que são percebidos ao longo dos contatos estabelecidos, surgiram respostas que esclareceram essa interação.

Quanto a benefícios para a entidade municipal, um maior conhecimento do que pensam os agropecuaristas do Piraí quanto às relações com a entidade, poderá auxiliar na aplicação das políticas públicas a esses moradores. Sobre as questões de aplicação das técnicas e processos às famílias, daquilo que poderá ser aperfeiçoada no que refere-se às lidas diárias no campo, assim como as questões de âmbito familiar e o desenvolvimento de culturas nas práticas agropecuárias em pequena escala por meio da multiatividade, interações sociais e o patrimônio sociocultural da comunidade.

Quanto aos conhecimentos dos especialistas da entidade municipal, como detentores do saber agrícola e responsáveis no repasse de novas técnicas, há conflitos quanto ao saber-fazer tradicional e a difusão desses conhecimentos, com base no incremento da produtividade e rentabilidade nas propriedades, conforme citado anteriormente. O resultado é a dificuldade de alguns pequenos agropecuaristas em assimilarem novas técnicas e aplicá-las adequadamente. Para contornar estas dificuldades a FMDR25J indica propriedades modelo na comunidade, onde é apresentada a maneira como ocorre a implantação de novas técnicas, analisando o resultado do processo quanto a rentabilidade e produtividade.

A aproximação ao pequeno agropecuarista, utilizando criatividade na relação entre os técnicos e agropecuaristas, através de palestras e encontros promovidos pela FMDR25J e EPAGRI, auxilia na superação dos conflitos ocasionados entre o saber científico e o saber-tradicional. Desta forma, várias famílias se apropriam de novas técnicas e processos, melhorando consideravelmente o rendimento nas atividades, refletindo na continuidade e incremento na renda familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público**: novos desafios à extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____; CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____; VEIGA, José Eli da. **Análise (diagnóstico) da inserção do Pronaf na política agrícola**. Convênio IIIEA/Fipe, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf>. Acesso em: 1.º mai. 2015.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/dissertacoes-e-teses/dissertacoes-e-teses-mestrado-2008/>>. Acesso em: 7 maio 2015.

ALMEIDA, Paulo N. Alves. **Fronteira de produção e eficiência técnica da agropecuária brasileira em 2006**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)–Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-25042012-151416/pt-br.php>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2006. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/o/1635683>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. *In*: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; BOSSI, Wagner Membribes. **A relação urbano-rural no planejamento municipal**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/ARELAcaOURBANORURAL.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2015.

BRASIL. **Decreto no. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em 20 set. 2016.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. **Fim da dicotomia rural-urbano?** Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 115-124, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a12v1734.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2015.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**.Jaguariúna: Embrapa, 2000.

CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata atlântica: uma rede pela floresta**. Brasília: Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), 2006.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores, familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**.Campinas:Unicamp, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**.Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. **Política pública e agricultura familiar:uma leitura do Pronaf**.**Estudos, Sociedade e Agricultura**,n. 8, abr. 1997. Disponível em: <<http://permacultura-bahia.org.br/artigos/Agricultura%20familiar%20e%20pluriatividade.doc>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa MaríaRússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHIES, Claudia; YOKOO, Sandra C; IRANZO, Pollyana. **Reflexões sobre os conceitos de rural-urbano: impactos nas políticas públicas brasileiras**. Seurb, 2011.Disponível em:<http://www.mauroparolin.pro.br/seurb/Trabalhos/EIXO_6_PENSAMENTO_GEOGRAFICO_URBANO_5_ARTIGOS/CHIES_REFLEXOES SOBRE OS CONCEITOS DE RURAL_E_URBANO_IMPACTOS_NAS_POLITICAS_PUBLICAS_BRASILEIRAS.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CONSULADO DA MULHER. Quem somos. Disponível em: <<http://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

DIAS, Marcelo Miná. **As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo**. **Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/pdf/artigo4ppp1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

FÁVARO, Jorge Luiz (Org.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar?Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/893.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GIULIANNI, Gian Mario. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 5, n. 14, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/giulian9.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. **O novo rural brasileiro**. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

_____; DEL GROSSI, Mauro E. **A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CAMPO-CIDADE, Curitiba, 1998.

Anais..., Curitiba, 1998. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GREIN, Gustavo; COELHO, Ilanil. **A patrimonialização do meio rural de Joinville/SC**. In: SIMPÓSIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CATARINA, 1., Florianópolis, 2013. **Anais...**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_g%20grein_patrimonializacao%20meio%20rural.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em 18.10.2016.

JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ) (Org.). **Joinville: cidade em dados**. Joinville, 2013.

JOINVILLE. Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho (FMDR25J) (Org.). **Relatórios Anuais** de 1967 a 1984. Joinville, 1984.

JOINVILLE. **Lei no. 814, de 22 de julho 1966**. Dá nova estrutura administrativa à prefeitura municipal de Joinville. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1966/81/814/lei-ordinaria-n-814-1966-da-nova-estrutura-administrativa-a-prefeitura-municipal-de-joinville>. Acesso em: 28 jul. 2016.

JOINVILLE. **Lei no. 5.372, de 16 de dezembro de 2005**. Institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura – SIMDEC, e dá outras providências. Disponível em: <https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/23-Lei+SIMDEC.html>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

JOINVILLE. **Decreto no. 13.164, de 12 de setembro de 2006**. Aprova o estatuto da fundação municipal de desenvolvimento rural 25 de julho. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2006/1317/13164/decreto-n-13164-2006-aprova-o-estatuto-da-fundacao-municipal-de-desenvolvimento-rural-25-de-julho>>. Acesso em 11 nov. 2015.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/238/23801212.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1997. 2a. edição.

LEMES, Carla da Costa; LEMES, Kátia; MATOS, Patrícia Francisca. **Urbano ou rural? Uma análise do distrito de Ubatã, Orizona (GO).** In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA: A GEOGRAFIA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO – PASSADO, PRESENTE E FUTURO, 11., Jataí, 2009. **Anais...** Jataí, 2009. Disponível em: <<http://www.eregeo.agbjatai.org/anais/textos/77.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2015.

MARTINS, Rosana B. *et al.* **Turismo e preservação da paisagem rural em Joinville-SC-Brasil.** Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/trab_Rosana-Margareth.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MAY, Tim. **Pesquisa social.** 3. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar e sustentabilidade:** valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 49-79, abr. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/105/101>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

NEVES, Delma. **Agricultura familiar, artimanhas da classificação.** À Margem, Niterói, ano 1, n.3, 1993. Disponível em <<http://permacultura-bahia.org.br/artigos/Agricultura%20familiar%20e%20pluriatividade.doc>>. Acesso em: 11 maio 2015

NEVES, DelmaPessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** UFRJ, 2004. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestritos/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 19/10/2016

NIEHUES, Valdete D. **Joinville Rural:** o lugar esquecido pela história e valorizado pelo turismo. Joinville, 2006. Disponível em: <www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11320>. Acesso em: 21 mar. 2015

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004

ORTEGA, Antônio César. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, p. 185-190, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/brasil/ortega18.htm>>. Acesso em: 9 maio 2015.

PICCHI, Marcelo Rodolfo; ZANIBONI, Renato. **Agricultura familiar e tecnologia:** um estudo de caso do produtor de limão do município de Fernando Prestes. **Interface**, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/arquivos/volume7/artigo07.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

RUIZ, João A. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1979.

SCHIOCHET, Valmor. **Fundação Municipal 25 de Julho:** entidade da prefeitura de Joinville que atua no meio rural. Pesquisa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais, Florianópolis, 1985.

SILVA, Janine Gomes da. **Pratos típicos como patrimônio cultural:** as narrativas orais (re)elaborando antigas receitas. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/XKMQep>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

TERNES, Apolinário; VICENZI, Herculano. **Dona Francisca:** imperial estrada da serra. Joinville: Letradágua, 2002.

VEIGA, José Eli. **Biodiversidade e dinamismo econômico.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Campinas, 2000. **Anais...**, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 6 maio 2015.

_____. **Nem tudo é urbano.** *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 56, n. 2, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

VICENZI, Herculano. **Fundação Municipal 25 de Julho:** 30 anos a serviço da família rural. Joinville, 1996.

VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificação.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)—Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

VIEIRA, F. A. Estrada Piraí: perfil dos moradores do tradicional reduto de agricultores está mudando. **Notícias do Dia**, Joinville, 26 abr. 2011.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. Rio Grande do Sul: Editora da UPF, 2001.

WILKINSON, John. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 8, abr. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/john8.htm>>. Acesso em: 11 maio 2015.

REFERÊNCIAS DE ENTREVISTAS

HOPPE, Roberto. **Roberto Hoppe**: entrevista [dez.2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

JACOBI, Carmem L. K. **Carmem L. K. Jacobi**: entrevista [out.2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

PLOTOW, Ricardo. **Ricardo Plotow**: entrevista [out.2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

SCHIOCHET, Valério. **Valério Schiochet**: entrevista [jan.2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

SCHROEDER, Acácio. **Acácio Schroeder**: entrevista [ago.2015]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

ROSS, Sueli e Wilfriedo. **Sueli e Wilfriedo**: entrevista [abr.2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

VICZWEVSKI, Iria. **Iria Viczwevcki**: entrevista [jan.2016]. Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Fh, Joinville, 2015. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa do mestrado Patrimônio, Cultura e Sociedade da UNVILLE, em Joinville.

ANEXOS

ANEXO 01. Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Pirai, Joinville-Santa Catarina

Pesquisador: Adhemar Tavares Vieira Filho

Área Temática

:Versão: 1

CAAE: 47361515.7.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.193.975

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa, está vinculada ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille.

A folha de rosto da CONEP sinaliza pesquisa em 23 sujeitos. O termo de compromisso na Folha de Rosto é assinado pela professora Drallanil Coelho, coordenadora deste programa de Mestrado.

A pesquisa propõe o estudo da política pública aplicada na comunidade rural do Pirai, buscando compreender as possibilidades e limitações no meio rural, a cooperação e compartilhamento dos processos e projetos aplicados às práticas da família rural.

Trata-se de estudo da cultura rural na localidade, com a finalidade do entendimento das práticas na agropecuária e as múltiplas atividades familiares, assim como relação com as políticas públicas desenvolvidas pela FMDR25J. Para tanto, serão entrevistados moradores locais tradicionais, buscando compreender como a atividade agropecuária familiar está relacionada com as propostas de projetos e ações práticas pela FMDR25J, e o impacto dessa política no patrimônio histórico cultural e natural,; e membros da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, que atuam na extensão, implantação de processos e projetos, como especialistas em atividades distintas no campo, aplicando política pública junto aos moradores da área rural.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

Endereço: Paulo Malschitzki,
n° 10. Bloco B, Sala 17.



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.193.975

Objetivo da Pesquisa:

Primário: Analisar as políticas públicas implantadas pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR25J na localidade do Pirai, pesquisando a relação com a família campesina na agropecuária e o patrimônio histórico cultural e natural da comunidade.

Secundários: Pesquisar a FMDR25 quanto a sua história, objetivos, atuação, fontes de recursos entre outros aspectos; Analisar a FMDR25 e a relação com o patrimônio histórico cultural do Pirai, o ônus e bônus advindo destas ações; Pesquisar a localidade rural quanto as políticas públicas, histórico, imigração, destino da produção local, agropecuária e a relação com o patrimônio histórico cultural e natural.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esclarece que os riscos a que os participantes serão submetidos serão mínimos. Quanto a benefícios tem-se para a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, um maior conhecimento do que pensam os agropecuaristas do Pirai em relação as relações com a entidade poderá auxiliar na aplicação das políticas públicas a esses moradores, bem como quanto as questões de ensinamento e aplicação pelas famílias daquilo que é aprendido quanto as suas lidas diárias no campo, bem como quanto as questões de âmbito familiar, como higiene, saúde, e interações sociais. Quanto as famílias rurais, com mais conhecimento quanto as políticas públicas adotadas para a sua comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador apresenta uma fundamentação teórica que versa cultura rural, familiar e políticas referentes a temática.

Destaca que como os resultados haverá a aproximação por meio da pesquisa qualitativa permitirá conhecer e entender detalhes até então desconhecidos nas relações entre os membros da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e as famílias rurais

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os critérios estabelecidos para inclusão na pesquisa, fixam como sendo integrante, maior de idade, de famílias que exercem a múltipla atividade e que estão inseridos na cultura rural, bem como, membros da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, que atuam na extensão, implantação de processos e projetos, como especialistas em atividades distintas no campo, aplicando política pública junto aos moradores da área rural. Serão excluídos os que não contemplam os critérios de inclusão, e também os que não assinarem o TCLE ou recusarem-se à participar da pesquisa. O material resultante das entrevistas ficará sob a responsabilidade deste pesquisador e do Laboratório de Pesquisa Oral da Univille durante 5 (cinco) anos, após esse período será desativado ou dado baixa

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.193.975

O cronograma é apresentado e sinaliza pesquisa até outubro. Orçamento está descrito e sinaliza que as despesas serão custeadas pelo pesquisador.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta-se na forma de convite e está adequado para os propósitos da pesquisa

Recomendações:

O projeto foi aprovado, porém, deve-se seguir essas recomendações.

- justificar as margens do TCLE e padronizar a letra utilizada no texto, tam-10 Arial;
- esclarecer os riscos mínimos em substituição ao endereço disponibilizado em TCLE;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Piraí, Joinville-Santa Catarina", sob CAAE 47361515.7.0000.5366 do (a) pesquisador(a) Adhemar Tavares Vieira Filho, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares foi considerado APROVADO após análise.

Informamos que após leitura do parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://community.univille.edu.br/cep/statusparecer/577374>).

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Folha de Rosto	Comitê Ética-folha rosto.pdf	13/07/2015 13:26:49		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	a dissert. 1°, 2, 3 capít. - Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio - Univille- Mpcs.pdf	13/07/2015 20:18:32		Aceito
Outros	a a Perguntas a serem feitas aos produtores rurais, técnicos, coordenadores, assistente social.pdf	14/07/2015 10:18:38		Aceito

Endereço: Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.193.975

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	formulário TCLE - autor. entrev. agropec..pdf	14/07/2015 14:44:03		Aceito
Outros	formulário Comitê Ética - Anuência FMDR25J.pdf	15/07/2015 14:09:50		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_551322.pdf	16/07/2015 14:20:40		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 24 de Agosto de 2015

Assinado
por: **Eleide Abril**
Gordon Findlay
(Coordenador)

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

UF: SC

Telefone: (47)3461-9235

Município: JOINVILLE

CEP: 89.219-710

E-mail: comitetica@univille.br

ANEXO 02. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Por meio desta, informo que _____ está sendo convidado(a) para participar da pesquisa "Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Pirai, Joinville - SC", elaborada por **Adhemar Tavares Vieira Filho**, telefones (47) 9983-8930 ou (47) 3426-3484. Este projeto de pesquisa tem por objetivo conhecer e descrever as políticas públicas implantadas através de extensão rural, processos e projetos desenvolvidos na área rural do Pirai pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Regional 25 de Julho.

A entrevista poderá resultar em mais conhecimento quanto às políticas públicas, auxiliando a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho quanto aos processos e técnicas utilizadas na lida diária do campo, como as famílias rurais em questões como higiene e saúde, relações sociais entre outros aspectos, no relacionamento com a Fundação e com a comunidade.

O material resultante das entrevistas ficará sob a responsabilidade deste pesquisador e do Laboratório de Pesquisa Oral da Univille durante 5 (cinco) anos, após esse período será desativado ou dado baixa. Esta pesquisa envolve riscos, ou seja, toda coleta de dados envolvendo seres humanos acarreta em algum tipo de risco, incluindo os riscos inerentes à vida (risco mínimo).

Caso tenha dúvidas, leia mais informações no item riscos: <http://novo.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica/pesquisa/projeto-depesquisa-com-seres-humanos/645058>

Atenção: a Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da **Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE** utilizara imagem e/ou voz, em mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como o uso de nome dos entrevistados. A utilização destas imagens e/ou voz será para fins somente da pesquisa.

A sua participação na pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Univille. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - *campus* Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Pesquisador responsável: Nome _____

Assinatura: _____

Consentimento de Participação do entrevistado (a)

Eu, _____, abaixo assinado (a), concordo em

participar do presente estudo e declaro que fui devidamente informado (a) e

esclarecido (a) sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do entrevistado (a)

Telefone para contato:

ANEXO 03. Declaração de Instituição Co-participante**DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE**

Declaramos para os devidos fins que concordamos com os itens citados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa participantes de nossa empresa. Assim, autorizamos Adhemar Tavares Vieira Filho, aluno da Fundação Educacional da Região de Joinville - Univille, a realizar a pesquisa com o título FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO E PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Pirai, Joinville - SC.

Cumpriremos o que determina a Resolução CNS 466/2012 e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

Sabemos que nossa entidade pública poderá a qualquer fase desta pesquisa retirar esse consentimento. Também foi, pelo pesquisador acima mencionado, garantido o sigilo e assegurada a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, de maneira anônima.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,

Presidente - Valério Schiochet
Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
CNPJ: 84.713890/0001-79

ANEXO 04. Perguntas aos Produtores Rurais, Técnicos, Coordenadores, Assistente Social e Presidente da FMDR25J

DISSERTAÇÃO: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Pirai, Joinville - SC

Mestrado de Patrimônio, Cultura e Sociedade/Univille

Orientadora: dra. Patrícia Areas

Co-orientadora: dra. Roberta Meira

Mestrando: Adhemar T. Vieira Fh

Proposta: perguntas a serem feitas aos produtores rurais, técnicos, coordenadores, assistente social e presidente da FMDR25J.

Perguntas a serem formuladas aos coordenadores e técnicos agrícolas - **Grupo A:**

- O produtor rural que recebe orientação técnica pratica e aplica esses conhecimentos como foi instruído, na propriedade familiar?
- Ocorre alguma dificuldade na aplicação do conhecimento?
- Foi percebido o incremento da quantidade e qualidade produzida na propriedade? De que forma?
- Como a Fundação dá continuidade para aperfeiçoamento dos processos e produção na propriedade?
- O produtor participa de alguma forma na elaboração de políticas públicas? É questionado ou solicitado sua opinião sobre os processos e projetos?
- É possível citar algum conhecimento tradicional, tradições, fazeres tradicionais, ferramentas antigas, gastronomia, etc, o que passa de geração para geração através da memória familiar?

Pergunta para Iria Salete Vicznevski - **Grupo B:**

- Quanto aos idosos (as), o que se pensa quanto a sua participação na família rural? Contribui na agregação de renda familiar?
- Há alguma atividade ou política específica da Fundação direcionada a idoso (a)?
- Como a Fundação auxilia as mulheres quanto a sua participação familiar?
- É possível citar algum conhecimento tradicional, tradições, fazeres tradicionais, ferramentas antigas, gastronomia, etc, o que passa de geração para geração através da memória familiar?

Pergunta a ser efetuada ao presidente atual da Fundação - **Grupo D:**

- Os objetivos e propostas da FMDR25J são possíveis de serem alcançados com o pessoal e recursos disponíveis pelo município atualmente?
- O produtor participa de alguma forma na elaboração de políticas públicas? É questionado ou solicitado sua opinião sobre os processos e projetos?
- Há famílias que utilizam financiamento rural? Através de que programa de financiamento o recurso é captado? Como a Fundação apóia o produtor para captar esse financiamento?
- Há alguma cultura ou produto que se destaca no Pirai quanto à agregação de renda familiar?
- É possível citar algum conhecimento tradicional, tradições, fazeres tradicionais, ferramentas antigas, gastronomia, etc, o que passa de geração para geração através da memória familiar?
- A Fundação auxilia os produtores rurais do Pirai quanto à comercialização de seus produtos? De que forma?
- Quanto aos eventos como festas e encontros organizados pela Fundação, é possível perceber alguma melhoria no relacionamento entre os moradores do Pirai?

- Quanto a infra-estrutura, a Fundação auxilia de alguma forma os encaminhamentos a órgãos responsáveis, para manutenção das estradas, melhoria da iluminação pública, fornecimento de energia elétrica e água, comunicação (telefone, internet)?
- É possível citar pelo menos 3 situações que tem destaque quanto a ações pró-ativas na agropecuária, em pequena escala exercida pela Fundação?
- Em relação a eventuais dificuldades que possam haver na Fundação, é possível citar ao menos 3 pontos que dificultam a atuação?

2-Perguntas a serem feitas as famílias rurais - Grupo E:

- A propriedade familiar sempre foi do tamanho atual desde o início das atividades rurais ou ocorreu alguma divisão? Qual o tamanho aproximado da área?
 - Tem conhecimento como os ancestrais chegaram no Pirai?
 - Quantas pessoas compõem a família? (Citar gênero e idade).
 - Que cultura é plantada pela família e em que época do ano? Que produtos são produzidos para consumo próprio e quais são comercializados? É produzido algum produto orgânico?
 - São criados animais para consumo da família ou também são comercializados?
 - É possível citar algum conhecimento tradicional, tradições, fazeres tradicionais, ferramentas antigas, gastronomia, etc, o que passa de geração para geração através da memória familiar?
 - Algum membro da família trabalha em outra atividade na área rural ou cidade?
 - Algum membro da família desenvolve atividade temporária em propriedade que tenha lazer ou outra atividade no Pirai?
 - Somente em percentual da renda, a maior parte provém de que atividade?
 - As mulheres, além de produtos coloniais, fazem tricô, crochê ou costura para auxiliar na renda familiar?
 - Ocorre de vez em quando, visita da Fundação a esta propriedade?
 - Quanto à questão de ensinamentos para mulheres e filha(s) na Fundação, houve melhora quanto a processamento de produto artesanal e alimentos, higiene familiar (dentista por exemplo)?
 - Algum membro frequentou ou frequenta a Fundação para fazer curso ou treinamento quanto ao plantio, trato com animais, elaboração de produtos artesanais, outro aprendizado ou motivo?
 - É possível lembrar alguma atividade da Fundação nos últimos anos que auxiliou a família?
 - A família obteve recursos através de financiamento rural recentemente. Qual o programa que foi captado?
- A Fundação auxilia na orientação quanto ao financiamento?
- Membros da família participam de associação de moradores, outra entidade ou igreja no Pirai? A família ou algum membro participa de festas na localidade?
 - Alguns membros da família procuram manter contatos com pessoas vizinhas quanto ao plantio ou produção?
 - O que a Fundação ou prefeitura poderiam fazer para melhorar a vida das pessoas da família ou vizinhos no Pirai?
 - Algum membro da família participa de alguma forma na elaboração de políticas públicas? Alguém é questionado ou solicitado sua opinião sobre os processos e projetos?

ANEXO 05. Transcrição da entrevista - Valério Schiochet

Mestrando: Adhemar T. Vieira Fh.

Entrevistado: Valério Schiochet

Entrevistador: Adhemar T. Vieira Fh.

Data da entrevista: 13.01.2016

Local: FMDR25J

Transcritora: Ketlyn Cristina da Silva Alves

A.T.V.F. Tá gravando ta. É verdade né, hoje em dia a tecnologia realmente facilitou a nossa vida ai,

V.S. deu problema também

A.T.V.F. As vezes escuta um pouquinho mas, acho que ajuda mais que

V.S: nós viramos dependente né

A.T.V.F. Bem, então vou começar com a seguinte pergunta, assim, é... os objetivos da Fundação que são possíveis de serem alcançados com o pessoal que tem aqui e os recursos repassados pelo município atualmente?

V.S. Sim, porque eu diria o seguinte Adhemar, devido aquele bíblico né, a messe é grande e os operários são poucos né, o pessoal fala, nós aqui temos uma messe grande mesmo, mas nós temos os operários, então o que eu vejo aqui que nós podemos, que a gente agora ta preparando com a crise econômica e a falta de recurso nós vamos utilizar, dar condições, cada vez que nós otimizamos mais ainda o nosso potencial intelectual que nós temos aqui, o conhecimento das pessoas e fazer com que isso chegue lá na ponta, não é que não chegou, não não, que o pessoal não fez isso, fez, mas vamos otimizar mais ainda, que nós entendemos que o desenvolvimento e o reconhecimento, se desenvolvem através do conhecimento.

A.T.V.F. sim

V.S: e infelizmente as políticas que foram adotadas foram muito na política do paternalismo, dar as coisas né, uma hora a máquina, uma planta, uma muda, e que se você leva o conhecimento, uma vez o pessoal adquirido o conhecimento ninguém tira mais a pessoa né, pode vir um... a gente vê isso ai, bem tranquilo né, quando se vê a... os povos desenvolvidos, principalmente a Europa, o Japão tem muito exemplo disso né, as pessoas vão lá rapidamente recuperam as catástrofes que eles passam, guerras que passaram, catástrofes naturais e vão rapidamente e recuperam.

A.T.V.F. uhum

V.S. porque eles usam muito o conhecimento pra fazer isso né,

A.T.V.F. uhum

V.S. então as pessoas quando ela tem o conhecimento ela vai e faz, ela vai se encaminhando ela não fica dependendo né, ela vai se alimentando conhecimento ela vai construindo e ela vai embora. Então, nós temos um exemplo bem típico daqui, de pessoas assim que buscaram o conhecimento, agricultores nas suas atividades do dia –a-dia e aplicaram aquele conhecimento nas propriedades e ele hoje tem uma questão até bem interessante assim, a própria liberdade deles né, porque eles com o conhecimento eles buscaram também a liberdade nas atividades deles né, eles... e cada vez eles buscam mais, quanto mais eles buscam conhecimento mais isso é mérito do conhecimento, eles se libertam daquela questão de ficar ali quase assim mendigando pedindo as coisas, não, eles se libertam disso, porque eles vem buscar o conhecimento. Então o, a... o interesse deles, a busca deles é outra, ai sim, ai encaixa muito bem né, e nós temos aquele dizer né que tava aqui que a gente ta botando né, se tu deres um... do chinês la né... se tu deres um peixe ao homem ele vai se alimentar uma vez, mas se ensinares a pescar ele vai se alimentar por toda a vida, então é bem isso, bem nessa direção Adhemar.

A.T.V.F. uhum

V.S. acho que nós temos que trabalhar assim, fazer uma política do desenvolvimento de fato né

A.T.V.F. Uhum

V.S. não uma política assim adotada com um... um projeto eleitoral, mas uma política de desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento elas não são aplicadas num período né, numa gestão, elas são aplicadas num período mais longo prazo né. Então nós temos que pensar ai, ta se trabalhando hoje até na gestão municipal né, o Joinville 2030, o Joinville daqui 40 anos, nós temos que pensar nisso e começar a aplicar o desenvolvimento, um exemplo bem típico disso aqui, e daí a gente tem que respeitar, eu respeito uma.. uma ação feita a 50 anos atrás, que agora a Fundação 25 de Julho completa 50 anos esse ano, a visão do prefeito Nilson Wilson Bender né, que ele teve essa visão a 50 anos atrás de criar duas estruturas, duas fundações, que as duas estão completando 50 anos, a Fundação 25 de Julho e a FUNDAMA. Uma com o objetivo de trabalhar a preparação da mão de obra pra trabalhar a mão de obra urbana e a outra com a preparação da mão de obra rural.

A.T.V.F. Uhum

V.S. E olha perfeita, a visão dele né, a visão , hoje 50 ano depois dessa iniciativa os resultados são altamente positivos

A.T.V.F.: Uhum, certeza. Legal. É... claro que é... pela situação econômica que a gente hoje tá sentindo aí no país né, a prefeitura também sente.

V.S. é.

A.T.V.F.: a questão de falta de recursos, mas assim um detalhezinho só nessa questão. Você sente mais a falta de recursos materiais ou a falta de recursos humanos

V.S. não, não. Nós temos, o material seria um complemento né. Infelizmente, a gente tinha feito todo um planejamento né, de também recuperação de estruturas né, de muda assim uma coisa, conseguimos construir alguma coisa, dois gargalos de infraestrutura que nós construímos, conseguimos avançar, nós tínhamos aqui o gargalo da questão de veículos que nós antes não tínhamos, hoje nós temos uma frota, com veículos então nós passamos com poucos veículos (inaudível) tranquilo é uma ferramenta de trabalho, isso a gente tem em condições perfeitas. Nós temos aqui que era outro gargalo que era questão da informática de equipamento, que também conseguimos superar, então hoje estamos criando um sistema de integração né, um sistema integrado, é onde vai dar essa condição de trabalho né, então isso realmente foi... foi... claro vai faltar, o recurso sempre é bem-vindo né, mas também quando o recurso não é bem aplicado ele também acaba sendo uma fuga, uma situação que você não enfrenta aquilo que tem que enfrenta. Então, hoje essa avaliação que nós temos a falta de recurso, a gente viu que... vamos dar essa otimizada de recurso como eu falei a pouco, que é o recurso intelectual, até porque hoje nós temos bastante gente né, a fundação como um todo o último levantamento aí, teve umas mudanças quanto ao coro né, que nós contávamos com um quadro de funcionários de 69 funcionários, 30, 39 homens e 30 mulheres, que é um potencial bom assim né e só a folha de pagamento da fundação hoje é 350 mil reais por mês, então pode ser também um recurso investido né na, no, na hora do futuro direta e indiretamente né, tem um investimento que a prefeitura faz, o governo público de Joinville

A.T.V.F.: certo, então legal. Vamos para segunda pergunta então, ok.

V.S. sim.

A.T.V.F.: É... o produtor participa de... então vocês estão envolvidos diretos com as famílias rurais com... o agricultor ou pequeno agropecuarista.

V.S.: Exato

A.T.V.F.: E... assim óh, a dúvida é a seguinte: ele participa da elaboração das políticas públicas que a fundação municipal leva para eles? É... existe alguma forma dessa participação, ou ele é questionado sobre esse processo, projeto?

V.S. exatamente. Hoje a gente vê a questão tem acontecido o seguinte é... aquilo que eu coloquei a pouco para ti né, é... nós temos que trabalhar, dar liberdade também para, para... nós temos que fazer o nosso papel aqui de ter o grupo organizado, ter essa função de levar o conhecimento, fazer nosso papel de orientação, capacitação mas por outro lado, nós estamos trabalhando muito forte pela organização de cada cadeia produtiva. Então isso... daí a gente constrói é uma parceria, a gente busca, por exemplo o... vamos lá, nós temos programa de alimentação escolar, se nós não trabalharmos muito bem isso, levar para o agricultor de que forma ele pode participar e ele tem que ter esse aspecto coletivo hoje é importantíssimo é... e principalmente quando se trabalha com essa questão do associativismo do cooperativismo, então isso é uma ferramenta importantíssima, então a gente tem que usar isso para justamente fazer com que as políticas públicas sejam de uma forma mais, e nós temos que tratar hoje a questão mais, o interesse público ele tem que ser tratado de uma forma mais... é... dinâmica no sentido de, isso faz parte do princípio da administração pública, dar oportunidade igual a todos, tu não pode trabalhar muito a questão pontual, o individual, o interesse individual, nós temos que trabalhar mais o interesse público e a gente faz muito, muito bem isso quando você estiver lá na outra ponta da organização, nós temos várias assim, iniciativas de organizações fortes... associações, AJAR, a associação da agricultura, associação dos agricultores, associação dos piscicultores que eles ajudam a construir suas políticas públicas, vão atrás disso, um evento, um evento bem típico que nós temos agora que conseguimos vencer esse ano passado e que foi uma ação muito bem trabalhado politicamente pelos (incompreensível) agricultores, que era uma instrução normativa que nós precisávamos no setor da piscicultura para normalizar a questão do licenciamento da atividade da piscicultura, para dar aquela dinâmica para o setor, então isso foi trabalhado junto, uma política trabalhada junto, através da organização da associação com o nosso trabalho procuramos a secretaria do meio ambiente e construímos isso.

A.T.V.F.: então a associação ajuda, é parceira de vocês?

V.S. isso, exatamente.

A.T.V.F.: para políticas públicas?

V.S. sim, e nós temos que fortalecer muito a organização, porque daí tu trabalha o interesse do grupo, da cadeia produtiva, não passa a trabalhar um interesse político e eleitoral, ou interesse individual de alguém, então você trabalha, a AJAR por exemplo, é a associação joinvilense da agroindústria... da zona rural, é... é fantástica essa organização que eles tem né...

A.T.V.F.: e se chamam AJAR e ...

V.S. isso, trabalhamos isso ai, a gente sabe do potencial que eles tem, dos produtos que eles tem a oferecer e de que maneira nós podemos interagir esses produtos dentro das políticas né, de... da... fazendo feiras, fazendo participação lá no próprio programa da merenda escolar, fazendo a divulgação, a organização enfim, isso ai é fundamental

A.T.V.F.: e as cooperativas também são parceiras ?

V.S.: cooperativas também.

A.T.V.F.: aham

V.S.: É fundamental, hoje a questão do associativismo ele tem que ter, principalmente quando se trabalha com pequenos, se hoje os grande já se juntam, pequeno não pode ser diferente.

A.T.V.F.: essa questão dos orgânicos a cooperativa também trabalha?

V.S. ok, exatamente é bem isso ai. Tem que ter, porque hoje, por exemplo, orgânico é um exemplo bem típico, a certificação ela só vai ocorrer quando ela tiver o coletivo, que um vai ajudar a fiscalizar o outro, é bem isso ai, é tranquilo seu Adhemar.

A.T.V.F.: legal. Bom, então acho que isso ai ta bem legal essa questão, essa dúvida ai. Agora a terceira, o terceiro detalhe é o seguinte, que eu queria conversar, é...deve ter várias famílias que trabalham com financiamento rural, através de programas de financiamento, ai o recurso é...deve ser captado, como é que a fundação dá assistência?.

V.S. ok...

A.T.V.F.: convive com esses pequenos agropecuaristas, esses agricultores, para captar isso ai?

V.S. o crédito rural hoje ele está bem disponibilizado, e a linha, a política do crédito rural é muito boa, nós temos que reconhecer que é uma política dentro do programa, do enquadramento da agricultura familiar, Pronaf, é uma política muito boa. Mas o crédito rural é uma ferramenta boa que ela deve bem usada porque se ela for mal usada ela pode ser um problema, vai gerar um desconforto, no sentido que vai gerar uma dívida né, e vai captar um recurso então, ai que nós estávamos colocando a pouco, você com o conhecimento, você tendo o conhecimento ai você vai captar o recurso, um projeto, um conhecimento, ai você vai aplicar bem o recurso, não vai gerar um problema. Nós estamos levantando, até esses dias estava pontualmente conversando com o próprio gerente do banco do Brasil aqui, e a gente levantou um pouco isso, né. Teve um programa do governo que não discutiu a questão, o objetivo do programa, o mais alimentos né, e o mais alimento é uma condição do agricultor comprar, vender entre outras coisas. Um exemplo, comprar equipamento, então ele ia lá no

banco, acessava e tinha uma facilidade de 10 anos para pagar, 10 anos de carência. Só que eles tinham que... talvez faltou dimensionar bem esse equipamento que ele ia comprar, um exemplo que nós temos é que eles foram lá, acharam, que era bom e tal, e aí também sofreram ação no mercado, muitas propriedades acabaram adquirindo, produtores acabaram adquirindo tratores e pneus, né, sem um plano... sem fazer exatamente um projeto... por que? Porque eles viram só pelo lado da facilidade, da compra, né, incentivado pelo (incompreensível), mas eles não viram que... eles não sentiram que aquilo ali eles podiam está sendo prejudicados, criando endividamento. Por exemplo, olharam assim: ok, tenho 10 anos para pagar um trator, um trator custa 100 mil, vou pagar 10 mil por ano. A cultura da inflação ela é muito forte ainda, as pessoas dizem “a mais daqui a 10 anos também não vai”, não mas o produto também ele fica preso. A gente está sentindo que muito agricultores acabaram comprando um trator na verdade mais por um... um impulso, pela emoção e não pela razão

A.T.V.F.: entendi.

V.S. Ok? Bonito o trator lá na garage, muito bonito, sempre em cima do trator tal, mas agora quando foram ver o pagamento do trator, talvez não foi bem dimensionado, o objetivo, o trabalho que ele ia fazer, o trator fica muito ocioso na propriedade, né, e ele acaba imobilizando um valor, um recurso em cima de um equipamento que ele podia ter alocado esses custo para outras atividades, e o trator ele tem horas, hora que ele tem que trabalhar no ano para ele realmente transformar isso em serviço, em trabalho dentro da propriedade, para ele se justificar o investimento.

A.T.V.F.: sim.

V.S. isso não aconteceu

A.T.V.F.: aham

V.S. mas a dívida está lá, então hoje tem gente com problema de pagar, honrar isso, porque talvez foi mal orientado.

A.T.V.F.: esse problema é que nível?

V.S. nível federal.

A.T.V.F.: Uhum

V.S. mas daí combino interesse, claro, o que eu coloquei, o problema é interessante. Mas aí tem o interesse da indústria e tal, de botar o trator, e o trator de pneu é o equipamento ideal hoje para pequena propriedade, ok. Hoje nós temos que trabalhar muito a conservação do solo, trator de pneu é um trator ou equipamento pesado para compactação de solo, ele tem

custo enfim, será que esse é o equipamento ideal para pequena propriedade? Ok? Será que é a melhor forma cada um comprar o seu trator, ou de repente eles criar uma forma coletiva, trabalhar a questão coletiva, do associativismo, a numa comunidade X tem tantos proprietários, se juntar entre eles e o trator hoje para ter tantas mil horas, centenas de horas por mês, por ano, para ser equivalente, então cada um comprou o seu e ficou lá na sua garagem, ele não completou aquelas horas da dinâmica do trator para justificar, tem um custo, cada um tem seu custo individual que podia estar aqui numa forma coletiva, podia trabalhar isso. Também são desafios que nós temos que botar, mas enfim, é aí que nós temos que trabalhar esse conhecimento, levar aí isso, e como coloquei, o crédito rural é uma ferramenta importantíssima hoje, de fundamental importância, nós temos acesso hoje aos produtores, né, através do Pronaf, agricultura familiar. Tem a festa (inaudível)... agora tem que ser bem aplicado para ser uma ferramenta positiva, né, um endividamento do agricultor que seja favorável. E agora o agricultor não tem esse problema do grande, do grande revés, nós temos incentivos. O exemplo é uma questão que não teve orientação, né. Pode ser um bom planejamento, pode fazer ações, pode fazer a gestão da propriedade para ficar bem, mas nós temos uma situação que não tem como interferir, que é a questão climática, né. E o agricultor ele realmente ele é... está aí exposto ao clima, né.

A.T.V.F.: Uhum

V.S. é enchente, é seca, é o granizo, enfim, é o frio, é o calor fora de época, são oscilações que às vezes prejudicam.

A.T.V.F.: é uma das maiores dificuldades?

V.S. Sim, isso seria né, então fora isso o resto tem que estar bem planejado, e mesmo assim, tem ações que dá para trabalhar essa questão climática. Exemplo é o trabalho que a gente quer implantar agora, levar conhecimento para o pessoal implantar, é o sistema do cultivo através do sistema do cultivo protegido, fazer aquela... ,né? Então também são técnicas que existem, que podem ser empregadas.

A.T.V.F.: as estufas?

V.S. sim, as estufas.

A.T.V.F.: Uhum

V.S. daí eles se protegem, claro, isso também não vai resolver, também vai ter dificuldades. Nós temos esse problema de longo período sem sol, né, longo período com chuva, até o próprio cultivo protegido, a falta da luz solar deu problema até para esse caso, porque eles

também precisam de sol. Mas enfim, nós estamos aqui, nesse sentido, nós realmente temos que trabalhar essas questões.

A.T.V.F.: e... para os jovens é... um programa específico, ok, para captação de financiamento, para auxiliar os jovens?

V.S. Sim existe este programa.

A.T.V.F.: e como a Fundação consegue orientá-los?

V.S. o jovem, o jovem ele teve sua fase e agora o que a gente está sentindo é o seguinte Adhemar: uma fase no passado, o jovem foi muito atraído para indústria, para o comércio da cidade, e tinha a tranquilidade de ir lá e receber aquele salário todo mês, aquela garantia de chegar ao final do mês e receber seu salário e tal. Nós viemos dessa cultura, talvez não valorizando a atividade agrícola como ela devia ser valorizada, lá atrás, né. Isso não despertou os pais dos jovens, e hoje ele já está sentindo que começa a mudar. Eu participei recentemente de um encontro de jovens empreendedores em Lages, me surpreendi, a força jovem como ela está voltando ao campo de novo, né.

A.T.V.F.: uhum

V.S. porque eles tão vendo um potencial, porque o jovem tem mais capacidade de absolver os conhecimentos hoje, que nós passamos entender, né?

A.T.V.F.: é verdade.

V.S. eles estão bem informados, e hoje a agricultura está tomando um espaço através da agroindústria, outros... (incompreensível), não é literalmente um plantador de batata, de aipim, né.

A.T.V.F.: sim.

V.S. você tem recursos hoje, tecnologias que você emprega, e através da agroindústria, através da manipulação de alimentos, transformações, agregação de valores é que o jovem está se encaixando, a gente vê como muito positiva, que o jovem está começando a trocar a cidade pelo campo, eles tá começando a valorizar isso, né?

A.T.V.F.: sim.

V.S. que talvez ele também tenha às condições que se precisa no meio rural, a internet ele já tem acesso, ao telefone, aos veículos próprios, deslocamento de integração, ele está vendo que lá ele também chance. Ele vai na cidade... (incompreensível), adquire área de terra para construir a casa dele. Ali ele já tem dificuldade, o custo é alto, manutenção alta, ele sente a dificuldade que.. tem necessidade de recurso, falta de recurso, pô!, o alimento é caro, não tem

condições de produzir, e o salário que ele recebe na cidade, com todo mérito, e não pode suprir só com a sua renda as necessidades. Então volta a atividade na propriedade rural. Então nós temos exemplos, que não é um ou outro não, são vários exemplos das pessoas que estão se juntando ao pai e estão continuando a atividade, agregando o próprio negócio do pai, da mãe, e outras vezes, absorvendo atividade agrícola que está lá, o potencial da agricultura, e virando um negócio, começando a construir. Muitos vão estimular a questão do empreendedorismo, né, a questão empreendedora dos jovens, isso é positivo, muito positivo, isso é um bem tanto para ele, o seio familiar dele, né?

A.T.V.F.: Uhum

V.S. para sociedade como um todo, ele vai continuar aquela atividade, trabalhar com o alimento, com a agricultura familiar, a questão da valorização da propriedade.

A.T.V.F.: é, interessante. Bom, ah... outro assunto que a gente vai conversar é com relação a... acho que é algo até já tocamos nesse assunto. Chegamos nesse assunto que é a cultura, o produto que se destaca, especificamente no Pirai, à agregação de renda familiar. Existe algum produto cultural, na área rural? Um produto, uma cultura que se torna um produto, que dá para dizer, aquilo ali realmente é uma agregação familiar?

V.S. é... na realidade (incompreensível)

A.T.V.F. no Pirai, mais específico?

V.S. sim, naquela região do Pirai, nós tínhamos uma vez, na região, muito forte a questão do leite, isso lá no passado, né?

A.T.V.F.: uhum

V.S. e o leite era... o problema é que o leite hoje perdeu um pouco o foco, porque o leite, o leite é um produto de origem animal, ...nós temos mais a dificuldade de trabalhar essa questão do leite... de montar unidades e de agregação de valor, de manipulação dentro da legalidade, das exigências da área sanitária, né?

A.T.V.F.: Uhum

V.S. daí vem a questão... mas nós estamos trabalhando isso, acho que o leite é um potencial que... tem culturalmente importância. O leite forte que daí vem o queijo, a nata, como é, o... (incompreensível) queijo, enfim tudo isso que tem a questão cultural muito forte, isso né? E ali naquela região do Pirai, tradicionalmente era muito forte. Depois entrou muito o arroz ali, só que o arroz tem o problema da mecanização, do uso intensivo da mecanização, custo alto e o arroz tem um problema de agregação de renda. A cultura do arroz é uma atividade, um

produto que não tem muito valor, não tem muito a agregar, quem produz repassa para a indústria, e ali acabou o processo.

A.T.V.F.: uhum.

V.S. então tem um pouco de dificuldade. Eu vejo hoje o leite com um potencial. É... hoje, ali na região do Pirai, um produto que entrou bem e alguns produtores estão entrando forte e estão ficando bem, é... a cultura do aipim, a mandioca. O aipim é bem conhecido aqui, e tem umas agroindústrias que tão fazendo a manipulação do aipim, do... processamento do aipim, vendendo ele, congeladinho. O aipim tem uma vantagem que ele se adapta a nossa região, o pessoal tem a questão cultural da mandioca, da produção do aipim, e também tem essa questão do consumo que acaba sendo bem forte. As pessoas é... se lá tinha essa cultura da produção do aipim, mas também tem a cultura do consumo do aipim, na cidade, então se consume muito o aipim, me surpreendo com o volume que eles produzem, se beneficiam e vendem.

A.T.V.F.: uhum.

V.S. e o aipim hoje passou a ser um produto cultural... e com essa condição de oferecer aipim, vender embalado, processado, limpo, todos nós conseguimos consumir o aipim com mais facilidade.

A.T.V.F.: é verdade.

V.S. todos nós.

A.T.V.F.: então o aipim tu acha que se destaca?

V.S. acho. Isso. E outros tubérculos que nós podemos destacar, e tem os... tem alguma coisa na área da agroindústria da panificação, tem um potencial que são as cucas, os pães, os doces, nós estamos trabalhando forte nisso. É assim, a gente vê ali na região do Pirai, ela tem um... Pela riqueza natural dela, se pode trabalhar hoje a questão do turismo rural, mais orientado para esse potencial.

A.T.V.F.: uhum.

V.S. tem uns exemplos bons que a gente pode trabalhar, mas aquele turismo rural de fato, nós temos que separar naquela região. A pessoa acha que turismo rural é montar um empreendimento na área rural, uma pousada, um negócio. Não! O turismo rural é ligado à questão cultural, isso sim é turismo rural. Temos que trabalhar bem isso, o modo de fazer, de agir, de processar, essa questão. Não é criar uma estrutura, (confuso) isso aí vira uma questão

meio predatória, meio pesada. Nós temos que trabalhar com o turismo rural a valorização desse aspecto cultural, do local, dos próprios jeitos de fazer, a maneira de fazer.

A.T.V.F.: até porque financeiramente é viável.

V.S. Exatamente, onde você dá oportunidade de trabalho para as pessoas.

A.T.V.F.: exatamente, consegue envolver mais gente?

V.S. sim, mais gente.

A.T.V.F.: legal. Realmente interessante. Bom, agora vamos mudar um pouquinho a direção da conversa. É quanto a memória familiar, os conhecimentos tradicionais, as tradições, fazeres tradicionais, que são elaborados dentro da propriedade familiar, dos agricultores, as ferramentas antigas, a gastronomia, o que passa de geração para geração, o que pode ser falado um pouco esse assunto?

V.S. olha, o que existente hoje, os desafio são enormes. Temos que estar lincados a questão da renda, esse é o desafio. Tu sabe disso bem claro. Só se vai manter as pessoas lá, principalmente aquilo que a gente estava comentando, os jovens. Algumas pessoas na atividade só vão ter renda, tem que ter renda, se vive de renda num sistema capitalista. Hoje somos refém do consumo, pessoas tem que consumir, nós temos que consumir. Um carro não passou a ser mais uma raridade, passou a ser um bem comum, todo mundo tem carro. O acesso a informática, acesso a meios de consumo, enfim, isso aí o agricultor também vai ter conforme a renda. Aí que vem o desafio, de conciliar isso com as práticas, com a questão cultural, questão das práticas do dia-a-dia, equipamentos, as mudanças, as novas características, os novos jeitos de fazer. Então esse é o desafio, que nós temos que agregar. Esse novo modelo que nós temos que buscar através da renda, mais volume de ações e atividades.

A.T.V.F.: Sim.

V.S. então, a forma de fazer nós temos. Eu sempre digo, se o cara a 30, 40 anos atrás, o cara ia vender o melado, levava na lata, literalmente na lata ao mercado, hoje ele tem outras formas de fazer isto.

A.T.V.F.: sim.

V.S. culturalmente ele ainda está com aquela... ele teve que aperfeiçoar, mas ainda continua, como a pouco eu falei, com falta de equipamentos e máquinas. Talvez a gente foi muito agressivo na mudança do sistema, né?

A.T.V.F.: Creio que é isto mesmo.

V.S. de sair lá da carroça, da tração animal, já para o trator.

A.T.V.F.: muito rápido, ok?

V.S. muito rápido, entende? E na realidade aquilo ali, talvez se pulou muito rápido, justamente onde se podia... ter usado lá (celular toca). Esses dias por exemplo, fomos lá, havia um rapaz trabalhando a questão do plantio direto, com equipamento adaptado a um micro trator..

A.T.V.F.: uhum.

V.S. entende? Plantio direto, mas equipamento adaptado a um micro trator, ele tinha equipamento, talvez essa mudança, por que? Porque isso também foi proporcionado por quem? Pelo próprio sistema, a indústria do trator quer colocar para vender. Hoje as políticas públicas estão voltadas a isso, tem um problema aqui que é de máquina agrícola. Acha que a solução do agricultor é colocar um trator dentro da propriedade dele? Não é isso, faz parte? Faz, mas não é essa a solução.

A.T.V.F.: sim.

V.S. Ok? Aí, os caras criam ementas parlamentares. Compram por interesse da indústria. Esses dias, me deparei na frente da secretaria da agricultura do estado, dezenas de tratores, para fazer a política de distribuição de tratores as prefeituras. Virou mais uma política, política daquilo que falei, não a política do desenvolvimento, mas uma política eleitoreira.

A.T.V.F.: sim.

V.S. eleitoreira um pouco disso, porque vai distribuir trator, vai fazer cerimonia coisa e tal, por essa (incompreensível) para cima das prefeituras. Isso precisa se analisar, isso não é papel nosso, será que é um equipamento resolve ou não. Então acho que isso é o desafio, que talvez possamos ser mais ousados. Ou será que o carro, o cavalo ou sei lá eu, a carroça, o que nós precisamos para sair daquilo, daquele sistema de plantio. A forma que temos que utilizar, um sistema de plantio direto, nós temos que cuidar mais do solo. A questão se perdeu, a questão hoje está bem centrada nisso, nós temos que ir lá atrás e buscar, buscar a prática de fazer, sem uma inutilização. Eu peguei essa fase Adhemar, lá na minha propriedade, do pai, quando nós éramos pouco menores ainda, não se usava o adubo e o veneno. Depois de uma política de governo, se introduziu isso e assim praticamente, como diz o ditado popular, goela abaixo, esse negócio do adubo e do veneno. Hoje se contaminou o ambiente, contaminou as pessoas, se criou um problema sério porque nós temos uma cultura do veneno, do adubo, do agrotóxico e que nos tempos lá atrás não se fazia. Se usava o composto animal para o composto orgânico, o adubo. Se levava aquilo, se preparava o solo, se plantava, então talvez

técnicas que estavam lá, que nós temos que ir lá e recuperar um pouco, remodelar isso, e trazer para ter essa agricultura, para nós cuidarmos do solo melhor, para nós fazermos o recurso que nós temos lá na propriedade ser melhor utilizado. Daí vem a questão da renda, porque daí tu não vai gastar com adubo, com veneno assim, tu vai ter mais recursos na propriedade.

A.T.V.F.: uhum.

V.S.: otimizar melhor a questão de compostagem...

A.T.V.F.: Uhum, certo, entendi.

V.S. então, quando nós estamos trabalhando nessa política de um produto mais agroecológico.

A.T.V.F.: sim.

V.S.: Ok? Temos também que fazer valorizar mais um produto... o alimento saudável.

A.T.V.F.: certo.

V.S.: porque isso é interesse, de qualquer consumidor, né. Também tem que se ter esse interesse hoje, ok? De pensar assim em consumir um alimento melhor, porque quando ele vai consumir um alimento mais saudável, por trás disso tem toda uma cadeia de produção, a cadeia respeitando toda uma questão ambiental, a questão social e a questão a saúde.

A.T.V.F.: então o pulo é pegar a questão da memória?

V.S.: isso.

A.T.V.F.: e... (confusão de falas)

V.S.: nós temos que aprender essa lição... (incompreensível)

V.S.: nós fizemos uma lição mau direcionada, o que quero dizer é, de repente por interesse não do agricultor, ele não quis né, isso me lembra, lá, quando foi criado o programa do próprio governo o tal do Pró-varzea né, que justamente fazia tudo o contrário que nós estamos fazendo hoje...

A.T.V.F.: hum...

V.S.: que era vir desmatar, você ia pagar menos imposto, quanto mais desmatava tua propriedade. Abrir né, o Pró-varzea abria as áreas de plantar, você naquele programa recebia o subsídio, a contra partida do governo era dar o recurso. Comprovava que comprou veneno e adubo, comprou x quantidade, porque aquilo preocupou. Pensou naquele primeiro momento que ia explodir a produção, né?

A.T.V.F.: uhum.

V.S e aquilo desvirtuou. Então foi uma questão que se introduziu práticas, técnicas, se assentou, e que hoje nós temos que rever, estamos revendo isso.

A.T.V.F.: entendi. Porque aí estas procurando usar conhecimento do pessoal daqui que está disponível?

V.S isso.

A.T.V.F.: para trabalhar essa adaptação da produção... (incompreensível)

V.S.: isso, com essa questão do próprio, do próprio uso intensivo. Então se via um terreno ao redor de casa não vinha mais roçar, capinar, tocava veneno...

A.T.V.F.: é?

V.S.: tocava veneno, para que produzir? Vou lá comprar inhame e tal, até essa questão de terreno e isso tudo, que nós temos também aqui, questão das próprias plantas medicinais, né? Toda propriedade tinha o conhecimento do recurso. Lá tinha perto o... (incompreensível), chá não sei das quantas, em todo lugar tinha essa cultura, e se perdeu isso, por que? Primeiro porque não tem mais interesse, foi começar a passar veneno e foi acabando com as coisas, ok?

A.T.V.F.: (incompreensível)... pessoal?

V.S.: é, claro, claro...

A.T.V.F.: chega mais rápido, ok?

V.S.: e está aí, óh. Me lembro do tempo nosso aí na Vila Nova, tinha uma farmácia. Claro que a população cresceu...

A.T.V.F.: entendi.

V.S.: mas hoje proporcionalmente, hoje as farmácias cresceram 3 vezes mais que a população cresceu. Então se criou o hábito de tomar remédio de... (incompreensível) porque facilitou ir lá comprar remédio.

A.T.V.F. uhum.

V.S claro que tem que evoluir, mas nós viramos dependentes. Quem não tem uma farmácia perto de casa, que tenha remédio, que nem sabe para que comprou?

A.T.V.F é o mais rápido, mas não é o melhor, né?

V.S.: é. Tem a farmácia perto de casa, que tu tem o remédio lá, porque a comadre falou, o primo falou, o parente falou, o vizinho falou, aquilo é bom comprar, está lá. Isso é comum, pode ter certeza. Na casa de qualquer um, tem uma farmácia perto, e está cheia de remédio.

A.T.V.F.: é verdade.

V.S. e não há ...

A.T.V.F. é complicado mudar essa forma de pensar.

V.S.: e daí tu vai no posto de saúde, acha que tu tem que ir lá sair carregado de remédio, porque está doente, está aquilo e pá,pá,pá...

A.T.V.F.: é. Agora, agora mudando de novo nossa conversa. Nós tivemos ali no Ceasa, e a gente viu essa questão da comercialização dos produtos, ok? Então, como é que a Fundação auxilia essas famílias de produtores, a comercializar os seus produtos lá no Pirai?

V.S.: é... A anos atrás eles sem a cultura atual ainda, era tudo muito liberado, não tinha muitas regras, ninguém se preocupava com a venda. Eu me lembro de um cidadão, que morava no Pirai, isso eu vi essa imagem, e ele adentrou dentro da agência do Banco do Brasil. Eu te dou isso como exemplo, como era feito isso, né? Dentro da agência do Banco do Brasil, ali hoje onde é a nova agência do Banco do Brasil, não a antiga, a nova, ali onde está aquele prédio grande.

A.T.V.F.: Uhum, sim.

V.S.: ele entrou para entregar o produto. Ele fazia o queijinho. A pouco falei do leite, ele fazia o queijinho, o queijinho, ok?

A.T.V.F.: Uhum, o queijinho mesmo?

V.S. queijinho, que o pessoal gostava do queijinho...

A.T.V.F.: sim.

V.S.: para consumo, né? Uns faziam cucas, outros faziam doces, para passar no pão, com melado, a combinação do queijo e o pão.

A.T.V.F.: aham.

V.S.: e chamou a atenção isso, olha faz o que uns, um bom período atrás. Mas olha só a imagem que eu captei dele, onde ele acondicionou esse queijinho para vender... ele pegou uma folha de caeté, caeté que tem na mata.

A.T.V.F.: sim.

V.S.: é uma planta que nós temos aqui na região.

A.T.V.F.: sim, é uma folha grande, né?

V.S.: é uma folha grande. Ele fez um buquezinho, e fechou, né?

A.T.V.F.: uhum.

V.S.: amarrou com... não sei se era... não me lembro, usou uma folha de caeté, e amarrou. Aquilo era uma forma de ele levar e entregar ao cliente.

A.T.V.F.: sim.

V.S.: o produto...

A.T.V.F.: o produto, sim, aham...

V.S.: Ok? E fazia isso.

A.T.V.F.: foi criativo.

V.S.: é. Ok, mas isso hoje, pelo amor de Deus, tu já pensou... (risadas)

A.T.V.F.: entendi, aham.

V.S.: entende? Então essas transformações elas foram ocorrendo, né. Hoje claro, nós temos que respeitar a manipulação de alimentos, nós somos consumidores, nós temos que nos protegermos de doenças, nós temos a questão sanitária, e o estado de Santa Catarina tem esse status, ok?

A.T.V.F.: Uhum.

V.S.: então hoje a gente por orientação, estamos trabalhando essa questão das agroindústrias, para assim termos o modelo correto de manipulação dos alimentos, da apresentação de um alimento, a forma de acondicionamento. A manipulação, isso é importante, tem que acontecer mesmo, daquilo que te falei. Hoje tu não vai mais no mercado, e levar um pote para comprar um quilo de melado. O cara vai te abrir uma lata, e vai botar aquela concha lá dentro, vai puxar, vai derramar em cima da balança, vai dar um quilo, e vai te entregar, ok?

A.T.V.F.: é...

V.S.: ou tu vai chegar no mercado o produtor vai tá lá, tá identificado de onde veio, quando veio, como veio, da onde vai tá lá, tu vai levar para cá, isso são vários consumos, então isso nós estamos trabalhando para adaptar o produtor a isso né.

A.T.V.F.: sim, ok.

V.S.: mas não que ele perca, então hoje nós estamos trabalhando fortemente o Ceasa, a agricultura familiar, tirando o espaço lá dentro, otimizando isso aí, nós estamos trabalhando orientação da forma de apresentar o produto, nós temos associação para eles estar trabalhando, vindo aqui e fazendo sua coisa, e orientando, direcionando o que eles tem que fazer, a gente sabe hoje, nós tivemos um problema das partes de origem animal ali na região do Piraí, um problema é... talvez aquele, o exemplo que te dei anterior... é... de ele estar levando o queijinho lá perto da... acondicionado na, na folha do caeté.

A.T.V.F.: folha do caeté?

V.S.: é... e ali na região do Pirai depois do trabalho também participei ativamente no projeto de um abatedouro comunitário, a gente fazia a avaliação, a sanidade dos animais, nós enfrentamos um problema muito seríssimo ali, nós tínhamos um problema de tuberculose no lugar do bovino, daquela região, do rebanho bovino naquela região muito sério.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: e justamente estava bem colocado naquela região, e a tuberculose é uma doença, é uma zoonose, ok? Ela é muito fácil de transmissão.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: do homem para o homem, isso seja através do próprio consumo de um produto in natura que é o queijinho, muitas vezes até o leite mau fervido.

A.T.V.F.: sim.

V.S.: pelo contato animal com a pessoa também.

A.T.V.F.: Uhum

V.S.: ali num galpão, alguma coisa. Teve um caso interessante, uma família ali no Pirai mesmo, um produtor antigo, ainda hoje...

A.T.V.F.: uhum.

V.S.: que a gente detectou na propriedade dele a tuberculose no caso bovino dele.

A.T.V.F.: sim

V.S.: fomos lá, realmente foi levantado, foi feito o abate sanitário, e quando isso se encaminhava para o serviço de vigilância sanitária, foram lá fazer a parte animal e a parte humana. As pessoas que estavam naquela propriedade estavam infectadas.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: e o cidadão estava num estado tão avançado de tuberculose, que ele teve que passar por um processo de isolamento pessoal e da propriedade.

A.T.V.F.: nossa.

V.S.: ele teve que meio que se isolar, separar o uso comum do banheiro do... porque o estágio dele estava tão adiantado, que ele estava deixando em risco sua própria vida, e o grupo familiar dele.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: ele mesmo teve que tomar procedimento... fazer um tratamento bom, porque ele estava num estado tão avançado, que nem ele estava percebendo isso. O animal se desfaz ou animal se isola, se abate e indeniza o produtor, mas a pessoa é tratada.

A.T.V.F.: sim

V.S.: então olha, era um problema, e isso também é uma questão, essa cultura também está ameaçada, nós estamos hoje com essa preocupação, então essa questão sanitária, temos que estar preocupados, tanto no caso animal, quanto a manipulação de alimentos. As práticas tudo, então acho que isso é um trabalho que está sendo bem encaminhado, e que vai dar sim o seu resultado, para depois esse agricultor poder falar, explorar, poder fazer sua atividade normalmente, e continuar com a sua atividade e botando o seu produto. Não é mais claro daquela maneira como o cidadão vendia o produto envolto na folha de caeté, e quanto a outras maneiras, nós temos que fazer acontecer...

A.T.V.F.: entendi. Bem, outro assunto que quero falar contigo é sobre os eventos. É sobre aquele momento de lazer do agricultor, o momento em que vocês auxiliam eles a se organizarem. Eles comemoram os momentos importantes da vida deles, as festas: vocês percebem uma melhoria no relacionamento através desses eventos ou, como é que vocês conseguem viver isso lá no Pirai?

V.S.: No Pirai, especificamente a questão, quando se fala de cultura está muito focada na sociedade Salão Jacob tradicionalmente.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: uma vez por ano é realizado a festa da colheita, festa do colono. Olha só o que eles tiveram que fazer, as demandas que eles têm que conciliar, aquelas mudanças do ano passado. A gente viu umas imagens muito legais. Se tu tiver a oportunidade, não sei se tu acompanhou o desfile da festa do colono do Jacob.

A.T.V.F.: não, não consegui acompanhar...

V.S.: a forma, a expressão, como se expressaram ou remeteram aquela questão cultural, enfim tudo. A dinâmica, o entusiasmo mas eu digo do outro lado, nós temos uma frase: a sociedade está lá, enfim, mostra a cultura do Pirai no Jacob.

A.T.V.F.: certo.

V.S.: Temos o evento também da legalização dos espaços, para atender a questão sanitária. Após um período, se acordou que era preciso fazer essa modificação. Então, além dos espaços para as festas, nós temos os espaços das igrejas, os galpões comunitários onde são feitas as

festas da polenta, banana, outros eventos, e cada um com seu foco. É muito interessante isso feito pela comunidade, pelos grupos organizados. Tu chega lá, olha a construção que foi feita ao longo dos tempos, do jeito comunitário. Desta maneira, através do trabalho voluntário, ou através de grupos organizados. Quando se juntam as pessoas, pra fazer uma força tarefa, para construir cada um do seu jeito, da sua maneira. Tu chega e terá que legalizar aquilo, e encaixar dentro da lei. Tu vai ter que fazer um preventivo de incêndio, por exemplo. Tudo aquilo que foi feito está de uma forma errada. Tu vai ter que falar para eles: isso aqui vai ter que ser adaptado dentro da lei. Está pedindo para se adaptar, isso é o grande desafio que nós estamos tendo. Sem perder tempo, nós podemos modificar algumas coisas. Não podemos perder a festa da polenta, não podemos perder a festa da banana, não podemos perder a festa do arroz, a festa do colono, porque tem uma legislação a ser respeitada.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: então é um desafio que nós temos pela frente, mas mesmo assim, a gente está vendo desta forma. A gente está indo lá e conversado com o pessoal. Está vendo que isso também é uma questão que tem que ser reparada, porque hoje você atrai as pessoas, envolve pessoa tanto nessa questão, quanto o que estava falando a pouco quanto a questão sanitária, da manipulação de alimentos. A estrutura também tem que oferecer condições e correr o risco mínimo possível, mas me surpreendeu ainda, como te falei a pouco, sobre essas manifestações culturais. Ela são muito muito positivas, tu faz uma festa da banana, faz uma festa do arroz, da polenta. A polenta as pessoas querem comer com queijo, enfim, os produtos da festa da banana por exemplo, vem feitos da banana, e a festa do colono tem ainda o pato assado, marreco assado...

A.T.V.F.: uhum

V.S.: e o desfile que as pessoas reproduzem. Busca reproduzir a forma como a carroça andava, o carro de boi, o cavalo, a pequena máquina, a forma de vestir, muito legal...

A.T.V.F.: então tu queres dizer que nessa festa do inhame como foi, deu para ver como eles gostaram?

V.S eles gostaram, sim, sim. Eu acho legal quando as pessoas vão lá aplaudir a sociedade como um todo, e tem que participar mesmo, a sociedade tem que ir lá e valorizar mesmo. Então a gente vê assim: o ego deles começa a se levantar, eles se sentem que estão presentes, que estão fazendo um bem para sociedade.

A.T.V.F.: sim, entendi.

V.S que tão preservando, estão cuidando, estão preservando a cultura rural, é muito bonito.

A.T.V.F.: é isto aí. Além do entrosamento entre as famílias, da interação, esse entrosamento do rural e urbano é muito bom.

V.S.: isso...

A.T.V.F.: então tem que incentivar bastante, ok?

V.S.: queira ou não queira Adhemar, pega você a tua família, nós todos que moramos na cidade, e vamos na festa do colono. Isso à anos atrás, a maioria absoluta das pessoas moravam na área rural.

A.T.V.F.: uhum

V.S.: cinquenta, sessenta anos. Tu vai buscar, tu tem uma raiz lá no passado: o vô, bisavô, tu tem uma raiz que veio destas pessoas...

A.T.V.F.: sim, é só conversar com as pessoas mais idosas...

V.S.: querem lá buscar, querem ir lá ainda vivenciar um pouco isso, então eles encontram um local como esse, uma festa para vivenciar e rever a memória do passado rural.

A.T.V.F.: E quebra aquele gelo também entre o rural e o urbano...

V.S.: próprio prefeito, quando ele se depara com uma máquina lá, uma maquina, aquela de bater, a... a manteiga, fica admirando.

A.T.V.F.: olha só...

V.S.: na casa da avó, ela batia a manteiga naquela maquininha. Era um piá, um menino ia lá e batia a nata também...

A.T.V.F.: porque era a pratica daquela época.

V.S.: para fazer a manteiga naquela coisa.

A.T.V.F.: interessante, esse raciocínio quebra realmente o gelo entre o urbano e o rural, concorda comigo?

V.S.: vai tu e puxa aquilo. Hoje eu estou na cidade. Mas pô, lá que fui criado. Isso lá fez parte da minha vida.

A.T.V.F.: todo mundo sempre tem uma ligaçãozinha com a área rural...

V.S.: através do jeito de fazer, do uso de equipamentos do tipo para alimentos, uma cuca, que se for consumir lá, pô uma cuca de queijinho que faziam naquelas festas, tradicionalmente nos aniversários, nos casamentos, aquela forma de fazer, puta aquilo lá estava demais. É isso, se busca, porque hoje tu está nesse status, você acaba se saturando dessa questão muito urbanizada de produtos fabricados, tu vê toda hora tudo prontinho...

A.T.V.F.: uhum, sim, nos faz lembrar boas coisas...

V.S.: eu quero buscar aquilo um pouco o diferencial que esta lá na área rural.

A.T.V.F.: é verdade.

V.S.: aquela polenta feita e virada em cima da mesa, fatiava e pronto, era só comer.

A.T.V.F.: é verdade, quebra aquela formatação urbana que é muito rígida, que ela é muito padronizada demais, quebra esse padrão, é verdade. Legal isso, muito bom. Vamos avançando um pouco mais. No caso, com relação a questão da Fundação, da infraestrutura da Fundação, como é que a Fundação auxilia os encaminhamentos aos órgãos responsáveis pela manutenção das vias, por exemplo. Esse contato que a Fundação tem para melhorar as estradas, a questão da energia elétrica, da água, do telefone, da internet, da saúde. Então, a Fundação faz um elo de ligação entre as famílias no Pirai?

V.S.: na realidade sim, aí vem a questão de infraestrutura, ok?

A.T.V.F.: sim

V.S.: eu particularmente tenho sempre contato com o prefeito, algumas vezes a gente passa, e vive no meio rural, ok? A gente acompanha isso: infraestrutura, ruas, por exemplo, hoje nós temos um grande desafio que é levar essas questões até os órgãos da prefeitura, até por uma necessidade. Hoje é ate operacional, hoje nós temos a implantação do sistema eletrônico de nota do produtor rural, nosso produtor é uma evolução do processo, ok?

A.T.V.F.: sistema eletrônico? Como funciona esse sistema?

V.S.: é onde o produtor rural está migrando...

A.T.V.F.: melhorando a vida do agricultor?

V.S.: no sistema tradicional, tem sido feito a mão. No sistema eletrônico direto por uma linha de telefone em casa e internet. Qualquer empresa na cidade já tem um sistema eletrônico, acabou a forma de fazer a nota a mão.

A.T.V.F.: a sim, entendo como funciona esse sistema eletrônico.

V.S.: se vai no cupom fiscal e faz a nota, numa boa. É também um desafio, então são infraestruturas que a gente tem que estar levando através da comunicação, a questão da informática, questão das vias de acesso, melhorias de estrutura de pontes, que foi praticamente mudado, depois de todo aquele sistema das pontes de madeira para pontes de concreto. Não tem mais aquele problema de ficar trocando madeira a cada período porque, daí acaba tendo problema de transito. Eu me lembro quando morava no Salto 2, quando nós íamos, isso a quarenta e tantos anos atrás, quase cinquenta, nós íamos a pé para a escolinha, lá

no Salto 2 . Andávamos 2 quilômetros a pé, tínhamos que atravessar três rios, literalmente atravessar a água, para chegar na escola.

A.T.V.F.: sim, eram tempos mais difíceis.

V.S.: daí foram construídas as pontes de madeira no Salto 2.

A.T.V.F.: sim.

V.S.: uma ponte de madeira é vulnerável, sabe por quê? Porque a madeira apodrecia, vinha a enchente e levava embora. E aquilo foi por um longo tempo.

A.T.V.F.: acredito...

V.S.: na última década, agora recentemente, aquelas pontes foram trocadas por pontes de concreto.

A.T.V.F.: Uhum, entendi.

V.S.: pronto Questão de infraestrutura está respondida. Pontos de alagamentos foram revistos, foram levantados, e assim por diante.

A.T.V.F.: sim, a um bom tempo atrás.

V.S.: então estamos muito atentos a essa questão, porque também a infraestrutura tem que estar lincada a essa questão de desenvolvimento, porque as pessoas precisam da estrada para se deslocar, precisam d'água. A questão que estava falando a pouco, quanto ao turismo rural, as pessoas precisam da estrada para irem na área rural, falar com o colono.

A.T.V.F.: sim, é muito importante a infraestrutura.

V.S.: Estamos montando um programa de desenvolvimento sustentável, onde a gente quer ver se fecha com esse interesse também do agricultor, essa parte prática que ele faz, essa ajuda que ele faz na manutenção da propriedade, que ele tem interesse também na comunidade, para transferir a ele entre outras coisas, para poder fazer manutenções nas terras, nas suas propriedades, legalmente. Nós podemos entrar com uma ação pública na propriedade dele, pra fazer uma intervenção no caminho por exemplo, uma estrada, uma melhoria. Se criou uma lei para isso, nós regulamentamos, cadastramos para o produtor de fato, de direito, ter esse benefício. Saindo daquela questão política eleitoral, ele conseguiria por baixo, literalmente por baixo dos panos, ok.

A.T.V.F.: É um programa do município?

V.S.: no passado, o agricultor ia lá negociava, ganhava uns tubos, uma hora de máquina fora do padrão. Agora vai ser regulamentado, vai estar legalizado na câmara municipal.

A.T.V.F.: Foi apresentado na câmara?

V.S.: sim, vai ser regulamentado. Efetivamente eu posso ir lá como agricultor e pedir, por exemplo, eu preciso fazer uma manutenção do meu caminho interno na propriedade, que tenho interesse. Preciso fazer uma travessia, um tubo, preciso de um saibro para jogar no caminho, porque os caminhos internos das propriedades são usadas, não para bonito, mas sim para deslocamento interno, para produção. Ele vai ter a parte feita pelo município.

A.T.V.F.: esse projeto já tá dentro da câmara, já foi aprovado?

V.S.: já passou sim, foi aprovado.

A.T.V.F.: já passou?

V.S.: sim, já foi aprovado, agora só estamos regulamentando.

A.T.V.F.: está regulamentando?

V.S.: estamos baixando vamos fazer isto. Então são formas que a gente vai incentivar. Ele vai entrar nos seguimentos, então sendo encaixando nos trabalhos que a gente poderá ajudar eles, isso é uma preocupação que nós temos sim Adhemar.

A.T.V.F.: bem, então vamos a penúltima pergunta. Gostaria, se tu pudesse citar 3 situações em destaque, quanto as ações proativas nas propriedades familiares. As pequenas causas, que a Fundação faz, 3 situações positivas que aqui em Joinville você consegue visualizar, as 3 melhores, tu consegue citá-las que são necessárias para famílias dos pequenos agropecuaristas?

V.S.: olha o que eu diria é o seguinte: a estrutura da Fundação está um pouco mais mais abaixo que o necessário, precisamos de um maior potencial. É o que falei agora a pouco, transferir o conhecimento, dar a oportunidade para as pessoas virem aqui buscar algum conhecimento, se esta prática ou processo estiver na nossa mão. Se não está, então temos que ir buscar e levar para o agricultor. Há, eu quero montar ou eu quero melhorar este processo. Isso a gente faz. Nós somos destaque, a Fundação 25 de Julho, ao longo dos anos, criou um destaque, e hoje a região de Joinville é a maior produtora de peixe, de cultivo, por quê? A Fundação foi muito forte nisso, embora o mercado já domine isso, ok?

A.T.V.F.: sim, estou acompanhando o seu raciocínio.

V.S. então hoje somos muito fortes nisso aí, certo? Na questão da extensão rural, ir lá e levar capacitação ao homem do campo.

A.T.V.F.: entendo.

V.S.: nós implantamos também no ano passado, um trabalho que está dando retorno. Me senti até confortável comigo mesmo, porque também tenho esse exemplo. Criamos um trabalho de assistente social aqui, para dar atenção ao nosso idoso.

A.T.V.F.: a certo, uhum.

V.S.: Ok? Porque queira ou não, aquilo que eu estava falando a pouco, no dia-a-dia, nós acabamos cada um no seu foco, a sua maneira, nós acabamos deixando nossos idosos um pouco de lado.

A.T.V.F.: Uhum, e eu acho que tens toda a razão.

V.S.: eles são uma fonte de cultura, são uma fonte de conhecimento, e eles tem aquele histórico, certo?

A.T.V.F.: é isso mesmo.

V.S.: quanto a isto estamos trabalhamos. Veio uma assistente social e está conseguindo fazer isso muito bem. Ir fazer visita, dar orientação para eles. Às vezes uma orientação que eles não tem, porque culturalmente o idoso, eu sei, porque tenho meu pai e minha mãe que moram lá no Salto 2. Essa visão, eles são daqueles que não querem incomodar ninguém e ficam quietos onde moram.

A.T.V.F.: é verdade.

V.S.: então eles acham que o lugar deles está bom. Eles estão lá contentes, é positivo isso. Mas pô, se nós temos um direito que podemos levar para eles, se todos tem esse direito, porque não podemos levar para eles?

A.T.V.F.: uma condição um pouco melhor. Para quem trabalhou o tempo todo é justo.

V.S.: é, por que não podemos levar para eles, e levar lá na casa deles, fazer um contato com eles. Então é muito positivo isso. Hoje nós estamos com uma terapeuta ocupacional fazendo isso e com a assistente social. Criaram alguns grupos de idosos no meio rural, interagindo, levando a eles assistência, ok. Olha, isto é muito positivo, acho que foi um trabalho longo, que conseguimos implantar. Para mim está dando um resultado altamente positivo.

A.T.V.F.: interessante.

V.S.: E outra questão entre as 3 que pediste, é esse problema do desenvolvimento sustentável. Também quero trabalhar essa questão quanto o seguinte: dar a contrapartida para o cidadão, se ele está cuidando de um ambiente, que está fazendo parte dele, cuidando culturalmente, emitindo a nota, ele vai ter essa contrapartida através do governo, através da sociedade. Para ele ter um benefício mais direto, dentro ou indiretamente, na propriedade dele, entende.

A.T.V.F.: sim, creio que seria uma forma de política pública, ok?

V.S.: então isso acho que são as questões positivas que a gente está traçando, e que a gente vai botar em pratica. Neste sentido, queremos dar essa atenção um pouco melhor através da Fundação.

A.T.V.F.: certamente que sim.

V.S.: embora hoje nós tenhamos dificuldades financeiras, temos dificuldades sim. Mas isso nunca foi diferente também no passado, só que a gente sempre fez uma avaliação política eleitoralmente, se criou essa questão que se podia dar as coisas. Não! Cada um tem o seu papel, então vamos trabalhar aquilo. Aqui, qual é o nosso papel? Levar conhecimento, orientação, capacitação, e ele fazer o papel dele. Então interagindo essas coisas, vai fazendo nesse encaminhamento, a gente pode estar trabalhando de uma forma mais proativa, por meio do município.

A.T.V.F.: Sim, uma busca efetiva de políticas positivas.

V.S.: é...

A.T.V.F.: essa forma de pensar é interessante. Agora, para fechar a entrevista. Valério, gostaria que digas 3 dificuldades que tu vê tens aqui na Fundação. Falaste 3 positivas, agora se puderes, diga 3 negativas. Qual a atividade que tu acha que tens que desenvolver, ou que estás pensando em trabalhar, para melhorar a vida do homem do campo?

V.S.: um aspecto negativo que temos ainda, é essa dificuldade, essa cultura que temos de trabalhar, é quanto ao coletivo.

A.T.V.F.: sim, estou entendendo a sua colocação.

V.S. entende? O coletivismo para enfrentar situações que temos na área rural. Temos que trabalhar muito nisso, mas muito mesmo, ok? São desafios que temos pela frente, cada vez mais a gente está sentindo que o pessoal não está unido. Mas nós temos que trabalhar mais, e bem melhor sobre isto. As pessoas tem que perceberem quanto a esta questão. Nós tivemos aqui historicamente uns problemas sobre o cooperativismo e que mancharam as ações que foram implementadas.

A.T.V.F.: percebi sobre o que vai ser falado.

V.S.: e hoje precisamos disso. Mas aquela mancha do cooperativismo que não deu certo, e acabou ficando no prejuízo. Eu mesmo hoje estou literalmente conduzindo um processo em uma cooperativa, que deixou manchas para trás, ok?

A.T.V.F.: sim.

V.S.: não ganhei com isso, fui ajudar e estou marcado.

A.T.V.F.: certo.

V.S.: então vamos superar. Nós temos que trabalhar muito forte são os desafios que temos agora. É levar essa questão talvez um pouco mais de forma ágil. Por meio da infraestrutura que temos no meio rural, para procurar dar melhores condições de vida. Como te falei a pouco das pontes, as questões das estradas e a questão da comunicação, é um desafio grande que nós temos aqui. Se trata de uma questão estrutural, precisamos disso. Então falei a pouco, agora nós estamos numa situação em que o agricultor vai ter que entrar, é quanto a questão da nota de produtor rural eletrônico.

A.T.V.F.: sim, como um desafio, ok?

V.S.: é tão desafiador, porque ele tem que para isso, ele tem que tá lá com internet. Tem um custo, só que isso é a profissionalização do agricultor, então o processo de profissionalização do agricultor tem que ser implantado. Com essas estruturas, ele tem que ter vias de acesso, tem que botar uma estrutura para informática e o conhecimento ou treinamento. Isso é o grande desafio que temos ainda pela frente. Temos que fazer essa questão da organização, e nós levarmos essa estrutura para o campo, infelizmente são essas as dificuldades a serem superadas.

A.T.V.F.: irá envolver telefone, internet, tecnologia...

V.S.: isso mesmo. Essa é a busca.

A.T.V.F. conhecimento principalmente.

(telefone toca)

V.S.: essa é a questão, desvincular um pouco essa questão das políticas eleitoreiras, e transformar em políticas de desenvolvimento.

A.T.V.F.: certo.

V.S.: então as políticas eleitoreiras são prejudiciais. Está longe de achar que a solução é uma hora de trator. Não! Sempre por meio das políticas de desenvolvimento, daí temos que trabalhar e ter essa visão da política de desenvolvimento, que é a profissionalização do homem do campo.

A.T.V.F.: Uhum, ótimo. Foi longo a conversa, mas nossa, consegui entender coisas que realmente até então não tinha tido essa percepção. Creio que foi muito interessante essa entrevista.

V.S.: espero que a gente possa colaborar com o teu trabalho.

A.T.V.F.: então dá para desligar o celular, essa gravação, ok.

V.S.: quer falar mais alguma coisa...

A.T.V.F.: podemos dar por encerrada a entrevista.

FIM DA ENTREVISTA

ANEXO 06. Transcrição da entrevista -Ricardo Plotow

Mestrando: Adhemar T. Vieira Fh.

Entrevistado: Ricardo Plotow

Entrevistador: Adhemar T. Vieira Fh.

Data da entrevista: 28.10.2016

Local: FMDR25J

Transcritora: Ketlyn Cristina da Silva Alves

A.T.V.F: Bom, então nossa conversa...como a gente estava comentando essa questão da política pública, que a fundação aplica na localidade do Pirai, porque a gente teve que abranger o Pirai, porque é pouco tempo a pesquisa.

R.P: Sim.

A.T.V.F: Temos alguns meses aí só, menos que um ano, e tem muitos aspectos envolvidos, então está limitada à área do Pirai, e vão ser entrevistados pequenos agropecuaristas também, mas, o trabalho é focado naquela localidade. A primeira pergunta é com relação ao produtor rural, ele recebe essa orientação que vocês aplicam para ele, ok? E esses conhecimentos que são passados na propriedade familiar através de extensão, como é que é feito?

R.P: Na realidade são várias culturas que a fundação atende nessa região do Pirai? Mas a cultura principal que existe ali é o arroz irrigado que a fundação assiste com nosso pessoal. Basicamente são dois processos de demandas. O agricultor tem o problema na sua propriedade, alguma dúvida na aplicação do herbicida, no fungicida, de alguma prática que ele necessita, então quando ele chama a fundação, a fundação faz esse atendimento pontual, não só o arroz mas também todas as outras culturas que existem. Palmáceas, hortaliças, aipim... qualquer outra cultura que tenha na localidade. Quando o agricultor sente alguma dificuldade em obter essa informação, ele procura nos procura. A fundação vai lá e atende essas questões pontuais, havendo outros trabalhos de divulgação do conhecimento, através de seminários, reuniões, dias de campo. São feitos para fazer a divulgação das atividades do conhecimento. Transmissão de conhecimento, por exemplo, cultura do arroz o que há ali nessa região, o que a fundação faz. No mês de maio geralmente a comunidade já organizou a festa do arroz...

A.T.V.F: Ah, sim. Normalmente é em maio?

R.P: Sim, no mês de maio. A fundação antes dessa festa já organizava anteriormente a festa do arroz, sempre havia o que se chamava de "o lançamento da colheita do arroz".

A.T.V.F: Sim.

R.P.: Eles faziam na época do aniversário de Joinville, 9 de março.

A.T.V.F: Interessante.

R.P: Isso acontecia antes que eu tivesse começado na fundação?

A.T.V.F: Que era uma tradição...

R.P: Sim, já era uma tradição. Sempre havia no dia 9 de março e nessa semana de março se fazia o lançamento da colheita do arroz.

A.T.V.F: Puxa, interessante. Então era feito toda uma solenidade?

R.P: É, o prefeito ia lá na colheita. Mas isso era anterior, naquela época a lavoura do arroz e os cultivares de arroz ou o sistema de cultivo era diferente de hoje.

A.T.V.F: Sim.

R.P: Coincidia o início da colheita nesse mês de março.

A.T.V.F: O que tinha diferente nessa tradição que tenha hoje no caso?

R.P: Os cultivares de arroz daquela época, fazia com que a colheita se concentrasse naquele mês de março, então eles conseguiam fazer essa solenidade. Hoje com os novas cultivares, o agricultor começa a colher em dezembro, no final de dezembro ou no começo de janeiro e se estende até maio, então não existe... não dá para fazer uma cobertura da colheita porque está contínuo essa colheita.

A.T.V.F: Sim, até maio então são vários meses...

R.P: Vários meses. Se diluiu essa colheita.

A.T.V.F: Isso em função dos tipos de novos cultivares?

R.P: Sim! Com o passar do tempo, esse seminário do arroz foi ia acontecendo. Quando comecei a trabalhar nessa área do arroz, foi implantada a abertura da colheita e assim se continuou esse seminário do arroz.

A.T.V.F: Seminário do arroz, faz tempo que começou então?

R.P: Sim! Está no vigésimo primeiro eu acho.

A.T.V.F: Nossa vinte edições, então é sempre uma vez por ano?

R.P: É, esse ano... 2014 foi o seminário décimo nono, então esse ano foi o vigésimo? Há vinte anos que se realiza o seminário.

A.T.V.F: Uhum! E isso é feito aqui na fundação?

R.P: Não, é lá na região do Vila Nova, no Pirai, estrada do sul, geralmente no cristo rei. Os primeiros foram feitos no salão palmeiras na final da rua 15 de novembro. Os primeiros eram feitos ali. A partir da segundo seminário teve início a festa, tanto é que hoje aqui está o décimo oitavo festa do arroz e décimo nono seminário do arroz. Então primeiro começou o seminário. A partir dali teve uma comunidade, o cristo rei que foram incentivados a criar essa festa do arroz. Hoje é feito lá nessa igreja, no galpão do cristo rei, estrada do sul, na região do Pirai.

A.T.V.F: Por isso tem esse encarte...

R.P: É! Esse aqui é o que foi distribuído para fazer a divulgação da festa e do seminário, geralmente é feito por aqui. Então, nesse dia de maio, é feito esse seminário abordando assuntos relacionados a cultura do arroz.

A.T.V.F: Ah, vocês fazem várias palestras?

R.P: Sim, é chamado geralmente pesquisadores da IPAG ou uma instituição de pesquisa que faz a divulgação de algum tema relacionado à cultura. A partir dai vem o pessoal. Em sumo, é um evento técnico e um evento de confraternização, depois do evento tem um jantar, né? Há uma confraternização entre esses produtores.

A.T.V.F: E no caso dessas técnicas ou os moldes de cultivos, como é que eles aplicam? Vocês depois continuam dando assistência? Eles aperfeiçoam, porque eles já têm o conhecimento ok? Essa questão do relacionamento que fez melhorar esse plantio?

R.P: São repassadas essas informações no seminário. Há outro evento grande que é feito em conjunto, esse já deve estar no quinto evento, que é um dia de campo. Também é feito ali, só que em outro momento. Esse evento geralmente é feito, entre a fundação e a Epagri. Nós fazemos um plantio planejado com vários cultivares de arroz, na propriedade de um agricultor. Vamos plantar esses cultivares agora em novembro. A fundação e a Epagri fazem esse plantio com acompanhamento, esse ano serão nove cultivares.

A.T.V.F: sempre em novembro esses cultivares?

R.P: É! No momento da safra. Agora está ocorrendo a safra.

A.T.V.F: Ahh, sim!

R.P: Esse plantio é feito em março, abril se colhe essas variedades, faz a estatística de quanto produziu ou quanto vai produzir de arroz e é analisada o resultado da colheita..

A.T.V.F: Então ali vocês...

R.P: Chamamos esses produtores, na casa de um agricultor que é tomado como exemplo, e demonstramos o cultivo desses cultivares, quem produziu mais, ou se teve problema de doença, problema de acabamento, os defeitos e as análises dessas qualidades de cultivares.

A.T.V.F: Então é um grupo de pessoas que cultivam...

R.P: Sim, é chamado o pesquisador da Epagri, as pessoas que vão ao campo, os agricultores, e são discutidas essas questões da lavoura.

A.T.V.F: Interessante, e em termos de agricultores, tem ideia quantas propriedades ou quantas famílias trabalham com o arroz?

R.P: Damos assistência e extensão entre 150 a 170 propriedades.

(Interrupção da entrevista)

A.T.V.F: Essas propriedades são só em Joinville?

R.P: Sim.

A.T.V.F: E tem ideia só no Piraí, quantas propriedades familiares plantam arroz aproximadamente?

R.P: É, esses 170 abrange Pirabeiraba, Morro do meio e Vila Nova. Trabalhamos assim óh: Em torno de 2.800 hectares de arroz, Morro do meio deve ter uns 600 hectares, aqui em Pirabeiraba tem uns 300 hectares, e o restante é Vila Nova. No Morro do meio e Vila Nova estão quase todas propriedades na bacia do Piraí.

A.T.V.F: Sim, tem propriedades que cultivam ainda arroz tradicional com aquela semente mais tradicional? Hoje se produz buscando mais quantidade?

R.P: É, porque assim a lavoura de arroz hoje, grão em geral no Brasil, a rentabilidade dessas culturas é muito baixa, como o custo de produção é alto, compromete a rentabilidade que fica baixa. A média das áreas aqui nessa região são 10 hectares por lavoura, então se você colocar na ponta do lápis, os valores de produção hoje estão muito baixos para uma família sobreviver com essas áreas, está meio complicado.

A.T.V.F: Eles precisam ter outros cultivos?

R.P.: Sim, outras fontes de renda porque hoje ela está praticamente inviável e são áreas que você não consegue fazer outra cultura, porque são áreas de várzea, são áreas alagados, solos encharcados. Na fundação nesses meus 23 anos de atividade, já tentei de tudo, girassol, milho, maracujá, para procurar fazer um consórcio dessas culturas, mas essas questões de solo são complicadas.

A.T.V.F: A questão é o solo? A técnica que eles utilizam é boa?

R.P: Sim! É boa.

A.T.V.F: E no caso de fertilizantes?

R.P: Isso aí, não tem problema nenhum, eles têm bastante conhecimento, passamos a informação, e eles seguem a orientação, né?

A.T.V.F: Uhum, certo.

R.P: Eles tentam seguir a orientação, mas por exemplo hoje na cultura do arroz, um saco de adubo em dólar é em torno de R\$100,00 reais o adubo. Para um hectare de arroz você vai jogar uns quatro sacos durante a cultura.

A.T.V.F: Quatro sacos mais ou menos?

R.P: Sim.

A.T.V.F: Nossa!

R.P: O preço do arroz lá no mercado, está o mesmo preço à mais de dez anos.

A.T.V.F: Ah, aí é que está o mal do negócio?

R.P.: Sim, hoje eu estava falando com um agricultor, ele estima um aumento de custo de produção nesse ano de 40%.

A.T.V.F: Nossa!

R.P: Óleo diesel, defensivos, é tudo baseado em preço de dólar, adubo, porque muitos são importados.

A.T.V.F: É verdade tem mais isso aí, ok?

R.P: Então, subiu o dólar, aumenta aqui, na mesma semana. Hoje por exemplo, adubo nem tem preço.

A.T.V.F: Entendi, e no caso da mão de obra das famílias?

R.P: Está complicado também, no início da cultura à vinte anos atrás, a necessidade da mão de obra era maior, porque não existia um maquinário eficiente. Naquela época, à vinte anos atrás, trabalhava-se com um tratorzinho que se chamava tobata, pequenininho de duas rodas. A colheita era feita a base de sacos, a colheita era pequena e ensacada na própria lavoura. Então você tinha que ter mão de obra para ir lá, segurar o saco para encher, amarrar, jogar o saco na lavoura, e alguém para recolher.

A.T.V.F: Então exigia mais pessoas, certo?

R.P: Mais pessoas, aplicação de veneno, adubo, era tudo manual, lata de pulverizador manual, o agricultor tinha que estar lá. Nesses vinte anos, houve uma evolução muito grande em

questão de equipamento, então a princípio, a necessidade de mão de obra diminuiu bastante. Hoje praticamente tudo é mecanizado e esses agricultores estão mecanizados aqui na região. Eles conseguiram evoluir nessa questão de tecnologia, né? Hoje praticamente eles não precisam entrar na lavoura a pé para fazer alguma atividade.

A.T.V.F: Certo, sempre arroz irrigado?

R.P.: Sempre arroz irrigado. Tinha algumas áreas muito pequenas aqui em Pirabeiraba, de arroz de sequeiro.

A.T.V.F: Não tem mais?

R.P: Não tem mais.

A.T.V.F: Nós temos uma colega no mestrado que está fazendo um trabalho sobre arroz, talvez ela venha conversar contigo sobre isso. Mas a pesquisa é específica de arroz. Está falando mais das tradições e culturas, dessas políticas públicas, ok?

R.P: Sim.

A.T.V.F: Bom, a outra dúvida que vamos conversar um pouco se for possível, é a dificuldade que eles têm para o caso de receberem toda essa técnica, essa orientação, fertilizantes, mão de obra, uso de equipamentos. No caso, qual é a dificuldade que eles tem para aplicar esse conhecimento no cultivo?

R.P.: Assim óh: passamos as informações, orientamos, mas percebemos que há uma resistência desse produtor em fazer o cultivo.

A.T.V.F: Que tipo de resistência?

R.P: Percebemos a resistência, não sabemos se é teimosia, se é medo, constatamos que assim nessa população de agricultores. Tem aquele que fala e te atende e faz o que foi orientado, tem o que ouve e fica na dúvida e o que ouve e nem dá bola para o que foi orientado. Planta o arroz do jeito que o pai plantava, que o avô plantava e continua plantando, sem se esforçar em melhorar o cultivo.

A.T.V.F: E ele não quer mudar?

R.P.: Não quer, tem uma resistência. Isso sempre vai ter no meio rural, né?

A.T.V.F: Certo!

R.P: Então a gente procura trabalhar com aqueles que mais aceitam a tecnologia, e essas pessoas servem como exemplo para outras pessoas, né? E tem algumas que resistem mais.

A.T.V.F: Entendi!

R.P: Por exemplo, hoje essa questão do adubo, adubação que é o básico, ok? Hoje o conhecimento que existe, na questão de fertilidade do solo, a recomendação de adubação é grande, você não teria mais dificuldade em usar o adubo. Mas o agricultor ainda tem uma resistência, até pela cultura, porque o arroz responde pouco ao adubo.

A.T.V.F: Ah, é assim?

R.P: Sim, é uma cultura muito rustica, né?

A.T.V.F: Uhum, certo.

R.P: Daí responde pouco, pode jogar um caminhão de adubo ou um pouco menos, a diferença é pouca.

A.T.V.F: Então tem uma medida correta, não adianta fazer diferente, ok?

R.P.: É, não adianta jogar muito, mas olha o que acontece: o agricultor usa só um tipo de adubo, adubação é uma coisa básica, nitrogênio, fósforo e potássio. Fazemos a recomendação desses três adubos e geralmente eles jogam só o nitrogênio.

A.T.V.F: Aí falta o fosforo e potássio?

R.P: Fica para trás.

A.T.V.F: Sim, certo.

R.P: Aí eles pensam: “Opa está caro, vou usar uréia, ou vou usar nitrogênio”, eles ainda tem resistência e acabam usando os adubos que são necessários.

A.T.V.F: E a questão da adubação verde, tem algum agricultor que trabalha com isso ainda?

R.P.: Na lavoura de arroz não se trabalha, tem alguns produtores que tem criação de gado que também já está diminuindo, eles jogam um pouco de esterco desses animais no arrozeiro.

A.T.V.F: Perderam esse costume?

R.P: Até pela mão de obra. Hoje, por essa escassez de mão de obra, essa prática de jogar o esterco é manual. Essas práticas que envolvem mais a mão de obra, estão se acabando.

A.T.V.F: Não tem uma forma de usar a máquina para essa função?

R.P: Ter tem, mas nós não usamos, porque é tão pouco o uso. Vão ter uns três a quatro produtores, aí não vamos ter esse equipamento disponível, não vai ser bom economicamente ter esse equipamento.

A.T.V.F: Os jovens, ok? Nessas interações que vocês tem com eles, como é que vocês processam para passar o conhecimento a eles? Como são feitos os treinamentos ou o contato na relação com os jovens?

R.P: Com os jovens é complicadíssimo.

A.T.V.F: É difícil a renovação?

R.P: O mais novo hoje deve ter uns 25 anos.

A.T.V.F: Muito êxodo, ok?

R.P: Até pelo fator da cultura do arroz, que está sendo pouco rentável.

A.T.V.F: Ah, é uma cultura que exige mais investimentos?

R.P: Exige mais, e não tem rentabilidade.

A.T.V.F: A rentabilidade é menor.

R.P: A cultura do arroz ela está dificultando manter o nosso jovem de Joinville na agricultura. Alguns estão trabalhando com aipim, o aipim descascado nessa região do Piraí, mas esta sendo processando, está se plantando e fazendo um preparo mínimo quando colhido, então tem um retorno maior.

A.T.V.F: Então o aipim hoje é mais atrativo, por questão da rentabilidade?

R.P: Sim, a rentabilidade do aipim, da cana, tem alguns jovens trabalhando com a cana, Joinville vende muita cana para garapa.

A.T.V.F: Ah é? Olha só.

R.P: Vai muito para o Paraná, para as praias daqui e também a agroindústria pede muito, para fazer o melado, musse e essas coisas.

A.T.V.F: Nós visitamos uma propriedade na estrada Minas Gerais, no Morro do Meio, acho que é Carlos o responsável. Tem um descascador e câmara fria, ele trabalhou com vocês?

R.P: Carlos Heber?

A.T.V.F: Isso.

R.P: Esse é lá da estrada dos Morros, esse agricultor planta arroz, ele tem lavoura de arroz na propriedade, tem gado e tem aipim. Esse é um agricultor modelo, a propriedade dele permitiu que ele diversificasse a produção.

A.T.V.F: Isso acontece por causa da propriedade?

R.P: Sim, por causa da propriedade. Onde ele mora, na estrada dos Morros, permite essa diversificação, porque a área é um pouco mais alta, possibilitando que faça o cultivo do aipim, o cultivo do arroz.

A.T.V.F: E o pai dele já está a muitos anos nessa propriedade, ok?

R.P: Sim.

A.T.V.F: Então isso ajudou ele a desenvolver essas técnicas, e melhorar o rendimento da propriedade?

R.P: Sim, ele percebeu essa possibilidade.

A.T.V.F: Que interessante. Porque essa pessoa conseguiu diversificar e aumentar a renda.

R.P: Agora se você pegar um agricultor só de arroz...

A.T.V.F: Tem essa questão da diversidade, ok. Se o cara conseguir aprender técnicas novas, isso também não facilita para ele?

R.P: Como foi falado, o maracujá, que em Araquari deu certo, tentei trazer essa cultura para esse pessoal do arroz. No momento em que tinha de ser feito o manejo, o período da cultura do maracujá coincidia em fazer o manejo do arroz.

A.T.V.F: Ah, era da mesma época e não tinha mão de obra?

R.P: Sim. Aí não foi possível encaixar as duas culturas. O que hoje pode ser diversificado com o período da cultura do arroz é a palmácea ou palmito, pupunha, palmeira real. Mas hoje o mercado do palmito, está começando a se saturar.

A.T.V.F: Está saturado?

R.P: Sim, está saturado, talvez pela falta de agroindústria.

A.T.V.F: Ah, está faltando agroindústria?

R.P.: Também não sei o nível do mercado da agroindústria, mas vemos o lado do agricultor e estamos vendo que talvez é a agroindústria que está faltando.

A.T.V.F: Será que tem algo a ver com a comercialização?

R.P: Ou mais formas de comercialização, pois dependo do preparo mínimo que a pupunha permite, né?

A.T.V.F: Então o que falta é se especializar um pouco mais essa comercialização, ok?

R.P: Um dos problemas do agricultor é a comercialização, saber comercializar.

A.T.V.F: Certo! Aqui na Epagri, tem um especialista nessa questão da agroindústria. Tem que andar junto com a questão da comercialização também, né? E justamente esse pessoal da UFSC tem uma área bem implantada e com boa experiência para trabalhar com essas famílias. Eles trabalham essa questão do marketing, para vender o produto na agricultura familiar.

R.P.: Sim. A fundação presta assistência em Joinville para a AJAR, que trabalha a questão da agroindústria.

A.T.V.F: Sim, visitamos essa associação de pequenos agropecuaristas familiares.

R.P: Sim, foi a fundação que deu o *start* para esse pessoal, né? Tem um projeto do governo federal, que a fundação abraçou esse projeto, isso no início. Hoje tem mais de 40 famílias nesta associação.

A.T.V.F: Você trabalha com o pessoal da AJAR também?

R.P: Sim.

A.T.V.F: Nessa questão da assistência?

R.P.: Sim, porque nós trabalhamos com o pessoal do palmito, do aipim, cana que faz o melado. Essas culturas entram em conjunto, desde o plantio e colheita, manutenção e finalmente a comercialização.

A.T.V.F: No caso, como é que vocês percebem todo esse trabalho que estão fazendo, estamos conseguindo ouvir umas explicações deles, como é que se desenvolvem? Vocês perceberam alguma melhoria na produção deles? Como é a forma que vocês conseguem acompanhar essa produção? Enfim, o desenvolvimento e o resultado final?

R.P: Nós fizemos em conjunto com a Epagri. Sempre fazemos uma avaliação de safra do arroz, ok? É feita uma avaliação de safra: fazemos um levantamento estatístico, entrevistamos em torno de 10 a 15% dessas famílias, para ver como essa cultura se comportou durante o ano, que veneno foi usado, adubo, semente, que época plantou, quanto colheu. Temos dados de 10 anos desse levantamento de safra, assim conseguimos acompanhar o crescimento e as decadências dessa cultura. Se foi por questões climáticas ou outro motivo. Em 2014 Joinville diminuiu a produção, por condições climáticas. Analisando essas informações, temos ideia do que está ocorrendo, o?.

A.T.V.F: Tem relação com a chuva também?

R.P: Sim! No ano passado o excesso de chuva foi prejudicial.

A.T.V.F: Choveu menos no caso?

R.P: Não, choveu demais.

A.T.V.F: Ah, foi muita chuva? Esse ano também, ok?

R.P: Sim, porque a cultura do arroz precisa de sol, então com esse tempo com pouco sol, Joinville ficou alagada e com pouca insolação.

A.T.V.F: Pouca insolação então?

R.P: Sim.

A.T.V.F: Pois é, porque imagina tem quase um mês que não se vê o sol raiar (risos).

R.P: Sim, e agora é o início da safra.

A.T.V.F: Ah, então eles já estão plantando?

R.P: Sim, está quase tudo plantado.

A.T.V.F: Hum, então o prejuízo é maior.

R.P.: É. Se continuar esse tempo, haverá prejuízo. Fazemos esse acompanhamento e percebemos o desenvolvimento, pela criação das novas variedades de arroz. Arroz mais produtivo. Se esses arroz mais produtivos exigir uma carga maior de adubo e o controle melhor de defensivos que hoje existem, não só arroz transgênicos, mas melhorados com o sistema cliefild, criado por empresa multinacional, esse sistema permite que plante o arroz, e que coloque um herbicida total. Vai ser usado um herbicida, esse herbicida vai matar todas as plantas daninhas, exceto o arroz. O cultivar normal tem que jogar três tipos de herbicidas para controlar. Faz parte dessa tecnologia e fez com que o produtor seja obrigado a usar, porque se ele não usar um herbicida especial ou específico, ele não vai colher.

A.T.V.F: Mas não é transgênico?

R.P.: Não! Não é transgênico, é melhorado. Esse arroz vira uma mutação natural, é identificado.

A.T.V.F: Esse tipo de arroz foi a Emater que desenvolveu?

R.P.: Foi uma multinacional, mas foi a Epagri que produziu as variedades adotadas para nossa região.

A.T.V.F: Entendi. Se percebe também que essa técnica, digamos assim, foi uma questão de sobrevivência para a família no campo que trabalha com a cultura do arroz, né? Conseguir ter a rentabilidade para segurar eles no campo.

R.P: Sim.

A.T.V.F: Se eles tivessem uma assistência na questão da comercialização ou mesmo quando o produto fica algum tempo...

R.P: Armazenado?

A.T.V.F: Armazenado, se tiver o armazenamento melhora para o produtor?

R.P.: É que assim óh: Joinville e em toda a região do litoral norte o que acontecia há uns 10 anos atrás, tínhamos 6 ou 7 agroindústrias.

A.T.V.F: Sim, e hoje tem quantas?

R.P: Aqui em Joinville tem uma, mas é de Jaraguá.

A.T.V.F: Ah, só tem uma. Olha só!

R.P.: Joinville tinha uma cooperativa de arroz e tinha o arroz vila nova.

A.T.V.F: Sim, e essa cooperativa...

R.P: Fechou há 10 anos.

A.T.V.F: Como é que era o nome da cooperativa?

R.P.: Acopa Arroz.

A.T.V.F: Isso deu um baque?

R.P: Sim, porque o pessoal ficou com dívida, faz uns 5 anos que foi leiloado o terreno deles no Vila nova. O Arroz Vila nova foi vendido há uns 3 anos para o Arroz Urbano, que é uma indústria de Jaraguá do Sul. O Urbano já tinha comprado algumas agroindústrias na região, então hoje na região norte, só tem a Juriti que é uma cooperativa de Massaranduba, e o Urbano, só as duas. O Urbano ainda tem a unidade ali no Vila Nova.

A.T.V.F: Isso aí dificultou bastante a vida do produtor familiar?

R.P: É uma questão de negociação, de preço praticamente, ou vende para eles ou não vende.

A.T.V.F: Não tem como achar outra alternativa...

R.P.: Você vende ou vende.

A.T.V.F: Entendi.

R.P: Tem um outro produtor aqui, pequeno. É um produtor que começou a produzir a semente do arroz, já faz mais de 25 anos, e beneficia a semente do arroz. É uma alternativa para alguns produtores locais, mas quanto ao preço é quase obrigado a cobrar o mesmo preço da agroindústria, pois não suportaria outro preço. E é pequeno, porque ele não consegue pagar mais, pois não tem o capital de giro.

A.T.V.F: Então ele paga o mesmo valor da agroindústria?

R.P.: É obrigado a seguir com o mesmo preço da agroindústria.

A.T.V.F: Isso é bem complicado.

R.P.: Quem produz semente para esse agricultor, tem uma rentabilidade um pouco maior. Porque quem fornece a semente para essa pequena agroindústria recebe um pouco mais. Não sei quanto está essa porcentagem, mas sei que pagam um pouco a mais para esse produtor familiar.

A.T.V.F: E cria assim uma fidelidade?

R.P.: Sim, ele é um cooperado. Não é bem uma cooperativa, mas funciona semelhante.

A.T.V.F: Então é um sistema semelhante?

R.P.: Sim, porque para produzir semente, tem que ter o campo registrado.

A.T.V.F: Entendi.

R.P.: Começou como uma empresa familiar com o nome de Copaville. O pai, quatro filhos, e hoje estão os quatro filhos lá.

A.T.V.F: Todos trabalhando.

R.P.: Sim! Um é Engenheiro agrônomo e está cuidando da produção, as meninas cuidam do administrativo, e tem o rapaz mais novo, que cuida da produção, das instalações. Então essa é uma empresa que deu certo na cultura do arroz.

A.T.V.F: E olha que irmão trabalhando juntos não é fácil.

R.P: Sim. Cinco famílias vivendo daquela atividade é complicado.

A.T.V.F: Eles tem um giro bom?

R.P.: Sim

A.T.V.F: E só trabalham com semente de arroz, ok?

R.P.: Só com semente. Às vezes não tem semente o bastante para girar o negócio. Assim, eles compram o arroz e revendem, tem que arrumar um negócio de qualquer jeito. Então alguma coisa eles competem com a agroindústria, comprando e vendendo arroz .

A.T.V.F: Tem essa questão também?

R.P.: Tem. É uma alternativa, mas que pouco interfere na comercialização com os grandes beneficiadores de arroz.

A.T.V.F: Mas, a agroindústria tem tanta influência na produção do arroz?

R.P.: Sim! A agroindústria interfere na questão do preço. O cara é obrigado, se vê obrigado a vender para a agroindústria.

A.T.V.F: Uhum, o produtor no final...

R.P.: Fica refém da empresa, né?

A.T.V.F: É. Essa questão do mercado é meio complicada.

R.P.: Se for ver os agricultores que plantam arroz no sul do estado, já houve no início um benefício para eles. A propriedade é um pouco maior, assim há armazenamento na propriedade. Eles tem silo na propriedade para armazenar o arroz, tem até uma margem se quiserem. Quando o preço está ruim, conseguem armazenar na propriedade e vender numa

melhor oportunidade. Aqui no norte do estado, como são pequenas propriedades, economicamente não é viável ter um silo na propriedade.

A.T.V.F: Mas tem alguma propriedade que tem silo aqui?

R.P.: Tem um agricultor que tem um secador, mas não tem silo, então é obrigado a guardar ensacado, somente isso.

A.T.V.F: Só tem o secador?

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Mas o silo, ele não tem?

R.P: Não. Aquele secador nem usa mais, está parado.

A.T.V.F: Isso para eles também é uma dificuldade, né? Não poder comercializar?

R.P: Sim! Porque o arroz tem que ser colhido e já passar para o secador se não perde a qualidade. Então é obrigado a entregar na agroindústria. Colheu, é obrigado a levar em algum lugar para secar.

A.T.V.F: Tem um prazo para secar?

R.P: Sim. Se ficar dois dias no caminhão, já perde a qualidade.

A.T.V.F: O prazo é rápido para secar?

R.P: sim. Se não secar, perde a qualidade.

A.T.V.F: Então após a colheita ele praticamente tem que ser secado?

R.P.: Leva somente dois dias para entregar na agroindústria.

A.T.V.F: Olha só. Bom outro item que quero conversar é com relação a fundação. Vocês dão orientação, desenvolvem processos, fazem seminários, vocês tem algum núcleo?

R.P: O arroz ele tem uma associação a Sodaj-Sociedade Distribuidora de Águas de Joinville. Na realidade são plantadores de arroz, mas não é uma sociedade de arroz. É uma sociedade que cuida das valas de irrigação do arroz.

A.T.V.F: Sim, é uma sociedade?

R.P: É, uma sociedade.

A.T.V.F: Sodaj.

R.P: Sodaj, de irrigação do arroz para agricultores de Joinville.

A.T.V.F: Só para produtores rurais no caso?

R.P.: Sim, só produtores rurais. Noventa e oito por cento (98%) é plantador de arroz. São 7 valas na sociedade. Cuida de 7 valas, elas tem numeração, ok? Vala 1, vala 2, vala 3... e tem entorno de 54 km de valas.

A.T.V.F: 54 km?

R.P.: É, isso basicamente na região do Pirai, das águas do rio Pirai.

A.T.V.F: Ah, então são do Pirai?

R.P.: Pirai e Piraizinho. E sócios dessa sociedade são 100 agricultores.

A.T.V.F: Tem muito tempo a sociedade?

R.P.: Bastante tempo. Funciona assim: cada vala tem uma micro sociedade, presidente, tesoureiro, e tem os presidentes que cuidam a Sodaj, em torno de uns 7.

A.T.V.F: Então são vários núcleos dentro dessa Sodaj?

R.P. Sim, são 7 núcleos dentro da sociedade.

A.T.V.F: Entendi.

R.P: Porque assim, cada vala tem o seu presidente, cada vala tem sua peculiaridade, tem que limpar a vala. Se juntam para limpar, pagam e fazem uma vaquinha para limpar a vala, fazer a manutenção, então cada um tem o seu presidente para organizar essas manutenções periódicas.

A.T.V.F: E eles devem ter algum motor?

R.P.: Não, Joinville não precisa é tudo por gravidade.

A.T.V.F: No caso a Sodaj seria na questão das valas. Vocês tem todos esses processos que repassam, essas tecnologias, da produção do arroz, essa questão da comercialização, ok? Vocês também fazem seminários com especialistas?

R.P: Sim! Essa questão de preço também, nós tentamos repassar.

A.T.V.F: Mas, seria mais através dos seminários de treinamentos que vocês promovem na fundação para repassar aos agricultores, para eles continuarem mantendo os processos e técnicas?

R.P.: O treinamento hoje de arroz quem faz é a Epagri de Itajaí.

A.T.V.F: Ah, é a Epagri, certo.

R.P.: Daí eles te um curso geralmente de uma semana, tratam tudo, desde o plantio até a colheita.

A.T.V.F: Sim, desde o plantio até a colheita?

R.P.: Sim, um curso de uma semana. Começa na segunda-feira, na verdade são quatro dias, começa geralmente segunda-feira a tarde e vai até sexta-feira de manhã.

A.T.V.F: Mas aí é só voltado para o arroz?

R.P.: Só arroz. Eles fazem dois cursos por ano, para a nossa região aqui do litoral. Só que a procura já foi maior, para você achar alguém que queira a aula está bem complicado.

A.T.V.F: Essa mão de obra esta cada vez mais difícil, né?

R.P.: Sim.

A.T.V.F: No caso, vocês trabalham com essa questão de políticas públicas, auxiliando a melhorarem a produção, ensinando a aperfeiçoar as técnicas, a questão da agroindústria, como é que eles fazem o repasse disso aí para vocês? Supondo que vocês façam o seminário, vocês tem alguma dúvida, vão na propriedade, como é que vocês tem esse feedback?

R.P: Vendo pelos sacos, se ele produziu ou não. (risos)

A.T.V.F: É verdade.

R.P.: Teríamos até condição de ver o valor de produção, porque a fundação aqui em Joinville emite os blocos de nota de produção, nós até teríamos como fazer, mas não fazemos, na questão de quanto foi movimentado na agricultura.

A.T.V.F: Em termos da cultura, porque às vezes vai de pai para filho, de tio, de vizinho que às vezes passa, vocês conseguem trabalhar com isso, vocês fazem ou criam algum vinculo?

R.P.: Isso não conseguimos fazer, esta associação é complicadíssima. Tem agricultor que tem 50 anos que não pode adotar uma técnica nova, porque o pai não deixa.

A.T.V.F: Mas vários deles conseguem?

R.P.: Sim, alguns conseguem, sempre tem. Mas tem propriedade que o cara tem 50 anos e está lá sem adotar novas técnicas.

A.T.V.F: Em termos de percentual, vocês conseguem a minoria?

R.P.: Em torno de 30% conseguem adotar as novas técnicas.

A.T.V.F: Pouca gente.

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Poxa, só 30%.

R.P.: Esses 30% são os cabeças que conseguem adotar uma produtividade boa, o restante é mediano. Porque assim, a produtividade média de Joinville, contando com o clima e tudo, está em torno de 130 sacos por hectare, a gente vê pela produtividade no levantamento que é faz, a

média em torno é de 130 sacos por hectares de produção normal, daí quando tu feito. É possível ver que o cara colheu 110/120 sacos por hectare, então se vê que é um cara que não adota a tecnologia.

A.T.V.F: E eles também não se empenham?

R.P.: Não, ficam naquele 110/120 e ficam reclamando, mas não fazem o dever de casa. Nossa parte fazemos, divulgamos, fazemos os cursos e seminários, chamamos os agricultores, mas se o agricultor não fizer a parte dele então não adianta.

A.T.V.F: Sim.

R.P: E tem mais. Por exemplo, se o produtor quiser pegar um custeio, para pagar o custeio da lavoura, o banco exige uma análise de solo, uma recomendação de aprovação pela fundação.

A.T.V.F: Ah, o banco exige até uma análise de solo?

R.P.: Sim, isso é norma do banco central. O que o cara faz? Deixa por último, vai no banco e pede o financiamento do custeio. Ai tem que pegar custeio novo, o que ele faz? A lavoura está toda inundada, vai lá pega terra do tatume quando não tem como pegar na lavoura, barro seco que ele tem lá, trás aqui, pede para analisar e a exigência do banco ele cumpriu.

A.T.V.F: Não é onde ele vai semear?

R.P: Não! Faz a recomendação que o banco exige, então tem algumas formas que o cara não está empenhado, não quer saber, ele joga aquele adubo que sempre jogou a vida inteira, ou que o pai jogou a vida inteira.

A.T.V.F: No caso do...

R.P.: O banco exige mas não...

A.T.V.F: Qual é o banco que repassa...

R.P.: Hoje no caso é tudo banco do Brasil.

A.T.V.F: E vocês, trabalham com eles mostrando as facilidades com o financiamento?

R.P.: Até hoje as linhas de crédito, os financiamentos públicos, são interessantes para o agricultor. Hoje até que não, mas até uns dois anos atrás era interessante, porque o preço mínimo do governo estava em torno de 25/26 reais o saco, hoje no mercado está 31/35 reais o saco, há uns três anos atrás em que o preço gira em torno desses R\$25, era interessante o agricultor pegar o custeio, pegar o dinheiro do banco para pagar a lavoura dele, porque no dia que ele fosse vender esse arroz, por exemplo o arroz estava a R\$25 o preço mínimo, o dia que ele vendeu ele vendeu por R\$23, quando ele fosse pagar o custeio, o governo descontava da

divida dele essa diferença, por exemplo lá ele estava devendo R\$20.000,00 para o banco, mais os juros, o banco descontava esses R\$2 de diferença da dívida que ele estava pagando.

A.T.V.F: Um acerto.

R.P.: Sim, um acerto. O arroz para ele nunca era o preço mínimo, mas só ganhava quem pegasse o custeio, quem fosse no banco pegar o financiamento. Hoje esse preço a R\$35 o valor mínimo a R\$25, não vai ganhar nada, só vai ganhar o juros, e os juros estão mais baixo, acho que 4% ao ano o custeio.

A.T.V.F: E isso é muito interessante porque é por isso que não vai para frente, né? Para continuar a atividade deles.

R.P: Sim

A.T.V.F: Agora, voltando com relação ao que estávamos falando a pouco dos jovens, né. porque na pesquisa saiu um item com relação a políticas públicas da fundação, para o agricultor é um ponto importante, ok? Em função dessa dificuldade em segurar o pessoal no campo.

R.P.: E outra coisa também, é a especulação imobiliária.

A.T.V.F: Ah, isso está muito difícil, né?

R.P.: Não é só no Vila Nova, mas qualquer lugar do litoral de Santa Catarina está muito semelhante. O custo da terra está muito alto, daí não compensa ter uma lavoura que renda pouco, numa terra que vale muito.

A.T.V.F: Então para o jovem que chega na idade adulta, vamos supor: vai formar sua família, como o custo é muito alto é difícil para ele comprar uma propriedade, e se firmar na agricultura.

R.P.: É, hoje o governo do estado ele tem um programa de ajudar esse jovem que está começando, para comprar a terra, financiar a terra.

A.T.V.F: Ah, tem um programa específico? Federal no caso?

R.P.: É federal, mas quem toca é o estado, só que o preço que eles pagam na terra e equivalente ao interior do estado, porque no litoral não consegue, com esse valor que eles fornecem para a família, não se encontra terra.

A.T.V.F: O custo é muito elevado no litoral?

R.P.: Muito elevado. Para o jovem comprar terra com esse benefício do governo não consegue aqui no litoral.

A.T.V.F: Hum, complicado, ok? Porque normalmente a propriedade já é pequena para a família, para o jovem poder ficar no campo teria que comprar terra.

R.P.: Em questões de políticas públicas hoje, o que tem para o agricultor é esse custeio. Esse dinheiro com pouco juros, se é do governo federal é um pouco mais barato, mais custeio e investimento, incentiva o produtor a estar ficar na propriedade. O governo do estado o que faz: tem para o agricultor um programa de calcário, ele fornece calcário que se encaixa para o produtor de arroz. O estado fornece calcário de graça, tendo a análise de solo, assim conseguem esse benefício.

A.T.V.F :Mas eles fornecem para qualquer família que se apresentar?

R.P.: Tem que ter bloco de nota e análise de solo que recomende o uso do calcário. O agricultor vai no estado, faz a ficha e ganha o calcário.

A.T.V.F: No caso vocês dão esse apoio para o agricultor cumprirem essa exigência?

R.P.; Sim! O governo do estado o que faz? Tem a instituição de pesquisa, que é de desenvolvimento de variedades.

A.T.V.F: Onde vocês não entram, o estado entra na extensão rural neste caso?

R.P.: Sim, eles entram com o apoio técnico. Por exemplo, apareceu uma praga nova, nós que estamos aqui no campo desconhecemos, então pegamos essa praga que é levada para o centro de pesquisa, eles vão passar as informações para nós e passamos para os agricultores.

A.T.V.F: Certo.

R.P.: Então temos esse centro de referência, ok? Para nós técnicos, que estamos no campo.

A.T.V.F: Então vocês tem esse centro de referência, que dá um treinamento para vocês.

R.P.: Sim, é feito um treinamento profissional do trabalho.

A.T.V.F: Então a Epagri hoje esta atuando mais no treinamento da manutenção rural?

R.P: Sim, com toda essa questão de pesquisa. Em nível de município, o que nós temos é o treinamento desse pessoal que está no campo, ok? Dando a assistência técnica em extensão, todo esse apoio logístico. É um pouco cedo para falar, mas nós temos um programa que não saiu do papel ainda, que é tipo uma troca que vai haver. O agricultor vai trazer a movimentação econômica para nós, todas as atividades que ele fez na propriedade, ou para a propriedade. A prefeitura vai fornecer serviços que agora hora são cobrados, serviço de atendimento veterinário, serviços de inseminação, serviço de fornecimento de mudas de plantas nativas e também está para sair. Estamos fazendo a licitação para o fornecimento de óleo diesel.

A.T.V.F: Regulamentaram isso, então?

R.P.: Sim, a lei já esta pronta, está tudo regulamentado, nós estamos no processo de licitação para a compra desse óleo.

A.T.V.F: Ah, entendi.

R.P. Não posso dizer ainda detalhes, pois não conheço.

A.T.V.F: Mas está caminhando.

R.P.: Está caminhando para esse lado, então nós vamos aumentar a produção, criar esse programa para o agricultor, com esse serviço, ok?

A.T.V.F: Aham, certo. Então no município, através da extensão rural está sendo feito esse projeto de troca de regulamentação financeira, e teria mais algum item? Neste caso, estamos falando mais nessa questão da cultura do arroz, certo? Mas vocês também trabalham com outras questões para atender as famílias?

R.P.: Se for pegar outras culturas, no município, tem a questão da merenda escolar. A fundação trabalha para fornecer a essas pessoas, para vender a merenda escolar.

A.T.V.F: É a merenda escolar que estamos comentando?

R.P: Sim. Tentamos organizar esses agricultores para fornecer para a merenda escolar. Entra o aipim, banana, pessoal da AJAR na agroindústria, melado, doce, bolacha, pão. Hoje a gente criou no Ceasa um espaço para a agricultura familiar. Temos um armazém desocupado, e estamos disponibilizando esse espaço para a agricultura familiar, permitindo que eles comercializem, e comercializem também direto para a população, não só para a produção e organização esse pessoal, mas para a merenda e programa de aquisição de alimentos. Mas também nos outros programas sociais que o governo federal tem.

A.T.V.F: Esse espaço que foi disponibilizado para a comercialização, onde fica?

R.P.: No Ceasa.

A.T.V.F: Ah, naquele espaço no Ceasa.

R.P.: Sim, no armazém.

A.T.V.F: A AJAR já tem um espaço?

R.P.: Tem, a AJAR e a Copaville que é uma cooperativa de comercialização também aqui de Joinville.

A.T.V.F: Eu fiz uma entrevista com o Acácio Schroeder.

R.P.: Sim, o Acácio é presidente da Copaville.

A.T.V.F: Ele estava numa luta para conseguir esse espaço.

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Já está instalado?

R.P.: Sim, já está instalado. disponibilizamos esse espaço para eles.

A.T.V.F: E teria mais um item no caso municipal?

R.P.: Sim! Tem esse galpão, no próprio Ceasa. A própria estrutura que abrange a comercialização, e também entram as hortaliças, que não fogem do arroz, e todas as outras culturas que passam no Ceasa.

A.T.V.F: Outra coisa que vimos com o Valério, ele falou muito dessa questão dos núcleos que vocês tem. Como é que funcionam esses núcleos?

R.P.: É assim: a fundação apoia tipo a AJAR e a agroindústria. A fundação ajudando e dando apoio para o agricultor em toda a questão, além de levar a vigilância sanitária, para ver se está tudo e ordem. Na fundação tem um funcionário que organiza a distribuição dos rótulos para eles, tem essa funcionária que entrou aqui recente. Ela dá assistência para começar a fazer uma determinada atividade. Ela vai e conversa com o agricultor, vê as instalações, dá orientação, faz o contato com pessoal da vigilância sanitária, enfim, encaminha o necessário para funcionar. Por exemplo, a Sodaj, todas as questões que envolvam a prefeitura, financiamento a damos apoio. Outro exemplo: eles conseguem um auxílio de um deputado, temos que montar o projeto, prestar conta, damos todo esse apoio para eles, se precisar de um ofício providenciamos, enfim, fazemos esse meio de campo.

A.T.V.F: Então esse núcleo, atua em torno da assistência ao agricultor?

R.P.: Sim! Tem o pessoal da Apeville, a associação dos agricultores, assim temos aqui um técnico que trata só da agricultura.

A.T.V.F: Ah, vocês tem um técnico especializado?

R.P.: Trabalhamos com os agricultores, na associação dos agricultores, prestamos todo esse apoio e organização. Eles tem o curso e trazemos um pesquisador envolvendo toda essa questão de tecnologia. Tem a associação da piscicultura na fundação, onde atuam três técnicos especialistas em piscicultura, eles dão assistência para a associação com reunião, palestra. A questão da piscicultura é quando os técnicos fazem o treinamento com o pessoal. Tem o pessoal da palmácea que apóia a associação através de nosso técnico, que é especializado em palmito.

A.T.V.F: Tem um técnico neste caso?

R.P.: Tem um técnico especializado que dá toda a assistência, ajuda a organizar os agricultores interessados.

A.T.V.F: A questão social também. Por exemplo, a família do agricultor precisa de dentistas, de fazer um cursinho, de fazer costura, ou fazer primeiros socorros, como são encaminhados essas questões?

R.P.: Assim óh: a questão social, a fundação trabalha com os grupos das mulheres rurais.

A.T.V.F: Ah, daí já é mais a parte feminina?

R.P.: Sim, essa questão feminina pega um pouco a assistência ãq família.

A.T.V.F: Certo.

R.P.: Neste caso, você tem que falar com a Íria, daí será mais uma entrevistas. Poderá falar melhor sobre isso, com o setor que organiza as mulheres, no qual a Íria coordena.

A.T.V.F: Certo.

R.P.: Ela atua mais com essa questão de trabalhos manuais, saúde e nós temos também uma assistente social, que está trabalhando um pouco essa questão de saúde ocupacional.

A.T.V.F: Tive uma conversa bem rápida com ela, acho que vou conversar mais, porque vai abranger essa questão social da família.

R.P.: É melhor falar com a Íria que vai te passar essas questões.

A.T.V.F: Nossa é muita informação, agora eu tenho...

R.P.: Sim! Temos um técnico que trabalha com os orgânicos.

A.T.V.F: Sim, vocês estão começando a trabalhar com orgânicos?

R.P.: Sim, faz a certificação das propriedades.

A.T.V.F: Ah, já estão fazendo a certificação.

R.P.: Sim, já estamos fazendo. São várias reunião e visitas, que organizam esse grupo.

A.T.V.F: Tem uma exigência bastante grande.

R.P.: Sim, tem uma exigência muito grande. Nós temos um técnico aqui que trabalha só essa questão de saneamento básico, proteção de nascente, saneamento, esgoto, fossa.

A.T.V.F: Quem que é a pessoa que faz essa atividade?

R.P.: O. Aroldo, que está lotado no Vila Nova.

A.T.V.F: Certo.

R.P.: Nós temos um técnico que só trabalha a parte de hortas, hortas urbanas, interurbanas. Esta cultura em Joinville está mais complicada por causa do clima, ele trabalha muito essa questão de hortas escolares.

A.T.V.F: Hortas urbanas, escolares e comunitárias no caso?

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Quem que é a pessoa?

R.P: O Elder.

A.T.V.F: Elder, é com H ou com E?

R.P.: E.

A.T.V.F: Esse pessoa vai ser interessante se eu conseguir encaixar uma entrevista.

R.P.: E tem o outro técnico que cuida só da parte de cooperativismo, com o pessoal do Acácio, esse é o Jacson.

A.T.V.F: Então ele está trabalhando com o Acácio?

R.P.: Isso. O que mais tenho... tem um biólogo aqui que trabalha essa questão do maruim (mosquito).

A.T.V.F: Certo, já faz anos essa luta. (risos)

R.P.: É brabo, o borrachudo a gente conseguiu dar um jeito, mas maruim é complicadíssimo. Temos o Engenheiro florestal que trabalha a questão de manter nossas mudas, faz parte da assistência aos agricultores também.

A.T.V.F: Vocês fornecem mudas?

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Oferecem à família, tem algum programa nesta linha?

R.P.: Não! Mudas nativas é o ano inteiro, ela vai entrar naquele programa de distribuição. Temos atendimento veterinário, um médico veterinário, que faz o atendimento clínico dos animais.

A.T.V.F: Pois é, essa questão vamos ver se é possível conversar com esse pessoal, qual o nome dele?

R.P.: O Julio. Tem o Julio e o Vilmar que é técnico, ele faz a inseminação artificial, no gado, ok? Trabalha com gado, porco, cabra, cachorro.

A.T.V.F: Certo, neste caso, essa questão dos animais agrega a renda, porque envolve leite e corte, ok?

R.P.: Sim. O leite em Joinville teve uma grande produção, hoje está fraco. Uma pessoa começou com uma usina, mas está devagar.

A.T.V.F: É questão de mão de obra que é complicado, né?

E.P.: Sim. O leite deu um surto na Vila Nova, quer dizer, deu um surto de tuberculose.

A.T.V.F: Ah é? Tem mais isso ainda?

R.P.: Complicado, né? O restinho que tinha se acabou.

A.T.V.F: Faz tempo que deu o surto?

R.P.: Há uns três anos, mas ainda tem gado indo para o abate.

A.T.V.F: Isso é complicado, deu muito abate é?

R.P.: Sim! Tem o pessoal do peixe, ok? Que também é forte.

A.T.V.F: Quanto a piscicultura, tenho que ter uma conversa com o Roberto.

R.P.: Tem ainda o Troi que cuida da questão do abastecimento no Ceasa.

A.T.V.F: Quem que é a pessoa?

R.P.: O Troi, ele atendia o pessoal da banana, em Joinville. Tem a associação da cultura da bananas, que organiza na região do Piraí a festa da banana, e o seminário da banana. Tem um funcionário que está trabalhando essa questão na Epagri, mas agora deu uma esvaziada. A Epagri até anos anteriores, trabalhava a questão da floricultura. Agora temos um funcionário que trabalha só com a questão da floricultura e está no início.

A.T.V.F: Ah, está só começando?

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Vocês trabalham também com plantas medicinais?

R.P.: O Elder que dá assistência das áreas urbanas.

A.T.V.F: Ah sim.

R.P.: As plantas medicinais estão bem devagar. Essa questão das plantas medicinais, a fundação não pode incentivar, se não tiver ninguém para ser orientado. Tem que ter primeiro a outra parte para poder haver assistência.

A.T.V.F: Tem que ter uma certificação?

R.P.: Não! Tem que ter o pessoal da saúde.

A.T.V.F: Ah, a orientação para uma finalidade definida.

R.P.: Não podemos incentivar os caras a produzir, vai que é usado indevidamente. Como é que vamos incentivar os caras a produzir, se não tiver ninguém para orientar. Então na gestão passada houve esse alinhamento, essa união, e hoje envolve mais pessoas. Então os laços que haviam eram bem frágeis, houve essa ruptura, e a questão medicinal deu uma parada.

A.T.V.F: Sim, tem mais algum item que poderemos conversar quanto a assistência aqui na fundação.

R.P.: Tem! O engenheiro florestal que cuida da questão das plantas. Ele organiza um pouco os orgânicos, o Ricardo Messias que é o coordenador.

A.T.V.F: Ele trabalha com as mudas verdes e mais alguma questão?

R.P. Na realidade, ele começou como coordenador da APA (Área de preservação ambiental) Dona Francisca. Só que a APA, quem era para tocar seria a secretaria do meio ambiente. Mas foi a área de agricultura que assumiu, houve umas rupturas.

A.T.V.F: Tem uma amiga no mestrado que trabalha com a questão ambiental da APA. Tenho conversado com ela e tem até frequentado as reuniões da APA.

R.P.: Sim.

A.T.V.F: Mas eu acho que...

R.P.: Tem muitas informações, ok?

A.T.V.F: Sim! Se eu puder depois comentar algum detalhe, as vezes fica uma dúvida.

R.P.: Qualquer dúvida é só mandar um e-mail que tentamos responder.

A.T.V.F: Porque a ideia é agora procurar entender os processos e práticas da fundação, as políticas públicas, assim como outros detalhes. Procuo entender o lado dos pequenos agropecuaristas familiares. Pretendo dar esse retorno a fundação e para os produtores e suas famílias também.

R.P.: Claro.

A.T.V.F: Estou procurando fazer esta pesquisa, desenvolvendo a parte teórica e agora esta parte prática. Vou tentar fazer uma reunião posteriormente com a fundação, para poder repassar esse material, fruto deste trabalho e vocês terem este feedback,ok?

R.P. Sim.

A.T.V.F: Então vai abranger várias áreas.

R.P. Sim, com certeza.

A.T.V.F: E aí vamos ver um pouco de cada assunto pesquisado. (risos)

R.P.: Com certeza, tomara que ajude a gente.

A.T.V.F: O Valério abriu esse espaço para poder pesquisar. Nem imaginava que tem todas essas informações para trabalhar, é muita coisa. Pena que o tempo é curto.

R.P.: Você está fazendo faculdade em que área?

A.T.V.F: É o mestrado de Patrimônio, Cultura e Sociedade, o cara tem que pesquisar correr atrás, mas é bom.

R.P.: Mas você é formado em que?

A.T.V.F: Eu sou da área de elétrica, trabalhei com uma comunidade na época em que trabalhava na Celesc, e aí migrei para a área de humanas. Fiz alguma coisa na área de sociologia na federal, em matérias seletivas, e aí descobri que na Univille tinha esse curso. Me candidatei com um projeto, eles aceitaram e estamos tocando (risos). As matérias já estão quase todas feitas, mas não foi fácil, com essa juventude, eles tem uma dinâmica, debates, bastante interessante.

R.P.: Meu primo é diretor da extensão lá, o Claiton.

A.T.V.F: Ah, o Claiton. Ele deve trabalhar um bocado, porque não é fácil. É bom, mais é puxado (risos), é uma exigência danada. Então quero ver se repasso o trabalho para vocês. Vou fazer três capítulos, a ideia é o capítulo de vocês ou da fundação, depois o capítulo do agricultor, depois a parte teórica que pesquisei sobre as famílias e as políticas públicas. Então isso tudo estou pensando em fazer, mas a parte do agricultor que vai interessar.

R.P.: Com certeza.

A.T.V.F: Mas por enquanto te agradeço, muito obrigado por essa abertura.

FIM DA ENTREVISTA

ANEXO 07. Transcrição da entrevista-Roberto Hoppe

Mestrando: Adhemar T. Vieira Fh.

Entrevistado: Roberto Hoppe

Entrevistador: Adhemar T. Vieira Fh.

Data da entrevista: 14.12.2016

Local: FMDR25J

Transcritora: Ketlyn Cristina da Silva Alves

OBS: áudio com falhas

A.T.V.F.: ...deixa aumentar o volume que fica mais fácil gravar. Não entendo bem, mas acho que melhora a captação do som. Bom, assim como são várias entrevistas, procurei direcionar alguns tópicos, para não tornar-se um tanto quanto vagas as perguntas, ok?

R.H.: uhum, sim.

A.T.V.F.: ...até porque terá que ser elaborado em torno dessas entrevistas, fazendo um capítulo teórico, no total de 3 capítulos, resultado da pesquisa, um capítulo da Fundação, que já fiz a parte histórica e início, conversei com o Valério, aquela senhora., esqueci o nome... ela trabalha com as mulheres da área rural...

(fala de uma criança)

A.T.V.F.: conversei com a Íria, ok.

R.H.: uhum, sim, que trabalha nas questões sociais?

A.T.V.F.: sim...mais algumas pessoas da fundação. Então, é o capítulo segundo sobre a fundação, das famílias de pequenos agropecuaristas, que estou pesquisando.

R.H.: você vai entrevistar as famílias também?

A.T.V.F.: já entrevistei dois casais.

R.H.: É mesmo?

A.T.V.F. Carmem Jacobi e Acácio Schroeder com a esposa. Mas pretendo ter contato com outros pequenos agropecuaristas. Em uma relação de algumas famílias para fazer essa pesquisa.

R.H.: o Acácio atende grupos escolares lá, programa Ciranda Viva, ok?

A.T.V.F.: isso mesmo.

R.H.: aham, entendi alguma coisa...

A.T.V.F.: a questão dos orgânicos também. São poucos que estão cultivando com estes produtos. O segundo capítulo seria a fundação, porque as políticas públicas, através domunicípiona localidade rural do Pirai ou Vila Nova,ok? No terceiro capítulo foi interagido erefletido a questão das entrevistas. Já a questão da Fundação, através das entrevistas com os coordenadores, como é que acontece as política públicas naquela região principalmente do Pirai. Estou remetendo a Joinville, mas alguma pincelada na questão das políticas públicas federais, porque será basicamente quanto às famílias rurais.

R.H.: em nosso caso, queres saber como é que funciona o trabalho quanto à piscicultura, a questão da extensão rural, como o apoio que é dado?

A.T.V.F.: exatamente.

R.H.: modificamos um pouco as coisas por aqui.

A.T.V.F.: É...então a política pública na piscicultura em Joinville hoje é um elo importante tanto para a fundação, quanto para as famílias, né? Em tornodesse sentido que estamos buscando conhecer um pouco mais. Para pesquisar e escrever sobre isso e tirar algumas conclusões sobre a piscicultura.

R.H.: teu trabalho terá mais cunho social? Ele não tem tanto valor estatístico, produção, é mais a interação dessa classe, certo?

A.T.V.F.: essa questão da sobrevivência das famílias envolve a produtividade, envolve a qualidade?

R.H.: mas são relações que fazem parte do relato.

A.T.V.F.: sim. Porque basicamente é a questão do patrimônio familiar, rural, políticas publicas e patrimônio familiar rural.

R.H.: Uhum, estou começando a entender esse direcionamento.

A.T.V.F.: o patrimônio familiar tem a questão da propriedade, e tem a questão das técnicas e da cultura.

R.H.: ah entendi.

A.T.V.F.: como é que a família vive, como é que acontece essa interação da fundação com as famílias,ok? Então,estou no mestrado em patrimônio cultura e sociedade, seria a base, ok?

R.H.: Uhum, certo.

A.T.V.F.: mas, vai além dessa questão, tem vários envolvimento na pesquisa que está sendo feita, que procura entender para depois focar naquilo que a gente está trabalhando, né?

R.H.: sim...

A.T.V.F.: Então, essas perguntas, irei fazer mais ou menos em torno disto. Devia ter mandado antes para ti as perguntas, mas não foi possível.

R.H.: não tem problema.

A.T.V.F.: foi praticamente impossível. Bom, irei anotar um pouco também. Por mais que tenha a gravação, depois se acaba esquecendo os detalhes, ok.

R.H.: (inaudível)

A.T.V.F.: pode emprestar tua caneta

R.H.: sim.

(Silêncio)

A.T.V.F.: Bom, a primeira pergunta é: o produtor rural que recebe a orientação técnica no teu caso, és especialista em piscicultura, ok?

R.H.: nós trabalhamos na área da piscicultura

A.T.V.F.: na prática, o pequeno agropecuarista aplica essa instrução que recebe como conhecimento em sua propriedade familiar? Ele consegue desenvolver esses processos e práticas?

R.H.: nunca é 100% né, nessa absorção sempre é parcial

A.T.V.F.: sim...

R.H.: então, o trabalho de extensão que a pessoa faz aqui, ele sempre tenta trazer as novidades, até porque essa cultura é cheia de novidades, de atualizações, e dependendo da família essa absorção chega a ser parcial, funciona bem na medida em que os outros vão tendo resultados melhores. Então... sempre tem as conversas mútuas e acaba um puxando o outro, de uma forma ou de outra, as novidades vão entrando.

A.T.V.F.: você falou que é um ou outro que consegue captar e aplicar mais. É isso mesmo?

R.H.: sempre, em qualquer técnica, em qualquer tipo de extensão é bem difícil você conseguir passar 100% das coisas. O pessoal é sempre um pouco receoso, cauteloso, então a absorção é feita aos poucos.

A.T.V.F.: estamos conversando com o presidente da associação de piscicultura, que foi até bom encontrar aqui hoje, como que é o nome dele?

R.H.: Euclides Paterno.

A.T.V.F.: Euclides?

R.H.: Euclides Paterno

A.T.V.F.: ele estava comentando que faz só dois anos que tem essa associação, óbvio que à mais tempo se está trabalhando com peixe aqui, é isso mesmo?

R.H.: não! Ele está à dois anos na associação.

A.T.V.F.: ah sim, ele está à dois anos?

R.H.: a associação é da década de 90.

A.T.V.F.: de 90?

R.H.: sim!

A.T.V.F.: faz bastante tempo que começou a se trabalhar com a piscicultura?

R.H.: a história da piscicultura, ok?

A.T.V.F.: sim, da piscicultura.

R.H. a história da piscicultura em Joinville, no Estado, no Brasil, na verdade, a fundação se mistura um pouco nessa história. Tem até não sei que nível, mas ela foi pioneira nessa atividade.

A.T.V.F.: uhum...

R.H.: na década de 70 foi iniciado o cultivo de peixes na fundação, devido à atenção a essa atividade.

A.T.V.F.: certo.

R.H.: na época, praticamente nem se falava da piscicultura.

A.T.V.F.: entendi.

R.H.: era até bem relutante, pelo fato de dar comida ao peixe, isso na década de 70 era quase um absurdo, né?

A.T.V.F.: tudo novidade o confinamento?

R.H.: confinamento era conhecido, mas as coisas foram evoluindo. Nos últimos anos está acontecendo em uma progressão geométrica.

A.T.V.F.: a dificuldade maior seria o confinamento ou a alimentação?

R.H.: bom, é um todo, né? É um todo, uma coisa puxa a outra.

A.T.V.F.: sim...

R.H.: à medida que você confina os peixes, você deixa ele mais suscetível e mais necessitado. Então terá sempre que suprir as suas necessidades.

A.T.V.F.: correto.

R.H.: seja tanto pela qualidade da água, quanto pelo seu manejo. Sempre que confinar, se junta muito indivíduos de uma espécie, tem que ficar bem atento para a questão das enfermidades, doenças, elas são bem mais proeminentes nesse caso.

A.T.V.F.: é realmente, eles devem perder uma resistência porque na natureza eles são soltos?

R.H.: sim! Sempre ao juntar, está partindo para a monocultura. As bactérias, as pragas elas sempre são oportunistas, né?

A.T.V.F.: é verdade. Em conversa com a Fundação, soubemos que existe o dia do campo na Fundação, ok? Na parte do arroz, eles pegam uma propriedade modelo e fazem todo um evento que envolve a questão da cultura do arroz. Na piscicultura tem alguma coisa semelhante?

R.H.: esporadicamente, não é anual, não tem um calendário fixo. Mas nós já fizemos dia de campo na própria Fundação.

A.T.V.F.: sim. Em que moldes foi?

R.H.: A gente convidou técnicos das áreas afins, né?

A.T.V.F.: Uhum

R.H.: dentro do complexo da piscicultura, em cada ponto havia uma estação. O que era uma estação? Era um local em que o técnico recebia um determinado grupo de piscicultores e falava sobre nutrição. Por exemplo, mostrava as rações e fazia a alimentação do peixe.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: da mesma forma acontecia em outros pontos. Para cultivo de peixes nativos, no outro ponto se falava da qualidade da água...

A.T.V.F.: uhum

R.H.: e assim por diante. Um dia de campo desse trabalhamos com 300 piscicultores mais ou menos.

A.T.V.F.: 300 pessoas aqui?

R.H.: sim, isso mesmo.

A.T.V.F.: acho que é um número bastante expressivo pra essa atividade.

R.H.: um exemplo bem interessante: hoje mesmo estávamos combinando aqui, com o seu Euclides.

A.T.V.F.: o presidente da associação de piscicultores?

R.H.: sim! Uma das novidades no mercado é uma esteira para despesca.O que é isso?Em vez de se pegar dentro do tanque 10, 15 toneladas, se passa tudo em caixas.Um passa para o outro, até chegar no caminhão.E daí é só pegar o caminho e seguir ao ponto de venda,ok?

A.T.V.F.: sim, entendi.

R.H.: nessa atividade veio a necessidade de facilitar isso.

A.T.V.F.: certo!

R.H.: tem uns fabricantes fornecendo uma esteira.O que é uma esteira? Vai a tela em baixo na lagoa e recolhe o peixe.

A.T.V.F.: que facilidade heim?

R.H.: em vez de ter que ir com a caixa barranco a cima, a esteira faz esse serviço.

A.T.V.F.: novos processos.

R.H.: essa é a ideia do dia do campo, para o começo do ano que vem.

A.T.V.F.: mas a esteira neste caso pertence a quem beneficia o peixe?

R.H.: não, a esteira nesse caso, ate poderia ser.Mas nesse caso é de uma empresa que produz equipamento,ok?

A.T.V.F.: é da empresa de equipamento?

R.H.: querem fazer uma demonstração, e como é uma atividade que vem facilitar a piscicultura, vamos dar apoio.

A.T.V.F.: certo, somente um acordo?

R.H.: sim...

A.T.V.F.: você tinha falado que tinha técnicos ou alguns especialistas na piscicultura.Eles vem no dia do campo?

R.H.: exatamente.

A.T.V.F.: de que entidades são essas pessoas?

R.H.: ah, o grupo de técnicos na piscicultura é bem heterogêneo. Então contamos com a ajuda da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, com a ajuda da Epagri-Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de *Santa Catarina*, que é o órgão estadual de extensão rural.

A.T.V.F.: sim...

R.H.: temos muitos colegas na área, na iniciativa privada também.

A.T.V.F.: certo!

R.H.: são veterinários produzindo ração, técnicos produzindo equipamentos para piscicultura e assim por diante...

A.T.V.F.: pessoal bem especializado.

R.H.: e na hora de fazer um dia de campo, juntamos tudo. Todo mundo sai ganhando...

A.T.V.F.: então, quanto a extensão, como é feita esta atividade na piscicultura?

R.H.: é a própria Fundação que trabalha forte na questão da extensão rural, né?

A.T.V.F.: Uhum. Pois é, você falou que a tua equipe trabalha só com a piscicultura. Quantas pessoas compõe mais ou menos a equipe?

R.H.: poderíamos dividir o setor em 3 áreas de trabalho...

A.T.V.F.: Uhum, entendi.

R.H.: ok?

A.T.V.F.: certo...

R.H.: temos um trabalho interno, que é a estação de piscicultura.

A.T.V.F.: podes explicar?

R.H.: temos uma lamina de agua de 3, 2 hectares divididas em 77 viveiros na fundação.

A.T.V.F.: ok

R.H.: nesse espaço, fazemos a adaptação de espécies novas.

A.T.V.F.: sim

R.H.: trabalhamos com o melhoramento genético da tilápia, que é o grande peixe de cultivo.

A.T.V.F.: esse é o peixe classe A como eles chamam?

R.H.: esse é o frango d'água doce

A.T.V.F. ah, o filé mignon?

R.H.: é o fusca das estradas, como era antigamente...

A.T.V.F. risadas

R.H.: e também a produção de alevinos, o filhote de peixe que o pessoal precisa, certo!

A.T.V.F. vocês produzem também aqui?

R.H.: um pouco, não é mais tanto assim. A estação surgiu como produtora de alevino, que era um insumo bem difícil para época, ok?

A.T.V.F. hamm, no início da criação de peixes?

R.H.: mas hoje já tem muitas empresas produzindo, daí essa necessidade já não é mais tão alta.

A.T.V.F. entendi!

R.H.: podemos então ir mais para pesquisa da piscicultura...

A.T.V.F. quais espécies que vocês criam aqui na Fundação?

R.H.: da mesma forma que no campo, 90% dos nossos esforços são direcionados para tilápia.

A.T.V.F. ah, 90% para tilápia?

R.H.: um pouco de carpa também e alguma novidade, uma espécie nova, por exemplo, ficamos atentos também, para desenvolver algum trabalho, como é o caso do jundiá.

A.T.V.F. ah, essa é a espécie nova?

R.H.: é...

A.T.V.F. hum, bastante interessante...

R.H.: então é isso aí. Nós temos um grupo de 5 técnicos, 5 operacionais na piscicultura na estação, e 1 técnico em apicultura.

A.T.V.F. humm, pessoal especializado...

R.H.: essa é uma equipe que atua em nossa cidade...

A.T.V.F. certo!

R.H.: é a equipe que trabalha na estação de piscicultura. Então eles têm que me dar o apoio na pesquisa, na produção de alevinos e na expedição destes alevinos, na entrega do alevino também.

A.T.V.F. Uhum. E são 3 setores, né, que vocês têm aqui?

R.H.: é isso mesmo. Tem 3 setores, um que eu considero importante também é a parte administrativa.

A.T.V.F. a parte administrativa?

R.H.: na parte administrativa, como trabalhamos para um órgão público, questões de tomada de preço, licitações, normativas, isso é uma loucura. Mas tem que ter, para dar suporte aos outros trabalhos, tem que ter. É uma equipe por demais enxuta...

A.T.V.F. creio que tens toda a razão...

R.H.: sim!

A.T.V.F. é mais direcionado assim a parte de extensão, atendimento do público, entre outras atividades?

R.H.: sim! Temos dois extensionistas, um técnico em piscicultura que é o Marciano, temos também a Fernanda que é uma oceanógrafa, ela tem até mestrado na área do pescado.

A.T.V.F. como é o nome dela mesmo?

R.H.: Fernanda de Queirós.

A.T.V.F. Uhum, entendi.

R.H.: ok

A.T.V.F. certo, tem mais alguém?

R.H.: e por trás disso tudo, temos a Suzane que é uma veterinária especialista em peixes, e ela dá tanto apoio na questão da extensão rural, como nas ações aqui da estação da piscicultura.

A.T.V.F. Uhum, um bom grupo para trabalhar...

(barulhos estranhos)(corte da gravação)

A.T.V.F. tem mais alguma colocação nessa pergunta? Bem, bem completo mesmo...

R.H.: não, não, bem tranquilo.

A.T.V.F. bem então vamos partir para a segunda parte. Tu vê alguma dificuldade na aplicação dessa política pública que é desenvolvida na Fundação junto as famílias?O foco é mais a região do Pirai ou da Vila Nova, mas esse trabalho acontece na região do município,ok?

R.H.: não sei se vem bem ao caso, mas o que tu quer saber, apesar da gente ter a questão da zootecnia, de enfermidades.Atualmente nós achamos que um dos melhores trabalhos que poderíamos fazer, é dar uma desembraxada nessa história de licenciamento ambiental as famílias da área rural.

A.T.V.F. a questão ambiental é a grande dificuldade que tem as famílias no município?

R.H.: sim, é um problema difícil de ser resolvido.

A.T.V.F. certo!

R.H.: está bem confuso esse negócio para legalizar a atividade da piscicultura, né?

A.T.V.F. Uhum...

R.H.: não porque os piscicultores não querem, então, se você estudar um pouquinho a fundo as leis que regem tudo isso, elas são conflitantes.

A.T.V.F. uhum, a legislação não está clara?

R.H.: eles não estavam dando muita atenção para uma atividade que é relativamente nova, então boa parte do esforço desse ano foi direcionado para que a gente conseguisse o licenciamento ambiental da atividade, pelo menos no município de Joinville.

A.T.V.F. então quer dizer, vocês tem que se atualizar na lei, porque ela é praticamente recente?E deixar o pessoal lá no campo também atualizado com essa nova lei?

R.H.: sim, é por aí mesmo o caminho...

A.T.V.F.: então o que achas de tudo isto?

R.H.: na verdade as leis são antigas.

A.T.V.F. ah... a questão é então a nova regulamentação?

R.H.: nós precisamos de leis específicas que é o que a gente até a questão de um mês atrás,conseguíamos uma instrução normativa específica para a piscicultura, certo?

(gravador travando)

A.T.V.F. certo.Ah existe uma legalização ambiental específica?

R.H.: esse ano nós conseguimos, fomos até a Sema-Secretaria de Meio Ambiente de Joinville, sensibilizamos técnicos, eles foram bem receptivos para o assunto, né?

A.T.V.F. Uhum, um trabalho difícil?

R.H.:um trabalho de alguns meses, a gente conseguiu uma normativa específica para a piscicultura municipal.

A.T.V.F. ah isso é municipal, uma normativa municipal?

R.H.: sim, municipal, que ainda fica atrelada a alguns a níveis estadual e federal, né.Mas já deu uma desembaraçada, antes da mesma maneira que você legalizava um posto de gasolina, por exemplo, você tinha que legalizar a piscicultura.

A.T.V.F. Uhum, era quase uma coisa só?

R.H.: até inspeção de bombeiro precisaria, então tudo isso foi desembaraçado.

A.T.V.F. ata, então essa legislação foi já está oficial, já passou na câmara?

R.H.: já, já foi publicada.

A.T.V.F e foi a Sema, ou melhor, vocês com a Sema que conseguiram essa atualização da lei?

R.H.: é a Sema que trabalhou tudo isso.

A.T.V.F uhum, entendi.

R.H.: o nosso trabalho foi mais sensibilizar a Sema, e dar alguns suportes de realidade para eles.

A.T.V.F.: humm, é porque é específico, né?

R.H.: mas o trabalho em si é da Sema.O licenciamento é com a Secretaria do Meio Ambiente.

A.T.V.F.: é muito específico, né?

R.H.: é bem específico, nós não licenciamos, nós só damos o apoio.

A.T.V.F.: essa questão ambiental, a gente está percebendo em todas as culturas no Brasil. A legislação foi modificada muito rápido, né? Passa a impressão, não sei. Até a antiga já estava muito tempo aí, né? E estão exigindo uma adaptação também rápida, acho que aí está o problema, de adaptação...

R.H.: em uns 3 casos, olha só como é complicado o negócio, a gente tem a questão do êxodo rural, certo!

A.T.V.F.: isso aí é complicado na área rural...

R.H.: por incrível que pareça então, nós tínhamos filhos de rizicultores (plantadores de arroz), querendo entrar na atividade e trabalhar com piscicultura nas terras do pai, ok?

A.T.V.F.: uhum, sim, se nota lá no seio das famílias...

R.H.: e em alguns casos, até os pais estavam concordando com isso...

A.T.V.F.: uhum, é isso mesmo.

R.H.: mas aquele jovem que queria ficar no campo, que estava bem receptivo a nossas técnicas, gostaria de fazer uma piscicultura. É bem tecnicada o que ele precisava. Precisava em primeiro lugar se capitalizar...

A.T.V.F.: uhum, conseguir recursos?

R.H.: para se capitalizar nós temos linhas de crédito para área rural, para piscicultura, bem interessantes até, com taxas de juros baixíssimas ao ano. Mas, e para início de conversa, o programa exige o licenciamento da atividade.

A.T.V.F.: sim

R.H.: então como isso não era possível, de fato não era possível...

A.T.V.F.: Uhum, entendi...

R.H.: acabava refletindo na questão do êxodo. Como ele não conseguiria, não conseguia nem se ficar na terra, e ele se mandava para a cidade.

A.T.V.F.: Uhum, muito difícil esta situação.

R.H.: então isso dói na gente.

A.T.V.F.: sim, sem dúvida.

R.H.: foi um dos motivos que levou a gente a trabalhar na questão da legislação. Foi um ano bem importante para a fundação e as famílias rurais.

A.T.V.F.: olha só, a questão do êxodo, né? Por que essa questão do êxodo na juventude hoje, realmente na agricultura é uma das maiores dificuldades, se não é o maior problema, acho que é um dos piores que se enfrentam hoje, certo!

R.H.: a verdade cara, tem essa questão, não sei se é só o êxodo rural que esta acontecendo. Sabe eu acho que, ai é uma visão minha, eu acho que de uma forma geral, não são muitas pessoas que amam o trabalho braçal, aquele trabalho duro do campo...

A.T.V.F.: é, aquela questão que...

R.H.: tanto na área rural quanto na urbana, a gente vê muitas pessoas interessadas. Só que muita gente se direcionando para um trabalho mais técnico, uma sala na frente de um computador e etc, né?

A.T.V.F.: uhum, isso está trazendo dificuldades...

R.H.: tu não vê mais aquele amor ao trabalho braçal, dedicação que se via antes.

A.T.V.F.: dá a impressão que a escola está muito longe das pessoas, e daí acaba tendo essa dificuldade né, dá a impressão.

R.H.: mas na realidade mesmo, até no campo está difícil para o pessoal trabalhar com maior dedicação.

A.T.V.F.: aham, passa a impressão que estamos em meio a fortes mudanças...

R.H.: sim, é isso mesmo.

A.T.V.F.: é, a questão realmente, também pega muito na renda para uma propriedade pequena para o jovem...

R.H.: não, não...

A.T.V.F.: (incompreensível)

R.H.: mas então ai é que está. Existe algumas atividades na área rural que (corte do áudio), por exemplo, bem específico assim: você tem 10 hectares de arroz...

A.T.V.F.: uhum, estou acompanhando seu raciocínio...

R.H.:olha eu não estou bem familiarizado com os números da rizicultura, mas arrisco a dizer que 10 hectares de arroz é uma micro fazenda de arroz.

A.T.V.F.: uhum, nossa...

R.H.: agora, tenho certeza é que uma fazenda com 10 hectares de laminas d'água para piscicultura é uma grande fazenda para criação de peixe.

A.T.V.F.: uhum, entendi...

R.H.: e dá uma rentabilidade bem interessante. Então no campo tem atividades bem rentáveis. A piscicultura é uma delas, a floricultura é outra, e assim por diante...

A.T.V.F.: uhum, certo!

R.H.: as palmáceas é outra, a horticultura (incompreensível) é mais uma. Então nesse aspecto, a gente está vendo os jovens enxergando de novo na área rural boas perspectivas.

A.T.V.F.: mas tem gente voltando?

R.H.: tem. Está começando alguma coisa diferente. Quer dizer, menos gente entrando do que saindo.

A.T.V.F.: mas pelo menos tem alguém, tem alguns voltando, né?

R.H.: interessante, e antigamente era só especulação...

A.T.V.F.: olha só, é assim óh: pelo acompanhamento que se teve lá na região de Timbó principalmente, a questão do peixe na renda familiar. Tem propriedades que estão muito ativas nessa atividade.

R.H.: sim, tem mesmo...

A.T.V.F.: chamou bastante a atenção este fato. Pessoas da cidade não tem noção do que acontece lá na questão da piscicultura, não sei como esta Joinville, mas chamou a atenção Timbó, porque é realmente forte o cultivo do peixe.

R.H.: quer um chimarrão?

A.T.V.F.: aceito, continuando. Esses dias saiu uns dados aqui da Epagri que Joinville é a maior produtora de peixe de Santa Catarina?

R.H.: ah, vocês têm essa informação. Mas assim: na verdade o que saiu é região de Joinville, quando a Epagri, trouxe esses números, ela sempre trata por região, certo!

(telefone toca)

A.T.V.F.: ah sim, entendi.

R.H.: então essa região é Joinville e outros 13 municípios, ou melhor, outros 12 municípios.

A.T.V.F.: seria a grande Joinville?

R.H.: São Francisco do Sul, Barra Velha, agora se tu fala por município, aí Joinville é uma grande produtora de peixe, mas fica em segundo lugar.

A.T.V.F.: hum, explica mais detalhadamente.

R.H.: perdendo para Massaranduba.

A.T.V.F.: ali que é o forte? Interessante...

R.H.: os dados estatísticos não são assim tão precisos, é sempre difícil você fazer um cadastramento de todas as atividades, né? Mas nós trabalhamos com números em torno de 1.200, 1.300 toneladas de peixe por ano.

A.T.V.F.: uhum, agora entendi...

R.H.: por ano, só daqueles piscicultores profissionais conseguem alcançar esta estimativa.

A.T.V.F.: isso! Tens ideia de quantas famílias daria para envolver nessas 1,200, 1.300 toneladas citadas?

R.H.: olha, nós trabalhamos diretamente com 40 famílias de pequenos agropecuaristas que cultivam peixe.

A.T.V.F.: uhum, é um grupo grande.

R.H.: sim! E nós temoseu acho, mais umas 14 ou 15 famílias que trabalham de forma independente, como complemento de renda na propriedade familiar, né?

A.T.V.F.: Uhum, um número razoável...

R.H.: essa é na verdade toda a produção. A maioria da produção está relacionada com essas quarenta e poucas famílias rurais...

(telefone toca)

A.T.V.F.: sim, percebo esses dados.

R.H.: é claro que depois, tem mais umas 300. São praticantes, simpatizantes que também produzem peixe, mas não como principal atividade do lar, mais como complemento.

A.T.V.F.: uhum, sim, está claro.

R.H.: tudo isto dentro da propriedade.

A.T.V.F.: uhum. Isso aí é só em Joinville que tu está falando desses números?

R.H.: só de Joinville.

A.T.V.F.: interessante, mas é um número respeitável de famílias.

R.H.: aquela imagem que a gente vê no inverno da captura da tainha, que vê aquelas redadas, mil e poucas toneladas, mil e poucos quilos, né?

A.T.V.F.: risadas

R.H.: isso para nós são uma, duas ou três trinchadas por semana (forma de recolher o peixe do tanque).

A.T.V.F.: é aquela história, ok? A informação não flui, né? Interessante, ela fica muito fechada nos órgãos públicos...

R.H.: Joinville apesar de ser segundo maior produtor de peixe, no estado, a atividade primária na área rural fica mascarada pela a indústria, ok?

A.T.V.F.: infelizmente é assim mesmo. O urbano está de costas para o rural.

R.H.: pela a indústria, pelo comércio também...

A.T.V.F.: é, isso aí esconde as outras atividades, é a mais pura verdade...

R.H.: mas existe forte...

A.T.V.F. é verdade.

R.H.: e...

A.T.V.F.: é tu fez uma colocação interessante nessa questão: tanto da costa, ou da captura do peixe na costa, em um paralelo com a área rural?

R.H.: sim, na área rural...

A.T.V.F.: na área rural, é um paralelo bem interessante. Isso aí merecia até um estudo profundo. Isso aí, sério, cara isso aí é bastante representativo.

R.H.: aham, penso que sim!

A.T.V.F.: isso aí tem margem para muita reflexão...

R.H.: semana passada, só para você ter uma idéia, um produtor vendendo para um processador lá em Penha, numa dispensa foram 14 toneladas de peixe.

A.T.V.F.: Uhum, olha só.

R.H.: então é uma...

A.T.V.F.: e se vê que essas 300 famílias, essas 300 propriedades rurais que não, que não tem renda que pode chamar atenção para estatísticas, mas é um pessoal que já está começando a conhecer uma nova cultura autêntica.

R.H.: sim, a gente até brinca que eles fazem o 13°

A.T.V.F.: risadas

R.H.: às vezes tu tens uma lagoa de mil, mil e quinhentos metros, só uma lagoa, né?

A.T.V.F.: uhum, sim.

R.H.: onde se produz ali duas toneladas de peixe, numa lagoa dessas que dá para produzir muita coisa, né?

A.T.V.F.: uhum, é bastante coisa...

R.H.: ele acaba vendendo a 8 mil reais mais ou menos.Com duas toneladas dá quatro, quatro e pouco o quilo de peixe.

A.T.V.F.: uhum, uma quantidade respeitável.

R.H.: acaba, a renda bruta dá uns 8 mil reais mais ou menos.

A.T.V.F.: acho que isso deve chamar a atenção para eles, né?

R.H.: ah não, isso é um cultivo considerável...

A.T.V.F.: quando chega na hora de estimar a renda

R.H.: ai é o que a gente fala, é o 13°.Chega no final do ano eles vendem uma peixada dessa da para bancar as despesas de final de ano, né?

A.T.V.F.: esses detalhes é que chamam a atenção da cultura, da cultura do campo,percebe?A gente na cidade não tem noção, esses meambros que acontecem aí são importantes.

R.H.: não, não. E tem uma outra coisa que a gente ajuda bastante.Até fiz um livro sobre a piscicultura familiar quanto a este assunto.

A.T.V.F.: uhum, são situações que estimulam o trabalho nesta área, ok?

R.H.: sim, e assim óh: tu tem uma outra situação também que deve ser considerada, que eu acho bastante nobre.Você com uma lagoa pequena, mais ou menos entre 500, 800 m², para nós é pequena, certo?

A.T.V.F.: sim, dá a impressão que é pequena?

R.H.: é suficiente aí para uma família de 4, 5, 6 pessoas botar peixe na mesa durante duas vezes por semana...

A.T.V.F.: sim, uma quantidade expressiva.

R.H.: entendeu?

A.T.V.F.: uhum, creio que sim.

R.H.: mesmo que ela não venda nada e seja para consumo próprio, olha a importância disso.

A.T.V.F.: uhum, sim, isto é uma quantidade que estimula a família a continuar produzindo...

R.H.: ela supre 30% da sua necessidade proteica durante o ano, tendo uma lagoazinha...

A.T.V.F.: interessante, né?

R.H.: então é bem legal também esses quantitativos.

A.T.V.F.: cutucaste uma coisa interessante: na questão do consumo próprio, tu falou em todos os dados que colocaste, assim olhando em geral, qual o impacto vês nas famílias rurais, aqui na questão da piscicultura?Hoje é assim: a cultura é muito da carne, do suíno, da ave,ok?

R.H.: uhum, isso é olhando para o passado...

A.T.V.F.: então agora o peixe apareceu, é uma novidade muito nova aqui, né?

R.H.: ...até digo mais, tá?O peixe estáaté deixando de ser novidade para muitas pessoas.

A.T.V.F uhum, tens toda a razão...

R.H.: deixando de ser novidade para ser de fato uma realidade, o que está acontecendo é o seguinte ó, eu trabalho com peixes a 20 anos

A.T.V.F.: puxa! Quanto tempo?

R.H.: Sim, muito tempo.

A.T.V.F.: tem bastante tempo de atividades na cultura do peixe.

R.H.: bastante tempo!Então eu lembro que a nossa vontade sempre é colocar o peixe na prateleira do supermercado, passar pelo processamento e chegar ate o consumidor final.

A.T.V.F.: para a família rural, várias sobrevivem desta atividade.

R.H.: mas nós ficamos muitos e muitos anos dependendo da indústria do lazer. O que é isso? É aquela atividade do pesque-pague, um produz o peixe, vende para aquele que tem umas lagoas e recebe um bom público.

A.T.V.F.: entende, é uma atividade que acontece em muitas propriedades.

R.H.: sim, que na verdade...

A.T.V.F.: um atrativo para pessoas de fora da propriedade?

R.H.: é isso mesmo.Daí eles vinham e pescavam, e assim a cadeia girava,ok?A cadeia produtiva girava e dava a renda necessária. Só que o que aconteceu?Tem uma estatística sobre essa questão, que vou te repassar, um dado mundial.Já na década de 90, a pesca extrativa, aquilo que se tira dos rios, dos mares, tanto em forma de peixe, como em forma de camarão, em forma de algas, enfim, frutos d'água doce e salgada.A basicamente vinte e poucos anos, esses números permanecem estáveis, ok?Se tira do planeta 90 milhões de toneladas de pescados de forma extrativa por ano, só que tem um detalhe: mais barcos, barcos maiores, melhores redes, sonares, informática, tecnologias, tudo isso tem sido colocado à disposição da pesca.O esforço vem aumentando enormemente, mas os números da captura continuam os mesmos!

A.T.V.F.: uhum, devido a exploração predatória?

R.H.: Sim! Então, nos anos 70 que um pequeno barco entrava a 100 metros no mar, e vinha cheio do pescado ou outros produtos.

A.T.V.F.: uhum, estou entendendo.

R.H.: hoje, tem que ser um navio todo equipado que vá lá 15 ou 20 quilômetros mar adentro, para buscar a mesma quantidade de peixe.

A.T.V.F.: sim

R.H.: isso a gente fala, o esforço de pesca aumentou, né? E para quem enxerga números em forma de dinheiro, isso significa gastar mais hoje, para buscar a mesma quantidade de peixe, certo?

A.T.V.F.: ok, é um raciocínio lógico...

R.H.: mais longe e mais fundo, mar adentro.

A.T.V.F.: é uma situação inusitada.

R.H.: então isso fez com que o peixe produzido no continente se tornasse mais competitivo!

A.T.V.F.: humm, creio que é isto.

R.H.: entendeu? O nosso custo de produção permaneceram relativamente os mesmos no continente.

A.T.V.F.: ok

R.H.: quanto ao custo de produção da pesca extrativa, aumentou muito ultimamente.

A.T.V.F.: sim

R.H.: ok? Então hoje, o resultado disso qual que é? Hoje se observa que se alguns anos atrás não se vendia quase nada para as processadoras de peixe. Hoje 30 à 40 por cento da pesca está indo para a indústria.

A.T.V.F.: certo

R.H.: acho que em mais alguns anos, provavelmente todo o peixe produzido será peixe para a indústria.

A.T.V.F.: no livro que comentastes anteriormente, escreveste sobre essa questão da piscicultura?

R.H.: eu tenho um livro da piscicultura familiar, é sobre isso que estás falando?

A.T.V.F. não sei exatamente se é sobre isto, mas falaste alguma coisa parecida. Parece que escreveste sobre esse assunto, é o que foi comentado antes?

R.H.: não! Quando estávamos conversando sobre a piscicultura familiar, sobre a família e outros assuntos, ok. Não conseguíamos atender a todas as famílias rurais.

A.T.V.F.: sim

R.H.: escrevi um informativo, não chega a ser um livro, é um informativo técnico, ok!

A.T.V.F.: um artigo?

R.H. sim!Um livrinho, tem umas 30 páginas.

A.T.V.F.: ah, sim.Então é um artigo direcionado aos criadores de peixe?

R.H.: sim, isso mesmo.É bem ilustrativo e foca as coisas parecido com essa maneira que estamos conversando.

A.T.V.F.: aham, interessante!

R.H.: os exemplares foram todos distribuidos, mas continua disponível no blog da Fundação.Sabia que a Fundação tem blog?

A.T.V.F.: sim. Acessei algumas vezes no blog...

R.H.: eles tão usando mais o facebook, mas o blog está ativo e dá para fazer o download, ok?

A.T.V.F.: Uhum. Bastante interessante. Avançamos nessa questão da piscicultura,ok. Só procurando complementar a pergunta, que era sobre a questão das dificuldades na aplicação do conhecimento, então nossa, avançamos muito quanto a cultura do pescado.

R.H.: eu dei uma volta enorme, né?

A.T.V.F.: (risadas) é.Foi interessante, muito interessante mesmo.

R.H.: e para resumir, muitas vezes fazemos assistência técnica, mas sim fazemos a insistência técnica...

A.T.V.F.: ah sim,entendi!

R.H.: mas atualmente estamos chegando lá.

A.T.V.F.: (risadas) agora sim.Chegaste bem no ponto que pensava em conversar.Como estou no mestrado de patrimônio cultura e sociedade, tanto patrimônio material como imaterial, isso tudo, essa novidade toda da piscicultura na região, porque a cultura praticada aqui na região era mais de plantio.Desde que chegaram os pioneiros, primeiro haviam outras coisas, ok?

R.H.: sim, era mais a agricultura do plantar e colher, ok?

A.T.V.F.: mas não tinhamo conhecimento que se tem hoje, né?

R.H.: sim, era o arroz, a banana, a batata...

A.T.V.F.: o que impactou a piscicultura e todo esse interesse do produtor rural?

R.H.: eu nunca havia imaginado isto antes de atuar aqui...

A.T.V.F.: e a questão cultural, olha só, chegamos bem no ponto chave da pesquisa.

R.H.: (risadas) eu confesso para ti que eu nunca parei para pensar sobre isso.

A.T.V.F.: mas é muito interessante cara...

R.H.: o que impactou mesmo, olha sinceramente, nunca parei para pensar sobre isso mesmo.

A.T.V.F.: (risadas) se vê que esse pessoal só com enxada na mão e olha lá o arroz, tem que mexer com água também.

R.H.: é mais o pessoal que estava acostumado a utilizar água.

A.T.V.F.: e aí chega o peixe!

R.H.: as pessoas estão buscando informação, eles tem acesso a informação, está bem mais fácil hoje.

A.T.V.F.: e também tem o efeito da globalização, ok?

R.H.: globalizado, sim

A.T.V.F.: às vezes nos assustamos com os conhecimentos que eles têm, né? (risadas)

R.H.: é bacana que eles tragam novidades, as vezes a gente aprende coisa bastante interessantes.

A.T.V.F.: essa interação deve ser bem interessante.

R.H.: aprendemos bastante com um piscicultor, com troca de informação.

A.T.V.F.: Bem, vamos fazer uma mudança no rumo da conversa, o assunto é um pouco diferente. Foi percebido que aumentou a quantidade e a qualidade produzida na propriedade. Vocês tem alguma percepção disso e como aconteceu esse processo? Falaste que estas à 20 anos trabalhando na fundação, ok?

R.H.: A piscicultura, a nível de município, vem acompanhando os números ao nível de mundo.

A.T.V.F.: sim

R.H.: Então, dependendo da região, do local, a piscicultura só cresce.

A.T.V.F.: sim

R.H.: cresce em torno de 15 a 20 por cento ao ano.

A.T.V.F.: certo!

R.H.: esse ano foi um pouco menos, por questão da crise, clima e tudo o mais. Então cresceu 12%.

A.T.V.F.: ok

R.H.: é o crescimento da atividade.

A.T.V.F.: mas a situação não é devido à questão da renda?

R.H.: da renda, sim, renda e tudo o mais, né?

A.T.V.F.: agora, para ter essa renda...

R.H.:(falha do gravador) acho que ano que vem vai ser um ano bem importante, apesar dos insumos estarem um pouco caros, mas se a gente conseguir resolver de vez o problema do licenciamento, o acesso ao crédito, o quadro dentro da indústria também melhorar, no ano que vem estima-se que possa ser um ano importante na questão da expansão da piscicultura neste município.

A.T.V.F.: você acha que a questão ambiental vai trazer dificuldades?

R.H.: hoje é o grande gargalo, até a legalização da atividade, porque nossa preocupação não é só legalizar a atividade perante as autoridades, é permitir que as pessoas do campo possam desenvolver plenamente suas atividades, né?

A.T.V.F.: perfeitamente!

R.H.: não é só o papel do agricultor, o que se quer também é que se pratique uma atividade ecologicamente correta.

A.T.V.F.:sim

R.H.: também trabalhar nossos melhores insumos, o insumo mais importante é a água na piscicultura.

A.T.V.F.: ok

R.H.: para nós isso nos interessa também que ela se mantenha em ótima qualidade.

A.T.V.F.: ai se entrou na questão do equilíbrio ambiental,ok?

R.H.: Uhum já

(conversa rápida de homem desconhecido com o Roberto sobre trator)

R.H.: desculpe!

A.T.V.F.: (risadas) não tem importância, eu que estou aqui recebendo essas informações.

R.H.: às vezes a gente tenta resolver um problema rapidinho, né? (risadas)

A.T.V.F.: interessante essa questão ambiental, isso ai então achas que vai dar um gás na piscicultura?

R.H.: é um bom motivo para que o piscicultor deslanche suas potencialidades.

A.T.V.F.: estimular um pouco, é isso?

R.H.: claro, se você está legalizado, trabalha sem medo.

A.T.V.F.: ah, sim

R.H.: você investe, tem acesso a crédito, né?

A.T.V.F.: ok

R.H.: praticamente o pessoal está anos e anos sem abrir novas lagoas.

A.T.V.F.: entendi!

R.H.: se hoje você faz uma atividade irregular, realmente é multado.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: e as cifras são bem significativas, então está todo mundo meio que segurando algumas atividades.

A.T.V.F.: essa questão da legislação que estava meio balançando, isso deixou o pessoal inseguro?

R.H.: sim, sim

A.T.V.F.: Uhum. Vamos partir para nossa próxima pergunta: a questão das políticas públicas, a Fundação, como é que dá sequência nos processos, porque vocês tem os processos, procuram encaminhá-los. As suas atividades estão baseadas em projetos, em processos e técnicas na piscicultura? Como é que você veem essa continuidade das políticas públicas dessa forma?

R.H.: não sei se, por exemplo, você quer saber como a Fundação trabalha lá fora junto com o piscicultor?

A.T.V.F.: como que vai continuar isso ai, porque você comentou que vai aparecer essa questão ambiental, ok?

R.H.: ah sim, isso é uma importância que a gente leva paralelamente ao trabalho de extensão rural.

A.T.V.F.: sim

R.H.: por exemplo, outro trabalho que estamos fazendo bem importante, estamos chegando a conclusão agora, é o seguinte: como esse peixe é cultivado, então nós temos duas realidades para os piscicultores, peixe que vai para indústria e o peixe que continua indo para o pesque-pague.

A.T.V.F.: sim, a tem a questão, como é que você falou a pouco do lazer?

R.H.: lazer, indústria do lazer e a indústria do processamento do peixe.

A.T.V.F.: do processamento, ah sim.

R.H.: então, ai tem algumas coisas interessantes, a indústria quer um peixe um pouco menor.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: ela aceita um peixe um pouco menor, que é mais barato de produzir.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: e consequentemente a indústria paga um pouco menos.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: mas em compensação, a produtividade e a quantidade de peixe produzida por hectare é maior.

A.T.V.F.: sim

R.H.: enquanto para o pesque-pague exige um peixe maior, leva mais tempo para produzir.

A.T.V.F.: certo!

R.H.: esses valores e dados que nós economistas estamos tirando do campo, agora de que maneira, o piscicultor encontra a melhor forma de criar o peixe, não sabemos.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: com a ajuda da associação, sempre trabalhamos com eles, e especificamente, com 3 piscicultores, estamos fazendo dois cultivos na casa de cada piscicultor. Desses, um cultiva peixe mais intensivo, que é para a indústria do processamento e outro para pesque-pague.

A.T.V.F.: ok

R.H.: é um trabalho que estamos fazendo durante esse último ano, coletando todos esses números, esses rendimentos, para depois fazer uma análise econômica e expandir para todos os grupos.

A.T.V.F.: entendi.

R.H.: existe o trabalho do dia-a-dia. Hoje por exemplo, nossos técnicos devem estar fazendo uma visita a duas ou três propriedades, onde é trabalhada a questão da qualidade da água. Trabalha os dados que eles tem que tirar da atividade, como fazer as biometrias, se está sendo usado a ração de fato, entre outras coletas de dados.

A.T.V.F.: sim

R.H.: isso é o trabalho do dia-a-dia do especialista (falha no áudio)... Acompanhamos também as enfermidades e assim por diante.

A.T.V.F.: tocaste num ponto interessante, que é o trabalho com a cultura do peixe.

R.H.: uhum

A.T.V.F.: mas existe as outras culturas que o agricultor normalmente trabalha com outras culturas tradicionais, ok?

R.H.: sim

A.T.V.F.: tipo banana, arroz entre outras.

R.H.: aham, certo!

A.T.V.F.: e essa conciliação? O que você pode dizer sobre estas várias atividades em conjunto?

R.H.: nós trabalhamos especificamente com a piscicultura.

A.T.V.F.: sim

R.H.: Como eles podem inteirar, se a propriedade é pequena , se não tem uma lamina água tão extensiva, porque seria mais de 50 mil metros quadrados, ok?No dia-a-dia, depois de tudo organizado,o piscicultor vai trabalhar uma ou duas horas com a alimentação dos peixes.

A.T.V.F.: certo

R.H.: é claro que por ocasião da despesca, vai precisar de uma equipe grande, somente por uma ocasião.

A.T.V.F.: sazonal

R.H.: é sazonal essa demanda, por maior mão de obra.Mas no dia-a-dia ele vai se dedicar uma ou duas horas para o pescadao, e o resto do dia ele pode se dedicar a outras atividades, porque é fácil de conciliar, sem problema nenhum.

A.T.V.F.: e essa conciliação entre as áreas aqui dentro da Fundação, como é que isso se dá? Tu podes falar alguma coisa sobre isso?

R.H.: pois é...

A.T.V.F.: (risadas) é uma coisa diferente,ok?

R.H.: Não!Os técnicos trabalham, por exemplo,com o piscicultor.A Fundação faz o CAR, que é o cadastro ambiental rural.

A.T.V.F.: sim

R.H.: então todos os piscicultores,encaminhamos para fazer esse cadastramento ambiental rural.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: que é uma das etapas na verdade do licenciamento ambiental, ok?. Outra atividade que funciona bem para alguns piscicultores, porque tem os tanques, e entre os tanques tem o que a gente chama de diques ou taludes.

A.T.V.F.: ok

R.H.: nasce grama ali também

A.T.V.F.: certo

R.H.: então dá para criar ovelha também.

A.T.V.F.: sim

R.H.: então tem a questão da ovinocultura,ok?

A.T.V.F.: entendi.

R.H.: em algumas situações, os efluentes das águas vão para as arrozeiras.

A.T.V.F.: hum

R.H.: então se você tem por ocasião uma água muito carregada de lodo e a gente não quer que isso seja solto no ambiente, (risadas) no ambiente, daí vai para a arrozeira, mas isso daí vai ser tratado, ok.

A.T.V.F.: certo

R.H.: mas de forma geral,cada propriedade na piscicultura é tratada individualmente.

A.T.V.F.: uhum

R.H.: cada setor trabalha de forma distinta. É claro que se tem na propriedade, por exemplo, gado de leite, as informações são trocadas e o veterinário acionado.

A.T.V.F.: sim

R.H.: muitas vezes o agricultor tem as suas necessidades e nós atendemos da melhor maneira possível.

A.T.V.F.: tem o lado positivo e o lado negativo da família rural, ok?

R.H.: sim

A.T.V.F.: a Fundação tenta conciliar as culturas.Daí todo esse trabalho entre vocês aqui dentro, para procurar um melhor o atendimento ao agricultor.

R.H.: éisso mesmo.

A.T.V.F.: primeiro ele pede, depois analisam a forma de melhor atende-lo

R.H.: correto!

(telefone toca)

A.T.V.F.: Então é o seguinte, o ponto chave da entrevista são as políticas públicas. Quando vocês mantêm contato com esses piscicultores, famílias que cultivam, vocês conseguem ter algum retorno, de alguma sugestão de como a política pública pode melhorar? Aperfeiçoar que envolve todo esse trabalho aqui na piscicultura com as famílias?

R.H.: Sim, a questão do licenciamento ambiental é o maior exemplo disso, é uma necessidade que veio do campo. A questão da necessidade da extensão rural também é constante, muitas coisas não têm a ver com a assistência técnica. Com os dados que a gente passa, às vezes o produtor precisa de auxílio também, para ter acesso a fornecedores de insumo, de uma maneira mais em conta, ok? Então tudo isso procuramos ajudar também.

A.T.V.F.: Ah, certo.

R.H.: E quanto à continuidade do trabalho da piscicultura, eu tenho certeza que é um projeto que não tem mais como parar, daqui para frente provavelmente só vai crescer mais.

A.T.V.F.: Certo.

R.H.: agora já está andando sozinho e estamos correndo do lado, tentando resolver os problemas que vão aparecendo.

A.T.V.F.: Certo.

R.H.: de maneira geral a nossa obrigação é melhorar cada vez a qualidade genética das matrizes de reprodutores, que dá muito resultado em campo, estar sempre atento as enfermidades e doenças e as prevenções para que elas não aconteçam. O mais importante é prevenir, uma preocupação constante é sempre manter a qualidade d'água, na verdade as atividades acima da piscicultura chama agricultura, então, por questão de qualidade cuidamos d'água, o peixe é a consequência.

A.T.V.F.: E nós estamos privilegiados aqui em Joinville.

R.H.: Privilegiados, e a questão que a gente colocou quanto ao licenciamento ambiental é desenvolver nova tecnologia, que é produzir um peixe específico para a indústria.

A.T.V.F.: sim.

R.H.: Fazendo uma comparação, o tomate que vai para a salada, não é o mesmo tomate que vai para o extrato.

A.T.V.F.: É verdade.

R.H.: Então são duas coisas diferentes, o peixe que vai para a indústria do lazer não é o mesmo peixe que vai para o processamento industrial.

A.T.V.F.: Certo.

R.H.: Tem muito movimento...

A.T.V.F.: Sim, e para concluirmos essa conversa, que eu acho que está sendo bastante interessante, estamos tendo uma visão bem diferente dessa questão da fundação através da piscicultura, e vem a questão da cultura tradicional, o conhecimento, as ferramentas que são utilizadas, a gastronomia, e isso acontece de geração a geração, é uma memória...

R.H.: Nós estamos mudando, a piscicultura está mudando uma tradição, é isso?

A.T.V.F.: É, aham.

R.H.: Eu acho que sim, se a gente falar da piscicultura em nível de mundo, claro que os egípcios já criavam, mas estatisticamente a piscicultura contribui com números, de 50 anos pra cá. Há 50 anos atrás, a piscicultura não representava nada no consumo de pescado. Hoje veja bem, isso nos últimos 50 anos é uma revolução, hoje ela representa 50% de todo o pescado de consumo, é muita coisa em 50 anos, veja que crescimento violento.

A.T.V.F.: É verdade, e não se percebe, porque é muito sutil, né? Vai acontecendo e ao longo do tempo, ok?

R.H.: Camarão por exemplo. Hoje você vai até o centro de Joinville, e as pessoas nem sabem mais que a maioria do camarão que consumimos é camarão de cultivo. Eles falam que é camarão de laguna mas...

A.T.V.F.: É uma propaganda entre aspas, né? (risos)

R.H.: É, esse peixe que está muito barato no mercado, que é o panda. A gente cultiva também.

A.T.V.F.: Tilápia que você falou?

R.H.: Tilápia, que cai entre nós, é um peixe muito bom, tem um sabor delicioso...

A.T.V.F.: É muito gostoso, e a gastronomia?

R.H.: É muito bom.

A.T.V.F.: Nesses 50 anos já tem uma cultura, né?

R.H.: Sim.

A.T.V.F.: Interessante.

R.H.: Essa aí é uma ideia interessante, que a gente já vem pensando. Falamos até com o pessoal dos municípios, tem uma reunião a nível de cidades no litoral norte catarinense, em que estamos discutindo em fazer uma festa do peixe. Já fizemos umas três edições aqui em Joinville e vamos ver se a gente consegue fazer uma coisa boa.

A.T.V.F.: Porque é através da festa que se volta ao coletivo, ok?

R.H.: Sim.

A.T.V.F.: Chamando o coletivo.

R.H.: Sim, chamando o coletivo, tem um resultado de falar bem do peixe, introduzir o peixe de cultivo...

A.T.V.F.: Energia positiva para a piscicultura.

R.H.: Tudo ajuda.

A.T.V.F.: Fizemos esse acompanhamento, com o pessoal que estava trabalhando na piscicultura. Eles vão muito na questão de unir as famílias que tem mais ou menos uma identidade, até estimulam isso. Para começarem a conversar um pouco mais, e tirar essas famílias do isolamento. Eles fazem um trabalho nessa linha, ok?

R.H.: Isso é um trabalho da associação também.

A.T.V.F.: É bastante promissor.

R.H.: A associação se reuni a cada dois meses, com um grupo de 30 a 40 piscicultores. Nos reunimos aqui na fundação, na sala de reuniões a cada dois meses. Na semana passada foi o encerramento deles, e um dado curioso é que na hora de discutir o cardápio, todos unanimemente concordaram que não seria peixe (risos).

A.T.V.F.: Poxa! (risos)

R.H.: Parece um contra censo, né? Mas se você pensar bem, eles comem peixe o ano inteiro.

A.T.V.F.: Claro (risos)

R.H.: Então foi decidido comer pizza (risos)

A.T.V.F.: Criaram uma coisa diferente.

R.H.: É não aguentavam mais comer peixe.

A.T.V.F.: Já que você falou nessa queda de paradigma, em Timbó vimos pessoas fazendo artesanato com couro de peixe.

R.H.: Sim.

A.T.V.F.: Interessante.

R.H.: O couro de peixe ele é fantástico, o couro de peixe é muito bacana, porque o couro de peixe tem uma qualidade interessante. Se você pegar ele é muito engraçado, as fibras são entrelaçadas como num tecido, o colágeno parece até costurado, ao contrário do couro de gado, que é bem mais extenso.

A.T.V.F.: Uhum.

R.H.: Então essa é uma vantagem, o couro de peixe é bem fino, mas muito resistente, só que a desvantagem é que é um couro pequeno, mas presta para fazer sandálias, carteiras, capas de agenda, eu já vi até vestido de noiva.

A.T.V.F.: Nossa.

R.H.: Mas ele tem que ser todo costurado.

A.T.V.F.: Certo.

R.H.: Tem essa tradição do couro, não é forte, mas tem grande empregabilidade.

A.T.V.F.: Então tem futuro. (risos) Legal, olha foi bem interessante conversar contigo, pena que não tem uma tilapiazinha para a gente beliscar, já é quase meio dia (risos). Quem sabe na próxima vez a gente faz uma festa do peixe.

R.H.: Legal, verdade. (risos)

FIM DA ENTREVISTA

ANEXO 08. Transcrição da entrevista -Iria S. Viczwevski

Mestrando: Adhemar T. Vieira Fh.

Entrevistada: Iria S. Viczwevski

Entrevistador: Adhemar T. Vieira Fh.

Data da entrevista: 13.01.2016

Local: FMDR25J

Transcritora: Ketlyn Cristina da Silva Alves

I.S.V.:É... até bom colocar um pouquinho... um pouco do histórico do trabalho das mulheres rurais para você entender.

A.T.V.F: Ótimo.

I.S.V.: Ok.

A.T.V.F:Uhum

I.S.V.: É... o trabalho das mulheres com a fundação 25 de Julho, ele já tem desde o início de sua fundação.

A.T.V.F:Uhum

I.S.V.: De sessenta e seis.

A.T.V.F:Uhum.

I.S.V.: É de forma assim, como através de cursos, que davam no meio rural. Fazia um curso, terminava aquele, ganhava um certificado e se ela queria participar de outro, ela participava.

A.T.V.F:Uhum.

I.S.V.: Em noventa e seis, é... essa... estruturação desse trabalho, foi modificada, foi alterada, foi estudada. Pois, justamente por uma necessidade.

A.T.V.F:Uhum.

I.S.V.: Porque estavam numa época desta forma... teve discussão na década, dé... década de oitenta por ali. É, aqueles movimentos de participação da mulher, na sociedade. Está ativa em todas as... é... seguimento da sociedade, ok?

A.T.V.F:Uhum.

I.S.V.: É aonde que começou a discutir o associ...tivismo.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Foi bem nessa época.

A.T.V.F: É, oitenta?

I.S.V.: É, oitenta. Então em oitenta e seis, por essa necessidade de estar a mulher participando das associações. Onde começou a organizar os grupo de mulheres.

A.T.V.F:Uhum.

I.S.V.: Então, para ela ter uma visão... é, melhor através do associativismo, para ter uma formação também continuada.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Não só momentânea. E para ela ter toda essa participação também... na comunidade. E, por uma necessidade também, da mulher deixar aquela ajuda... a, a mulher era só... hã, considerada para ajudar na propriedade. Ela começou a ver que ela poderia participar mais na renda familiar.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: E onde começou a surgir... foi nessa época que começou a surgir a visão de agroindústrias. Então, ali... ah! Eu posso... fazer a geleia; “eu posso estar é... organizando... é, utilizando a matéria prima que está sendo desperdiçada, para aproveitar. Através...

A.T.V.F: Quer dizer, antes desse período a família, a mulher, ela não tinha essa noção?

I.S.V.: A família ou ela não tinham essa noção da agroindústria, do turismo,ok...

A.T.V.F: Ah! Entendi.

I.S.V.: Do turismo rural. Dai foi bem nessa época que começou, a... a sentir que a mulher, poderia estar... a... é, participando ativamente da propriedade. Não só lá na roça, plantando e colhendo. Antes era só plantar e vender.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Essa que era a vida do agricultor. Na década de oitenta, que começou os incentivos da política, na agricultura familiar. É, ali que começou, eu sei que eu sou filha de agricultor, vi e vivi essa realidade.

A.T.V.F: Ali então quer dizer, é... essa, essa, questão de muita atividade na... família rural... na família rural então é... foi mais ou menos nesse período que realmente despertou mesmo...

I.S.V.: Despertou! Despertou sim a... que a mulher poderia estar...

A.T.V.F: Antes era mais atividades manuais, não tinha tantatecnologia, era mais o plantio, as colheitas...

I.S.V.: Sim, o plantio. E a mulher, a participação da mulher era considerada ajuda. E foi nessa época, onde começou a mostrar os direitos da mulher como agricultora. Está ok? Que ela

poderia ser ativa; que ela tinha o direito, mesma coisa, do que o marido; que ela poderia está participando do bloco de notas, com o seu nome, para poder ter direito a aposentadoria. Do que... era na década de oitenta que a gente começou a... a trabalhar essas questões: da participação da mulher nos seus direitos. Sabe, então os núcleos de mulheres foram criados para essa finalidade: para elas estarem integradas de todas as informações na propriedade.

A.T.V.F:Uhum. Interessante.

I.S.V.: Na década de oitenta começou, é, oitenta ou noventa, que começou.Dai foi sendo comentado o turismo rural, né? Aonde que a mulher podia estar participando ativamente, a agroindústria, o artesanato. E muitas de nossas mulheres hoje, que participavam da... dos grupos de mulheres, acabaram assumindo o turismo rural, acabaram assumindo a agroindústria, que as vezes elas não conseguiam participar desses grupos... agora elas estão tão envolvidas com o seu negócio, que as vezes elas nem tem tempo para participar do grupo. As vezes eu digo: não, pode tirar um dia por semana, para participar do grupo, né?

A.T.V.F: É verdade... a gente... um exemplo, a gente foi fazer entrevista na família Jacobi.

I.S.V.: Na Jacobi?

A.T.V.F: É, e ela esáa muito, muito...

I.S.V.: Muito atarefada?

A.T.V.F:Sim, isto mesmo.

I.S.V.: Exatamente! E ela é uma que participava de grupo, e dai, a partir do momento que ela teve essa visão, essa... essa... assumir a propriedade, aonde acabou deixandoàs vezes de ir no grupo.

A.T.V.F: Olha só, então quer dizer que, então nesse período, é que a mulher realmente passou a ter uma densidade, uma visibilidade na área rural...

I.S.V.: ...maior assim mesmo.

A.T.V.F: Maior né?

I.S.V.: Maior.

A.T.V.F: Bem maior,ok? Por que até então...

I.S.V.: Até então, eu sei que assim, a... eu tenho exemplos na minha família. É, a minha fam... minha mãe ela é agricultora, mas ah, era considerada como ajuda, de... na propriedade.

A.T.V.F: E, e esse...

I.S.V.: E tanto a mulher, como eu mesmo, acabei saindo da agricultura. Procurando outra alternativa. Mas acabei me formando na área agrícola também. Mas foi por uma entidade. Está no sangue, fica no sangue, certo?

A.T.V.F: É, mas ... assim... é... eu tenho a seguinte dúvida, no caso. A mulher ela, ela... a Fundação vinte e cinco de julho, é... teve uma atuação muito forte então em cima deste tema? É, vou fazer... um papel, de advogado negativo. Vamos supor que não tivesse a Fundação vinte e cinco de julho: essa progressão da mulher... seria assim...

I.S.V.: Nos outros municípios, vou somar com os outros municípios, certo? Nos outros municípios, esse trabalho é incentivado pela Epagri.

A.T.V.F: Sim, aham.

I.S.V.: Entendeu? A motivação da mulher; a assistência ao agricultor. Aqui em Joinville, como tem toda uma estrutura no município, digo que Joinville é um município privilegiado de ter toda essa estrutura, como tem a Fundação, é... para dar assistência ao agricultor. Ok?.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Então eu vejo assim. O agricultor tem que realmente procurar a Fundação, a agricultora tem que procurar a Fundação, porque tem uma equipe muito boa, capacitada aqui. Para dar assistência e extensão rural. E nos outros municípios, esse papel é feito com a especialista, com o técnico da Epagri. Mas... não vai ser que nem aqui... é, não chega a isso, todo esse movimento através de grupos, através de atividades, reuniões, então...

A.T.V.F: As políticas públicas ajudam as mulheres então?

I.S.V.: Ajudaram e ajudam muito.

A.T.V.F: Muito mesmo? No caso, a municipal é a Fundação. No caso a estadual é com a Epagri. Foi bem, muito fundamental também.

I.S.V.: Bem fundamental, uma política pública para as mulheres. E as políticas públicas para as mulheres, justamente, começou a surgir na década de noventa, na década de dois mil aí né. Que... que surgiram a... as políticas públicas, o Pronaf, o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem também.

A.T.V.F: Uhum... O Pronaf Jovem... o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem também existiam?

I.S.V.: É, o Pronaf mulher. Tem o Pronaf, para o agricultor em si. E tem os específicos para mulheres. Ela pode fazer a... o financiamento no nome dela, ok?

A.T.V.F: Interessante, aham.

I.S.V.: Essa questão também incentivou muito. Antes, na década de oitenta, a mulher usava ainda o CPF do marido.

A.T.V.F: Sim, lembro.

I.S.V.: Hoje não temos mais essa realidade. Acho que muito pouco... muito pouco mesmo. Mas é graças a um trabalho, uma política pública que veio favorecendo as mulheres.

A.T.V.F: Sim, esta fase é interessante...

I.S.V.: Hoje, com relação aos grupos de mulheres, faz... um, dois, três, quatro anos que a gente consegue é fazer projetos. Faço projetos pelo sistema de incentivo a cultura e o mecenato. Então a gente tem conseguido recursos para fomentar o artesanato no meio rural, através do sistema da cultura... certo?

A.T.V.F: Então, como é iniciado esse processo?

I.S.V.: É... ,é feito o projeto, sai o edital, né, que é o Sindec. Acho que você já ouviu falar do Sindec,certo? Sai o edital, nós na fundação como entidade pública municipal, só podemos participar da modalidade mecena... mecenato, não do edital da cultura, que é recurso aprovado.Se apresenta o projeto na modalidade mecenato, passa por uma banca - a banca avaliadora. Sai a classificação, e é divulgada em portaria, né, e depois é arrecadado junto as empresas.

A.T.V.F: Ah tá, entendi...

I.S.V.: Sabe? Esse... programa,Sindec, ele já tem acho que desde dois mil e cinco.Começou no município. No início as empresas tinham dificuldade, porque a dedução de impostos como IPTU, a dedução de INSS, ISS. É, o imposto sobre serviço,ok? É... elas tinham dificuldades de estar entrando.Hoje é assim que acontece.Um trabalho muito bom, que a Fundação Cultural também está fazendo. Os projetos que estão sendo aprovados, são apoiados praticamente cem por cento, sabe...

A.T.V.F: E esse recurso do Sindec, vindo das empresas?

I.S.V.: São do mecenato sim...

A.T.V.F: Ah, só do mecenato?

I.S.V.: É só do mecenato, né. Tem um fundo de incentivo a cultura. Mas do mecenato o incentivo é captado através de projeto.Ao ser aprovado, capta o recurso.Esse ano participamos, nos anos anteriores também.Acho que foi nos últimos três anos que eu estou participando é... .Todos os projetos foram captadosos recursos com facilidade, certo? Tanto os

grupos que fizeram projetos para festa da banana, festa do arroz, as mulheres do Cristo Rei, que tem o grupo de dança e fizeram projeto, também passaram.

A.T.V.F: Tudo pelo mecenato?

I.S.V.: Tudo pelo mecenato, sempre através de projetos, tá?

A.T.V.F: Pois é, e... além desse... desse processo falado, certo, qual vocês dão apoio para que elas consigam a captação de recursos, teria mais algum processo que saiu direcionado para mulherrs?

I.S.V.: Hum... Pronaf... Sindec... Não, agora no momento eu não estou lembrada, sabe...

A.T.V.F: Legal. E...

I.S.V.: Assim óh... A Fundação dá toda a assistência técnica paraa mulher que são agricultoras, se precisar planta arroz, milho... milho não... aipim. Se precisar assistência, nossos agrônomos estão todos a disposi... à disposição, né... Além de nós que nos reunimos no grupo, eu também tenho assistência individualizada com nossos técnicos (Fundação).

A.T.V.F: Como seria essa assistência individualizada...?

I.S.V.: O técnico é solicitado lá na propriedade, faz um levantamento, se for necessário fazer. Vamos supor: a agricultora precisa fazer um projeto para o Pronac, por exemplo. Não consigo fazero projeto. Então eu vou até a propriedade e... por exemplo, preciso de um engenheiro para assinar. Aí vai um técnico nosso, vê qual é a demanda, qual é a potencialidade dessa propriedade, daí vai e leva o projeto até o engenheiro, engenheiro faz o projeto, a pessoa apresenta para o Banco do Brasil. É assim que funciona.

A.T.V.F: Há, legal, entendi.

I.S.V.: Então ela tem toda essa estrutura, igual a qualquer outro agricultor, ok?

A.T.V.F: Certo. Bem, estamos entrando na terceira pergunta que iria fazer. Falando de assistência e extensão técnica para mulher, né?

I.S.V.: Aham, é isso.

A.T.V.F: E assim mesmo, quanto a atuação da Fundação? Tento imaginar, quando fôge um pouquinho *dometier* (atuação), mas, quanto a essa questão de... culinária, saúde, questão odontológica, são vocês que dão assistência para elas?

I.S.V.: Sim... quanto a saúde é isto mesmo. Nossa secretaria da saúde tem uma equipe de profissionais nos postos de saúde, que atendem a área rural, então, nós da fundação não nos envolvemos com essa questão.

A.T.V.F: Mas é sugerido encaminhamento?

I.S.V.: Sim, quando a gente percebe que tem problemas, a gente encaminha. Por exemplo: “ó, lá tem o profissional, procura tal profissional. Então assim está sendo intruído quanto a saúde. Mas o que a gente faz nos grupos, procuramos alguns profissionais para palestras. Para dar algumas palestras sobre saúde, por exemplo, na área de alimentação, nós também levamos grupos para palestras e até oficinas, né? E... sobre como fazer os pratos, como fazer uma receita, fazer um suco natural, por exemplo. Então a gente também leva esse tipo de palestras em oficinas na área da alimentação.

A.T.V.F: Uhum. Certo.

I.S.V.: Também tem a parceria, quando não t... porque nós aqui dentro não temos profissional da área da alimentação. Uma nutricionista, por exemplo, daí a gente busca na parceria da Univille... às vezes do Consulado da Mulher ou através da Whirlpool, né?

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Já tivemos nutricionista que veio dar palestra que conseguimos através do Consulado da Mulher, que veio da Whirlpool. Então buscamos os profissionais também através do Ielusc (Instituto Luterano de Santa Catarina), por exemplo. Então tem as parcerias, certo?

A.T.V.F: Certo, é... no caso, agora mudando um pouco de assunto, gostaria de conversar se for possível, sobre memória familiar: a questão da cultura; a questão dos conhecimentos tradicionais; das tradições; dos fazeres que vem de geração em geração, das técnicas na culinária ou as finalidades práticas da gastronomia. O que é passado de geração para geração, queria conversar um pouco sobre, ok?

I.S.V.: É esse é um ponto forte em que eu tenho alguma preocupação, já à muito tempo. Porque quando você convive e... são anos. Estou dentro da Fundação a quase trinta anos, né? E estou morando na região também, esse tempo todo. Então você começa a ver, e começa a perceber que quando viemos para essa região, muita coisa se perdeu, né? Principalmente às vezes a memória do conhecimento, ok! Então isso é uma preocupação, que vim sempre falando com as pessoas sobre o que é da cultura, para começar a registrar, para começar a gravar, para documentar toda essa parte, também da área rural. Não só do meio urbano, e sim do meio rural também, né? Eu vejo que tem famílias que preservam, passam a vida todo fazendo isto, algumas, né! Não são todas. Muitas vão seguindo pela modernidade, mas algumas ainda conservam o fazer, mas como se diz: a vida moderna, dos jovens. O jovem não está muito preocupado em... em aprender. Se ele tivesse a consciência de, por exemplo: “há, eu vou aprender porque é melhor, eu vou... estará herdando um conhecimento”. Acho que as

coisas seriam mais fáceis, mas não é tão fácil, né? Então eu vejo desta forma: que ainda precisa ser incentivado muito, essa perda da... da preservação cultural. Tanto imaterial quanto material, ok!

A.T.V.F: Certo. Uhum.

I.S.V.: Essa é minha forma de fazer, por exemplo: há, faço um... bolo... hã... dessa maneira aqui. A vizinha lá faz o bolo, e ela tem o jeito de colocar os ovos, um jeito de colocar farinha, no tempo certo, com os ingredientes dela, que acha ser o jeito certo. A neta vai, faz o bolo, fica a mesma receita, mas não ficou igual.

A.T.V.F: É verdade...

I.S.V.: Certo? Então todo esse conhecimento existe, né? Nós aqui no grupo de mulheres, ganhamos esse ano um projeto para editar um livro das receitas do meio rural de Joinville, com o apoio da fundação. Principalmente de receitas mais antigas, sabe... Justamente para estar trabalhando essa questão da memória. Seria o livro de receita de gastronomia. *Deixa eu ver se lembro...o título do livro... só um pouquinho... Valorização da Gastronomia no Meio Rural, acho que é uma coisa parecida. É, acho que se chama "Valorização da Gastronomia da Área Rural de Joinville". A gente ganhou um recurso de dose mil, né. E um dos objetivos é o resgatar as receitas antigas na área rural, bem tradicionais... e também... a história dessas receitas. Além da receita, se eu tiver algumas coisas escritas, como que surgiu essa receita, de onde que veio, penso estar resgatando essas receitas tradicionais. Vai dar um trabalho? Sim vai dar. Mas eu chego a sonhar num belíssimo livro, ah, ah...*

A.T.V.F: Interessante. Quem que abraçou essa causa?

I.S.V.: Esse sonho é desde dois mil e treze, sabe? E no ano passado no último prazo do tempo que estava fechando o edital, resolvi apresentar o projeto, sabe, estava fechando o edital. Acho que faltavam dois dias para fechar o prazo. Aí eu estava com o projeto pronto, só peguei e ajustei alguma coisa, juntei a documentação, porque estava com a documentação pronta de outro projeto, que era da casa Krieger, né, e apresentamos o projeto. Eu disse então: vai ser esse mesmo. Dali vi uma modalidade que poderia apresentar e foi aprovado... Já teve empresa que se manifestou interessada, depositaram o dinheiro na conta específica, e agora já estou fazendo os contatos de como vou executar esse projeto. Assim, vou ver quem irei pegar para me ajudar no grupo de mulheres. Tenho que coletar as receitas, tenho que fazer a revisão de tudo, preciso de um profissional da área. Então já fiz contato com a Epagri... a Epagri vai colaborar com este projeto...

A.T.V.F: Foi aprovado agora em dois mil e quinze, é isto?

I.S.V.: Foi em dois mil e quinze, dezembro. Sim, dois mil e quinze...

A.T.V.F: Então no caso, voce como Fundação abraçou o projeto, junto com as mulheres?

I.S.V.: É, a fundação vinte e cinco de julho foi a preponente. Mas claro que as mulheres vão estar sendo envolvidas, porque nós vamos ir até elas para coletar as receitas.

A.T.V.F: Sim. Participação ativa...do feminino rural?

I.S.V.: sim. Por que elas vão ter que estar passando a receita que elas conhecem de geração anterior, que elas fazem no dia a dia. E passando a história da receita, então elas vão estar envolvida diretamente, certo?

A.T.V.F: Certo. Aham.

I.S.V.: Sabe. Acho que vai ser um trabalho... belíssimo, né!

A.T.V.F:Aham... interessante.

I.S.V.: Relembrando, uma das instituições que eu... ainda não citei, é a parceira nossa, enfim, com a própria Emater, também temos aqui na fundação com eles, ok. A gente tem aqui dentro uma sala, que fica no mesmo espaço da fundação. Nós sempre temos alguma parceria, quando não temos as informações ou pessoas disponíveis aqui, buscamos lá fora. Porque eles também, a nível de estado, então eles tem mais recursos que a fundação em alguns temas.

A.T.V.F: Sim, é verdade.

I.S.V.: Certo!

A.T.V.F: Teoricamente seria...

I.S.V.: Teoricamente sim, no que se refere a esfera federal, estadual e a municipal. Então, estamos indo atrás destes recursos, para apoiar as mulheres rurais. E mantendo as informações atualizadas!

A.T.V.F: Legal. E tem mais algumas coisas que a Epagri tem parceira com vocês em... alguns cursos... por exemplo?

I.S.V.: Sim! Outra coisa que temos aqui e esqueci é o Senar. O Senar é o serviço de aprendizagem rural, sabe! Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Então, todos os curso que acontecem na prática aqui, no ano passado, foram dezenove cursos. Aonde que a mulher da área rural também é beneficiada com esses cursos. Só faz... só... perde o curso quem não tem interesse. Porque a oferta do curso a fundação toma a iniciativa, sabe! Se a mulher não procura, não podemos fazer nada. Divulgamos, né? Agora se a pessoa não tem interesse, também não podemos fazer nada. Então a fundação no ano passado fez dezenove cursos em parceria com o Senar... e... acho que foi uns quatro com a Epagri também, né? A Epagri abrange

mais a nível local, quando é nível regional as vagas da Epagri são limitadas. Incentivamos muito as pessoas a participar, esses do Senar, que são em torno de duas horas, são turmas pequenas, entre treze e o máximo de dezesseis, que é a turma ideal para aprendizagem. Esse ano em janeiro, nós já tivemos três cursos, só em janeiro. As mulheres da área rural sempre são informadas, sempre assim: "tem curso em tal área". A oportunidade de está disponível... Então, quanto à política pública, a capacitação não deixa de ser uma política pública, né?

A.T.V.F: Sim. Com certeza.

I.S.V.: Até antes, não veio à tona, mas conversando a gente já vai achando o fio da meada, né? Então o Senar também tem uma política pública, que é a capacitação. E o Senar trabalha junto com o sindicato dos produtores rurais.

A.T.V.F: Sim.

I.S.V.: Então eles, que tem essa parceria, e nós, desta formavamos formandos as turmas. O Senar nos procura, daí avisamos o Senar: "oh, tem uma demanda. Avisamos a menina lá do sindicato também, é... tem uma demanda para tal curso. A gente trabalha em cima de demandas, ok! É, primeiro a gente faz uma pré-seleção do que poderia estar trazendo para Joinville. Porque também não adianta trazer um curso de lã de ovelha por exemplo, se Joinville não produz lã de ovelha, certo? Então, o que a demanda que interessa para nossa clientela? Fazemos a pré-seleção, enviamos ao sindicato. E pedimos para mandar ao Senar. Daí, em cima disso, a gente começa a trabalhar a demanda... de clientela. Quando tem lá uns seis ou sete inscritos, pedimos o curso. Ai pedindo o curso, ainda leva mais sessenta dias para ser aprovado... daí quando aprova, o sindicato avisa assim: "oh, foi aprovado tal curso, o instrutor tem agenda para isto...". Então o Senar ajuda com o instrutor e com os ingredientes, ou com o material para o curso. E nós com o local e com a formatação da turma, e a mobilização, ok! Porque dá um trabalho enorme...

A.T.V.F: Imagino. Deve mesmo dar trabalho...

I.S.V.: É... aqui é bem assim... complicado. Nos anos anteriores, já faz uns quatro ou cinco anos, de quatro anos para cá, que está funcionando bem essa parte quanto a curso. Aonde que eu mesmo aqui na fundação falei: não, isso tem que funcionar, não adianta só... funcionar de outra maneira.

A.T.V.F: Agora, conversando mais específico, sobre uma determinada região de Joinville, no caso o Piraí. É, as mulheres lá creio, vocês devem ter algum trabalho. Por exemplo, na sociedade Jacob, ou outros grupos ali na região?

I.S.V.: A região do Piraí está descoberta por grupo. Já teve um grupo forte lá, não sei por que, não era da minha época, acabou se desarticulando. Mas a intenção é voltar a trabalhar com aquelas mulheres da região do Piraí. Vejo um potencial muito grande cultural, além de todas as outras regiões na área rural. Mas, o Piraí, eu vejo que tem um potencial cultural tanto imaterial como material mesmo.

A.T.V.F: Uhum... é... muita gente preserva ainda aquele “saber fazer” na localidade.

I.S.V.: Saber fazer, exato, isto mesmo.

A.T.V.F: Bem, para tentarmos concluir a nossa conversa: teria alguma coisa que você enxerga, que poderia melhorar, para as mulheres que sonham um dia em melhorara participação delas na família. Tanto na questão de conhecimento, como na questão do saber fazer, atividades para melhorar a renda familiar? Tem alguma coisa que se pode pensar sobre isso?

I.S.V.: Sim, uma das coisa que ainda emperra a participação da mulher, e que ainda é bem forte, é quanto ao marido. Às vezes o marido acaba impedindo ela ir além. É... acaba impedindo participar nos grupos. Talvez pra não comprometer a família, ou não permitir mesmo sair de casa. Falta esse entendimento entre os dois, aí ela acaba se limitando e não indo além do que ela poderia ir, certo! Eu vejo que em alguns casos, que quando ela assume a participação em um determinado grupo, um cargo, ela precisa estar correndo mais, precisa estar saindo mais de casa. Aí o marido logo diz assim: de novo! Sabe, então isso começa a limitar. É... acho que a partir desse entendimento, a partir do momento que assumiu uma determinada função na comunidade, seja qual for, e há um entendimento do parceiro, acho que poderia estar evoluindo, né?

A.T.V.F: É, aí seria uma questão de conscientização do lado masculino, né? Sobre a aceitação para que a mulher tenha uma participação mais efetiva, ok?

I.S.V.: Exatamente! Assim é no meio urbano quando a mulher trabalha na agroindústria. Eu acho que tem mais essa, como é que eu vou te dizer, essa parceria, esse entendimento: “eu estou trabalhando fora”. Na área rural ainda está faltando esse entendimento: “há, está saindo de novo”. Há aceitação quando um entende o outro. É por isso que às vezes a gente vê que, com a relação a participação no curso não acontece. Às vezes ela faz um curso, mas ela leva um tempão para solicitar outro, ok! Então essa conscientização poderia estar melhor. E o que eu vejo assim no meio urbano, é a questão cultural, sim o incentivo cultural da preservação tanto material, como imaterial, esse incentivo, esse sentimento, né? A gente vem falando, venho falando isso a muitos anos: que deve ser preservado, que devemos valorizar. É, às vezes

as pessoas tem as coisas em casa e acabam não valorizando. É esse entendimento que poderia se trabalhar melhor...

A.T.V.F: É, aí a questão rural, a urbano-rural, realmente tem que se estreitar um pouco, tem que aproximar um pouco mais, ok! É essa aproximação que está faltando. Conversamos várias coisas. E através das festas rurais por exemplo: desfile tradicional, aquelas atividades que o pessoal da área urbana vai na rural assistir...

I.S.V.: É, eles fazem um desfile, eu acho muito bonito é a festa do colono. Na festa do Rio da Prata ou no Salão Jacob. Lá no Salão Jacob é bem tradicional, bem da agricultura mesmo. Foi muito bonito. Tem que ser incentivado e sempre continuará, né?

A.T.V.F: Certo. Mas isso aí parte da vontade de resgatar, de mostrar a cultura rural?

I.S.V.: Não, isso é parte deles mesmo. É da comunidade.

A.T.V.F: Eles que se estimularam a isso aí?

I.S.V.: É, isso a gente vê que é parte deles de estar mostrando, divulgando a cultura.

A.T.V.F: É uma diretoria nova?

I.S.V.: Não, isso aí já vem acontecendo a muito tempo.

A.T.V.F: E vem somando cada vez mais.

I.S.V.: Tem anos que é um pouco mais bonito, às vezes também depende da situação financeira de cada um, porque se faz com seus recursos próprios, com vontade própria. O ânimo é importante, porque para participar de algo assim, você tem que estar animado, você tem que estar para cima, a família tem que estar bem, certo!

A.T.V.F: Claro, interessante essa questão.

I.S.V.: Outra questão também, que acontece no meio rural, tem a ver com a vinda da assistente social. Esse apoio da assistente social junto à mulher, junto ao agricultor, junto ao idoso, e com relação aos direitos da mulher também.

A.T.V.F: Isto também ajuda, principalmente para mudar essa questão masculina?

I.S.V.: Não sei se ajudou. Mas a ideia é esta. Vai fazer mais uma pergunta?

A.T.V.F: Não. Eu acho que agora fechamos a conversa. Acho que se teve ideia bem interessantes pois não tinha nem noção, como é que acontece aqui quanto as políticas públicas, esse relacionamento com o feminino rural.

I.S.V.: Aham. O trabalho no meio rural, eu vejo que Joinville é bem desenvolvido, sabe. De nossa parte, temos um trabalho bem forte, principalmente com a parte da agroindústria, temos quase cinquenta anos com indústrias, pequenas agroindústrias.

A.T.V.F: Panificações? Esse trabalho parece que é muito forte!

I.S.V.: Isso! De aipim, panificação, do melado. O melado que é um produto bem tradicional em nossa região, melado que se produz aqui é diferente do que é produzido no oeste, sabia? Então, ele tem esse sabor porque aqui é mais úmido, lá já é mais seco, tem todo esse diferencial... ,né?

A.T.V.F: A gente conheceu aquele melado lá da Carmem Jacobi... tem aquele gosto diferente, um melado com... como é que mesmo...

I.S.V.: Com gengibre?

A.T.V.F: Não. Tem um melado com outra... mistura... melado... com gengibre? Mas é muito bom o melado que ela tem. Não conhecia aquele melado.

I.S.V.: Com gengibre é o que mais tem, com abacaxi... não, abacaxi não. É um melado temperado.

A.T.V.F: É, é isso! Com cravo, é isso ai mesmo.

I.S.V.: Aham, o melado temperado, exatamente. Gostou?

A.T.V.F: Bom né?

I.S.V.: É como tenho que controlar o açúcar, ai... a minha glicose está aumentando, tenho que controlar. Quando começa em cento e dois, depois vai a cento e quinze, o medico vai dizer: “te cuida”!

A.T.V.F: É verdade.

I.S.V.: Então eu evito o melado. É uma forma de me ajudar, né...

A.T.V.F: Com certeza.

FIM DA ENTREVISTA

ANEXO 09. Transcrição da entrevista -Acácio e Salônia Schroeder

Mestrando: Adhemar Tavares Vieira Filho
Entrevistado: Acácio e Salônia Schroeder
Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho
Data da entrevista: agosto/2015
Local: residência do entrevistado
Transcritor: Ketlyn Cristina da Silva Alves

A.T.V.F.: Bom, como eu te falei, essa pesquisa que eu estou fazendo com as famílias agricultoras aqui do Piraí, eu sempre tive uma dúvida com relação a essa questão do Piraí, o Piraí é uma APA?

A.: É uma APA.

A.T.V.F.: Todo o Piraí é uma APA?

A.: Todo o Piraí é uma APA!

A.T.V.F.: Ah sim.

A.: Você indo atravessando a ponte aqui que vai sentido a cidade né? O lado esquerdo, todo ele faz parte da APA.

A.T.V.F.: É só o lado esquerdo daqui?

A.: Sim, só o lado esquerdo.

A.T.V.F.: Entendi.

A.: A que atravessa a estrada do atalho, essa aqui a Rodolfo Ruben Zander né? Atravessando a ponte, descendo a direita em sentido de Vila Nova, aí a esquerda é toda.

A.T.V.F.: Hum.

A.: A rua é como se diz é...

A.T.V.F.: Aí vai embora.

A.: Vai até o Quiriri.

A.T.V.F.: A primeira pergunta que a gente quer fazer é o seguinte: essa propriedade é familiar?

A.: Sim

A.T.V.F.: Ela sempre foi desse tamanho desde quando começaram a trabalhar aqui ou teve alguma divisão?

A.: Sim. Ela sempre foi desse tamanho. É, a gente veio aqui em 59, 1959. Eu sou o terceiro proprietário dessa propriedade.

A.T.V.F: Ah é, o terceiro proprietário?

A.: Ela foi adquirida em 1886. Não. É, 86.

A.T.V.F: Isso aí foi da época da...

A.: Colônia Dona Francisca.

A.T.V.F: Das divisões, né, das áreas daqui? E qual é o tamanho aproximado aqui?

A.: 11,2 hectares.

A.T.V.F: uhum, é. Uma vez acho que tu falou sobre os teus ancestrais. Tens ideia como é que eles, ou seja, algum ancestral teu que veio aqui para o Pirai ou tu foi um pioneiro, de tua família?

A.: É, na verdade o primeiro camarada que veio para cá foi o família “Bunder”. E esse camarada tinha uma irmã e o “Müller” casou com a irmã do sobrenome “Bunder”. E aí o “Müller” casou com a irmã do meu pai.

A.T.V.F: uhum, uhum.

A.: Aí o meu pai trocou o terreno por ele.

A.T.V.F: ah, sim. E o teu pai, o sobrenome dele como era?

A.: Schroeder.

A.T.V.F: ah, sim. Então foi teu pai que chegou aqui...

A.: Esse foi o terceiro proprietário. Quer dizer, veio para cá, né. Que ele pegou duas áreas, uma do outro lado, mas essa parte aqui já passou para mim em 59. Eu tinha cinco anos e ele passou isso aqui pra mim. Aí ele ficou com o outro lado da rua, ficou com uma parte da terra também. Isso era outra escritura.

A.T.V.F: ah, sim. Então ele comprou do “Bunder”..

A.: do cunhado dele.

A.T.V.F: Qual que era o nome do teu pai?

A.: Meu pai? Herberto Schroeder.

A.T.V.F: com “h”?

A.: com “h”, é!

A.T.V.F: ah certo.

A.: e naquela época já, já usava agrotóxico. Aí quando em 50, não sei se convém relatar isso...

A.T.V.F: sim.

A.: Aí em 79, é 74 quando eu fiz um financiamento pelo Banco do Brasil, para comprar uma tobata que é um trator pequeno. Um equipamento, né?! Eles me forçaram a querer que eu comprasse veneno, que na época era aquele programa “Brasil verde”. Não sei se tu te lembra essa época?!

A.T.V.F: Não, não lembro.

A.: Era “Brasil verde”, e para colocar os agrotóxicos para ficar bonito.

A.T.V.F: uhum.

A.: e eu disse “não, não vou comprar. Se for nessas condições eu não vou comprar.” E não comprei. E acabaram desistindo, até outras pessoas que interferiram junto, acabei não comprando.

A.T.V.F: Nós já vamos chegar nessa questão dos orgânicos. Hoje, quantas pessoas são na família?

A.: Aqui em casa, temos: eu com a minha esposa e mais o meu filho tem a casa ali em cima, né. No caso são mais 4 pessoas.

A.T.V.F: duas crianças?

A.: duas crianças. Um casal.

A.T.V.F: até, o mais velho tem sete aninhos?

A.: sete aninhos?

S.: é, o “Walter”, sim.

A.T.V.F: é Walter?!

A.: é Walter e Camile?

S.: Sim!

A.: Walter está na escola, tem que estudar, né?! Meio tihoso para não querer.

A.T.V.F: Mas é bom, estimulando. Aí eles vão...

A.: ah vão... Daqui ele conhece tudo, quando ele vem pra cá. A tarde, se não tiver na escola, né, ele vem já interage com as crianças que vem para cá. “Ah, porque isso aqui é assim”, né. Ele sabe tudo.

A.T.V.F: É, ele vai aprendendo fácil.

A.: Não, e sabe.

A.T.V.F: Que bom!

S.: é que eles estão na escola até 18:25. Depois ele está em casa.

A.T.V.F: uhum. Acácio, sei que vocês têm bastante atividade aqui no sítio, aqui na propriedade?

A.: uhum.

A.T.V.F: Mas hoje qual que é a atividade principal de vocês aqui?

A.: a principal é a agricultura.

A.T.V.F: é, plantando?

A.: Sim, plantando.

A.T.V.F: e qual é o produto que mais é cultivado?

A.: o aipim. Aipim e cará.

A.T.V.F: aipim e cará?

A.: Éque a gente procura diversificar, mas tem as hortaliças também.

S.: Tem a horta também. Mas o principal é...

A.: o principal é...

A.T.V.F: o aipim?

A.: é! O aipim, cará, a batata doce. A batata doce é de três em três meses, né?

A.T.V.F: uhum.

A.: até tem uma variedade nova agora, da Epagri. Começamos a plantar no ano passado, ela é roxa que nem a beterraba.

A.T.V.F: interessante.

A.: ela é rica em betacaroteno, né.

A.T.V.F: puxa, legal.

A.: plantamos “mandarito”, que é um resgate que a gente fez, também, né.

A.T.V.F: e seria o terceiro a batata doce e quarto seria o “mandarito”?!

A.: é, faz parte...

S.: tem a horta daí...

A.: pera aí, tem também o taiá-japão.

A.T.V.F: taiá, taiá?

A.: é, o taiá-japão.

S.: depois vem o mandarito.

A.: é depois vem o mandarito.

A.T.V.F: tem alguma coisa que vocês plantam mais para consumo próprio ou que vocês plantam para comercializar?

A.: isso é no geral. A gente tanto consome como também vende, né?

A.T.V.F: uhum..

A.: entendeu?!

A.T.V.F: Então tudo o que vocês plantam, vocês também sempre têm alguma coisa que sobra para consumo próprio?

A.: sim, o aipim, mesmo então, a gente vende bastante.

A.T.V.F: uhum.

A.: inclusive para merenda escolar, né.

A.T.V.F: aipim, então, seria para merenda também?

A.: é. Batata doce também.

A.T.V.F: também vende para merenda?

A.: sim.

A.T.V.F: Mais alguma coisa que vocês vendem para merenda?

A.: é, nós estávamos vendendo, (oh meu Deus como é que é a..) Padre Fachini na época né, mas aí era pela Cnad, né.

A.T.V.F: uhum. As cozinhas comunitárias?

A.: isso! Só que está parado por enquanto. Não sei quando vai engrenar. A gente vende tudo, o que tu quiser. As hortaliças tudo, né. Não tem muita hortaliça, mas sempre tem alguma coisa, né?! Tem o milho também. A gente planta o milho.

A.T.V.F: uhum.

A.: mas o milho é só para consumo.

A.T.V.F: o milho é para consumo?

A.: aí tem a cana-de-açúcar.

S.: É mais para as aves.

A.: é para as aves.

A.T.V.F: e a cana-de-açúcar é para o consumo também?

A.: é para o consumo meu. Não costuma-se vender.

A.T.V.F: todos os produtos que vocês plantam são orgânicos?

A.: sim, orgânicos.

A.T.V.F: É que você estava falando que 74 teve essa questão do trator tobata aí...

A.: é, era o “Brasil verde”, né. Foi lamentável, na época. Ai eu falei ainda para eles: “poxa, o meu avô conseguiu criar, oito, é 12 filhos sem ter que trabalhar com agrotóxico. Nem existia agrotóxico. Mas digo, por que eu não posso cultivar aqui sem agrotóxico?”.

A.T.V.F: sim.

A.: e aqui eu tenho certeza, nessa minha propriedade onde eu estou hoje, desde 59, nunca foi botado agrotóxico, nem adubo químico.

A.T.V.F: puxa.

A.: sempre, a gente não tinha a maneira de dizer que era agroecológico. Da agroecologia eu conheci a palavra em 2007 e foi o primeiro encontro agroecológico em Lapa, no Paraná. A gente tinha as batata, então, nos reunimos lá em 3 mil pessoas.

A.T.V.F: uhum, uhum.

A.: os reassentados da Itaipu, na época já foram direcionados para a agroecologia, o orgânico, né. E de lá que a gente começou, a gente falava que trabalhava na maneira natural, não usavam-se venenos. Adubo, essas coisas químico, né.

S.: Esterco, né.

A.: é esterco, a compostagem. A gente fazia a compostagem, só não sabia essa palavra: compostagem?! Quer dizer, a gente fez a vida toda isso, e não sabia se expressar nessa maneira, né, que a gente nunca tinha ouvido falar.

A.T.V.F: e tem mais gente que trabalha só com orgânico aqui, conhece mais alguém no Pirai?

A.: não, não. É só eu.

A.T.V.F: só você?

A.: o certificado único de palmito sou eu que tenho.

A.T.V.F: quem que certificou vocês?

A.: a Ecovida.

A.T.V.F: ah, a Ecovida?

A.: está desde 2007, inclusive agora, no dia 19 último, de setembro, nós vamos ganhar agora nosso certificado. Lá no Ceasa, que vai ser inaugurado o galpão da agricultura familiar. Aí quem está hoje no orgânico vai ganhar o certificado.

A.T.V.F: mais por curiosidade, que não seria bem o caso da pesquisa, quanto é mais ou menos por cento a diferença entre o orgânico e o que não é orgânico. Tem ideia, em média?

A.: nós podemos acrescentar 30%.

A.T.V.F: 30%?

A.: sim.

A.T.V.F: olha só!

A.: foi o que passaram para a gente, né. E na verdade cobramos um pouco mais que o produto com agrotóxico. Não dá isso, né. Mas vamos chegar lá! Agora mais organizados, agora vamos ter uma central, para vendermos. Então, a ideia é trabalhar só à tarde, mas no começo vamos começar a trabalhar de manhã e a tarde. Mas aí vai ser assim: segunda, à tarde e se não me engano é quinta a tarde. Segundas e quintas.

A.T.V.F: tenho mais uma pergunta: tem mais gente que trabalha com orgânico?

A.: sim! Somos em oito.

A.T.V.F: ah, entendi.

A.: mas tem a turma dos fitoterápicos também. Que estão chegando junto agora também. Que também estão no orgânico, em Joinville.

A.T.V.F: entendi.

A.: E nós pegamos mais uma turma, apresentamos mais uma turma, porque é do Rio Cristina, fica no Dedo Grosso, rodovia do Arroz. Apresentamos eles esses dias em Embuia, pois lá é a Ecovida, ela certifica mas tem que ter participação. Tem que participar, ser participativo.

A.T.V.F: entendi!

A.: então sempre tem que estar junto com o grupo. E apresentamos mais um grupo. Para nós é interessante, porque tem umas 14 famílias, parece. Oh, é muito bom, né!

A.T.V.F: sim, é bom!

A.: então, alguns ainda estão em transição. Tem uma carência para cumprir e tem outros que já vão receber o certificado.

A.T.V.F: é, vocês criam também animais para consumo próprio, na propriedade da família?

A.: sim, criamos animais.

A.T.V.F: e vocês criam animais só para comercializar ou consumir também?

A.: ah, às vezes a gente vende alguma coisa, mas só que daí não é totalmente orgânico, que às vezes nem tudo a gente tem aqui em casa, por exemplo, o milho.

A.T.V.F: e aquele milho híbrido?

S.: quando plantamos, não tem o suficiente, né.

A.: não tem o suficiente para gente, né. Não compramos muito. Que nem o peixe, né. O peixe também compro uma ração e outra. Mas aí não posso dizer que é 100% orgânico. Não posso falar isso.

A.T.V.F: e que animais, no caso, que vocês criam para consumo?

A.: ah...

S.: vaca. Aah, tudo: galinha, pato, porco, marreco...

A.: galinha da angola, peru...

A.T.V.F: uhum, certo.

A.: galinha da angola é exótica. Inclusive, saboreamos uma ontem.

A.T.V.F: é, tu falou que a carne é diferente...

A.: meu é da escurinha, né.

S.: é diferente...

A.: meu, fazer isso numa caçarola...

A.T.V.F: (risos)

A.: fica bom! Mas é aquele problema da fritura (risos). Mas é a tal da coisa: tem que comer, né?! (risos)

A.T.V.F: agora vamos mudar um pouco de assunto. Com relação aos conhecimentos tradicionais, as tradições, aos fazeres tradicionais que, você e a Selônia trabalham aqui, e na questão a gastronomia, ou outra coisa assim. Bem, vamos começar pela gastronomia que é mais fácil (risos), para mim (risos). Têm coisas que você já vem recebendo da avó ou da "opapa". Seria o pão, ou alguma coisa assim?

S.: o pão e praticamente todas as comidas, né? É porque a gente já aprendeu, até inclusive a sopa preta.

A.T.V.F: sim.

S.: não sei se o senhor conhece?

A.T.V.F: conheço.

S.: marreco no forno com aipim, com cará e o repolho roxo junto, não pode faltar.

A.T.V.F: uhum...

A.: Nós temos, por exemplo, o palmito juçara, a gente de vez em quando colhe um. Mas a gente está usando hoje em dia a pupunha. A pupunha é liberada.

A.T.V.F: uhum.

A.: Como eles dizem, o palmito juçara está em extinção. Mas a gente tem. Mas não está livre dos ladrões que vem roubar. Nós não podemos cortar, mas eles vão lá e roubam.

A.T.V.F: eles roubam aqui?

S.: uuuhm!

A.T.V.F: que coisa, ...

A.: São coisas que acontecem. Mas eu estou passando por um tempo, esses tempos atrás entraram aqui e levaram umas mil cabeças, mais ou menos. Mas no mais a gente está atento...

A.T.V.F: mil cabeças?

A.: sim...

A.T.V.F: uma turminha grande, heim?

S.: ah é, então eles passam uma noite cortando.

A.: é, foi à noite.

S.: para isso são várias pessoas...

A.: com certeza, né...

S.: com certeza tem força para carregar...

A.: olha só, o palmito não estaria em extinção, se fosse liberado. Tem gente que tem até raiva do palmito, e isso é uma dó. Se eles veem crescendo pequeno, é capaz de ir lá matar, assim, pisam em cima pra acabar com eles, para não se incomodar. Eu já não penso assim, deixa crescer. Apesar que roubaram alguma coisa, é, eu tenho bastante palmito. Eu posso, por exemplo, se fosse querer comprar, comprar não, se eu fosse querer cortar para meu uso. Umas 10 cabeças por mês, eu poderia cortar e não ia faltar nunca, porque é o manuseio que tu tem que fazer, né. Tu sempre tem que deixar umas cabeças de cada 50 em 50 metros uma matriz, que está carregando sempre, né. E aí nunca se acaba, os passarinhos auto semeiam.

A.T.V.F: Sim, verdade. Agora Acácio, estávamos falando...

A.: da gastronomia...

A.T.V.F: além da gastronomia, o que tu poderia me falar quanto o que você recebeu, por exemplo, na lida com o arado, estou citando alguma coisa da tua lida...

A.: diária?!

A.T.V.F: é, diária sim...

A.: no cultivo hoje, não tenho animal para trabalhar para cultivar, tudo é mecanizado, né. Tenho o “tobata”, o “tratorito” que faz toda a fileira ali no meio do milho, do japão , cará , para poder limpar.

A.T.V.F: teu pai já trabalhava no cultivo?

A.: sim, já trabalhava.

A.T.V.F: com tobata?

A.: não, o pai trabalhava com cavalos.

A.T.V.F: só com cavalos?

A.: sim. Aí eu digo: “não, cavalo é complicado”...

A.T.V.F: sim...

A.: eu até tenho cavalo...

A.T.V.F: uhum...

A.: mas, um trator tu desliga e ele para no lugar. Um cavalo não para, então fica mais difícil de se trabalhar, né. Eu sempre trabalhei, trabalhei com cavalo. Sei trabalhar.

A.T.V.F: uhum.

A.: mas meu negócio é tratorzinho. Micro trator. Faz tudo o que tem que se fazer...

A.T.V.F: e no caso quanto a forma de semear, você desenvolveu isso, ou tu aprendeu com os antepassados?

A.: não, eu aprendi com meus pais, né...

A.T.V.F: com os pais?

A.: com meus avós também.

A.T.V.F: uhum. A compostagem no caso?

A.: a compostagem no caso não se usava esse nome naquela época, compostagem. Mas o processo era o mesmo, só que era feito em céu aberto.

A.T.V.F: uhum.

A.: hoje em dia ela é com cobertura. É feito um piso, inclusive ele é impermeabilizado, e se faz o mesmo tipo de composto que nem eu fazia no começo, quando vim para cá. Meus avós, meu bisavô já faziam desta forma.

A.T.V.F: então você recebeu a técnica e só melhorou?

A.: sim, só melhoramos! O nome mudou, na verdade, a prática é a mesma, só que não tinha o hábito de dizer compostagem. Era o esterco jogado lá com palha e misturava tudo o que tem junto ali e se fazia a compostagem. Se faz hoje assim.

A.T.V.F: uhum! Quanto as ferramentas. Você teria algumas ferramentas que você recebeu dos antepassados?

A.: sim, eu tenho uma ferramenta aqui que é um cipilho ou cipilho-a-mão. Ele é da Alemanha, veio com meu bisavô em 1858, né mãe? É, 58. Está gravado em cima...

A.T.V.F: até hoje ainda?

A.: se precisar usar eu uso, mas hoje em dia é quase tudo elétrico.

S.: tem a canga também né?!

A.: ah é, tem uma canga-humana.

A.T.V.F: uhum...

A.: que a turma transportava peso.

A.T.V.F: ah é?!

A.: isso era dos migrantes, talvez o alemão que era o primeiro imigrante que veio para cá, a..

S.: família Bunder.

A.: família Bunder, eles que talvez trouxeram isso, que quando eu cheguei, já tinha essa peça.

A.T.V.F: sim.

A.: esse cipilho que a gente estava comentando é o inxó que eu tenho aqui, isso veio tudo de lá...

A.T.V.F: o que é esse inxó?

A.: inxó é para tu fazer, por exemplo, cavar uma canoa para água. A pá dela, a parte debaixo que faz parte do inxó, é redonda, oval. E tem outra peça, eu não sei como é o nome... tipo um cipilho também, mas aí tu pega nas duas mãos e puxa, né, tem dois cabos, usado para fazer o cabo de ferramenta.

A.T.V.F: uhum...

A.: isso a gente ainda usa.

A.T.V.F: certo.

A.: entende?

A.T.V.F: legal! Muito interessante mesmo.

A.: tem uma outra para tu fatejar madeira. Antigamente as serras eram tudo a mão, né, precisava de duas pessoas para trabalhar. E aí muitas madeiras fatejavam, inclusive também, a casa aqui tem madeira fatejada.

A.T.V.F: sim...

A.: entendeu?!

A.T.V.F: ok.

A.: era feito a machado isso aí. E aí eles tinham uma ferramenta lá, tipo um “u”, com ponta nos dois lados, dois centímetros de largura e depois curvavam, fazia um “u”, né, era para fixar na madeira para poder aprumar ela, para ficar firme, para não virar na hora que estava fatejando.

A.T.V.F: tu lembra o nome dessa ferramenta? Só de curiosidade.

A.: na verdade era um pontalete, né. Se ponteia ela, para não virar a madeira. E tu bota uma na ponta, por exemplo, parafatejar a madeira. Ao colocar a madeira em cima, você vai ter que ter um cavalete, certo. Um cavalete, e daí em cima desse cavalete se bota aquela madeira que vai fatejar, e ali se usava aquela ferramenta, aquele “u”.

S.: é tipo um grampeador.

A.: é, pode ser pensado como um grampeador, podemos até ver depois.

S.: sim.

A.: mas aí fincava em cima da travessa, e na madeira que tu ia fatejar, ela não se virava, né.

S.: aham.

A.T.V.F: certo. Para beneficiar as toras, é isso?!

A.: exatamente.

S.: é!

A.: aí tinha as cunhas para rachar madeira, que a gente tem hoje.

A.T.V.F: tu usa a cunha ainda, até hoje?

S.: às vezes preciso usar.

A.: a cunha de madeira, né?!

A.T.V.F: uhum...

A.: pode ser até de madeira, quer dizer, cunha de ferro. Mas pode-se fazer de madeira também. Só que ela destrói. Mas agora, o macete para bater é de madeira, ok. Por exemplo, tu vai fincar um moerão de cerca. Vai fazer cerca, aquele moerão ali, se tu botar de madeira ele é batido com macete de martelo, seria de madeira.

A.T.V.F: uhum, certo. Bom, agora vamos entrar em um assunto sobre a família. Tem uma época que o teu filho trabalhava na cidade, ele trabalha ainda na cidade, ou não?

A.: não, ele atualmente está desempregado.

A.T.V.F: uhum.

A.: a empresa que ele trabalhava fazia consertos para o Banco do Brasil. E parece que faliu e essas coisa. Essa empresa é de Santos.

A.T.V.F: sim.

A.: Complicou a coisa, inclusive está com a carteira sem ter dado baixa ainda.

A.T.V.F: ah, não deu baixa ainda?

A.: ele estava me contando que botaram um advogado, e foram procurar os seus direitos.

A.T.V.F: certo, e ele trabalha contigo hoje, ele está aqui?

A.: é, ele quando dá, está trabalhando para mim, e está trabalhando para fora também.

A.T.V.F: ah, ele trabalha para fora também? Ele trabalha aqui na propriedade?

A.: não, é... na agricultura.

A.T.V.F: uhum, só teu filho que trabalha aqui no Pirai?

A.: às vezes uma filha que está na cidade também trabalha aqui. É que ela mora no centro, vem ajudar às vezes, quando aperta o cinto demais aqui, por exemplo, quando fazemos almoço para o pessoal que vem conhecer a propriedade. São grupos fechados.

A.T.V.F: aí ela vem te ajudar?

A.: ela vem ajudar, sim.

A.T.V.F: mas só ajuda vocês, não trabalha com outras famílias no Pirai?

A.: não! Só trabalha aqui.

A.T.V.F: se quiseres comentar sobre a renda, citando o percentual, ou quanto por cento, mais ou menos vem da agricultura, que é a rendamensal?

A.: da agricultura posso dizer que dá 50%...

A.T.V.F: 50%?!

A.: e aí é como se diz, como a gente trabalha no turismo, isso faz parte também. Como é que eu vou dizer? Agregação de valores. Por exemplo, às vezes pode dar uma falha na agricultura, muita chuva ou algo parecido, e aí a gente perde. Então temos isso para complementar.

A.T.V.F: e 50% seria turismo?

A.: sim! Não, não! Menos...

A.T.V.F: menos?

A.: Menos de 50%, porque tem minha aposentadoria também.

A.T.V.F: és aposentado?

A.: então, bota lá 25% ou talvez bota lá 60, 60% na agricultura.

A.T.V.F: então seria 85%, mais ou menos 15% vem do turismo?

A.: sim, isso mesmo!

A.T.V.F: certo. Neste caso, essa pergunta aqui é no caso, para a esposa.

A.: uhum...

A.T.V.F: ela tem alguma outra atividade de tricô, crochê, costura... alguma atividade que auxilia na renda?

A.: não...

A.T.V.F: não?!

A.: ela até sabe, mas não sobra tempo.

A.T.V.F: tempo, imagina?!

A.: saber ela sabe, ela aprendeu corte e costura, mas não consegue praticar.

A.T.V.F: aham, sim.

A.: é que não dá tempo.

A.T.V.F: aham, imagino. Agora vamos começar a entrar na questão da Fundação 25 de julho. No caso da Fundação, eles estiveram aqui visitando vocês?

A.: Muito, muitas vezes!

A.T.V.F: é? Eles vêm de vez em quando aqui?

A.: sim!

A.T.V.F: É? E vocês podiam dizer de quanto em quanto tempo, talvez seja difícil.

A.: quando eu preciso vou atrás, né?! Aí eles vêm. Se precisar duas vezes por mês, com certeza, eles vêm né?!

A.T.V.F: assim, a cada dois meses ou três eles vem rotineiramente, é isso?

A.: sim.

A.T.V.F: a cada dois, ou três meses?

A.: pode-se dizer que é a cada dois meses então.

A.T.V.F: a cada dois meses? E assim, qual seria uma atividade que eles mais fazem aqui?

A.: assistência técnica, tanto para aves, quanto peixe, né, a piscicultura também?!

A.T.V.F: certo.

A.: e a orientação sobre plantio.

A.T.V.F: uhum, certo. Até agora, com relação à questão de cursos, para teu filho, para tua filha, na Fundação. Eles chegaram a fazer algum curso? No caso, e você ou sua esposa?

A.: a esposa fez.

S.: eu e o Jacson também.

A.: ah o Jacson também.

S.: como é que é o nome do curso mesmo?!

A.: qualidade de água.

S.: é, aham.

A.: qualidade de água.

S.: ele tem até o certificado.

A.T.V.F: uhum, ele fez mais algum curso?

A.: ele não, só esse aí.

S.: mas eu fiz vários, derivados de leite, queijo, essas coisas aí, de pão...

A.: corte de aves, eu também fiz.

S.: corte, é, aham...

A.: corte de aves. Aí aprendemos a fazer, no geral: linguíça, patê, filetagem normal. Aprendi até a desossar um frango sem cortar ele.

A.T.V.F: uhum.

A.: eu fiz também qualidade de água, o que era mais mesmo?

S.: ah, como é que se diz?

A.: agora para lembrar de tudo, só pegando os certificados que é uma maleta cheia. (risos).

A.T.V.F: mas então fez cursos, muitos cursos?

A.: é, muitos cursos.

S.: e dá...

A.: em 74 eu fiz sobre manutenção de tratores, lá na Fundação.

A.T.V.F: uhum, certo.

S.: de despolpa também.

A.: do açaí, fizemos aqui em casa.

A.T.V.F: vocês promoveram um curso aqui, participaram e convidaram os vizinhos?

A.: exato! Até estou pensando em comprar aquela despolpa de açaí, a maquininha, para fazer a polpa aqui em casa.

A.T.V.F: puxa, que legal!

A.: claro que aí, se for querer comercializar, tem que ter, como se diz, um local para manipular ele, e tudo certinho, que a vigilância vem aqui e dá o ok, né. É aí que está o problema?!

A.T.V.F: é. Isso aí é complicado.

A.: a micro-indústria. Aí a coisa complica...

A.T.V.F: aí já é a longo prazo?

A.: interessante... Mas como aqui em Joinville é difícil de conseguir essas coisas.

A.T.V.F: é?!

A.: que de embutidos, não tem ninguém... Não é que não tem, mas para quem quer abrir hoje, está complicado. Se tu vai lá no terreno do vizinho tu faz, vizinho o que eu quero dizer: Guaramirim, Jaraguá, Corupá, Garuva, lá tem, tem para tudo quanto é lado. A lei no Brasil não é igual?

A.T.V.F: É, eu soube que a Vigilância Sanitária...

A.: eu não sei o que tem, sabe?! Na verdade, na Vigilância, têm coisas que acontecem lá que eu não concordo. Por exemplo, tu vai fazer panificação. Vai fazer a estrutura dela, né. Um diz que pode ter três metros de parede, outro diz que é 16, outro diz que é 12, e cada fiscal fala uma coisa.

A.T.V.F: uhum.

A.: eu acho que não deveria de ser...

A.T.V.F: Mas é assim.

A.: porque se existe uma lei: “óh, ela tem que ser assim, o padrão é esse”, aí tem que seguir, todo mundo igual. Não, um diz: “não, pode ser!”, outro diz: “ah é mais ou menos.” Aí, ah, para com isso! Isso não existe!

A.T.V.F: isso é complicado! Com relação à questão de financiamento, tu estava me falando que em 74, você estava tentando fazer o financiamento para pegar um tobata, é isso?! E conseguiu aquele financiamento?!

A.: uhum, sim.

A.T.V.F: depois disso você conseguiu algum outro financiamento?

A.: sim, consegui mais um de tobata, né, comprei mais outra financiada, comprei a roçadeira, agora recente, em 2012 comprei um carro.

A.T.V.F: Então vários financiamentos?

A.: sim...

A.T.V.F: já conseguiu?

A.: sim

A.T.V.F: então vários financiamentos tu já conseguiste, para atividades na área rural?!

A.: sim, com certeza. Inclusive melhorou bastante né, de uns dez anos, é...

S.: mais...

A.: é, nuns dez anos para cá melhorou a entrada para o agricultor poder fazer um financiamento...

A.T.V.F: Do Pronaf?

A.: isso, do Pronaf. Na época era problema, né, para tu conseguir, tu tinha que ter um, isto é, uma renda, como é hoje, tem que ter. Mas é difícil o agricultor ter acesso.

A.T.V.F: uhum.

A.: era muito difícil. E o Banco do Brasil, hoje, abriu as portas, agora a Caixa Econômica também. Graças a Deus, está melhorando.

A.T.V.F: acha que melhorou, então?

A.: oh, melhorou, melhorou muito. Porque, hoje em dia pode ver, o agricultor está todo ele com carrinho bom na garagem, um trator bom para trabalhar. Tem dignidade hoje, porque há uns anos atrás estava difícil. Quem tem, tem, quem não tem, tem que se virar como podia. Os agricultores tinham pouca chance de fazer financiamento, e hoje melhorou.

A.T.V.F: agora, essa questão de financiamento, a Fundação auxilia, orienta vocês?

A.: auxilia sim, orienta bastante. Outra também é a Epagri que nos ajuda. Que faz as zap, né, para nós e...

A.T.V.F: a Epagri também auxilia?

A.: também, e a Epagri, ela que libera o zap para nós, né.

A.T.V.F: o que que é zap?

A.: A zap é um documento que diz que você é agricultor, para, que você está produzindo alguma coisa...

A.T.V.F: ah, sim.

A.: eles vêm fiscalizar, tanto da Fundação 25 quanto a Epagri, né. Eu aqui na agricultura acho que sou um dos mais ativos, vou e corro atrás mesmo, né. A gente ajuda nossos parceiros, os agricultores, porque o interessante é ajudar os agricultores.

A.T.V.F: sim, claro. É, esse trabalho aí...

A.: Não é fácil... O agricultor, muitas vezes ele também não tem tempo para estar correndo atrás das coisas.

A.T.V.F: e ele, às vezes, fica meio tímido, não é acostumado a conversar com o pessoal?

A.: é, bastante... Na 25 de julho, eu me lembro, têm pessoas lá dentro, o Jakson e o Rivelino, quando eles começaram a carreira aqui, era quando nós começamos a trabalhar com o frango orgânico.

A.T.V.F: sim, lembro daquela época.

A.: ninguém tinha coragem de convidar eles... “Ah, mas são dois ‘gurizões’, não vão saber nada”. Não, eu vou convidar eles, e convidei. Fui o primeiro agricultor que convidou eles para vir dar uma assistência, né. E lá nós vamos trocando as ideias, e vamos...

A.T.V.F: isso faz tempo, heim?!

A.: faz!

A.T.V.F: porque a Fundação foi fundada em 60 e....

A.: 60 e...

A.T.V.F: nove, eu acho...

A.: 68, 69.

A.T.V.F: É. Ali que tu começou então?

A.: É. E os caras realmente, se tu der um desafio para eles, eles vão atrás e conseguem trazer a informação para nós.

A.T.V.F: mas antes de 69, tinha algum órgão assim, que orientava?

A.: não! Tinha, ah sim! Tinha a... 69, na verdade eu comecei mais em 74, né. De 74 para diante eu posso falar alguma coisa. Quer dizer, aí eu tenho certeza do que eu falo. Tinha assim, como é que é a... Casa do adubo, não Casa do Adubo não, como é que é, a... “Colinorte”.

A.T.V.F: a Colinorte?

A.: a Colinorte, faliu também. Isso é através da Fundação 25 e não sei o que que tinha tudo, um apoio lá que tinha. Isso, a Colinorte era forte, tinha tudo quanto é tipo de sementes que tu queria.

A.T.V.F: essa era uma cooperativa?

A.: e como uma genética boa de, até suínos, bovinos, né. Que aqui o Piraí era uma bacia leiteira mais forte daqui de Santa Catarina.

A.T.V.F: é, nossa senhora, muito forte.

A.: tinha a Leika, que comprava o leite de nós, aí né.

A.T.V.F: uhum.

A.: até eu vendia para a Leika também. Depois foi a Parlamat, o Gumz lá de Jaraguá. Tinha aquela da Dona Francisca também, que fechou, faliu.

A.T.V.F: uhum. Qual que era a da Dona Francisca?

A.: da Dona Francisca não me lembro mais o nome dessa... Lá eu vendi muito pouco, porque eu fiquei sem acompanhar muita coisa, que existia ainda a Leika, né, e aquela empresa lá, e a gente via que estava trabalhando melhor.

A.T.V.F: uhum, entendi. Bom, Acácio, agora nós vamos entrar em outro assunto, que é com relação a participação, no caso, tua ou da tua família, em entidades.

A.: uhum.

A.T.V.F: eu sei que és um dos fundadores da, como é que a cooperativa, Coo...

A.: é, Copaville.

A.T.V.F: Copaville?

A.: antes era Venac que nós tínhamos a associação, né. Até falando de...

A.T.V.F: essa não tem mais? A Venac?

A.: Não, a associação existe, só que ela está inativa, né. Ela está parada, mas existe ainda. Naquela época, há sete anos atrás, a gente foi orientado para fazer a cooperativa, por causa de notas, que uma associação não pode emitir notas. Nós estávamos emitindo. E fomos orientados, assim nós fundamos a cooperativa, e foi como é hoje...

A.T.V.F: daí que veio a Copaville então?

A.: é, de lá que veio a Copaville.

A.T.V.F: legal!

A.: então foi uma batalha muito árdua que, com a insistência, a gente fez a cooperativa e graças a Deus deu certo. E tem muitas associações, hoje, que estão emitindo nota, não sei até quando. Por lei já não pode mais.

A.T.V.F: sim. E tem mais alguma entidade, que participas, além da Copaville?

A.: sim, estou na associação de moradores.

A.T.V.F: associação de moradores?

A.: é eu sou vice-presidente.

A.T.V.F: aqui do Pirai?

A.: é, a Amem, Associação dos moradores da estrada dos Morros.

A.T.V.F: da estrada do Morros?

A.: da estrada dos Morros! Abreviado é Amem.

A.T.V.F: uhum, certo. E no caso, vocês participam também de alguma igreja aqui no Pirai?

A.: sim, a luterana.

A.T.V.F: a luterana?

A.: aham.

A.T.V.F: a família toda participa?

A.: sim.

A.T.V.F: participam mais dos cultos, ou em outras atividades?

A.: do culto, às vezes palestra.

A.T.V.F: palestra?

A.: eu participo também, é da APA Dona Francisca.

A.T.V.F: ah, tu vai nas reuniões da APA também, então?

A.: não todas, mas vou.

A.T.V.F: certo.

A.: meu nome está lá.

A.T.V.F: então tu deve ter visto nossa representante Fernanda, ela é da Univille tem o sobrenome Dallonso?

A.: Dallonso, é... E participo também do turismo pedagógico... Turismo eco rural e turismo pedagógico.

A.T.V.F: associação?

A.: é, associação! Turismo...

A.T.V.F: eco rural?

A.: sim.

A.T.V.F: pedagógico?

A.: é pedagógico. Pedagógico é separado. Não é junto, nessa aqui.

A.T.V.F: é outra associação?

A.: é outra associação.

A.T.V.F: poxa, tu tens bastante atividade aqui nessas entidades.

S.: é, só está na rua (risos).

A.: sou representante (risos), né mãe?!

S.: ah é, é. (risos)

A.: 42 anos juntos.

A.T.V.F: nossa.

A.: não são 42 dias não, é uma vida.

A.T.V.F: é uma vida... legal.

A.: e graças a Deus sempre um sucesso. É e eu não estou participando mais, eu participava.

S.: da Codvim, do coral, coisas que a gente deixou, não dá mais...

A.: é coral... O coral também, a gente participava junto, e não dá pra ir tudo. Coral foi legal, até gravamos um CD, a galera toda.

A.T.V.F: olha só, que legal.

A.: temos um CD, cara (risos)

A.T.V.F: Agora vamos falar de festa daqui (risos)

A.: às vezes é bom, né?! (risos)

A.T.V.F: vocês têm alguma festa que vocês fazem aqui anualmente, aqui na propriedade de vocês?

A.: é o que sai sempre aqui, nós temos da associação de moradores.

S.: tem festa junina.

A.: festa junina.

A.T.V.F: isso aí vocês sempre fazem? Festa junina?

A.: aqui na propriedade!

S.: é, essa é feita aqui.

A.T.V.F: na associação de moradores também, sempre fazem? Uma vez por ano?

A.: uma vez por ano.

S.: a festa, né. As reuniões sempre a primeira semana do mês.

A.: do mês. Eu dei como a sede provisória para eles, aqui.

A.T.V.F: mas aí tem uma festa da associação dos moradores e tem uma festa junina aqui, separado? Como é que é?

A.: não, a festa junina é junto com a associação de moradores, é a mesma festa.

S.: é a mesma festa.

A.: para nós, parte disso ali a gente faz, promove a festa também, aqui. Até casamento já saiu aqui.

A.T.V.F: ah sim, e os eventos?

S.: sim, tem outra, que não é feita aqui, mas é a festa do colono, mas essa é lá fora.

A.T.V.F: ajudam a organizar?

A.: é até se você entrar no site vai achar o prefeito lá. Na última que teve, ele cumprimentando nós, tirando foto. A família estava ali.

A.T.V.F: legal.

A.: tirando leite da cabra.

S.: é, a cabra ele tirou. A cabrinha, as galinhas e os coelhos também.

A.T.V.F: ah, é?

S.: e o totó também.

A.: o totó também estava, o cachorro. O órfão. Aqui a gente...

S.: pegou ele, né, e adotou ele... (risos)

A.T.V.F: agora é o guarda.

S.: Os netos gostam, colocam em cima da carreta.

A.T.V.F: olha só, que legal. É no caso aqui relacionamento com as famílias do Piraí, vocês têm algum relacionamento, com questão das técnicas agrícolas, no plantio, para trocar ideias?

A.: sempre tem!

A.T.V.F: sempre tem?

A.: inclusive troca de sementes a gente faz.

A.T.V.F: ah, faz troca de sementes?

A.: sim!

A.T.V.F: olha só! Tem mais alguma coisa que você lembre, além da troca de sementes?

A.: troca de sementes, inclusive as visitas que a gente faz, com os vizinhos.

S.: um orienta o outro.

A.: um orienta o outro. Um começa a orientar o outro. “Ah tem uma novidade, eu tenho isso aqui de semente, alguma coisa” sempre tem, inclusive com as aves. A gente troca com os vizinhos, né.

A.T.V.F: ah, troca de aves também?

A.: troca de aves.

S.: sempre o reprodutor, mais assim, o...

A.: ou a fêmea ou o reprodutor, né. Os dois, a gente troca os dois.

S.: é!

A.: geneticamente isso é bom, porque troca o sangue, sempre, né.

S.: é, pode ter assim, parentescos, aí ...

A.T.V.F: nesse caso, troca de sementes, mas semente nativa, como é que é isto?

A.: a nossa é nativa.

A.T.V.F: certo. Agora outra questão, o assunto é um pouco mais político. O que a Fundação ou a prefeitura podiam fazer, para melhorar a vida das pessoas aqui, no Piraí?

A.: eu acho que não é só do Piraí. Seria do total. Hoje eu posso falar uma coisa para ti: abrir as portas, porque estava trancado, não estavam ajudando com nada. Estão fazendo mudança, que bom. Só que eu acho que não deviam ter parado com o programa anterior. Eles pararam totalmente.

A.T.V.F: aham, qual programa que está falando?

A.: o programa, por exemplo do trator, para ajudar a lavrar a terra, a roçada.

A.T.V.F: mas não tem mais esse programa?

A.: até agora não, está parado ainda. Abriram e começaram a negociar, porque eu conheço a 25 de julho desde 74, como eu falei, e foi nessa última gestão que parou tudo, parou radicalmente.

A.T.V.F: uhum.

A.: Eles estão fazendo mudança, que bom! É, e agora nesses dias, abriram as portas parece.

A.T.V.F: mas na gestão anterior, nunca tinham parado, assim?

A.: não, sempre estava lá. Sempre trabalhava.

A.T.V.F: principalmente esse problema do trator de agora?

A.: principalmente o trator. Isso tudo. Assistência técnica, sempre teve.

A.T.V.F: isso não parou?

A.: não, não parou. Mas quanto a isso, tinha patrulha mecanizada e não tem mais. O que eu lamento e eles vieram até me procurar, é o sr. Valério vir me procurar aqui, para ver se podia passar os tratores para a cooperativa. A gente mandou todos os documentos que ele exigiu e ele não deu retorno para a gente. Depois ele falou que não daria. Mas na verdade não deu suporte. Dizer: “oh, falta um documento”, está faltando. Simplesmente ele mentiu para a gente. Eu lamento muito, faltou diálogo. Não da minha parte, da parte dos agricultores. E tem trator parado, zerado, que não trabalhou um minuto. Isso é um descaso! Porque ele alegava primeiro que não tinha tratorista, depois alegou que não tinha implemento. Mas como eles conseguiram o trator, também se consegue o implemento, é só correr atrás, entendeu? Eu não sei porque ele não correu atrás. Ele estava desenvolvendo um outro sistema de trabalho, ali, mas eu acho que podia, essa é a minha visão! Podia ter continuado a trabalhar. Naquela porcentagem o agricultor paga o óleo diesel, e parar radicalmente. Eu achei assim descaso. O agricultor é tão sofrido, tão sofrido, entendeu? E eles podiam ter continuado.

A.T.V.F: ficou algo não explicado.

A.: não explicado. Simplesmente dizer: “não tem como trabalhar, não dá para trabalhar!”. Então foi lamentável isso. E tem que mudar, claro, mudança tem que ter, eu concordo com isso. Mas acho que não se para um projeto que está ou que é beneficiado, porque eu não conheço só Joinville, eu conheço: Guaramirim, que é nosso vizinho, Corupá, Jaraguá, Blumenau. Por que lá funciona? Lá funciona sim.

A.T.V.F: entendi.

A.: e também trocou de governo, então será que é só aqui em Joinville que estava tudo errado? Têm coisas que não está bem explicado. Eu concordo plenamente em fazer mudanças, melhorar as coisas, então talvez agora conseguiram abrir a casa, conseguiram acertar a casa, então. Arrumar a casa. É, agora o mais sofrido sempre foi o agricultor!

A.T.V.F: não é fácil. Mas assim, em termos de perguntas Acácio, para concluir as perguntas, ok. No caso, alguém participa, ou você participa em algum órgão, para ajudar a dar opinião sobre políticas públicas, que a prefeitura possa ajudar vocês agricultores?

A.: a última que eu participei foi da APA, né.

A.T.V.F: além da APA, mais algum órgão participaste?

A.: ah, a gente foi várias vezes em reuniões, na Câmara dos Vereadores, na prefeitura.

S.: até falar com o prefeito.

A.: é!

A.T.V.F: Certo, e assim, alguém pergunta para vocês como pode melhorar o processo?

A.: ah sim, sempre perguntam.

A.T.V.F: sempre perguntam?

A.: A gente vai sempre nas reuniões que têm, por exemplo, na Univille e onde a gente vai, a gente relata sobre a polícia. Tanto a polícia militar, quanto ambiental. É, eles vêm aqui, inclusive, nas reuniões, a gente solicita uma explanação melhor da legislação e como eles estão a frente disso. Para orientar os agricultores a trabalhar, então sempre tem algo para explicar. E a gente sempre vai e sempre está correndo atrás para poder mostrar para todo mundo como é que está a situação. Falou em polícia, polícia civil, ambiental, o agricultor fica meio tímido. Isso aí. O agricultor fica meio tímido. Se pensa que eles só vem para reprimir. Não é para reprimir, é para orientar. Mas isso muitos agricultores acham que eles estão aqui só para reprimir o agricultor, e não é assim.

A.T.V.F: não consegue entender?

S.: eles participam aqui das reuniões.

A.: sim!

S.: e sempre tem alguém da subprefeitura, também.

A.T.V.F: ah, eles vêm também?

S.: vêm.

A.: uma grande orientação que a gente teve foi aquela viagem para campo que eu nunca vou esquecer (risos), nem eu nem a Salônia. Que é para orientação nossa, foi muito importante, muito importante.

A.T.V.F: foi a Promotur?

A.: sim, CTG sul turismo.

A.T.V.F: ainda hoje eles continuam assim?

A.: sim, eles estão bastante ativos. Fizemos bastante visitas por aí, até tivemos no Rio Grande do Sul, em novembro do ano passado. Fomos lá...

S.: na Quinta da Estância...

A.: é, Quinta da Estância. É uma empresa, só para turismo que eles recebem 1500 pessoas por dia. Eles tem 35 monitores para auxiliar as pessoas.

S.: fixos, fora os...

A.T.V.F: qual é o nome do lugar?

A.: Quinta da Estância...

A.T.V.F: onde é isso?

A.: em Viamão.

A.T.V.F: Vocês estiveram lá?

A.: sim Viamão.

S.: aham.

A.T.V.F: poxa.

A.: legal para caramba. Mas é enorme, enorme.

A.T.V.F: é um órgão público?

A.: não, é particular.

A.T.V.F: particular? Olha só.

A.: como eles passaram para nós, era particular. Nós falamos com os donos, mas eu vi que a IBAMA estava vendo pássaro. Então eles têm convênio, eles falaram que não, mas eu acredito que deve ter porque eu não vou aceitar um pássaro só para domesticar, ou para ele se integrar e depois soltar na natureza. Alguns são massacrados. Falta às vezes a asa ou a perna. Então eles não podem mais soltar, na natureza.

A.T.V.F: certo.

S.: mas eles têm viveiro grande.

A.: enorme, eles podem voar, dar razante.

S.: é eles podem.

A.: é uma coisa muito bem programada.

A.T.V.F: interessante conhecer essas coisas.

A.: aah, muito interessante. Essa viagem para lá foi muito legal.

S.: aham.

A.T.V.F: bom Acácio, é o seguinte. Como eu estava falando, esse aqui é o trabalho que estou fazendo e hoje, chegando quase na metade do trabalho, vai dar umas 90 páginas, talvez 100 páginas, ou um pouco mais. Vais querer uma cópia dele depois. Porque aí...

A.: seria até interessante...

A.T.V.F: tem bastante teoria e o último capítulo que é mais sobre os agricultores. A agricultura familiar, eu chamo de pequena agropecuária. Na verdade, é quem trabalha com animais. Então, vocês querem todo o trabalho, ou só o capítulo dos agricultores?

A.: o capítulo dos agricultores eu acho que seria interessante.

A.T.V.F: interessante. Creio que ficará pronto até o meio do ano.

A.: não que o resto não seja interessante. Mas seria o estudo que esta fazendo em cima disso?

A.T.V.F: sim, eu quero ver se concluo até o meio do ano.

A.: Como é o nome daquela professora que veio aqui fazer um estudo também sobre isso aqui? Na época era produção de frango e coisa... Tinha duas pessoas.

A.T.V.F: de onde que eles são?

A.: daqui de Joinville mesmo. Faz tempo já.

A.T.V.F: ah, faz tempo?

A.: da ACIJ? Uma foi da ACIJ.

S.: é, uma da ACIJ e a outra...

A.: inclusive ela trouxe o pessoal da ACIJ aqui, que é cadeirante. Veio o fisioterapeuta junto. Foi no começo, bem no começo do ano.

S.: a ADEJ.

A.: ADEJ, ela fez uma pesquisa como funciona a agricultura. Em geral, tanto turismo, quanto agropecuária, essas coisas. Foi muito legal, aí depois ela trouxe um grupo. Eles passaram o dia aqui. Um dos primeiros grupos, na época isso foi em ...

S.: faz tempo já...

A.: foi bem no começo. Foi antes do turismo rural. Não, não tinha começado.

S.: já tinha começado, aham. Acho que foi o que, em 2008. Não, foi mais...

A.: mais, antes. Foi 98.

S.: é 98, 99, por aí. Foi antes dos 2000, por aí.

A.: por aí... Acho que, se eu não me engano, foi em 2004.

A.T.V.F: uhum.

S.: não lembro mais certo. Eu não me lembro o nome dela também.

A.: a gente chama para Solônia, mãe, né. Mas é Selânia, na verdade. (risos)

A.T.V.F: então é isso aí, acho que...

FIM DA ENTREVISTA

ANEXO 10. Transcrição da entrevista -Carmem L. Klingenfuss Jacobi

Mestrando: Adhemar Tavares Vieira Filho

Entrevistado: Carmem L. Klingenfuss Jacobi

Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho

Data da entrevista:

Local: residência entrevistado

Transcritor: Ketlyn Cristina da Silva Alves

REVER NOMES CITADOS AO LONGO DA ESTREVISTA

A.T.V.F.: bom, as perguntas vão começar aqui... a professora que está me orientando, ela estava junto com aquele grupo de pesquisa da UFSC, é a profa. Patrícia da Univille.

C.L.K.J. Uhum

A.T.V.F.: ela que está me orientando, é professora na Univille.

C.L.K.J. Uhum

A.T.V.F.: bom Carmem, é Carmem, deixa eu tentar ver o sobrenome, como é que se pronuncia esse sobrenome aqui

C.L.K.J. Klingenfuss

A.T.V.F.: Klingenfuss

C.L.K.J. é, se escreve, porque no Brasil quando vieram eles transformaram em Klingenfuss mas ele é Klinfuss, na Antartica tem a historia dele

A.T.V.F.: ah olha só

C.L.K.J.: que até o brau... brau, como é que eles dizem

A.T.V.F.: ah, o brasão Jacobi?

C.L.K.J.: é isso

A.T.V.F.: oh... como é o nome do teu marido?

C.L.K.J.: Arthur Getulio

A.T.V.F.: então assim óh, ah... os trabalhos com as famílias rurais e com a Fundação 25 de Julho que estão evoluindo, agora a primeira duvida é com relação a propriedade de vocês

C.L.K.J.: uhum

A.T.V.F.: é...sempre foi desse tamanho desde o inicio que vocês começaram aqui na área rural, ou ocorreu alguma divisão na propriedade, houve algum...algum filho ou outra pessoa que veio morar aqui também?

C.L.K.J.: é que assim, no começo quando chegaram aqui foi o sogro primeiro sozinho, ele com a família dele, daí acho que 2 ou 3 meses mais daí vieram mais 2 irmãos dele

A.T.V.F.: como é que era o nome dele?

C.L.K.J.: Amandu Germano Jacobi

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: é Amandu não é “do”

A.T.V.F.: isso

C.L.K.J.: é. Germano Jacobi

A.T.V.F.: aham. E eles chegaram mais ou menos, é... tem ideia do ano?

C.L.K.J.: foi, eu acho em 1972

A.T.V.F.: ah sim

C.L.K.J.: eu não tenho bem certeza se é 72 ou 71

A.T.V.F.: 1972?

C.L.K.J.: isso

A.T.V.F.: Uhum, certo. Ai vocês vieram com ele depois?

C.L.K.J.: não. Daí eles já estavam morando aqui acho que uns 5 anos, aonde eu e meu marido nos conhecemos, quer dizer, na realidade nós íamos a escola juntos, a doutrina juntos (risadas)

A.T.V.F.: aham (risadas), entendi

C.L.K.J.: é que meus pais moravam aqui em baixo, perto da Escola Emilio Stock, ali adiante.

A.T.V.F.: aham

C.L.K.J.: então, nós viemos do Vila Nova para cá também

A.T.V.F.: uhum entendi

C.L.K.J.: só que nós viemos um ano antes do que eles para cá

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: né, um ou dois anos antes, e depois nos encontramos aos 15 anos, eu me juntei com ele

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: e...ai sempre trabalhei aqui

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: sempre lutei aqui. Dai uma época, um período nós trabalhamos juntos, eu trabalhei na firma que era dona dessa terra aqui também, né.

A.T.V.F.: uhum sim

C.L.K.J.: trabalhei acho que um período de 4 anos, de 3 para 4 anos

A.T.V.F.: e onde que era essa empresa

C.L.K.J.: é... em Guaramirim, a antiga Roja

A.T.V.F.: ah, ok

C.L.K.J.: ali eu trabalhei e depois o resto do tempo sempre foi aqui neste lugar

A.T.V.F.:Uhum sim

C.L.K.J.: eu trabalhava meio período lá e meio período aqui na roça

A.T.V.F.: Uhum, sim. E na época vocês só trabalhavam na agricultura e na criação de animais assim ou...

C.L.K.J.: na época nós trabalhávamos, a maioria com banana

A.T.V.F.: sim

C.L.K.J.: foi um período bem longo que foi com a banana, vendíamos carretas de banana por semana, a cada 14 dias

A.T.V.F.: hum

C.L.K.J.: porque daí era os três, os três irmãos aqui, né

A.T.V.F.: sim

C.L.K.J.: e...daí uma época também foi tirado bastante madeira

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J. foi extraído bastante madeira, palmito na época também só que tudo eles consumiam na firma deles mesmo, né

A.T.V.F.: isso aí era para empresa Roja

C.L.K.J.: é da Roja

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: eles tinham assim serraria e eles tinham a (incompreensível)

A.T.V.F.: Uhum. E essa madeira era beneficiada na Roja também?

C.L.K.J.: também, eles mesmos que faziam o beneficiamento

A.T.V.F.: qual que é o tamanho aproximado aqui da área, mais ou menos, uma estimativa

C.L.K.J.: essa área de terra aqui são 26 milhões e não sei bem quanto

A.T.V.F.: aham

C.L.K.J.: é uma área muito grande

A.T.V.F.: em hectares assim...

C.L.K.J.: não sei, isso aí, é uma área muito grande

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: aqui pega Pirai, a usina da CELESC, daí vai atrás de Schroeder, Rancho Bom

A.T.V.F.: Uhum, sim, isso tudo está no nome de vocês?

C.L.K.J.: não está no nosso nome, isso ainda está no nome da firma

A.T.V.F.: a sim, está no nome da Roja

C.L.K.J.: da Roja, não é da Roja, é da Rudolfo Ian Neto

A.T.V.F.: hum

C.L.K.J.: porque antes era filho mas agora é neto, o filho faleceu

A.T.V.F.: é que assim óh, aqui é mais a questão da área que é trabalhada para produção de produtos?

C.L.K.J.: o que, o que nós queremos, que nós estamos na justiça brigando por isso são 400 morgos

A.T.V.F.: a sim

C.L.K.J. isso é a nossa parte, é o que nós usamos, porque daí depois tem os espaços do rio que tem que tirar então 400 morgos da área para manter a mata... e hoje em dia tem meu filho que trabalha aqui junto a nós

A.T.V.F.: Uhum, e aí eles estão dentro desses 400 morgos, seus filhos também?

C.L.K.J.: sim

A.T.V.F.: quantos filhos seriam no caso?

C.L.K.J.: aqui dentro agora nós temos no momento 3

A.T.V.F.: 3 filhos?

C.L.K.J.: 4!

A.T.V.F.: 4 filhos?

C.L.K.J.: é 4. Tem o da abelha também, das plantas ornamentais, tem o da palmácea e tem a menina do... aipim descascado. 4 não, são três né. É 3, porque um mora no Pirai, o outro mora

no... são 3 , oh eu estou confundindo, a outra está querendo entrar, mas não entrou ainda nesta propriedade

A.T.V.F.: uhum. Então são plantas ornamentais, abelhas e palmácea?

C.L.K.J.: isso, e aipim descascado

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: e nós com o uso do melado né

A.T.V.F.: de melado?

C.L.K.J.: Uhum

A.T.V.F.: é... no caso, a pouco a Carmem, estava contando a história como eles chegaram aqui,ok?

C.L.K.J.: uhum

A.T.V.F.: a gente podia rever essa história porque é interessante, aqui os ancestrais tinham essa tradição que vocês herdaram deles?

C.L.K.J.: Uhum

A.T.V.F.: mais isso aí que a gente quer rever depois

C.L.K.J.: é eles chegaram aqui em 1972 mais ou menos por esse período aí

A.T.V.F.: uhum, entendi

C.L.K.J.: olha, eles vieram para uma casa bem antiga, bem velha, daí eles moraram um tempão dentro, depois ele destruiu e construiu uma outra casa, para eles morarem

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.:em 5 anos eu vim morar para cá junto, e daí sempre trabalhamos aqui, sempre nessa propriedade

A.T.V.F.: antes deles tinha alguém aqui nessa área?

C.L.K.J.: é... tinha bastante gente sempre morando aqui, dizem que nunca aguentava ninguém

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: é que era muito mato ao redor, não tinha descampado, era uma área preservada mesmo, com bastante madeira, bastante palmito a... os bichos... que nem a...os bichos do mato né, eles chegavam roubavam, matavam criação e tudo. E hoje em dia com o meximento já diminuiu

A.T.V.F.: tinha onça aqui?

C.L.K.J.: tinha, tinha onça, tinha um monte de coisa, agora já, esses dias nós vimos os macacos vindo de novo até aqui embaixo, mas a maioria a gente escuta, que eles estão ali na serra, né

A.T.V.F.: Uhum

C.L.K.J.: mas assim, está bem mais tranquilo em morar aqui agora

A.T.V.F.: certo. É... no caso voltando ao produtos que vocês produzem aqui?

C.L.K.J.: hum

A.T.V.F.: o produto principal de vocês é o melado?

C.L.K.J.: é mousse e melado

A.T.V.F.: é o mousse e o melado?

C.L.K.J.: e o melado

A.T.V.F.: esse é produção de vocês aqui?

C.L.K.J.: é, daí tem as lagoas também né

A.T.V.F.: Uhum, está ok.

C.L.K.J.: não estava nem lembrando disso

A.T.V.F.: e esse mousse e melado é o ano todo?

C.L.K.J.: sim, o ano todo

A.T.V.F.: e tem mais atividades, além do mousse e o melado, que vocês se dedicam?

C.L.K.J.: é, e tem as roças que a gente tem, né, um pouco de roça, tem as árvores frutíferas que a gente cuida, plantação de cana, principalmente a plantação de cana e de banana, né

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: que é o mais difícil

A.T.V.F.: e na roça, o que vocês cultivam na roça?

C.L.K.J.: aipim, batata doce, só para o próprio gasto mesmo

A.T.V.F.: só para o consumo próprio?

C.L.K.J.: é, aipim, batata doce e só... a e japu

A.T.V.F.: japu também, taiá né

C.L.K.J.: não é taiá, é japu

A.T.V.F.: ah, é japu?

C.L.K.J.: taiá é outra coisa

A.T.V.F.: certo

C.L.K.J.: taiá é uma batata espinhenta também, mas (incompreensível)

A.T.V.F.: vocês tem algum produto orgânico?

C.L.K.J.: orgânico? Nós sempre fomos orgânicos, mas nunca adquirimos o selo

A.T.V.F.: (risadas)

C.L.K.J.: só que agora nós paramos

A.T.V.F.: sempre produziram orgânicos?

C.L.K.J.: sempre sem passar um pingo de veneno

A.T.V.F.: entendi

C.L.K.J.: agora que meu marido começou a passar veneno, ele disse que não vencesózinho, e pegar um funcionário não tem como. Nós tínhamos, tinha um casal da irmã com o marido dela trabalhando (incompreensível) uma época aqui, daí tinha uma época que tinha um casal do primo dele também, que estavam passando bastante dificuldades, até moraram junto na casa, daí só tivemos incomodação. Nós falamos: o que nós produzir sozinho vai ser sozinho, e acabou, a não ser que algum filho pegasse junto

A.T.V.F.: certo. E vocês tem algum animal, para consumo próprio da família?

C.L.K.J.: é... frango, galinha caipira também, porcos e só

A.T.V.F.: é só isso aí?

C.L.K.J.: porque o gado a gente acabou

A.T.V.F.: não tem mais gado?

C.L.K.J.: não! Não dá, eu não posso mais dar conta de tantas coisas

A.T.V.F.: (incompreensível, muito baixo)

C.L.K.J.: não tem como

A.T.V.F.: e no caso desses animais que possuem ou criam aqui, tem algum para comercializar ou só para consumir?

C.L.K.J.: só para nós. A única coisa que a gente vende ainda são os ovos da galinha caipira, isso sempre vende

A.T.V.F.: Uhum. Certo.

(silencio)

A.T.V.F.: bom, vocês receberam algum conhecimento tradicional da família de onde vocês vieram, dos ancestrais de vocês. Alguns aprenderam com eles algum afazer, como fazer melado, fazer o mousse ou cozinhar, fazer alguma atividade diferente ou algum animal desses que vocês criam? Poderia falar alguma coisa sobre isso?

C.L.K.J.: penso que não! Isso na criação de gado, galinha. A sogra e os pais dela, eles vem de uma tradição onde o que eles criam será a carne que tem na mesa, tem que ser criada em casa

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: então é uma tradição dela, que já vem desde a casa deles

A.T.V.F.: certo!

C.L.K.J.: meus pais também tinham gado, né, tinham galinha, tudo sempre em casa

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: mas assim do mousse e do melado mesmo, ela conta que ele lembra quando era criança, o pai dela cozinhou melado, mas ela não lembra nada, só lembra que eles cozinham melado, né

A.T.V.F.: mas ele não passou nenhuma técnica ou prática para vocês?

C.L.K.J.: não, não, isso a gente na época precisava comprar melado por causa da nossa filha que estava com um, como que é o nome daquilo... anemia

A.T.V.F.: uhum, sim

C.L.K.J.: ai o médico disse que era bom ela comer melado e a gente gostava também de comer melado, como os vizinhos faziam. Mas a gente não conseguia comprar, porque era muita gente querendo comprar e a gente não conseguia. Um vizinho parou de fazer, e eles venderam o moinho para o meu marido. Nós montamos aquele pequeno ali naquele rancho que hoje está destruído. Nós montamos ali, mas antes disso, nós cozinhamos a meio com um vizinho, com outro também, porque nós tínhamos cana. Cozinhamos a meio com ele e dai eu fui olhando, fui observando e fui aprendendo. Me deu curiosidade, dai fui fazendo sozinha, fui vendo as outras propriedades que a Fundação 25 de Julho comentava, fui fazendo visita e foi assim que começou.

A.T.V.F.: então a Fundação auxiliou nesse processo?

C.L.K.J.: sim

A.T.V.F.: nesse aprendizado

C.L.K.J.: sim, e muito mais

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: e outras atividades que a Fundação nos ensinou

A.T.V.F.: depois nós vamos entrar nesse assunto específico. Algum membro da família trabalha com outra atividade na área rural, na cidade ou aqui com vocês? Algum filho, alguma nora...?

C.L.K.J.: nora sim, tem uma que trabalha como professora

A.T.V.F.: professora, aqui na região?

C.L.K.J.: aqui mesmo, aqui mesmo nessa escolinha

A.T.V.F.: na escolinha

C.L.K.J.: é só ela, os outros não trabalham, vivem todos da propriedade rural.

A.T.V.F.: mas os filhos não trabalham, nenhum deles?

C.L.K.J.: não! Cada um no seu ramo em casa.

A.T.V.F.: Uhum. Agora gostaria de saber alguns detalhes sobre a renda familiar, só o percentual, por exemplo, tanto por cento, 50, 20, ou 30, no caso o melado é o principal produto de vocês, na renda? Quantos por cento isso significa? Só uma estimativa. Poderia dizer mais ou menos, quantos por cento? Uns 50%, 60 ou 100%?

C.L.K.J.: quase 100%, porque nós não temos outra renda dessa forma

A.T.V.F.: ah, entendi

C.L.K.J.: nós não temos outra renda. Por que o sogro ganha aposentadoria, mas o dinheiro dele vai para remédio.

A.T.V.F.: uhum, certo!

C.L.K.J. e a sogra ganha e sobra mas o que sobra é pouco. Mas a sobra é para comprar o remédio do sogro, eles não tem outra renda

A.T.V.F.: não tem, ok. É... no caso dos produtos que vocês fazem, ok. Os coloniais, vocês aprenderam com alguém ou com a Fundação, tem outras pessoas que ensinaram?

C.L.K.J.: ...é. Ele não conhece quando olha de longe.

A.T.V.F.: Vocês aprenderam com a Fundação ou com alguma entidade aqui na região a fazer tricô ou crochê, costura que auxilia na renda da família?

C.L.K.J.: uhum

A.T.V.F.: tem alguma atividade?

C.L.K.J.: tinha, tinha aqui no grupo das mulheres, eu até participei um tempo mas, só que eu não vejo interesse nesse momento.

A.T.V.F.: entendo

C.L.K.J.: não, eu não me sinto amarrada a uma coisa que eu não vejo necessidade, eu tenho que estar solta, livre.

A.T.V.F.: tua ligação tem que estar mesmo com a atividade rural...?

C.L.K.J.: é, a área rural mesmo.

A.T.V.F.: esse negócio de tricô, de crochê não é...contigo?

C.L.K.J.: não é comigo.

A.T.V.F.: não é tua praia. As tuas filhas também não?

C.L.K.J.: não, ninguém aqui em casa.

A.T.V.F.: ninguém, uhum

C.L.K.J.: a única coisa que a gente fez curso foi de corte e costura. Isso, para nosso gasto, eu me viro, né. Daí a minha filha também, ela também costura bem, ela trabalhou acho que 2 anos também numa facção, mas já faz mais de 14 anos.

A.T.V.F.: outro assunto que quero conversar é sobre a Fundação. De vez em quando eles vem na propriedade dar assistência técnica, para conversar, para ver se está ok. Tem alguma sugestão ou dão uma força para vocês, ensinam técnicas para os seus filhos utilizarem aqui na lavoura?

C.L.K.J.: sim bastante.

A.T.V.F. eles vem bastante?

C.L.K.J.: bastante, eu ontem também fui lá buscar rótulo para o melado. Olha... as dúvidas que tinha foram esclarecidas, é uma ajuda que a gente tem 100%.

A.T.V.F.: e vocês estão indo de vez em quando lá?

C.L.K.J.: sim, porque a gente busca (incompreensível). Tem reunião, tem cursos que às vezes eles chamam e a gente vai.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: a Fundação é nosso braço direito.

A.T.V.F.: uhum, e esses cursos são feitos por todos, as suas filhas também fazem?

C.L.K.J.: não!

A.T.V.F.: não?

C.L.K.J.: não, nem todos, a maioria foi eu que fiz

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: eles não, eles fazem só o que é mais necessário para eles, porque o tempo da gente é muito curto, é muito serviço aqui na propriedade, né?

A.T.V.F.: Uhum, e a Epagri. Também fazem esse trabalho com vocês, a Epagri ou a Fundação mesmo?

C.L.K.J.: mais é a Fundação e a Epagritambém, né?

A.T.V.F.: a Epagri, aliás a Epagri faz esse trabalho aqui?

C.L.K.J.: isso, a Epagri sim, a maioria dos cursos são pela Epagri.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: junto com a Fundação 25 de Julho, com o Sindicato Rural de Pirabeiraba também

A.T.V.F.: Sindicato Rural também?

C.L.K.J.: é...

A.T.V.F.: também dão cursos para vocês?

C.L.K.J.: é junto, são uma equipe onde os 3 trabalham juntos né.

A.T.V.F.: certo. Uhum. É... esses, esses cursos que vocês fizeram, vocês aprenderam na lida a fazer o melado, ou até fazer bolacha, a fazer pão, isso ajudou bastante vocês nas atividades aqui, que vocês tem? Na propriedade...

C.L.K.J.: com certeza

A.T.V.F.: então...

C.L.K.J.: deu uma melhoria bastante boa aqui.

A.T.V.F.: agora, com relação a vocês quando tem algum problema de saúde, vocês perguntam para o pessoal da Fundação onde podem ir, num dentista, um médico ou ambulatório para buscar um remédio ou alguma coisa parecida? Vocês falam com a Fundação ou vão direto onde eles orientam, vão em tal lugar?

C.L.K.J.: vamos direto no posto

A.T.V.F.: vão direto ao posto?

C.L.K.J.: é, nós temos posto de saúde aqui perto.

A.T.V.F.: nesse caso a Fundação não orienta?

C.L.K.J.: eles só orientam que nem agora a psicóloga, não... como é que é o nome dela... a Jaqueline

A.T.V.F.: a assistente social?

C.L.K.J.: sim, a assistente social. Ela começou agora faz pouco tempo também, antes não tinha.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: ela orienta a gente bastante também.

A.T.V.F.: ela orienta nessa questão?

C.L.K.J.: sim

A.T.V.F.: eles dão curso de higiene ou essas coisas que o pessoal precisa muitas vezes, em uma orientação quando tem alguma doença, alguma coisa parecida? Como é que fazem para melhorar isso? Eles orientam ou a assistente social orienta também?

C.L.K.J.: é que eu não tive muito contato com a assistente social ainda.

A.T.V.F.: sim

C.L.K.J.: então eu não posso ainda falar sobre isto

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: essa resposta eu não posso te dar porque eu não... Se eu tiver falando uma coisa, eu estaria mentindo

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: então... né

A.T.V.F.: está certo. Com relação às atividades que a Fundação desenvolve, financiamento rural, vocês fizeram alguma captação de financiamento rural, Pronaf ou coisa assim?

C.L.K.J.: nós fizemos o Pronaf quando montamos a unidade aqui

A.T.V.F.: Uhum, só o Pronaf?

C.L.K.J.: só o Pronaf.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: foi 18 mil que a gente pegou na época

A.T.V.F.: Uhum, aqui para montar todas as instalações, fazer o moinho?

C.L.K.J.: é... o melado.

A.T.V.F.: é... melado. (silencio) E a Fundação auxiliou na orientação, no caso para esse financiamento, eles deram uma força...

C.L.K.J.: sim, sim

A.T.V.F.: fazem isso hoje?

C.L.K.J.: sim, fizeram o projeto.

A.T.V.F.: Uhum. É... agora mudando um pouco de assunto, no caso tem algum de vocês, você ou seu marido, algum filho, alguma nora ou filha, que participa de associação de moradores, ou alguma associação aqui próximo?

C.L.K.J.: é que na realidade nós participamos da associação da AJAR.

A.T.V.F.: AJAR?

C.L.K.J.: o Viva Ciranda.

A.T.V.F.: uhum, esse é da Promotur?

C.L.K.J.: é, ecoturismo

A.T.V.F.: também da Promotur o ecoturismo?

C.L.K.J.: acho que faz parte também, né?

A.T.V.F.: uhum, sim

C.L.K.J.: e daí tem, como é que é o nome, Apiville, acho que é Apiville, mas não é aquela aqui de Pirabeiraba é... da Associação de Apicultores de Campo Alegre, acho que é assim.

A.T.V.F.: é de Campo Alegre então?

C.L.K.J.: é, de Campo Alegre.

A.T.V.F.: e eles tem o rótulo?

C.L.K.J.: tem, tem mas (incompreensível)

(silencio)

A.T.V.F.: Associação de Apicultores de Campo Alegre, eles orientam também.

C.L.K.J.: eles orientam. Essa associação orienta no negócio das abelhas.

A.T.V.F.: uhum. Agora com relação a atividade social. Vocês participam de alguma igreja aqui na região do Pirai? Tem alguma atividade assim?

C.L.K.J.: nós participamos da igreja Universal

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: então é na Vila Nova.

A.T.V.F.: certo.

C.L.K.J.: mas nossos filhos, tem uns que são da Igreja Católica.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: outro é do Provedor, outro é da Luterana.

A.T.V.F.: mas participam assim de vez em quando, de festas, ou alguma palestra?

C.L.K.J.: sim, a gente sempre faz doação para as festas.

A.T.V.F.: uhum, entendo

C.L.K.J.: quando eles fazem feira, a gente leva produtos.

A.T.V.F.: uhum, é a igreja Universal, Católica e você tinha falado uma outra

C.L.K.J.: a Deus Proverá é uma religião.

A.T.V.F.: certo.

C.L.K.J.: e a outra é a Luterana.

A.T.V.F.: Uhum, nas festas vocês auxiliam com doações?

C.L.K.J.: isso, doações e o nosso trabalho voluntário também.

A.T.V.F.: e trabalho voluntário também?

C.L.K.J.: isso. Eu trabalho com crianças voluntariamente aos domingos e às vezes durante semana na igreja, mas sempre à noite fora do meu trabalho.

A.T.V.F.: Uhum. No caso outra dúvida: vocês tem algum contato com os vizinhos, para trocar ideia, como é melhor fazer, vamos supor, melhor fazer o melado, ou o plantio da cana ou se não o plantio do aipim, vocês trocam ideia assim entre vocês?

C.L.K.J.: não.

A.T.V.F.: ou cada um se vira?

C.L.K.J.: cada um se vira, porque é uma coisa assim óh, quando nós começamos a produzir o melado todo mundo falava “é vocês vão abrir isso, mexer nisso com a Fundação vão mexer com a Epagri, vão ver o que é bom, com a vigilância, vocês vão se dar mal”, daí criou-se tipo um distanciamento, eles para lá e nós para cá.

A.T.V.F.: entendi.

C.L.K.J.: nós não mexemos com eles, eles não mexem com a gente

A.T.V.F.: entendi.

C.L.K.J.: a gente não, nessa parte não troca experiência nenhuma.

A.T.V.F porque essa questão da vigilância é complicado né?

C.L.K.J.: eles tem um selo, os vizinho aqui tem um selo assim óh, a receita é minha ninguém ganha por mim.

A.T.V.F.: Uhum, entendi. É... outra coisa, o que a Fundação ou a prefeitura podem fazer no caso aqui, para auxiliar vocês na comunidade do Pirai, se tem alguma sugestão para isso assim, alguma ideia?

C.L.K.J.: é que na realidade isso aqui nem pertence mais ao Pirai, né,

A.T.V.F.: sim, aqui seria qual, como a região poderia dizer?

C.L.K.J.: aqui é região do Salto II, no caso.

A.T.V.F.: a do Salto II, mas dentro da comunidade do Pirai?

C.L.K.J.: é o Pirai termina em cima da serrinha, então em cima da serrinha para cá já não é mais.

A.T.V.F.: aham

C.L.K.J.: nem sei que... pertence para que localidade.

A.T.V.F.: mas tem alguma sugestão que podia melhorar aqui para vocês, problema de internet, de casa?

C.L.K.J.: ah a internet, o telefone.

A.T.V.F.: então é melhorias que se poderia fazer no telefone?

C.L.K.J.: internet é uma coisa que não tem área aqui, não tem condições de usar.

A.T.V.F.: uhum

C.L.K.J.: Valério até tentou por ali na escola, mas nem sei como esta funcionando ali na escolinha a internet.

A.T.V.F.: tem mais alguma ideia para melhoria aqui da região de vocês?

C.L.K.J. acho que não.

A.T.V.F.: Agora a última dúvida, algum membro da família participa de alguma reunião que se discute as coisas, aqui do Salto II, de melhorias, se discutir, por exemplo, que envolve toda a comunidade. Vocês participam de alguma reunião ou coisa parecida?

C.L.K.J.: (incompreensível) uma época tinha uma reunião que é aqui da região aqui na escola, mas isso faz uns 6... 7 anos depois nunca mais teve.

A.T.V.F.: Uhum (incompreensível)

C.L.K.J.: deu uma desunião entre os moradores

A.T.V.F.: e qual seria... podia lembrar, alguma dificuldade maior que vocês teriam aqui na região?

C.L.K.J.: as ruas também, não sei se incluí isso.

A.T.V.F.: sim.

C.L.K.J.: as ruas, as pontes agora graças a Deus agora estão bem, as ruas principalmente lá na frente, porque quando tem enchente não é possível passar.

A.T.V.F.: uhum, sim

C.L.K.J.: quando dá uma chuvarada que alaga e você não passa, fica ilhado né.

A.T.V.F.: sim.

C.L.K.J.: daí nós pedimos uma ponte lá, eles botaram tubos.

A.T.V.F.: risadas

C.L.K.J.: porque eles vão lá em tempo que é seco, daí fica aquele córrego pequenininho assim, né.

A.T.V.F.: ok.

C.L.K.J.: mas quando dá uma chuva, uma trovoada alaga tudo por aqui.

A.T.V.F.: qual é o nome do rio?

C.L.K.J. a não sei o nome dele.

A.T.V.F.: então eu acho que era isso que nós tínhamos por enquanto para conversar.

C.L.K.J.: maior dificuldade mesmo seria o telefone e a internet, né.

A.T.V.F.: telefone e internet, vocês (incompreensível)

C.L.K.J.: já a gente tem.

A.T.V.F.: tem mais alguma colocação sobre o que a gente conversou?

C.L.K.J.: que eu me lembro não...

A.T.V.F.: porque aqui na região a gente também vai falar com mais algumas famílias.

C.L.K.J.: uhum

A.T.V.F.: sobre esse assunto, a mesma coisa, daí depois a gente vai pegar esses dados, tabular eles e trabalhar um pouco em cima. Aí retorno aqui para vocês com a ficha inteira, para vocês verem qual é o resultado, principalmente depois da conversa que a gente vai ter com a Fundação.

C.L.K.J.: uhum

A.T.V.F.: que é muito importante, para fechar esse trabalho.

C.L.K.J.: uhum sim

A.T.V.F.: está ok, então...

FIM DA ENTREVISTA

Mestrando: Adhemar Tavares Vieira Filho
Entrevistados: Sueli e Wilfriedo Ross
Entrevistador: Adhemar Tavares Vieira Filho
Data da entrevista: 07/04/2016
Local: residência do entrevistado
Transcritora: Beatriz Rengel

A.T.V.F.: só recapitulando um pouco o que a gente tinha comentado, que para essa entrevista para gente pegou pra conversar sobre as questões dos familiares aqui das plantações, da propriedade.

S.R. Uhum

A.T.V.F.: E a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é o seguinte, a propriedade familiar sempre foi do tamanho que ela tem hoje, desde o início das atividades, que vieram os ancestrais de vocês aqui?

S.R.: Não, foi aumentado um pouquinho, porque é... o tio do Wilfriedo que é o vizinho aqui

A.T.V.F.: Uhum

S.R.: ele teve um câncer e faleceu faz uns, vai fazer acho que uns 11 ou 12 anos mais ou menos, mas ele vendeu uma parte, nós daí tínhamos um terreno na estrada, de frente ali para habitação fugosana

A.T.V.F.: sim

S.R.: a gente vendeu para Volksanger, lá onde eles têm o depósito. Ali era nossas terras, a gente vendeu e comprou uma parte do tio.

A.T.V.F.: Como é que era o nome do tio?

S.R.: Afonso Ross

A.T.V.F.: hum. Afonso Ross

S.R.: daí a gente comprou uma parte de lá, inclusive a filha também comprou uma parte para ter o suficiente para que eles possam ter 20 mil metros quadrados para ter uma escritura.

A.T.V.F.: certo

S.R.: assim para cada filho nós demos, para cada filho é... 20, não, 2 mil metros quadrados

A.T.V.F.: ah

S.R.: cada filho ganhou

A.T.V.F.: sim

S.R.: nós temos 4 filhos, e cada um, tem uma área aqui.

A.T.V.F.: aham

S.R.: o Vilmar é esse do sobrado ali,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, daí tem mais, ali onde tem essa palmeira é de uma filha que não construiu ainda

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e a outra a próxima casa é da outra filha

A.T.V.F.: certo

S.R.: então cada filho ganhou seu quadrado (risadas)

A.T.V.F.: é bom. Qual o tamanho aproximado da área aqui

S.R.: não, essa pergunta você vai ter que perguntar pro Wilfriedo

A.T.V.F.: ta

S.R.: essa eu não sei te responder não

A.T.V.F.: ta, então depois a gente pergunta pra ele

S.R.: Uhum

A.T.V.F.: e... bom então, hoje tem, hoje tem, então os filhos têm, cada um tem 2 mil metros que passaram pra eles

S.R.: cada um tem, tem, isso

A.T.V.F.: é um bom começo de vida isso ai

S.R.: com certeza, primeiro o meu genro ali, o primeiro aqui né, que casou com a mais nova, nós temos 3 meninas e 1 rapaz

A.T.V.F.: uhum

S.R.: ele não tava com muita vontade de construir aqui, que ele achava que era muito quieto, hoje ele não troca por nada

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, daqui eu só saio morto diz ele

A.T.V.F.: olha só

S.R.: é.

A.T.V.F.: e outra pergunta seria tem, sabe como é que os ancestrais chegaram aqui no Pirai, os avôs, bisavôs

S.R.: olha,

A.T.V.F.: bisavó

S.R.: pelo o que eu sei que o avô do Wilfriedo, o seu Ricardo, ele veio morar pra cá, e essa casa aqui que é nossa hoje

A.T.V.F.: uhum

S.R.: ela tava mais pra frente pra perto da rua

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e eles desmancharam ela todinha, porque ela era uma casa de enxaimel

A.T.V.F.: sim

S.R.: eles desmancharam e colocaram ela aqui pra frente, aqui pra trás

A.T.V.F.: uhum

S.R.: isso dá em torno de 150m e eles remontaram ela todinha de novo

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e depois disso daí o meu sogro que assumiu, assumiu os pais dele

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e depois nós assumimos o meu sogro e minha sogra,

A.T.V.F.: ah certo

S.R.: porque o meu sogro ele era viúvo, a esposa dele faleceu de parto, levou a criança junto, infelizmente

A.T.V.F.: uhum

S.R.: era o primeiro bebe e ela faleceu e minha sogra tinha o meu cunhado, ele tinha um ano e meio talvez 2, quando o esposo dele, dela faleceu

A.T.V.F.: uhum

S.R.: então eram dois viúvos, esses se casaram e tiveram o Wilfriedo

A.T.V.F.: ah... ah sim. Então vocês herdaram do pai do Wilfriedo

S.R.: isso, aham, aham. Mas o outro irmão do Wilfriedo ele também ganhou uma herança mesma quantidade de terra que tem ali no sogro eles mantem isso ainda, ele tem plantação de palmeira, ele é muito deficiente, mas esse homem é coisa fora de sério, vai fazer 72 anos já, e ele anda com duas bengalas e é o homem que trabalha o dia inteiro

A.T.V.F.: e continua plantando?

S.R.: é

A.T.V.F.: Olha só

S.R.: é e ai tem ajudante de novo que ajuda um pouco aqui outros ali mas

A.T.V.F.: uhum

S.R.: é coisa fora de sério né

A.T.V.F.: Uhum. Bom a família de vocês foi comentada que tem 3 mulheres e 2 homens é isso?

S.R.: Não, os nossos filhos

A.T.V.F.: filhos é

S.R.: não, é 03 meninas e 01 rapaz.

A.T.V.F.: ah

S.R.: são 04 filhos que nós temos

(tosse)

A.T.V.F.: ah sim. Eles, eles têm, dos 04 tem alguns que continuaram aqui com vocês aqui trabalhando na área rural?

S.R.: não.

A.T.V.F.: todos eles foram pra cidade?

S.R.: o Vilmar sim, o Vilmar ele é inseminador da fundação

A.T.V.F.: uhum

S.R.: acho que é o único de, de Joinville

A.T.V.F.: a é?

S.R.: é. E... ele porque estudou na escola Agrícola e no Colégio Agrícola e 7 anos de batalhão ai então...

A.T.V.F.: uhum

S.R.: ai ele também nesse meio tempo ele já fez vários cursos de inseminação, de cap, cap... sei lá, de capataz assim né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: também fez curso, e fez vários cursos nesse meio tempo que ele conseguia sempre, como Cabo no batalhão, ele conseguia umas folguinhas assim né, e ele conseguiu fazer esse curso também, na Epagre de Itajaí, sei lá aonde tudo ai

A.T.V.F.: uhum

S.R.: daí eu tenho a minha menina, a.. mais nova, ela é professora na... no Valentim da Rocha ali

A.T.V.F.: uhum

S.R.: a outra...

A.T.V.F.: qual a idade dela da mais nova

S.R.: ela tem 30... vai fazer 30 e... de 81 ela é.

A.T.V.F.: uhum

S.R.: 35 ela vai fazer. É, o Vilmar tem 34, não, o Vilmar tem 33 eles são só 1 ano e 2 meses de diferença

A.T.V.F.: uhum

S.R.: o Vilmar tem 33, ela tem 34, a Leila tem 36 e a Sheila tem 41.

A.T.V.F.: a sim. E alguma delas auxilia aqui na propriedade?

S.R.: a Leila ta comigo aqui agora, ela é formada em matemática, ela já foi professora a bastante tempo lá na... no Colégio Olavo Bilac, em Pirabeiraba, mas agora, como ela que não é concursada, não passou no concurso

A.T.V.F.: uhum

S.R.: então ela como a pessoa que me ajudou aqui por 22 anos, ela também abriu um negócio sozinha

A.T.V.F.: uhum

S.R.: então a Leila esta aqui me ajudando, que é a minha segunda essa né

A.T.V.F.: certo. E... agora, vocês plantam alguma cultura ainda hoje aqui na propriedade?

S.R.: sim, aipim nós planta, é difícil nós comprar aipim

A.T.V.F.: sim

S.R.: ele tenta plantar batata-doce, cana nós também temos

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e depois o forte é mesmo a... é a palmeira né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e nós temos o gado leiteiro

A.T.V.F.: uhum

S.R.: as galinhas pnhadeiras

A.T.V.F.: ah... mas vocês criam mais algum animal?

S.R.: assim a gente cria assim só.. a tem patos também, tem alguma coisa

A.T.V.F.: uhum

S.R.: nós temos um casal de velhos ali, mas quando ela bota 20...21 ovo e isso nasce

A.T.V.F.: olha só. E no caso do aipim, da batata-doce em que época do ano mais ou menos que vocês plantam

S.R.: olha é... ano passado foi assim pra loteria pra quem conseguiu plantar aipim e vai colher aipim porque com todo esse tempo de chuva

A.T.V.F.: muita chuva

S.R.: não, nós perdemos um pedaço muito grande de aipim que apodreceu tudo

A.T.V.F.: nossa, isso ai é difícil

S.R.: isso ai a

A.T.V.F.: complicado

S.R.: a temporada de chuva ali estragou muitas coisas

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e o Vilmar ele planta bastante milho,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, o Vilmar planta bastante milho que ele até inclusive, como é que se diz, ele arrendou um

A.T.V.F.: uhum

S.R.: um pedaço de terra e ele também agora

(tosse)

S.R.: ele vai plantar verdura, ele planta todo ano bastante verdura

A.T.V.F.: a é... verduras também

S.R.: é, as vezes é 8... 9 horas da noite ele ta colhendo com a lanterninha lá, colhendo verdura pro CEASA ai né

A.T.V.F.: Uhum. E vocês participam também lá no CEASA naquele, agora tem uma banca lá no CEASA que os, que as famílias rurais podem vir

S.R.: não. Não eu não to participando

A.T.V.F.: não

S.R.: e também que nem dá tempo, eu também, eu, eu faço geleia

A.T.V.F.: aham

S.R.: nós trabalhamos com geleia, fazemos bolacha

A.T.V.F.: sim

S.R.: a gente o que pode das nossas frutas a gente guarda tudo

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e bota no freezer pra toda a fruta da época a gente vai guardando tudo o que é possível né

A.T.V.F.: aham. Aqui foi falado de vários produtos né, aipim, batata-doce

S.R.: Uhum

A.T.V.F.: palmeira, gado leiteiro, galinhas pondeiras, patos, milho, verduras, agora desses produtos ai que que é pro consumo próprio e o que é comercializado

S.R.: olha mais o mais é a batata e o aipim é consumo próprio né, e a palmeira também uma coisa é consumo próprio outra coisa é comercializada né, porque nós fazemos assim no café a gente tem os...pasteis que faz no café o pastel de palmito e

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e o recheio de... canudinhos também é com palmito e... palmito não palmeira né,
(tosse)

S.R.: é... põem carne moída né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: normalmente a gente também não é de comprar muita carne, que normalmente é carne que temo no nosso consumo aqui do nosso gado né,

A.T.V.F.: a carne vocês têm a criação do gado

S.R.: isso, Uhum, inclusive deu dó de matar esse animal que ele matou agora a última vez que era um... uma novilha de 8 meses

A.T.V.F.: uhum

S.R.: pesou 166 quilos

A.T.V.F.: nossa olha só

S.R.: só que não deixava de mamar

A.T.V.F.: (risadas)

S.R.: é...

A.T.V.F.: engraçado

S.R.: ele fez assim um preparo assim ai pra desmamar o desmamador mas quem disse

A.T.V.F.: não conseguiu

S.R.: não, não conseguiu daí fomos obrigada a abater o animal porque ele achava que a vaca tava com cria que ela tem que ter o seu tempo de descanso por fim, daí quando o Júlio veio aqui fazer o teste de... de tuberculose, cilose porque a gente vende leite em natura sem o queijinho que não é fervido

A.T.V.F.: a vende leite também

S.R.: a tem uma pessoa que busca o leite ai, mas é 6 a 8 litros por semana assim né, que é alguém busca né.

A.T.V.F.: Uhum. Queijinho também?

S.R.: queijinho também a gente, o cokiqueijo é o nosso forte

A.T.V.F.: a vocês fazem

S.R.: fazemos o cokiqueijo esse é o... que é o mais forte, é o que...

A.T.V.F.: aham, olha só

S.R.: aham. Inclusive nós tava agora com pouco leite né, hoje criou uma vaquinha, tem mais uma pra criar né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e ai já vai aumentar a produção, porque ai num freezer novo só pra guardar o queijo, né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: que ai a gente faz o queijo conforme pra fazer o coques, que o queijo tem que ser bem mais seco né

A.T.V.F.: ah ta... e vocês tem algum produto orgânico que vocês plantam?

S.R.: não. Nós não, nós não temo isso, quem tem é o Acácio né

A.T.V.F.: é o Acácio

(tosse)

A.T.V.F.: é bom, os animais também já foram citados, (inaudível) coisa ai

S.R.: Uhum.

A.T.V.F.: e... (tosse) no caso assim ó, quanto a questão que vocês herdaram do saber fazer assim, pão, ou biscoito

S.R.: a eu faço cuca, eu faço pão, eu faço

A.T.V.F.: que vocês herdaram, a senhora herdou do seu

S.R.: da minha

A.T.V.F.: do seu avô, da sua avó

S.R.: da minha, é eu assim pra falar a verdade quando nós é, quando nossos filhos eram menores a gente abriu uma verdureira que isso depois deu até, não sei vamos ver o que vai sair daqui a agora, 15 anos

A.T.V.F.: uhum

S.R.: porque eu devia ta aposentada desde os 55 e eu to com 59 e não consegui ainda né,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: porque nós tinha aberto uma verdureira e daí a minha sogra me incentivou, a diz ela assim (tosse) pessoal procura muito pão caseiro

A.T.V.F.: sim

S.R.: eu inventei em fazer o pão caseiro

A.T.V.F.: aham

S.R.: e quando assim, claro pra nós tudo era difícil, nós tinha os 04 filhos na escola tinha que botar o sustento ali, nisso ali né

A.T.V.F.: sim, imagina

S.R.: e.. (inaudível)

A.T.V.F.: uhum

S.R.: ó não vai lumiar muito mas daqui a pouco ela (inaudível)

A.T.V.F.: ah, não... já

S.R.: clareia um pouco

A.T.V.F.: já da, aham

S.R.: e quando eu chegava assim de bicicleta lá com duas bolsas cheia de pão, o pessoal cheirando aquele pãozinho quente

A.T.V.F.: (risadas)

S.R.: daí ali começou toda essa atividade

A.T.V.F.: Uhum, isso a senhora aprendeu com a sua mãe, a sua vó

S.R.: a minha sogra

A.T.V.F.: a sua sogra

S.R.: minha sogra. Minha mãe não porque minha mãe morreu aos 45 anos

A.T.V.F.: hum

S.R.: eu tava grávida do meu filho, já faz mais de 30 anos, em abril vai fazer 34 anos que ela faleceu. Então foi minha sogra que... eu casei cedo, casei com 17 anos

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e um ano depois eu tinha um filho

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, a Sheila nasceu. Então a gente tinha que se adaptar a tudo né, porque eu fui criada na casa dos meus tios

A.T.V.F.: uhum

S.R.: daí ali eu trabalhei em empresa, na impressora Ipiranga, quem não trabalhou na impressora Ipiranga aqui na Vila Nova, a gente sempre escuta que já trabalhou na impressora Ipiranga

A.T.V.F.: sim

S.R.: e daí eu sai de lá... e naquela época quem casava era demitida

A.T.V.F.: ahh

S.R.: o dono da empresa não aceitava mulheres casadas lá

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas aí sai da empresa pra cair no meio das vacas né,

A.T.V.F.: ata

S.R.: nós tinha, naquela época o gado leiteira era muito forte, muito forte

A.T.V.F.: uhum

S.R.: o gado leiteiro naquela época era e...

A.T.V.F.: no caso o queijo a senhora também aprendeu por conta ou aprendeu com sua sogra também

S.R.: Uhum, e claro a gente vai vendo depois tudo, como é que vai as coisas tudo né

A.T.V.F.: uhum mais algum produto a senhora herdou do...

(tosse)

A.T.V.F.: esse cokiqueijo

S.R.: cokiqueijo,

Desconhecido: Oi

S.R.: esse ai, isso é eu sei que minhas tias já faziam, eu só vou pagar ele, ok

A.T.V.F.: Boa tarde.

S.R.: o cokiqueijo, isso eu fui mais aprendendo mais por si sozinha porque era um produto que eu, eu gostava muito de comer desde solteira porque minha tia ela já sempre tinha uma vaquinha né, então o que tinha dos produtos era pra casa né

(cachorro latindo)

A.T.V.F.: uhum

S.R.: se consumia, era pro consumo da casa né, então

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e...

A.T.V.F.: mais algum produto assim que você aprendeu com a pessoa assim, ancestrais ai?
Com a sogra...

S.R.: olha quanto a eu mais aprendi com a minha sogra também

A.T.V.F.: uhum

S.R.: porque... a minha vó era uma pessoa, uma doceira fantástica né

A.T.V.F.: é?

S.R.: meu deus! E daí então daí na época que a gente não tava dando conta, daí uma época que tinha minha filha, a segunda, a Leila, ela que (tosse) que assumiu o gado, só que depois que ela engravidou daí ela entregou, era nosso gado e eles só trabalhavam com o gado e tinham os produtos que eles faziam daí né

A.T.V.F.: Uhum. Então ela que assumiu essa parte ai

S.R.: isso, isso, depois que ela ganhou, porque ela engravidou, o primeiro ela perdeu, daí depois ela, quando engravidou de novo ela, ela entregou tudo de novo, que a gravidez dela tinha que ter muitos cuidados né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e essa que ta vindo ali, essa minha segunda

A.T.V.F.: é... No caso teve aquela época que trabalhou lá no tipo... lá na impressora Ipiranga né? Ficou muito tempo lá, trabalhando lá

S.R.: 2 anos e 5 meses

A.T.V.F.: 2 anos e 5 meses,

S.R.: Porque eu comecei né, antigamente se pegava de 12, 13 anos já tinha gente (pra fora, os dois, chama eles lá Lê)

(Fala de uma terceira pessoa aos cachorros)

A.T.V.F.: então assim, é...

(tosse)

A.T.V.F.: teve esse período que saiu pra trabalhar fora, voltou mas continuou depois a fazer as atividades

S.R.: sim

A.T.V.F.: e ai os filhos foram crescendo e foram saindo né,

S.R.: uhum

A.T.V.F.: então depois houve assim, alguma... vamos supor assim diminuiu um pouco a atividade do plantio, de lidar com o queijo

S.R.: não

A.T.V.F.: de lidar com o gado

S.R.: Não, porque o Wilfriedo tinha a marcenaria

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas era um homem que nunca parava, nunca parou

A.T.V.F.: a ele trabalho com marcenaria

S.R.: ele era marceneiro, trabalhou com marcenaria,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas mesmo assim nos finais de semana era na roça, plantar o que podia, era verdura né,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: as vezes colhia, plantava uma imensidade de pepino

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e levava de madrugada no CEASA, dali chegava em casa ia pra marcenaria, olha pra gente se manter na agricultura não foi fácil.

A.T.V.F.: mas é... essa, essa atividade que eventos vocês têm, vocês já começaram a bastante tempo já?

S.R.: faz 15 anos que nós abrimos o café, quando foi inaugurado esse portal, daí isso aqui tava assim, na, na época, é quando no portal ali, nós tinha, fazia fera, nós começamos a construir essa, essa construção acho que em 92, uma coisa assim, 91...91. Daí então, porque era pra fazer uma cozinha pra atividades de fazer pão e negocio de queijo

A.T.V.F.: uhum

S.R.: essas coisas né, e daí então nós tinha uma combi que

A.T.V.F.: uhum

S.R.: nós fazia a feira, fizemos alguns anos ai a gente fez feira né

A.T.V.F.: ata

S.R.: que vendia nossos produtos né,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e daí então quando foi essa inauguração daí foi feito tudo uma adaptação e foi feito a inauguração do portal, ou seja do turismo rural em 2000, foi em janeiro de 2000,

A.T.V.F.: janeiro de 2000 vocês começaram com...

S.R.: isso, não com o café

A.T.V.F.: aham, com o turismo rural

S.R.: com o turismo rural, e isso ali foi assim como é que se diz, não sei se você chegou a conhecer a... Irma Bertoldi,

A.T.V.F.: acho que sim, aham

S.R.: e ela colocou a carroça na frente dos bois,

A.T.V.F.: aham

S.R.: e isso não... não foi muito bom porque nós tinha outras ideias porque na verdade a gente queria fazer a nossa casa lá em cima

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e adaptar a nossa casa antiga como café

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e daí foi feito todos os comes e bebes aqui na, na, nessa, aqui então tinha uma nutricionista ela preparou uma mesa que ficou fantástica e daquele, daquele janeiro em diante lá então o pessoal começou a procurar pra um café

A.T.V.F.: se viu que se dava certo

S.R.: sim

A.T.V.F.: (inaudível)

S.R.: dai, então a gente começou a pensar, começou a adaptar e essas duas garagens viraram nosso café

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, então a gente reformou a casa velha que é uma centenária

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e nós dois vivemos lá dentro ta muito bom assim pra nós, ta tranquilo né e talvez um dia, porque nenhum dos quer assumir isso aqui

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas talvez um dia eles acordam pra realidade, porque na área de alimentação ta, ainda tem muita porta aberta

A.T.V.F.: tem muita falta. E esses trabalhos que vocês faziam, com feirinha, feira né

S.R.: isso, nós fomos convidados pelo pessoal da Fundação 25, que era o.. como é que era... o Troi. O Troi veio nos visitar que, na época trabalhava na Fundação, acho que hoje ele trabalha no CEASA né, uma coisa parecida, não sei,

A.T.V.F.: daí eu não sei

S.R.: também não sei assim agora onde

A.T.V.F.: lembra mais ou menos próximo a que ano ai

S.R.: isso foi... eu acho que meus primeiros certificados de curso que comecei a fazer, porque daí tinha que começar a fazer tudo quanto era curso né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: eu acho que isso é de 92, de 92, é eu fazia feira daí o meu sogro também faleceu em 93, e lá eu já fazia feira

A.T.V.F.: então fizeram alguns cursos

S.R.: ô eu fiz, eu tenho uma... um calhamaço de cursos que eu fiz lá... de certificados tem...

A.T.V.F.: para se especializar nessa atividade da feira

S.R.: isso, tanto na área do biscoito, na do queijo, fiz alguns de queijo né, (tosse) de, de... e depois disso eu fiz mais, agora, não faz muito tempo, não sei se faz uns 2 anos, eu fiz um de novo de derivados de leite, que era

A.T.V.F.: uhum

S.R.: especialidade né, e então assim né, de biscoito né, de pão, de geleia, de mousse, a uma entidade de cursos né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: o Wilfriedo fez um de transformação de peixes também

A.T.V.F.: a ele trabalhou..., a ele fez também

S.R.: que a gente tinha os peixes mas a gente não ta como é que se diz não ta pensando em abrir um pesque pague porque é mais fácil vender o peixe de vez do que

A.T.V.F.: uhum

S.R.: porque toda a incomodação que se tem com isso né,

A.T.V.F.: Uhum. No caso é tilápia que vocês criam

S.R.: é nós temos tilapia, nos dois tanques de peixe tem agora nesses pequenos, nesses aqui tem foi acho que foi colocado no, no grande aqui

A.T.V.F.: uhum

S.R.: acho que foi colocado aqui 8 mil se não me engano, 6 ou 8 não sei, e os outros tão entre 500 e 600 gramas, os que tão no outro tanque ali lá né

A.T.V.F.: sim. É... agora no caso quanto a questão da fundação né, além dos cursos que vocês fizeram lá

S.R.: Uhum

A.T.V.F.: a questão da panificação, a questão da piscicultura.

S.R.: Uhum

A.T.V.F.: é... eles... como é que eles dão assistência, como é que eles conversam com vocês, como é que eles participam aqui da

S.R.: olha aqui no tanque de peixe eles dão bastante assistência porque ele vem, Marciano se não me engano, ele vem muitas vezes pra cá pra medir o Ph, a Fernanda que também trabalha lá dentro, ela vem pesar o peixe, aqui a gente não pode se queixar, quando você precisa, precisa liga pra cá, é porque eles vem

A.T.V.F.: aham, ah sim...

S.R.: não isso aí não... só que na época quando nós queríamos construir essa unidade, que a nossa unidade foi a pioneira

A.T.V.F.: aham

S.R.: é primeira unidade,

A.T.V.F.: de?

S.R.: de... fazia produtos artesanais

A.T.V.F.: ah sim

S.R.: de pão, de cuca,

A.T.V.F.: ah também, olha só

S.R.: essa aqui é a primeira

A.T.V.F.: então são pioneiros né

S.R.: é. Daí então o interessante foi, que a gente queria um projeto

A.T.V.F.: uhum

S.R.: a Fundação, nós queríamos porque queríamos que eles fizessem um projeto, pra gente saber aonde, o que, aonde começar

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas infelizmente ninguém apresentou um projeto pros nós

A.T.V.F.: a vocês pediram um projeto?

S.R.: pedimos, daí então depois eu e meu filho sentamos e fomos desenhando alguma coisa, o que passava na

A.T.V.F.: uhum

S.R.: na nossa ideia, o que que a gente achava que tinha que ter,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: por fim foi totalmente é...quando bateu a vigilância sanitária aqui, porque daí vigilância sanitária isso é um ninho de... e andorinha

A.T.V.F.: ah aham

S.R.: que tem aqui em cima, não se, não se entrosavam. Vigilância sanitária com Fundação 25 não se...

A.T.V.F.: uhum

S.R.: não se entrosavam, isso aquela tal de Leandra que tava na época já fazia as... visitas nas feirinhas, ela era fora de sério ela sempre, isso não pode, isso não pode, ela apontava as coisas

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e ai eu sei que um dia eu não estava em casa, eu estava fazendo feira, e ai então chegaram aqui e claro tava tudo desarrumado que a gente tinha saído de manhã bem cedo pra fazer feira que tinha que ta 6:30 tinha que ta lá no ponto de fazer feira

A.T.V.F.: aham

S.R.: e daí a gente saía dali, porque durante a noite eu fazia pão,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: virava a noite fazendo pão

A.T.V.F.: sim, pra manhãzinha levar

S.R.: sim, de segunda pra terça virava a noite fazendo pão e preparando tudo, até de meio dia sem dormir,

A.T.V.F.: sim

S.R.: né, daí eu dormia de tarde e virava a noite de terça pra quarta eu virava de noite que eles faziam entrega de pão de manhã

A.T.V.F.: e onde é que vocês tinham o ponto da feira de vocês naquela época

S.R.: na época, hoje é o... terminal de ônibus né, na época tinha ali um negócio da prefeitura, a sede da prefeitura né,

A.T.V.F.: hum... uhum

S.R.: não sei se, se consegue se lembrar assim

A.T.V.F.: sim sim, uhum

S.R.: ali no semáforo ali né,

A.T.V.F.: ata... é... vamos ver...

S.R.: e ali que foi depois surgiu quando nós tinha feito nosso projeto, feito a construção tudo, daí eu disse assim, daí agora eu gostaria que tivesse alguém que fizesse o projeto de como botar os moveis aqui dentro

A.T.V.F.: uhum

S.R.: daí veio um cara lá, um babacão lá da...da, que eu acho que nem sabia o que que é moveis

A.T.V.F.: Uhum (risadas)

S.R.: tirou algumas medidas, e eu to esperando até hoje, já faz 20 anos

A.T.V.F.: ah sim.

S.R.: mais ou menos

A.T.V.F.: uhum

S.R.: é então... daí você pode ver que tem coisas aí que... mas é justamente onde que entrou né, tudo podia nessa cozinha, mas quando entrou a vigilância sanitária, isso não pode, não podia misturar leite, os derivados de leite com pão, com cuca ou com geleia,

A.T.V.F.: Uhum. É... essa... no caso da vigilância sanitária tem na EPAGRE, não sei se ele já fez contato com vocês, um especialista na agroindústria, pequenas indústrias assim né, caso você né

S.R.: é mas hoje em dia nós já também, porque nós queria fazer uma sala de leite

A.T.V.F.: uhum

S.R.: pra né, tem a construção tudo pronta lá, é só se adaptar pra isso tudo, porque foi construído pra isso

A.T.V.F.: uhum

S.R.: mas quando tu chama alguém da vigilância sanitária pra esse sentido isso eles, eles, a visam deles é pra uma indústria

A.T.V.F.: então, muitas, muitas exigências é muito caro

S.R.: é tudo coisa grande, nós queremos trabalhar com coisas pequenas

A.T.V.F.: pequenas

S.R.: né, então...

A.T.V.F.: vocês não... a EPAGRE tem um especialista, ele é engenheiro de alimentos ele é especialista em agroindústria, eu nunca, vocês nunca pediram pra ele vir dar uma assistência pra vocês?

S.R.: não sei se... se era justamente

A.T.V.F.: da EPAGRE aqui em Joinville

S.R.: não não

A.T.V.F.: tem um especialista nisso aí, seria ... eu não lembro o nome dele mas eu posso até ver e depois dar um retorno por telefone, mas seria interessante

S.R.: Uhum

A.T.V.F.: se ele pudesse orientar vocês (incompreensível)

S.R.: é porque agora tá tudo cru ainda né,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: só tá, tá tudo lá o que a gente pensou né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e seria também bem interessante isso

A.T.V.F.: eu vou passar, ver o nome certinho dele e depois eu ligo pra vocês e dou o telefone lá pra entrar em contato

S.R.: tá certo

A.T.V.F.: pra se vocês tiverem interesse né. Ta, agora mudando um pouco de assunto, é... algum membro da família participa de associação de moradores, ou alguma entidade, igreja, aqui no Pirai ou...

S.R.: igreja nós todos tem... temos...somos luteranos

A.T.V.F.: uhum

S.R.: né, todos eles, inclusive quando meu genro ia casar então com a minha filha então ele era da capela da benção e... por fim depois ele resolveu não voltar, ter um só, uma igreja só, né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: então, eles são todos luteranos, todos eles são. Não, a mais velha é Assembleia de Deus,

A.T.V.F.: uhum

S.R.: ela, ela se desligou da nossa, da Luterana e ta na assembleia.

A.T.V.F.: Uhum. E alguém participa assim das atividades (incompreensível) festa e organizar, ajuda a organizar

S.R.: sim, eles fazem a... inclusive a filha ali, a Tati ela faz parte de dois grupos de casais de... é em tudo geral, então assim né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: nós também estávamos mais assíduos, nós cantávamos no coral também.

A.T.V.F.: uhum

S.R.: Wilfriedo cantou por 23 anos no coral.

A.T.V.F.: nossa (risada) que bom,

S.R.: mas depois que a gente abriu o café, daí com ia ser,

A.T.V.F.: não tem como

S.R.: domingo de manhã a gente tava aqui nas nossas atividades tudo, daí como é que você vai fazer uma apresentação

A.T.V.F.: é daí fica difícil

S.R.: e ele sempre cantou no tenor né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: uma voz muito boa, a Leila aqui, quer ver a Leila, ela cantou muitos anos no coral, esse ai era a primeira voz ai isso meu,

A.T.V.F.: e... participa de mais alguma atividade assim além dessas ai?

S.R.: é... nós temos ai nosso grupo de ecoturismo né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: e temo ai o... da AJAR né, que faz parte da nossa

A.T.V.F.: a vocês estão na AJAR também

S.R.: uhum, porque nós temos os nossos produtos né, as bolachas, as geleias, tudo ai da AJAR né

A.T.V.F.: ata

S.R.: que participa

A.T.V.F.: uhum, certo.

S.R.: e eu acho que vou deixar o Wilfriedo continuar agora

A.T.V.F.: é? (risadas)

S.R.: (risadas) daqui a pouco vem o seu Oridio, que ele me avisou que ele vem que ele ta atrasado.

A.T.V.F.: vem? Vamos conversar seu Wilfriedo, um pouquinho então

S.R.: meio rapidinho nós vamos fazer porque

A.T.V.F.: é eu acho que no máximo meia hora, uns 20 minutos mais ou menos a gente resolve essa, nossa conversa

W.: é que tem uma novilha que criou e não é bem assim o negocio

A.T.V.F.: a sim

W.: ta mas vamos lá.

A.T.V.F.: ta, no caso assim, a gente já conversou

W.: o que já ta resolvido pode passar dai

A.T.V.F.: a gente já conversou com a dona Sueli, com algumas coisas aqui da família, da propriedade é dos filhos

S.R.: é o que ele perguntou pra mim antes o tamanho da propriedade, isso eu não sei dizer né

W.: tem 160 mil metros

A.T.V.F.: 160 mil metros quadrados

W.: isso

A.T.V.F.: ata. E... no caso ela tava explicando a Dona Sueli que você recebeu isso ali dos seus, seus... seu pai que

W.: recebemos 148 mil depois nós compramos mais um pouquinho

S.R.: É o que eu falei que a gente vendeu do, do, na, na Estrada Pirai e..

W.: 23 mil, e ai foi...

S.R.: vendemos na Estrada Pirai e compramos do Fona né

W.: sim

A.T.V.F.: Ah sim, mas só pra constar um dado a mais aqui na entrevista

S.R.: uhum

A.T.V.F.: bom, ai aqui a... com relação com a, que queria conversar consigo é a atividade da Fundação, é o que que a atividade da Fundação 25 de Julho ajudou a família de vocês, na criação do peixe, ou na elaboração da...

W.: a gente tem a assistência na piscicultura

A.T.V.F.: uhum

W.: que é... ta funcionando o trabalho de inseminação artificial

A.T.V.F.: uhum

W.: é... e foi através da Fundação que se conseguiu a... é...a produção artesanal de alimentos como uma associação

A.T.V.F.: ahh vocês faz, inclui a associação pra produzir esses alimentos

W.: exato, e essa ainda continua sem fins lucrativos, continua sendo

S.R.: (incompreensível)

W.: continua sendo ainda a sede da Fundação

A.T.V.F.: ah ta. É... sua esposa estava falando que tem um filho que trabalha com inseminação na Fundação

W.: exatamente

A.T.V.F.: também. Uhum. É... no caso, quanto a... vocês captaram algum financiamento com alguma orientação da Fundação, ou algum órgão assim para propriedade? Para melhoria da propriedade?

W.: quando começamos com a AJAR, nós compramos alguns equipamentos é... e isso tinha um fundo rotativo da prefeitura

A.T.V.F.: humm

W.: encaminhado pela Fundação

A.T.V.F.: uhum. A tinha um fundo?

W.: existia

A.T.V.F.: a própria prefeitura fazia o controle?

W.: fazia isso

A.T.V.F.: a própria assistência

W.: então não era, digamos assim hum... isso depois não deu em nada porque é... aos poucos o tribunal de contas que não permitiu mais isso que a prefeitura não é órgão financeiro né

A.T.V.F.: uhum

W.: mas tinha se conseguido através da Fundação, da Câmara de Vereadores se conseguiu uma verba que foi em fundo rotativo

A.T.V.F.: uhum, entendi

W.: mas isso faz um bocadinho de tempo

A.T.V.F.: uhum. É... no caso da Fundação né, como é que, como é que eles dão essa assistência aqui, como é que se processa isso?

W.: eles têm alguns técnicos para cada área.

A.T.V.F.: uhum.

W.: inclusive na, no...é... na manipulação dos alimentos também

A.T.V.F.: uhum. Ah sim. Ai é vocês que solicitam ou eles, quando eles passam aqui conversam com vocês?

W.: até de surpresa as vezes aparece assim como também a gente tem o alvará sanitário a vigilância também faz essas visitas

A.T.V.F.: ah... ah..

W.: isso por causa da produção artesanal de alimentos

A.T.V.F.: uhum. Mas essas, seria mais para fiscalização ou pra instruir?

W.: a Fundação para nos instruir.

A.T.V.F.: e a sanitária?

W.: a sanitária você sabe né que (incompreensível)

A.T.V.F.: sim (risadas)

W.: até que a gente não tem queixas porque elas são assim, digamos, bem é... bem coerentes assim né, isso aqui pode, esse não pode

A.T.V.F.: uhum.

W.: não... não assim é... chegando com o intuito de te prejudicar

A.T.V.F.: sim, entendi

W.: mas cobrando o que, que se faça certo

A.T.V.F.: uhum

W.: o que não está certo

A.T.V.F.: mas as exigências deles às vezes são difíceis de cumprir a questão de higiene?

W.: não

A.T.V.F.: uhum

W.: eu até acho que não, acho que ta dentro das... do que precisa né pra quem trabalha com alimentos

A.T.V.F.: uhum

W.: tem que... tem que obedecer algumas regras né

A.T.V.F.: uhum, a sim isso é verdade, tem que (inaudível). Eu estava até comentando com a Dona Sueli, é... tem um... uma pessoa ali no Epagri que é formado em agroindústria, para auxiliar pequenas agroindústrias.

W.: isso deve ser o Henrique.

A.T.V.F.: o Henrique, conhece?

W.: não, eu não conheço pessoalmente, me falaram, mas eu não conheço

A.T.V.F.: interessante se fizesse o contato com ele para ele vir dar apoio.

W.: eu...

A.T.V.F.: fazer um projeto

W.: preciso correr atrás, nós estamos preparando uma sala para o preparo de queijos

A.T.V.F.: uhum

W.: e vai me faltar uma...

(barulho de caminhão alto)

A.T.V.F.: a gente ta acompanhando com o Henrique um projeto na Universidade Federal, com a orientadora, professora do curso na Univille.

W.: uhum, uhum

A.T.V.F.: mestrado, e a gente acompanhou em Timbó, na região de Blumenau, ele sempre orientava quando tinha pessoa na área de panificação ou algo semelhante, trabalhava com a agroindústria.

W.: uhum

A.T.V.F.: ele orientava, a questão das normas, a questão dos atendimentos, das exigências sanitárias.

W.: certo

A.T.V.F.: então ele é especialista, seria interessante conversar com vocês.

W.: ah já me falaram, já foi comentado isso ai mas eu... pessoalmente eu não conheço ele

A.T.V.F.: sim. É... no caso, o que a prefeitura ou a Fundação podem fazer para melhorar as atividades de vocês, aqui na... na região, aqui na propriedade ou até nos vizinhos do Pirai, que que eles podiam fazer

W.: sabe que isso é uma pergunta que fica difícil de te responder, porque não adianta você simplesmente jogar pedra né, que... você... pra começar, você tem que ter produto, tem que ter bom produto, começa por ai

A.T.V.F.: exato. Porque o pessoal gosta de comprar coisas bem elaboradas

W.: exato. O que que a Fundação pode fazer, isso é orientação técnica, que eles te dão quando você precisa

A.T.V.F.: sim

W.: quem correr atrás consegue fazer o seu (incompreensível) “n” cursos tem, na área de alimentos

A.T.V.F.: uhum

W.: assim eles têm nas palmáceas, na piscicultura, tem... inclusive palmáceas havia curso, nós tínhamos várias atividades.

S.R.: você fez curso de piscicultura aquela vez, lembra?

W.: ali já era no processamento do peixe mas na criação não consegui fazer nenhuma vez ainda

A.T.V.F.: eles tem um curso de uma semana, que eles dão.

W.: só que ai normalmente é em parceria com o Senar ou coisa parecida

S.R.: é no SENAR nós fizemos um curso bem elaborado também, foi do SENAR também

W.: é pelo SENAR a gente fez curso de empreendedor

S,R.: rural

A.T.V.F.: interessante

W.: e digamos assim é... visa mais ou menos o... que que isso tem na área da... do rural e tem na área da empresa, como é que é ...

S.R.: empreendedor rural

W.: é empreendedor, sim mas é... para empresa claro, que é um grupo (incompreensível) claro, a nível de faculdade

A.T.V.F.: para fazer a gestão

W.: então é isso resumindo.

A.T.V.F.: das atividades da

W.: das atividades rural

A.T.V.F.: na pequena empresa rural

W.: exato.

S.R.: mas olha foi assim um material

A.T.V.F.: pra se agilizar, se planejar,

W.: exato

A.T.V.F.: como comercializar o produto,

W.: como comprar

A.T.V.F.: como comprar também né,

S.R.: e tudo né, fazer o levantamento dos benfeitorias.

W.: o que que custa é claro, pra ...você fazia a planilha de custo né, então você tem que ter

A.T.V.F.: (incompreensível)

W.: a depreciação das maquinas e veículos de... enfim,

A.T.V.F.: controle né, controle

W.: sim

A.T.V.F.: de todas as atividades

W.: é

A.T.V.F.: financeira

W.: um curso bem proveitoso esse

S.R.: foi mais de meio ano né, ou meio ano

W.: ah eu não sei te responder isso agora

A.T.V.F.: o tempo que dedica para cada atividade, assim ideias, sugestões, para poder organizar um pouco a atividade

W.: as coisas são muito mistificadas, muito diversificadas, cada uma tem um foco.

A.T.V.F.: aham

W.: então, eles não tem como avançar

A.T.V.F.: uhum. Mas interessante as planilhas para organizar

W.: sim, sim

A.T.V.F.: uhum

W.: só que ai nesse caso isso ai veio do SENAR, mas sempre tem uma (incompreensível) não tenha duvida

A.T.V.F.: sim. Assim, essa pesquisa que nós estamos fazendo é no envolvimento das políticas públicas da Fundação com as famílias rurais, então a... Fundação 25 julho, elabora as políticas rurais, ela vem e aplica, nos processos, traz cursos, orientação, extensão,

W.: uhum

A.T.V.F.: né, é... alguém solicita pra vocês alguma opinião, sobre esses processos, como melhorar esse atendimento, eles chegam a questionar vocês sobre isso ai?

S.R.: até agora acho que não.

W.: não, não tem isso

A.T.V.F.: uhum

W.: não saberia te responder isso ai não.

A.T.V.F.: uhum. Outra, outra questão, no caso vocês tiveram assim, vários períodos na vida de vocês que eram os filhos que estavam ajudando no trabalho de vocês, nos afazeres, aqui na lida da propriedade e eles foram saindo aos poucos, foram estudando, saindo para a cidade?

S.R.: sim

W.: se você tem filho, sabe disso, vão para a escola já tão praticamente é... como é que vou dizer você já ajuda mais eles do que eles te ajudam né, e assim vai indo, quanto mais ai nós é... não demos faculdade pra nenhum deles, mas esse

S.R.: segundo grau

W.: segundo grau...

A.T.V.F.: uhum

W.: é... o Vilmar por exemplo estudava na escola Agrícola de Araquari ajuda em casa é...

R.S.: a ajuda é nula, porque eles moravam no alojamento da escola.

A.T.V.F.: ah ele ficava a semana toda fora?

R.S.: isso, porque lá tinha um alojamento. O Vilmar, eles têm o alojamento lá para rapaz.

A.T.V.F.: sim

S.R.: mas para menina naquela época não tinha.

W.: elas ficavam em casa, as meninas juntas, ok.

S.R.: daí o rapaz que estava fazendo o curso especial e a irmã dele tava fazendo também o segundo grau. Ele comprou uma casinha e adaptou, tinha o quarto nos fundos.

A.T.V.F.: sim

S.R.: E alugava para as meninas, já era mais um protetor também.

A.T.V.F.: sim

S.R.: né

A.T.V.F.: uhum

S.R.: então ela morou acho que mais de anos ela morou lá né. Também ficou um ano com a minha... porque era ruim por causa do ônibus aqui né

W.: é Araquari né

S.R.: hoje em dia tem van né

W.: não tem assim o que se dizer que os filhos não ajudaram, não é o caso, mas sabe que o tempo pra eles poderem se preparar para a vida.

A.T.V.F.: mas como é que foi essa adaptação de vocês é..é... de depois na lida sozinhos e tendo que tocar todas as atividades, como é que vocês conseguiram superar essa etapa?

W.: a gente teve algumas passagens, uma boa época, que meus pais tavam vivos e por um bom tempo eu tinha a marcenaria.

A.T.V.F.: sim

W.: a gente sempre

A.T.V.F.: uhum

S.R.: é o que eu falei pro senhor antes né, ele tinha a marcenaria mas sempre quando chegava em casa tinha os afazeres junto, pegava em tudo e plantava o que podia né e mantinha a terra na atividade né

A.T.V.F.: era corrido né, cansativo, um período difícil?

W.: sim, e vamos dizer que ainda continua sendo

A.T.V.F.: sim. Bom, assim pra gente conclui essa... essa nossa conversa, quanto a questão tradicional, que vocês receberam aquela herança assim de fazer de criação, a lida com os animais

W.: uhum, sim

A.T.V.F.: os artesanais, o plantio, é... pode falar alguma coisa sobre é... que ... que que vocês aprenderam de...de... tradicional com eles que vocês aplicaram que ajudou muito na vida de vocês

W.: olha, algumas coisas mudam e o tradicional de antigamente que que se tinha, era tudo a base da tração animal,

A.T.V.F.: uhum

W.: e aos poucos que foi mecanizando.

A.T.V.F.: sim

W.: aquela época não tinha energia elétrica, depois desse período veio.

A.T.V.F.: uhum

W.: a gente foi mudando algumas coisas

A.T.V.F.: uhum

W.: é... a produção artesanal de alimentos que (incompreensível) agregar valor ao produto

A.T.V.F.: sim

W.: isso começou realmente bem mais tarde

(vozes de terceiros)

W.: então isso realmente veio mais tarde né, então... mais... vamos dizer assim o... o amor pelas... pela terra

A.T.V.F.: sim

W.: é lógico que a gente herdou dos pais, não tenho nem dúvida, pelas plantas, pelos animais, e isso aí é... indiscutível né

A.T.V.F.: uhum. Então aí houve uma adaptação do que... ta na questão tradicional era mais a força, daí depois a tecnologia começou a entrar com trator, com energia elétrica, com ...

W.: exato, tanto é que agora você vê que eu to preocupado que tenho que ir lá tirar leite e eu to com a ordenhadeira pra tirar leite, na época se tinha muito mais do que hoje, que aqui trabalhavam duas famílias juntos

A.T.V.F.: uhum

W.: e tiravam leite a mão. Isso é um pequeno exemplo disso

A.T.V.F.: uhum. E no caso assim ó...com essa... essa nova tecnologia sentiu assim que houve uma maior produção assim de produtos assim?

W.: o que acontece é o seguinte, se hoje você não tem mais como perder tempo, se você.. se as coisas fossem de vagar como por exemplo a muitos anos atrás, é óbvio que você não iria sobreviver

A.T.V.F.: uhum, ah sim, entendi

W.: então você tem que partir pra melhores condições, melhores sementes é... onde da pra mecanizar tem que mecanizar do contrário você não se mantém

A.T.V.F.: então você aperfeiçoou a questão do...semente, plantio, as técnicas, houve um aperfeiçoamento aí

W.: a gente tem que mudar

A.T.V.F.: as necessidades mudaram

W.: e claro, eu desde os tempos de solteiro, a gente batalhava em cima do melhoramento genético dos animais.

A.T.V.F.: uhum

W.: mas... eu nunca tinha, nós nunca tivemos na época, digamos uma vaca que ultrapassasse os 30 litros de leite por dia,

A.T.V.F.: sim

W.: então hoje, não é assim uma... é... uma história fantástica você ter uma vaca lá que dá 30 litros, 32 litros ou coisa parecida, então isso é, as coisas mudaram, a genética mudou, é como eu disse, a genética mudou, as sementes mudaram e...é...enfim, um...mas isso é... não vamos dizer que isso, por causa disso ta ganhando mais, se não tivesse mudado taria ganhando menos, essa é a (incompreensível) uma coisa assim

A.T.V.F.: uhum, então quer dizer, então a tecnologia ajudou a ter uma renda, a ter uma maior renda na propriedade, isso aí é indiscutível

W.: ajuda, isso aí é indiscutível

A.T.V.F.: indiscutível, aham

W.: é...

A.T.V.F.: incremento veio desse ganho ai

W.: um tempo atrás assim a gente que também cuida da agricultura ta difícil de se viver, é ta difícil, vou te dizer uma coisa, é obrigada a melhor. É...nós temos aqui (incompreensível por conta da batida de porta) eu citei isso como exemplo, outros devem ter eu não sei

A.T.V.F.: sim

W.: 200 empregados ou mais não sei

A.T.V.F.: uhum

W.: eu me lembro quando eles puxavam pedra do riu carregando a pedra a mão, pra levar pra

A.T.V.F.: sim

W.: pra britagem

A.T.V.F.: sim

W.: certo

A.T.V.F.: não tinha tecnologia mas na força

W.: então de maneira de quem aqui hoje é... podia competir com o outro que tem é... tudo mecanizada

A.T.V.F.: é

W.: fazendo tudo manual, impossível, então na agricultura também é assim

A.T.V.F.: uhum

W.: você, ou você melhora as coisas, eu não planto arroz mas o pessoal que planta arroz cortava a mão, quem virava a terra era animais, hoje você

A.T.V.F.: uhum

W.: incompreensível por conta da conversa do fundo

A.T.V.F.: mudou bem rápido até

W.: exato, mas tem que ser assim do contrario

A.T.V.F.: uhum

W.: não sobrevive

A.T.V.F.: não sobrevive mais da agricultura

W.: não,

A.T.V.F.: uhum, é até uma questão de sobrevivência né...como...

W.: exato, isso é....

A.T.V.F.: agricultor

W.: forçado, pra você... melhorar porque do contrario não...

A.T.V.F.: uhum.

W.: Me permite só uma pergunta, é 4, dá pra ver né, (falando sobre carro)

A.T.V.F.: é

W.: qual a quilometragem que faz por litro

A.T.V.F.: olha eu faço, na cidade ai no verão em torno de 8 a 9 por ai

W.: e fora

A.T.V.F.: ai eu consigo fazer 11, 12

W.: é uma beleza

A.T.V.F.: (risadas) essa é 2.0 né. Mas é... eu acho que já deu... consegui ter uma visão interessante principalmente ai nessa mudança da... do tradicional pro moderno na sobrevivência, dentro da atividade moderna pra aperfeiçoar no caso ou

W.: ou você melhora ou você vai ficando pra traz

A.T.V.F.: uhum

W.: e a medida que você, qualquer coisa hoje, como qualquer indústria, qualquer comercio, qualquer coisa é... quando você diz não, agora to bem, eu não preciso mais me... mais investi ta? Então você não ta parado, você ta indo pra traz,

A.T.V.F.: uhum

W.: pode ter certeza disso porque o teu concorrente, pode até ser parceiro, não interessa né,

A.T.V.F.: uhum

W.: ele ta melhorando e você ficou então

A.T.V.F.: vai perdendo espaço

W.: ta perdendo espaço

A.T.V.F.: alguém ta entrando na tua vaga

W.: isso, exato

A.T.V.F.: uhum

W.: alguém ta produzindo mais e ta pegando o teu cliente ou conquistando novos clientes, e você não ta conseguindo conquistar um novo cliente então... essas coisas são naturais e... só que realmente não sei até onde que vai não sei

A.T.V.F.: uhum... é isso, essa forma de pensar se aprende na pratica, só fazendo mesmo, só quem ta na lida do dia a dia consegue entender se não não tem como ter essa percepção vê isso ai, enxergar essas saídas ou

W.: é... eu lembrei agora que esse camarada ai ele vende coco

S.R.: não tem coco ele disse

W.: não tem

S.R.: eu queria 10 pacotes ele me deixou 5

A.T.V.F.: risada

W.: mas é... você deve lembrar disso ali, provavelmente tua mãe naquela época acho que queria fazer uma vez é... uma cuca de coco ela comprava o coco seco e tinha que ralar ele e coisa

A.T.V.F.: trabalho era muito maior

W.: é... então hoje você compra ele pronto e

A.T.V.F.: uhum

W.: fazem com maquinas maiores e é mais barato se comprar ele pronto do que você mesmo fazer ele

A.T.V.F.: certeza

W.: então essas coisas é

A.T.V.F.: se consegue fazer outras, outras atividades

W.: faz outras coisas nesse tempo né

A.T.V.F.: é

W.: e quantas vezes você comprava o coco e quando via que ia fazer ele tava estragado

A.T.V.F.: é, perdas também né

S.R.: é e assim também era com.... a... principalmente quando você queria fazer uma coisa rápida né assim e

A.T.V.F.: é

W.: assim você pega um coco lá descongela

A.T.V.F.: liga, e me entrega aqui tal

S.R.: e ele vem de Indaial

A.T.V.F.: de Indaial?

S.R.: ele ainda entrega.

W.: você queria abater alguma coisa algum... uma gema de ovo, alguma coisa, uma clara você tinha aquele ou uma colher, você tinha aquela molinha...

A.T.V.F.: uhum

S.R.: hoje em dia pega uma bateadeira é rapidinho.

W.: e não para por ai né, automaticamente, ou você melhora as coisas ou você para

A.T.V.F.: é verdade, com certeza

W.: tudo bem no passado você conseguiu juntar o suficiente pra ta com uma boa aposentadoria então fica naquele tradicionalzinho pra matar tempo né

S.R.: tem gente que gosta né, o bolo tem que ser batido a mão ainda

W.: tudo bem né, se tu não depende disso

A.T.V.F.: é

S.R.: risada

W.: agora se você precisa disso financeiramente ai é obrigado

A.T.V.F.: uhum

W.: é obrigado a mudar

A.T.V.F.: ótimo, nós conseguimos umas boas respostas de vocês, para nossa pesquisa avançar um pouco.

W.: é desculpa que eu estou apurado porque...

S.R.: é uma novilha, ela não sabe como tirar leite.

W.: é

A.T.V.F.: é daí tem que dar um auxílio?

S.R.: botar a maquininha ali ela se assusta.

A.T.V.F.: risadas

S.R.: tem que amarrar o pé direitinho pra...

W.: é nem sei nem sei como é que vou fazer isso.

FIM DA ENTREVISTA

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Adhemar Tavares Vieira Filho

RG: 300.883-SC

Título da Dissertação: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Patrimônio Cultural Rural: A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas na Comunidade do Pirai, Joinville (SC)

Autorizo a **Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE**, através da **Biblioteca Universitária**, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 02 de março de 2017.

Adhemar Tavares Vieira Filho